

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO

ROZALIA BRANDÃO TORRES

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS AREAIS E MÍDIA

Porto Alegre

2013

ROZALIA BRANDÃO TORRES

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS AREAIS E MÍDIA

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Dirce Maria Antunes Suertegaray

Co-Orientador: Prof. Dr. Pedrinho Guareschi

Porto Alegre

2013

Torres, Rozalia Brandão

Representação social dos areais e mídia. / Rozalia Brandão
Torres. - Porto Alegre : IGEO/UFRGS, 2013.

[2 v.] il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do
Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2013.

Orientador: Dirce Maria Antunes Suertegaray

Co-orientador: Pedrinho Guareschi

1.Representações sociais. 2. Associação livre. 3. Arenização. 4.
Ideologia. 5. Mídia. I. Título.

Catálogo na Publicação
Biblioteca Geociências - UFRGS
Miriam Alves CRB 10/1947

ROZALIA BRANDÃO TORRES

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS AREAIS E MÍDIA

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em (dia) (mês) (ano)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wolf Dietrich Gustav Johannes Sahr (UFPR)

Prof. Dr. Benhur Pinós da Costa (UFSM)

Profª Drª Rosa Maria Vieira Medeiros (UFRGS)

Prof. Dr. Nelson Rego (UFRGS)

Prof. Dr. Pedrinho Arcides Guareschi (UFRGS)

Profª Drª Dirce Maria Antunes Suertegaray (UFRGS)

*Dedico este trabalho às pessoas mais importantes de
minha vida:*

- *ao meu pai Rodney por ter me ensinado a ser ética e
justa; por ter tido paciência em ajudar-me nos
momentos de imersão, sempre calado, sem reclamar,
por mim, fazendo de um tudo.*
- *à minha filha Évelyn, por suportar muitas vezes o mau
humor, meu pouco tempo de dedicação a ela, às vezes
em que não pude me fazer presente, às palavras que
não foram ditas...*

*Dedico ainda a outras pessoas que igualmente amo,
mas não mais estão neste plano para poderem
compartilhar comigo este momento: minha avó Nahir
e minha mãe Carmen. Com elas aprendi a ter fibra, ser
forte, guerreira e lutar pelo que desejo.*

AGRADECIMENTOS

Quero aqui deixar registrado meu eterno agradecimento para aqueles que realmente contribuíram para que este trabalho chegasse ao seu final. Inicialmente quero agradecer a minha família, representados pelo meu pai Rodney, minha filha Évelyn e meu genro Charles, por terem tido paciência comigo, por respeitarem minhas ausências, por me incentivarem a crescer, por estarem do meu lado. É fundamental o apoio que me dão. Amo muito vocês!

Aos meus animais de estimação, os cães, os gatos e a ovelha: Dengosa, Tunico, Cristal, Lassie, Rodolfo Augusto, Shakira, Alícia, Barack Obama, Sandy, Frederico Antônio, Crioula, Bob e Aimée, que me alegram com as sapequices nos momentos da escrita, da imersão, do cansaço, do esgotamento, sempre me fazendo rir; vocês são muito especiais para meu equilíbrio e fazem-me lembrar que existe vida além da tese!

O carinho, a paciência, a sapiência de minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Dirce Maria Antunes Suertegaray, um exemplo de profissional a ser seguido. Além de ser um imenso privilégio tê-la como orientadora, poder aprender contigo é maravilhoso. Um dia, quando crescer, quero ser um pouquinho parecida contigo!

Ter tido o prof. Dr. Pedrinho Guareschi como meu co-orientador foi uma honra; meus sinceros agradecimentos por teres destinado seu precioso tempo para contribuir com minha formação.

Aqueles que de diferentes formas me ajudaram ao emprestar materiais, indicando bibliografia, com sugestões preciosas na organização das ideias e clareza do texto, o ombro e muitas vezes o colo que me foi dado, naqueles momentos que pensamos em jogar tudo para o alto, sair correndo e desistir, nos momentos que praguejamos tudo e todos... Aos meus colegas e amigos aqui listados não em ordem de importância, já que a companheirismo e amizade não cabem hierarquias: Ivanira Falcade, Gisele Laitano, Adriano Troleis, Siclério Ahlert, Bernardete Caprara, Márcia Berreta, Henriete Karam, Denise Gobbi, Ivo Mello, Cláudio Medeiros e tantos outros que de modo direto ou indireto contribuíram para que este trabalho chegaste ao seu final.

Agradecimento especial deve ser dado aos meus colaboradores, que cederam parte de seu tempo de trabalho, recreação e lazer para responderem aos questionários e entrevista, pois sem vocês este trabalho não existiria.

Aos funcionários do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa que me receberam, me atenderam sempre de forma muito gentil, o meu muito obrigada.

É importante ainda lembrar o incentivo recebido pela Universidade de Caxias, por permitir que em determinados momentos pudesse me ausentar de minhas atividades profissionais para que conseguisse realizar diferentes tarefas pertinentes a esta tese.

A partir da afirmação de Yves Lacoste em que “é necessário saber pensar o espaço, para saber nele se organizar, para saber nele combater”, contextualizo dizendo que é preciso conhecer como as pessoas pensam, para melhor refletirmos sobre o espaço, para melhor organizá-lo, para nele sabermos combater e intervir.

RESUMO

As Representações Sociais são uma forma de conhecimento prático, que agrega ideias que erigem conceitos, que por sua vez, transformam-se em representações. Os elementos constitutivos das representações sociais são a ancoragem e a objetivação, isto é, a capacidade de apreender uma ideia, levando-a da concretude à abstração, sendo na objetivação que transforma em signo uma ideia representada. São muitas as técnicas de estudo para se chegar às representações sociais, e aqui se optou pela entrevista semi-estruturada, pela associação livre e pela técnica projetiva para se chegar à compreensão das representações sociais dos proprietários sobre o processo de arenização. A fim de confirmar que a mídia jornalística desempenha com maestria o papel de propagar ideologias construídas por determinados grupos representantes do capital especulativo, analisou-se 21 anos de matérias vinculadas ao tema arenização nos jornais Zero Hora e Correio do Povo, ao qual foram divididas em três temáticas: arenização, eucaliptos e Stora Enso. Por ideologia se entende o conjunto de ideias que objetivam ludibriar o entendimento e, confirmou-se que muitas representações construídas pela mídia em análise foram representações ideológicas. A partir da análise dos resultados, chegou-se a seis categorias de representações sociais para as palavras enunciadas; quatro categorias a partir do teste projetivo e, a duas categorias de representações para a forma como os entrevistados explicam o processo de arenização. Do cruzamento destes dados chegou às representações sociais que os proprietários construíram para o processo de arenização presente no sudoeste do Rio Grande do Sul. Assim como apresentado nos jornais de modo massivo, os proprietários utilizam-se dos vocábulos deserto e areal como se fossem sinônimos. Entretanto, ao contrário do expresso na mídia, não há o predomínio de um discurso alarmista, fatalista. Mas convergem com o apresentado nos jornais, com um foco eminentemente econômico-produtivista. Não foi possível confirmar integralmente todas as hipóteses de pesquisa, pois algumas se confirmaram parcialmente, outras não demonstraram relação. O nível instrucional só mostrou-se importante no teste projetivo. Possuir assistência técnica converge a um discurso mais homogêneo, mas ainda assim dependente do discurso ideológico expresso na mídia. A ação para recuperação em áreas de arenização se aproxima do propagado pela mídia.

Palavras-chave: Representações sociais. Associação livre. Arenização. Ideologia. Mídia.

ABSTRACT

The social representations are characterized by being the object of Social Psychology since they are mental, psychic, immaterial, fluid and changeable. The social representations belong to communities and social groups and are the result of socialization. They are present in the materiality of speech in symbolic representation. The social representations are ideas that build concepts, which in turn are transformed into representations. The constituent elements of social representations are anchorage and objectification, ie, the ability to learn an idea, taking it from concreteness to abstraction, and the object that transforms an idea into a sign represented. There are several study skills to reach effectively the representations. Therefore we opted for semi-structured interview, by free association and the projective technique to come to an understanding of social representations from the owners on the process of sandization. In order to confirm that the mass media masterfully plays the role of propagating ideologies constructed by certain groups of representatives in speculative capital, articles have been analyzed for 21 years associated with the topic sandization in the newspapers Zero Hora and Correio do Povo, which were divided into three themes: sandization, eucalyptus and Stora Enso. By ideology we mean the set of ideas that aim to deceive the understanding and it was confirmed that many representations constructed by the media in question were formed by ideological representations. From the analysis of the results, six categories of social representations for spoken words were obtained by the technique of free association; four categories from the projective test, and two categories of representation to explain the way the respondents referred to the sandization process. Crossing these data we got to the representations that the owners built to the process of sandization present in the southwest of Rio Grande do Sul. As presented in the newspapers so massively the owners use the words desert and sand as if they were synonyms. However, unlike expressed in the media there is predominance of an alarmist and fatalistic speech. But there is a convergence on the papers presented with an eminently economic-productive focus. We were unable to fully confirm all the research hypotheses, partly because some were confirmed while others showed no relation. The instructional level only proved to be important in the projective test. Having technical assistance converges on a more homogeneous discourse, but is still dependent on the ideological discourse expressed in the media. The action for the recovery in areas of sandization approaches the media propagated.

Keywords: Social representations. Free association. Sandization. Ideology. Media.

RESUMEN

Las representaciones sociales son una forma de conocimiento que se suma a construir conceptos de ideas, que a su vez se transforman en representaciones. Los elementos constitutivos de las representaciones sociales de anclaje y objetivación, es decir, la capacidad de captar una idea, tomándolo de concreción a la abstracción y la objetivación que transforman una idea en un signo representado. Hay muchas habilidades de estudio para lograr representaciones sociales, y aquí se optó por la entrevista semiestructurada, por asociación libre y la técnica proyectiva para llegar a una comprensión de las representaciones sociales de los propietarios en el proceso de arenización. Con el fin de confirmar que los medios de noticias magistralmente interpreta el papel de propagar ideologías construidas por los representantes de algunos grupos de capital especulativo, analizó 21 años de material relacionado con el tema arenización en los periódicos Zero Hora y Correio do Povo, que se dividieron en tres temas: arenización, eucaliptos y Stora Enso. Por ideología entendemos el conjunto de ideas que tienen como objetivo engañar a la comprensión y confirmó que muchas representaciones construidas por los medios de comunicación en el análisis fueron las representaciones ideológicas. A partir del análisis de los resultados, fueron las seis categorías de las representaciones sociales de las palabras habladas, cuatro categorías de la prueba proyectiva, y las dos categorías de declaraciones para explicar cómo los encuestados explicar el proceso arenización. Cruzando estos datos provienen de las representaciones sociales que los propietarios construidas para procesar arenization presente en el suroeste de Rio Grande do Sul. Tal como se presenta en los periódicos tan masivas, los dueños de las palabras que se utilizan y las arenas del desierto, como si fueran sinónimos. Sin embargo, a diferencia expresada en los medios de comunicación, hay un predominio de un discurso alarmista y fatalista. Pero converger con los documentos presentados, con un enfoque eminentemente económico-productivista. No se puede confirmar plenamente todas las hipótesis de investigación, en parte porque algunos fueron confirmados, otros no mostraron relación. El nivel de instrucción sólo resultó importante en el test proyectivo. Contar con asistencia técnica converge a un discurso más homogéneo, pero aún depende de los discursos ideológicos expresados en los medios de comunicación. La acción de recuperación de las áreas de la arenización enfoques propagada por los medios de comunicación.

Palabras-chave: Representaciones sociales. La asociación libre. Arenización. Ideología. Media.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Localização das Bacias do Paraná e de Etendeka	51
FIGURA 2 – Rio Grande do Sul: províncias geomorfológicas	52
FIGURA 3 – Voçoroca em São Francisco de Assis/RS	53
FIGURA 4 – Voçorocamento em São Francisco de Assis/RS	53
FIGURA 5 – Lençol freático aflorante na voçoroca, São Francisco de Assis/RS	53
FIGURA 6 – Areal, Quaraí/RS	54
FIGURA 7 – Morro testemunho e areal, Quaraí/RS	54
FIGURA 8 – Área de abrangência dos areais no sudoeste do Rio Grande do Sul	54
FIGURA 9 – “Deserto” São João, Alegrete/RS	55
FIGURA 10 – “Deserto” Puitã, Maçambará/RS	55
FIGURA 11 – Campos em relevo de coxilhas, São Francisco de Assis/RS	56
FIGURA 12 – Propriedade com areais em Quaraí/RS e ao fundo morro testemunho	57
FIGURA 13 – Propriedade com areais em Quaraí/RS e ao fundo vegetação arbórea exótica	57
FIGURA 14 – Areal em Quaraí/RS	58
FIGURA 15 – Pegadas no areal em Quaraí/RS	58
FIGURA 16 – Areal em Manoel Viana/RS	58
FIGURA 17 – Biomas do Rio Grande do Sul	150
FIGURA 18 – Mapa de vegetação do Rio Grande do Sul	151
FIGURA 19 - Areal com cobertura vegetal	197
FIGURA 20 – Areal em início de semeadura	197
FIGURA 21 – Voçoroca revegetando a partir da contenção e semeadura	198
FIGURA 22 – Eucaliptais em propriedade da Stora Enso	199
FIGURA 23 – Imagem 1: Duna em Cabo Frio/RJ	200
FIGURA 24 – Imagem 2: Deserto do Atacama, Chile	200
FIGURA 25 – Imagem 3: Areal em Quaraí/RS	201
FIGURA 26 – Eucaliptais no “deserto” de Puitã	225
FIGURA 27 – Eucaliptais em areal de propriedade da Stora Enso	225
FIGURA 28 – Pastagem sobre areal	227
FIGURA 29 – Plantio de pastagem sobre areal	227
FIGURA 30 – O gaúcho, seu cavalo e o invasor	245
FIGURA 31 – Propriedade em São Francisco de Assis	266
FIGURA 32 – Propriedade particular em São Francisco de Assis	266
FIGURA 33 – Plantio de eucaliptos em Alegrete	266
FIGURA 34 – Plantio de eucaliptos em Maçambará	266
FIGURA 35 – Última propriedade adquirida em Maçambará	266
FIGURA 36 – Eucaliptais em São Francisco de Assis	266

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Número de dias em que houve reportagem sobre as temáticas investigadas	102
TABELA 2 – Quantidade de reportagens conforme classificação	106
TABELA 3 – Frequência por matérias por colunas	108
TABELA 4 – Frequência anual das publicações sobre Areais	111
TABELA 5 – Frequência das palavras-chave para a seção <i>arenização</i>	112
TABELA 6 – Municípios que apresentam areais (2004/2005)	114
TABELA 7 – Razão entre os 10 municípios com área arenizada para as citações ‘Alegrete’	116
TABELA 8 – Palavras ou expressões vinculadas aos areais	121
TABELA 9 – Gênese dos areais	123
TABELA 10 – Identificação dos municípios que possuem areais	126
TABELA 11 – Expressões que conduzem à ideia de recuperação dos areais	128
TABELA 12 – Recuperação dos areais	129
TABELA 13 – Responsabilidade da recuperação dos areais	134
TABELA 14 – Inconsistência na dimensão dos areais em hectares por data	137
TABELA 15 – Frequência anual das publicações sobre eucaliptos	148
TABELA 16 – Frequência das palavras-chave para a seção Eucalipto	148
TABELA 17 – Frequência anual das publicações sobre a Stora Eno	161
TABELA 18 – Frequência das palavras-chave para a seção Stora Enso	162
TABELA 19 – Relação das áreas totais das propriedades e do ocupado pela arenização por município	172
TABELA 20 – Relação das palavras-padrão mais enunciadas e proporção de entrevistados por municípios que as enunciaram	179

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição de matérias por temática	104
GRÁFICO 2 – Distribuição dos recursos	107
GRÁFICO 3 – Distribuição por setor quanto à área municipal, à área e razão dos areais por município de origem	114
GRÁFICO 4 – Frequência das palavras <i>areal</i> e <i>deserto</i> e termos similares por jornal	117
GRÁFICO 5 – Frequência das palavras <i>areal</i> , <i>deserto</i> e seus assemelhados por jornal e por período	117
GRÁFICO 6 – Nível de escolaridade dos entrevistados	171
GRÁFICO 7 – Propriedades estudadas por município	172
GRÁFICO 8 – Proprietários com assistência técnica, por município	174
GRÁFICO 9 – Distribuição proporcional dos atendimentos técnicos por propriedades, por município	175
GRÁFICO 10 – Caracterização do veículo de informação	175
GRÁFICO 11 – Veículo utilizado para informação	176
GRÁFICO 12 – Frequência com que se dá a leitura dos jornais	176
GRÁFICO 13 – Produção declaradas	177
GRÁFICO 14 – Principais produtos por município	178
GRÁFICO 15 – Relação de palavras conforme acessibilidade à assistência técnica	180
GRÁFICO 16 - Escolaridade dos que identificaram a Imagem 1	213
GRÁFICO 17 - Leitores que identificaram a Imagem 1	213
GRÁFICO 18 - Acesso à assistência técnica aos que identificaram a Imagem 1	213
GRÁFICO 19 - Escolaridade dos que identificaram a Imagem 2	214
GRÁFICO 20 - Leitores que identificaram a Imagem 2	214
GRÁFICO 21 - Acesso à assistência técnica aos que identificaram a Imagem 2	214
GRÁFICO 22 - Escolaridade dos que identificaram a Imagem 3	215
GRÁFICO 23 - Leitores que identificaram a Imagem 3	215
GRÁFICO 24 - Acesso à assistência técnica aos que identificaram a Imagem 3	215
GRÁFICO 25 – Arenização como problema	232
GRÁFICO 26 – Problemáticas externas à arenização em si conforme os entrevistados	236
GRÁFICO 27 - As 10 palavras mais lembradas nas matérias jornalísticas e falas dos entrevistados para a seção <i>Areais</i>	239
GRÁFICO 28 – Cruzamento das palavras ou expressões mais recorrentes nas matérias jornalísticas e falas dos entrevistados leitores, para a seção <i>Areais</i>	240
GRÁFICO 29 – Cruzamento das palavras ou expressões mais recorrentes nas matérias jornalísticas e fala dos entrevistados não leitores, para a seção <i>Areais</i>	241
GRÁFICO 30 - Categorias ideológicas dos títulos, legendas e frases alarmistas	247
GRÁFICO 31 - Categorias ideológicas por jornal	248
GRÁFICO 32 – Proprietários entrevistados que concretizaram a venda de terras para a Stora Enso, distribuídos por município	255
GRÁFICO 33 – Percepções dos entrevistados sobre o eucalipto	256
GRÁFICO 34 – Gênese da arenização por categoria conforme jornais	270

GRÁFICO 35 - Gênese do processo de arenização conforme os entrevistados	270
GRÁFICO 36 – Causas naturais da arenização apontadas pelos entrevistados	271
GRÁFICO 37 - Causas antrópicas apontadas pelos entrevistados	271
GRÁFICO 38 – Gênese do processo de arenização conforme os leitores	272
GRÁFICO 39 – Gênese do processo de arenização conforme os não leitores	272
GRÁFICO 40 – Recuperação das áreas arenizadas conforme entrevistados	275
GRÁFICO 41 – Convergência de ações para recuperação dos areais	276
GRÁFICO 42 – Ações para recuperação dos areais para os leitores	276
GRÁFICO 43 – Convergência de ações para recuperação dos areais entre leitores e jornais	276

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Relação das principais palavras-padrão por município	179
QUADRO 2 – Frequência média das palavras-padrão por citação, conforme número de entrevistados	183
QUADRO 3 - Dispersão das palavras evocadas por frequência de respondentes	183
QUADRO 4 – Dispersão das palavras por frequência de evocação	185
QUADRO 5 – Categorias das palavras enunciadas	188
QUADRO 6 – Ideário dos títulos, legendas e frases alarmistas	246
QUADRO 7 – Paralelo entre condições climáticas desérticas gerais e as condições climáticas da região sudoeste do Rio Grande do Sul	250

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIMCI – Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente

CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente

CP – Jornal Correio do Povo

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FEE – Fundação de Economia e Estatística

FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler

FIERGS - Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

RBS – Rede Brasil Sul de Telecomunicações

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

VCP – Votorantim Celulose e Papel

ZH – Jornal Zero Hora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	21
2 APROXIMAÇÕES ENTRE A GEOGRAFIA E A PSICOLOGIA: O ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS AREAIS.....	32
2.1 CONCEITOS TRANSVERSAIS: PAISAGEM, TERRITÓRIO, ESPAÇO, LUGAR E FRONTEIRA.....	40
2.2 O FENÔMENO GEOGRÁFICO: OS AREAIS	50
2.3 O FENÔMENO SOCIAL: A TEORIA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL.....	58
2.3.1 O ancestral.....	59
2.3.2 A teoria das representações sociais: conceito e método.....	62
2.3.2.1 Senso comum e conhecimento científico: o familiar e o não-familiar	72
2.3.2.2 Processos constitutivos das representações sociais: ancoragem e objetivação	81
2.4 APORTES METODOLÓGICOS PARA O ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS AREAIS	87
2.4.1 Mídia jornalística e ideologia: o método da análise de discurso	87
2.4.2 A associação livre expressa através da linguagem na análise das representações sociais	94
3.1 OS AREAIS NA MÍDIA JORNALÍSTICA	110
3.1.1 A ideologia midiática e os areais	112
3.1.2 Os areais e a mídia jornalística: perspectivas de solução dos “problemas”?	127
3.1.3 Incongruências ideológicas presentes na mídia jornalística: deserto ou areal?.....	135
3.2 O FLORESTAMENTO COM EUCALIPTO E A IDEOLOGIA JORNALÍSTICA: reflorestamento ou florestamento?	147
3.3 O LOBBY MIDIÁTICO EM FAVOR DO AGRONEGÓCIO: ANÁLISE DO CASO STORA ENSO	161
4 REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS AREAIS: OS PROPRIETÁRIOS.....	170
4.1 DADOS GERAIS DOS ENTREVISTADOS	171
4.2 O NÚCLEO CENTRAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	182
4.3 A ENUNCIÇÃO A PARTIR DA TÉCNICA DA ASSOCIAÇÃO LIVRE.....	187
4.3.1 Categoria Físico-ambiental.....	189
4.3.2 Categoria Sentimental	191
4.3.3 Categoria Econômica	193
4.3.4 Categoria Fatalista	194
4.3.5 Categoria Temporal	196
4.3.6 Categoria Prática	197

4.4 INTERPRETAÇÃO A PARTIR DA TÉCNICA PROJETIVA.....	200
4.4.1 Categoria análoga.....	202
4.4.2 Categoria econômico-produtiva.....	205
4.4.3 Categoria técnico-confusa.....	208
4.4.4 Categoria assertiva.....	210
4.5 O PROCESSO DE ARENIZAÇÃO EXPLICADO PELOS PROPRIETÁRIOS RURAIS.....	215
4.5.1 A “recuperação” aos olhos dos entrevistados.....	224
4.5.2 A arenização como “problema”?.....	231
5 ARENIZAÇÃO, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MÍDIA JORNALÍSTICA: CONSONÂNCIAS OU DESINTELIGÊNCIAS?.....	237
5.1 AS PALAVRAS-CHAVE E SUAS CONVERGÊNCIAS.....	238
5.2 DESERTIFICAÇÃO OU ARENIZAÇÃO: DESINTELIGÊNCIAS.....	244
5.3 O FLORESTAMENTO COM EUCALIPTOS E A STORA ENSO.....	251
5.4 ARENIZAÇÃO: GÊNESE, RECUPERAÇÃO E LAMENTAÇÕES.....	270
6 CONCLUSÃO, PROPOSIÇÕES E PERSPECTIVAS.....	284
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	299
APÊNDICE A - Entrevista com os proprietários rurais.....	309
APÊNDICE B - Quadro da análise das reportagens nos jornais Zero Hora e Correio do Povo, no período de 01 de janeiro de 1987 a 31 de dezembro de 2008.....	311
APÊNDICE C - Quadro geral das palavras analisadas por seção, por jornal.....	322
APÊNDICE D - Quadro geral das palavras analisadas por seção, por jornal, aglutinadas..	324
APÊNDICE E - Dados gerais dos entrevistados.....	326
APÊNDICE F - Lista de palavras-chave destacadas pelos entrevistados.....	331
ANEXO A - Reportagem do jornal Zero Hora de 31 de março de 1990 que dimensiona grosseiramente as áreas “desérticas” para os municípios de Alegrete, Santana do Livramento e Uruguaiana.....	333
ANEXO B - Contracapa do Jornal Zero Hora, Caderno Eureka! de 03 de dezembro de 2001, p. 6.....	334

1 INTRODUÇÃO

Nesta tese, propõe-se a reflexão sobre o impacto que a mídia exerce nas representações sociais sobre os areais, mediante a análise do papel que ela desempenha na construção do imaginário social dos proprietários rurais de áreas em que há a ocorrência de arenização.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, fez-se necessário transitar por outras áreas das Ciências Sociais. Disso decorreu a aproximação da Psicologia, da Sociologia e da Comunicação Social com a Geografia. Na abordagem dos conceitos estudados para compor este trabalho, percorreu-se igualmente um caminho interdisciplinar. Encontram-se desenvolvidos conceitos transversais -ou seja, aqueles que atravessam a discussão central - e, conceitos-chave, por desempenharem papel essencial à compreensão do tema tratado.

O estudo das representações sociais conduz ao entendimento dos conceitos de senso comum, tema, linguagem, símbolo, signo, ideologia, além é claro, do próprio conceito de representação. Como método de análise, impôs-se discorrer sobre a associação livre e a análise de discurso.

O cenário de estudo compreende a área de ocorrência de arenização, na Cuesta do Haedo, a sudoeste do Rio Grande do Sul. Os conceitos revisitados foram de paisagem, território, espaço, lugar e fronteira. Por se discutir a representação social dos areais, estes também são conceituados, assim como o processo de arenização. Entretanto, como insistentemente na mídia jornalística os termos mais utilizados são deserto e desertificação, estes também são apresentados ao longo desta tese.

O interesse em compreender o sujeito – entendido como agente atuante do e no seu meio, ou seja, como construtor do espaço geográfico -aproximou este trabalho do campo da Psicologia Social e do conceito de representação social, no que se refere aos subsídios que oferecem para uma melhor compreensão do modo como se estrutura o imaginário social. Destarte, este olhar interdisciplinar possibilita investigar a dinâmica da construção conceitual do sujeito através de sua subjetividade, bem como examinar de que modo a materialidade espacial se constitui em conteúdos da consciência e representações do mundo.

As representações sociais são modalidades do conhecimento prático, e seu estudo

possibilita investigar a forma como os sujeitos sociais as elaboram, de que modo se adquirem e constroem os conceitos e argumentos nos quais elas repousam. Portanto, pensando na relação entre Psicologia e Geografia, este trabalho se apropria de um conceito proveniente da Psicologia Social – *Representação Social* – cuja análise se verifica a partir de uma técnica proveniente da Psicanálise – a *associação livre* – aplicada a um fenômeno geomorfológico – os *areais*.

Este estudo emprega diferentes técnicas para chegar ao entendimento das representações sociais construídas pelos entrevistados. Após coletar os dados gerais de cada um deles, era-lhes questionado: *quais são as palavras ou expressões que prontamente lhe vêm à mente quando ouve ou pensa sobre as manchas de areia?* A própria formulação da pergunta já deixa explicitada a utilização do método da associação de palavras, baseado nas evocações como suporte para o estudo das representações sociais. Compõe ainda o estudo, a análise das respostas apresentadas a partir da técnica projetiva, na qual são apresentadas três imagens aos respondentes. Finalmente, são enunciadas questões relacionadas ao entendimento do processo de arenização: se o entrevistado o concebe ou não como problema, o que pensa sobre o controle das áreas arenizadas, se considera tal controle possível ou não, se está intervindo e como o está fazendo.

Por entender que a mídia exerce papel primordial na formação de opinião junto à sociedade, investigam-se as representações sociais que os proprietários possuem sobre os areais, bem como a relação que se verifica entre tais representações e o conteúdo ideológico das reportagens veiculadas na imprensa local¹. Sabe-se que as representações são construídas através da socialização e não exclusivamente através da opinião expressada pela mídia. Entretanto, esta enquanto representante do quarto poder, a mídia dispõe de condições para deixar suas marcas no processo de constituição das representações sociais.

Diante da extensão da área de ocorrência dos areais, que se estende entre as latitudes 29°00' S e 31°00' S e entre as longitudes 54°30' W e 58°45' W, abarcando o território de dez municípios, percebeu-se a necessidade de reduzir o campo de pesquisa, restringindo-o a cinco municípios: Alegrete, São Francisco de Assis, Manoel Viana, Maçambará e Quaraí. O critério de escolha destes cinco municípios foi o da representatividade da região arenizada no montante da área municipal de cada um dos dez

¹ Trata-se dos jornais Zero Hora e Correio do Povo: o primeiro se justifica por ser o de maior circulação estadual; e o segundo, o de maior abrangência no interior do estado.

municípios afetados, conforme já mapeado por Suertegaray et al. (2001), elegendo-se então, os cinco em que há maior proporção.

A partir disso, procura-se investigar a ideologia perpassada através das notícias publicadas na mídia local, nos jornais Zero Hora (ZH) e Correio do Povo (CP), no que tange aos areais, acerca do processo em si e das possíveis soluções para minimizar sua expansão abarcando o período compreendido entre 1987 e 2008. Três foram as motivações para a escolha deste período:

- 1º) em 1987, ao ingressar no curso de graduação em Geografia, na UFRGS, toma-se ciência da ocorrência de tal fenômeno;
- 2) em 2008, inicia-se o doutorado em Geografia, também pela UFRGS, e é dado perceber que pouco ou nada mudou sobre o entendimento dos areais e do processo de arenização no âmbito do senso comum;
- 3) considerando que, nos 21 anos que transcorreram, muitos foram os estudos técnico-científicos, as publicações e os pronunciamentos, que se fizeram presentes na mídia, de profissionais que estudaram os areais, acredita-se tratar-se de um período razoável para avaliar o quanto o conteúdo da mensagem expressada pela mídia aproximou-se do conhecimento científico.

A representação social dos proprietários cujas áreas são afetadas pelos areais é igualmente estudada, mas aqui se busca verificar o quanto desta representação se encontra influenciada pela ideologia presente nas reportagens da mídia jornalística. Destarte, realiza-se o cruzamento destes dados a fim de compreender o quanto os proprietários são influenciados pela ideologia midiática.

Portanto as questões a serem respondidas junto aos proprietários são:

- Que papel os areais ocupam no imaginário da população de proprietários, ou seja, como se dá a representação social neste segmento investigado?
- Se os areais se caracterizam como um “problema”², quais possíveis soluções estão sendo pensadas pelos proprietários para minimizá-lo?

² A palavra problema encontrar-se-á entre aspas, haja vista que comumente é assim retratada pela mídia jornalística e incorporada no discurso secular. Esta não é, entretanto, a posição da pesquisadora, que não entende os areais como um transtorno ou obstáculo ao desenvolvimento regional, já que se caracterizam por ser um fenômeno natural e anterior à presença do homem naquela região, o que significa dizer que quando a área começou a ser ocupada, fracionada em propriedades, e passaram a ser desenvolvidas atividades econômicas primárias, seus exploradores originais já haviam se deparado com as manchas arenosas, indicando que o processo é natural. Contudo, a paisagem é frágil, e, portanto, a arenização pode ser intensificada com o

- A perspectiva dos proprietários acerca dos areais é um reflexo da mensagem retratada pela mídia?

- A orientação seguida pelos proprietários para resolução dos “problemas” advindos dos areais seguida pelos proprietários é aquela apresentada pela mídia jornalística?

Quanto à mídia, que compreende os principais jornais de âmbito estadual e regional

- o jornal ZH, pertencente ao grupo Maurício Sirotski, mesmo grupo ao qual pertence a rede de TV RBS, afiliada da Rede Globo de televisão; e o CP -, foi investigado:

- Qual a ideologia que a mídia jornalística apresentou acerca dos areais?

- Há divergência ideológica sobre esta temática na forma como é apresentada por estes dois jornais?

- Como a mídia encara os areais e/ou o processo de arenização buscando a resolução de problemas e, portanto, qual “solução” proposta?

- Mesmo valendo-se da opinião de especialistas no assunto, é possível transparecer certa contradição conceitual no decorrer dos textos, facilitando a confusão no entendimento da matéria por parte do leigo?

Entende-se que a mídia representa o quarto poder; é formadora de opinião pública, independente de delatar ou não conceitos falaciosos e mesmo tendenciosos, assim como é representante de grandes grupos econômicos. Justifica-se esta pesquisa, ainda, em virtude da compreensão e da análise das representações sociais que os proprietários com áreas arenizadas elaboram sobre estes processos de arenização, posto ser possível que esta representação social tenha se formado a partir da mensagem difundida pelos veículos midiáticos.

Na linguagem marxista, a função de formadores de opinião caracteriza-se pelos aparelhos ideológicos. Os veículos de comunicação cumprem bem este papel ideológico, e não apenas no Brasil, mas também em países cujas sociedades são consideradas desenvolvidas social e economicamente - como a norte-americana -, conforme relatado por Guareschi (1999)³, corroborando o entendimento de que a mídia constrói determinada

inadequado manejo do solo, percebendo-se que, em alguns campos, elas se originaram pela ação antrópica, conforme já relatado por Suertegaray (1992).

³ No capítulo concernente a ideologia, Guareschi cita o exemplo de uma empresa de telecomunicação que a partir de uma ação de marketing, junto aos veículos de comunicação, com a finalidade de divulgar uma imagem positiva da empresa, e que, no prazo de um ano, reverteu o imaginário popular, levando as pessoas a acreditarem que se tratava de uma “boa” empresa.

realidade e, por esta razão, não é neutra, tampouco asséptica, de acordo com os preceitos jornalísticos. O que se observa é uma mídia que apresenta – e parece tutelar - o interesse de grupos empresariais, representantes do grande capital e, para tanto, atribui juízos de valor às notícias. Portanto, os veículos de comunicação são também responsáveis por eleger e colocar em circulação quais os assuntos a serem debatidos pela sociedade.

No documentário produzido por Sílvio Tendler, *Encontro com Milton Santos ou o Mundo Global Visto do Lado de Cá* (2006), o próprio Milton Santos questiona o poder dado aos veículos de comunicação, quando ressalta que as mesmas manchetes, fotografias e notícias são divulgadas nos diferentes noticiários do mundo e que isto não é uma pura coincidência, mas a real intenção de apresentar uma única e a mesma versão para os fatos, conduzindo o interlocutor a formar a opinião desejada. Paraphrasing Guareschi (1999), quem possui o poder possui a comunicação; quem detém a comunicação investe-se de poder, estando poder e comunicação lado a lado. Inegavelmente, os veículos de comunicação são aqueles de maior acesso à população leiga; é por onde primeiro ela recebe a informação dos assuntos que busca mas também são aqueles que permitem à sociedade tomar conhecimento de determinados fatos.

Portanto, parte-se da perspectiva de que a representação social do proprietário está fortemente vinculada à perspectiva apresentada pela mídia e que as tentativas de solução correspondem às proposições que são emitidas pelos veículos de comunicação, assim como verifica-se uma despreocupação com a preservação ou comprometimento ambiental, uma vez que são divulgadas pela mídia algumas “soluções” às manchas, como é o caso do próprio plantio de eucaliptos por vezes adotado por alguns proprietários.

Identificar as representações sociais, o modo como são constituídas no imaginário social e quais suas principais influências externas possibilita ao pesquisador compreender como se processa a aquisição de conhecimento por parte dos sujeitos, bem como o funcionamento perceptivo dos grupos sociais, além de propiciar ao investigador um melhor mapeamento das ações mais eficazes para o grupo em estudo, pensando numa posterior intervenção social.

Objetiva-se, com este trabalho, compreender o papel desempenhado pela mídia jornalística na formação das representações sociais dos entrevistados quanto ao entendimento dos areas. Combinado a isto, busca-se investigar o peso que o nível de

escolaridade e o acesso à assistência técnica periódica desempenham na diminuição da influência da mídia na formação das representações sociais sobre o tema estudado.

Portanto, primeiramente, procurou-se identificar os elementos constitutivos da representação social dos proprietários sobre os areais. A seguir, compreender e analisar as representações sociais que os proprietários rurais construíram, verificando se há correlação com o apresentado pela mídia. Objetivou-se, ainda, identificar a ideologia que se apresenta, no discurso midiático, acerca das manchas de areia presentes na área de estudo, ao longo de 21 anos, no período de 1987 a 2008; bem como investigar o papel que a mídia jornalística desempenha na constituição da representação social dos proprietários rurais quanto ao entendimento dos processos de formação dos areais; analisar o conteúdo ideológico explicitado nas matérias jornalísticas acerca desta temática, enquanto base para a compreensão das representações sociais dos proprietários rurais; além de analisar a representação social que os proprietários rurais possuem sobre os areais.

Para responder aos questionamentos propostos, iniciou-se com o papel que os areais ocupam no imaginário dos proprietários, que se acreditou estar fortemente vinculado à imagem retratada pela mídia, que os percebe como “problema”, tendo, portanto, os veículos de comunicação função essencial na constituição das representações sociais destes sujeitos.

No que tange às prováveis soluções para evitar o avanço dos areais, acredita-se que os proprietários desenvolvem ações fortemente influenciadas pela mídia. Contudo, para este item, inseriu-se o fator educação, pois famílias proprietárias com baixo grau de instrução e nenhum ou pouco conhecimento técnico-científico e sem atendimento técnico são mais fortemente influenciadas pelas informações da mídia jornalística, ao passo que famílias proprietárias com maior grau de instrução e conhecimento técnico são menos afetadas. Isto significa dizer que a representação social dos proprietários se relaciona com aquilo divulgado pelos veículos de comunicação quando o nível de instrução for baixo, mas que, para aqueles com maior grau de instrução, esta relação se encontra diminuída, quiçá diluída.

Quanto à ideologia sobre os areais expressa nos veículos de comunicação acredita-se que, nas reportagens em que não se reproduzem entrevistas realizadas com profissionais estudiosos da área, o conteúdo do texto reflete os interesses de grupos econômicos, independente de estarem ou não de acordo com critérios ambientais. Neste sentido, quando buscam abordar as possíveis “soluções para um problema”, oferecem como

soluções aquilo que vai ao encontro dos interesses de grupos, como, por exemplo, o das empresas de papel e celulose, incentivando o plantio de eucaliptos nas propriedades com áreas.

Portanto, considerando que ora nas reportagens há a posição de estudiosos no assunto, ora são os interesses do capital empresarial que aparecem privilegiados na mídia, transparece uma contradição conceitual, ocasionando dificuldade de entendimento por parte dos leigos sobre o que sejam os areas, mas ainda assim, prevalecendo a ideologia retratada nos veículos de comunicação.

Com relação ao atendimento periódico de técnicos da EMATER ou EMBRAPA, acredita-se que os proprietários que os recebem sofrem menos influência da mídia, construindo representações sociais assemelhadas àquilo construído e repassado pelos técnicos nas suas visitas às propriedades. E, neste sentido, foram ouvidos alguns técnicos, no tocante às orientações fornecidas, com o intuito de confrontar o que foi expresso por eles e pelos proprietários.

Principiando a discussão, as representações sociais são formas do conhecimento prático, que torna possível verificar o modo como são erigidas, como se constroem e o modo como os conceitos são construídos. Tendo-se presente que a linguagem exerce um poder representativo que, expresso por signos, é resultante das palavras (FOUCAULT, 1985), a questão passa a ser das identidades e das diferenças entre os signos constituídos.

Com as representações sociais é possível se compreender, por exemplo, o sentimento de pertença a determinado território - independente de ser o território de origem do sujeito, para desvelar o conteúdo expresso no imaginário daquele proprietário. Através de sua fala, acredita-se poder apreender o significado dos areas e confrontar se o modo como os proprietários o percebem corresponde ou não ao significado atribuído pela mídia. Estes são alguns dos elementos pensados para o decorrer desta tese.

Inicialmente, apresenta-se uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos e aporte teórico pertinentes a esta pesquisa - ou seja, mídia, opinião pública, ideologia e representação social -, em que se dialoga com teóricos referenciais a cada um dos conceitos/temas aqui desenvolvidos. Paisagem, território, espaço, lugar e fronteira são conceitos que perpassam esta pesquisa e, portanto, encontram-se aqui analisados e discutidos.

Para melhor compreender as representações sociais, analisa-se a relação entre Geografia e Psicologia, e nesta, mais especificamente, interessam a Psicologia Social, através do conceito de Representação Social, e a Psicanálise, da qual se adota o método da associação livre, dando primazia ao discurso do sujeito investigado. Aborda-se no decorrer do capítulo referente ao aporte teórico, como se estabelece esta aproximação entre Geografia e Psicologia, bem como se apresenta o conceito de associação livre, explicitando como ele se caracteriza enquanto método, seu desenvolvimento na Psicanálise e de que forma evoluiu teoricamente.

A associação livre é uma técnica desenvolvida e utilizada na Psicanálise, primeira escola da Psicologia, desenvolvida por Sigmund Freud. Representação Social é um conceito desenvolvido na Psicologia Social por Serge Moscovici e usado em diversas outras ciências, além da Psicologia, como a Sociologia e, mais recentemente, na Geografia.

Defende-se que é aceitável, na Geografia, resgatar os métodos qualitativos, que podem ser direcionados à transformação social, e que cabe averiguar as inúmeras representações dos diferentes grupos sociais, a fim de que se possa melhor discerni-las, fazendo-se indispensável, para isto, o tempo de interação no grupo investigado, bem como a compreensão da realidade e do imaginário social, e sendo ainda fundamental a utilização, na coleta de dados, de entrevistas semi-estruturadas⁴, em conjunto com estudos paralelos, no que diz respeito ao contexto social e à história do sujeito social.

A análise centra-se no discurso do entrevistado e conseqüentemente, utiliza-se um reduzido número de respondentes. Assim, é imprescindível eleger aqueles sujeitos que são representativos de seu grupo, sendo tal escolha possível apenas quando já se tem um conhecimento prévio da comunidade a ser investigada ou quando se está diante de um universo reduzido e se pode trabalhar não com uma amostra, mas com o universo de pesquisa, como foi o caso do município de Quaraí, cujas manchas significativas se fazem presentes em apenas duas propriedades.

Com base em uma revisão bibliográfica acerca do tema e conceitos relevantes à pesquisa, trabalhou-se com os proprietários de áreas afetadas pelos processos de arenização a partir de entrevistas semi-estruturadas, que eram reformuladas conforme a necessidade

⁴ As entrevistas semi-estruturadas são assim denominadas em virtude que a estrutura é apenas o norte daquilo a ser investigado/indagado, pois, a partir da fala do entrevistado, novas questões vão sendo formuladas, à medida que se faz necessário esclarecer informações e linhas de raciocínio do respondente.

de cada entrevista e que foram gravadas e transcritas, propondo-se questões subjetivas, com as quais é possível acessar a representação social que estes proprietários construíram acerca da temática de estudo. Como parte integrante destas entrevistas, os proprietários foram convidados a evocar três palavras ou expressões que, imediatamente, lhes remetesse às manchas de areia.

Ainda compondo o método da associação livre, foram-lhes apresentadas fotografias sem legendas, cujas paisagens retratam, respectivamente, dunas marinhas - sem que o mar apareça na fotografia -, deserto e o próprio areal. Ao ver cada uma das fotografias o entrevistado era convidado a descrever a paisagem capturada na fotografia, e sua fala foi igualmente gravada, transcrita e comparada com o que surgiu no restante do instrumento.

A primeira parte do questionário aplicado foi composta de dados pessoais - como nome, instrução e município, se possui ou não assistência técnica, se tem o hábito de ler jornal, qual e sua periodicidade -; a segunda de questões que conduzem à análise da representação social e que foram divididas em três blocos: inicialmente os entrevistados eram questionados sobre suas impressões; a seguir, era-lhes feita a apresentação das fotografias e solicitada sua descrição da percepção das paisagens, a fim de perceber se rapidamente as identificavam como semelhantes às que possuem arenização ou se as confundiam com as demais imagens; finalmente, após explorar as imagens, retornava-se à fala inicial, perguntando qual o sentido de cada uma das palavras proferidas no primeiro bloco.

A técnica da associação de palavras pressupõe um retorno ao que foi primeiramente enunciado, no sentido de buscar o que realmente aquela primeira palavra evocada significa para o respondente, a partir de suas próprias associações, e de confrontá-la com o que foi dito no decorrer da entrevista.

A fim de refletir sobre o papel desempenhado pela mídia na promoção de um entendimento sobre os processos de arenização, foram analisadas reportagens produzidas pelos jornais ZH e CP e publicadas no decorrer dos anos de 1987 a 2008. Pesquisou-se junto aos arquivos dos referidos jornais e no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, em Porto Alegre. Com o término desta coleta e análise, foi organizado um conjunto de quadros, nos quais se encontra computado o total de reportagens por ano e por jornal, a frequência com que determinadas palavras-chave apareceram em ambos os jornais, entre outras informações relevantes, analisadas e discutidas posteriormente.

O corpo desta tese encontra-se dividido em quatro capítulos, excetuando-se esta introdução e a conclusão deste trabalho.

O Capítulo 2, em que se dialoga com os teóricos acerca dos conceitos que perpassam este estudo, está subdividido em quatro seções, conforme vai se estruturando a análise e a discussão proposta, sendo abordados os conceitos de paisagem, espaço, lugar, território e fronteira; os areais como fenômeno geográfico de estudo; o conceito de representação social - momento em que se apresenta sua ancestralidade em Émile Durkheim, a relação entre senso comum e conhecimento científico para a constituição das representações e, portanto, como se faz a passagem do não-familiar ao familiar, bem como os processos constitutivos das representações sociais, explicando-se o que seja ancorar e objetivar -; e, finalmente, os aportes metodológicos ao estudo das representações sociais, quando se discutem os conceitos de ideologia, os métodos da análise do discurso e da livre associação de palavras.

O Capítulo 3 se caracteriza pela análise das matérias jornalísticas, momento em que foram ressaltadas questões pertinentes à ideologia apresentada pela mídia quanto à arenização. Este capítulo está seccionado em três partes: areais, eucaliptos e Stora Enso, pois, no decorrer da coleta das matérias jornalísticas e em sua posterior análise, percebeu-se que para melhor entendimento cabia esta subdivisão. As informações coletadas encontram-se ricamente ilustradas em tabelas, quadros e gráficos.

Já o Capítulo 4 apresenta a representação social dos proprietários de terras dos municípios pesquisados no sudoeste do Rio Grande do Sul e está seccionado em cinco partes: na primeira, são oferecidos os dados gerais dos respondentes; na segunda, é identificado o núcleo central das representações sociais dos areais de acordo com os respondentes; na terceira parte, aborda-se a associação de palavras, que possibilitou estabelecer seis categorias de representações; na quarta, aplica-se a técnica projetiva, tendo sido identificadas quatro delas; e, finalmente, na quinta parte, é examinado o modo como os proprietários explicam o processo de arenização.

No Capítulo 5 realiza-se a análise dos dados coletados frente ao aporte teórico que sustenta esta tese: a ideologia expressa pela mídia e o papel que desempenha na formação das representações sociais dos entrevistados. Para melhor clareza e explicitação, dividiu-se este capítulo em quatro partes: sendo a primeira referente às convergências para as palavras-chave; a segunda relativa às desinteligências acerca de desertos e areais; a terceira

versa a respeito da discussão sobre o florestamento de eucaliptos e o caso da Stora Enso; e a quarta culmina com questões pertinentes à arenização, como gênese, processos de recuperação e lamúrias dos entrevistados, dentro da perspectiva do que converge e o que diverge do apresentado no discurso midiático jornalístico.

Finaliza-se com uma síntese interpretativa do que até então foi desenvolvido. Apresentam-se perspectivas de análise sócio-espacial a partir do conceito de representação social como um constructo para o planejamento e intervenção no espaço social.

2 APROXIMAÇÕES ENTRE A GEOGRAFIA E A PSICOLOGIA: O ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS AREAIS

Só seremos capazes de um diálogo interdisciplinar se elevarmos nossa leitura do mundo para além da aparência real ou da concretude empiricista (SUERTEGARAY, 2005, p. 9).

Este capítulo, que é fundamental para o entendimento da problemática exposta na tese, está dividido em quatro partes: na primeira, tem-se a exposição dos conceitos básicos e transversais presentes nos discursos – tanto dos proprietários como nas reportagens analisadas –, suas correlações entre os conceitos e com a própria metodologia utilizada; na segunda, os areais são expostos como fenômeno geográfico, seguido pelas representações sociais apresentadas como fenômeno social; e finalmente, são desenvolvidos os aportes metodológicos, com vistas ao estudo das representações sociais dos areais.

A contribuição da Psicologia à Geografia⁵ se estabelece na medida em que nenhuma ciência, sozinha, explica integralmente os fatos, sendo necessária, por isso, a contribuição de outras áreas. O que aqui se busca é refletir sobre alguns destes pontos de tangenciamento.

Tanto a Geografia quanto a Psicologia, e mais especificamente a Psicologia Social, se ocupam em investigar o homem na sua relação com o meio: a primeira dentro de uma perspectiva espaço-temporal; e a segunda através da compreensão da psique humana. Ambas se ocupam das manifestações intersubjetivas de determinada sociedade, mantidas suas especificidades.

Das influências filosóficas que contribuíram para o desenvolvimento do pensamento geográfico, o filósofo iluminista Montesquieu (2000) propôs, em 1748, na obra *O espírito das leis*, uma explicação da influência do ambiente sobre o comportamento, a cultura e o caráter dos povos, inspirando, com a análise desta relação psicológica que o sujeito mantém com o seu entorno, teses deterministas, as quais exemplificavam que povos de áreas montanhosas possuiriam uma índole pacífica, enquanto que os de planície

⁵ Não se deve confundir a relação entre estas duas ciências, Psicologia e Geografia, tal como aqui entendidas, com a perspectiva de análise do espaço urbano desenvolvida pela Psicogeografia, conforme já explicitado em TORRES, R. B. (2009).

naturalmente teriam espírito aguerrido, porque havia a necessidade incessante de defender *as melhores terras*. Tais proposições foram o mote de partida dos primeiros estudos geográficos que, ainda que de modo involuntário, teciam diálogo com a Psicologia.

A influência da Psicologia esteve presente desde a origem da Geografia como ciência, no século XIX, evidente em pelo menos três aspectos do fazer geográfico à época: na observação e descrição das relações entre homem e ambiente; através das relações sociais; mediante a organização regional e estabelecimento do papel dos lugares, vistos a partir de uma perspectiva da Geografia Cultural, posto que “a abordagem cultural integra as representações mentais e as reações subjetivas no campo da pesquisa geográfica” (CLAVAL, 2002, p. 20). Entende-se cultura como um conjunto atitudinal e de costumes que unifica um agrupamento social, concepção esta que desempenha importante papel na consolidação das identidades coletivas.

Entretanto, foi na Alemanha do século XIX, quando ocorreu a construção do arcabouço teórico da Geografia, que a fronteira com a Psicologia se fez sob a ótica da relação natureza *versus* sociedade, presente em Karl Ritter (s/d), o qual, na busca por sistematizar a Geografia como ciência, caracterizou que o meio natural determina o desenvolvimento da personalidade dos povos, estando o homem sujeito à natureza, presente no título de sua obra máxima *Die Erdkunde im Verhältniss zur Natur und zur Geschichte des Menschen*⁶.

Com uma visão antropocêntrica da Geografia, Ritter (s/d) apontou que os estudos desta ciência, direta ou indiretamente, convergiram para o estudo das individualidades, a partir do entendimento das relações homem/natureza. Ao definir o conceito de sistema natural como uma área demarcada de individualidade – a do lugar –, estabelece um vínculo entre Geografia e Psicologia, ao ver o homem subjugado à natureza, a partir de uma análise empírica, enquanto a Psicologia percebe o sujeito como único, ocupando-se da subjetividade humana, a partir de estudos empíricos.

Ratzel (1914), na obra *Antropogeografia*, de 1882, definiu o objeto geográfico como sendo a investigação da ação do meio sobre o homem no âmbito da Fisiologia (somatismo) e da Psicologia (percepção), que explica o caráter dos sujeitos e seus determinantes sociais. O autor analisa a imposição da natureza sobre os povos considerando a diversidade das

⁶ *As ciências da Terra na relação com a natureza e a história da humanidade* (tradução livre).

condições ambientais que explicariam, em grande parte, a diversidade social, porque o substrato da humanidade residiria no planeta, *locus* em que as sociedades se desenvolveriam, no âmago da relação com os elementos naturais.

Estas influências são mediatizadas pelas condições socioeconômicas e, na concepção ratzeliana, é através da utilização dos recursos naturais que o homem conquista sua liberdade. Assim, quanto maior o progresso, mais íntima a relação do homem com os recursos da natureza, tanto maior será a necessidade de expandi-lo, conquistando novos territórios. Quanto maior o vínculo estabelecido com o território, maior será a necessidade da sociedade em possuí-lo. Por conseguinte, o homem, ao se organizar para defendê-lo, transforma-o em Estado. O território denota as condições de trabalho, mas também sua existência social, e perdê-lo atesta a decadência da sociedade. As questões psicológicas tornam-se claras em Ratzel (1914) ao aludir que a natureza exercia forte influência sobre a Psicologia, em um primeiro momento no âmbito individual, *a posteriori*, coletivamente.

O próprio conceito ratzeliano do espaço vital já manifesta o vínculo com a Psicologia, uma vez que o autor justifica o expansionismo como inato e indispensável às sociedades que progridem, legitimando o imperialismo, a submissão de um povo por outro. Este discurso, que se consolida na mente de dominadores, como que justificando seus atos e pretensões, pode ser visto, inclusive, como um modo de autoconvencimento da necessidade da ação imperialista.

Outro aspecto relevante que tal relação expõe é o de buscar explicar – ou quiçá, justificar – as influências do meio no desenvolvimento das sociedades. Assim, torna-se possível perceber que, anteriormente à época em que a Geografia passa a se caracterizar como ciência, a Psicologia já se fazia presente nos estudos geográficos, fosse por relação direta, fosse por derivações interpretativas da constituição dos sujeitos.

Conforme Moraes (2005), na década de 1940, Max Sorre, apesar de manter os fundamentos da proposta de La Blache, avança ao propor como objeto de estudo da Geografia o espaço enquanto morada do homem e, sendo o habitat uma construção humana, seu estudo possibilita compreender as formas pelas quais a sociedade se organiza no meio. Isto é, há a humanização da natureza, expressão das inúmeras relações entre o homem e seu meio. O diálogo com a Psicologia na obra de Sorre se evidencia a partir de sua concepção de espaço geográfico, que se expressa na inter-relação entre os elementos presentes, sejam eles físico, social, econômico, político, cultural, etc.

A expressão Geografia Psicológica utilizada por Max Sorre está presente na análise das correlações entre meio natural e funções mentais do sujeito, inaugurando a corrente denominada *Geografia Médica*⁷ (MOREIRA, 2003).

Esta perspectiva deriva do que Carl Sauer (2003) se propõe a estudar com as chamadas paisagens culturais, ou seja, analisar as formas como uma sociedade se impõe ao meio, porque são paisagens naturais que sofreram a ação humana, sendo transformadas em maior ou menor grau, à medida que os homens se apropriam do espaço. Sauer definiu a paisagem geográfica como produto da ação cultural, no tempo, sobre a paisagem natural, nesta imprimindo uma identidade que é fruto de uma construção social.

A Geografia Cultural privilegia, então, cinco temas principais de estudo: a cultura, as áreas culturais, a história da cultura e a ecologia cultural. O quinto tema é transversal aos anteriores e se concentra no estudo dos limites, dos contatos e mudanças culturais, da difusão espacial, dos movimentos migratórios, do estudo da língua, da religião, dos hábitos alimentares, dos gêneros de vida, da toponímia, dos tipos de habitação, do rural/agrário, dos estudos regionais e dos impactos ambientais antrópicos (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003). Neste contexto, fica ressaltado o fato de a cultura ser um reflexo das relações sociais, tanto de mediação quanto de condição social.

Com Cosgrove (1998; 2000; 2003), a aproximação com a Psicologia se evidencia a partir da conotação dada à imaginação do sujeito social. A imaginação é vista como papel simbólico, quando o homem, ao capturar dados sensórios e materiais, produz novos significados. Produzir e reproduzir a vida material é arte coletiva que decorre da consciência e se sustenta na produção simbólica, responsável por manter o mundo vivido porque

As metamorfoses do mundo da imaginação podem gerar transformações materiais na natureza: drenando pântanos, conservando espécies ou abrindo caminhos em regiões inóspitas. Reconhecer a centralidade da imaginação na construção do significado libera-nos do antagonismo entre o livre-arbítrio e a necessidade, o idealismo e o materialismo (COSGROVE, 2000, p. 36).

Nesta perspectiva, há mais do que elementos materiais que resultam das inter-relações homem-meio, posto que a imaginação é própria dos sentidos, que alinham o homem à natureza, mas também pertencem ao intelecto quando promovem a separação e, por que não dizer, a ação do homem sobre a natureza.

⁷ As perspectivas da denominada Geografia Pós-Moderna usam conceitos como percepção, identidade, representações sociais, imagens, dimensão simbólica, signos, imaginário social, que orbitam as estruturas psicológicas complexas, como tempo de duração e transformações, seja no espaço, seja no tempo.

A interface Psicologia-Geografia, mesmo não sendo voluntária sob o prisma do materialismo histórico-dialético, se reflete em sua compreensão de cultura cujo “modo de vida, incorporado a uma cultura dentro da produção humana, ligada em igualdade dialética com a produção material de bens”, leva em consideração que consciência humana, ideologia e crenças compõem o processo produtivo material, pois “estes modos de produção são simbolicamente constituídos, lugar e paisagem são imediatamente dotados de significado humano” (COSGROVE, 2003, p. 118; 128).

No reconhecimento de que o sujeito se relaciona com o ambiente de forma ímpar, Claval (2002) aborda a experiência corporal com o lugar, ou seja, neste dar-se conta das subjetividades, destaca a necessidade de se fazer uma análise geográfica por gênero, grupo etário, etc., porque os lugares possuem especificidades, bem como a empiria corpórea dos sujeitos, o que mostra suas individualidades, sustentadas a partir dos seus processos de construção identitária, que, por sua vez, são externalizadas em suas relações com o meio. Assim,

O espaço jamais aparece como um suporte neutro dos indivíduos e dos grupos. Ele resulta da ação humana que mudou a realidade natural e criou paisagens humanas e humanizadas. Os lugares e as paisagens fazem parte da memória coletiva. A lembrança do que aconteceu no passado dá forte valor sentimental a certos lugares.

[...]

As identidades individuais e coletivas são fortemente ligadas ao desenvolvimento da consciência territorial. Num tempo em que a globalização ameaça muitas identidades, a luz que a abordagem cultural põe nas relações entre identidades e território indica interessantes perspectivas de ação (CLAVAL, 2002, p. 24).

O que se depreende das perspectivas de Sorre e Sauer é uma aproximação com a Psicologia, pois consideram o elemento cultural como estruturante na forma como o homem organiza, transforma e concebe o meio no qual se insere. Está posta a necessidade de compreender o sujeito e de como tal intervenção no ambiente é coletiva, qualificando as representações sociais como um elemento de análise desta relação.

A maior aproximação da Geografia com a Psicologia ocorreu, no entanto, com a corrente Pragmática, cujo desdobramento na Geografia da Percepção ou Geografia Comportamental tem por objetivo compreender de que modo o homem percebe o espaço vivido – a forma como este é concebido e como aquele reage diante das condições naturais –, além de se propor a explicar a valorização subjetiva do território e o comportamento dos homens em relação ao ambiente.

O aparato psicológico que embasou esta corrente geográfica reside nas teorias behavioristas⁸. As pesquisas desenvolvidas pós-anos 1950 buscaram compreender o comportamento do homem urbano em sua relação com o lazer, a influência das formas de trabalho em sua produtividade, o vínculo entre a sociedade e a natureza através da organização de parques, as formas de representar o espaço por determinadas comunidades, sejam tribais ou rurais etc., entre outros temas (MORAES, 2005).

Já a fenomenologia apresenta inúmeros métodos para abordar o objeto de estudo através dos sentidos, explicando que, para que se compreenda um fato, mostra-se necessário nele imergirmos. Segundo esta escola, é possível estudar um fenômeno considerando a dialética processual que o envolve, fruto da ação social⁹ sobre o meio, mas que, ao mesmo tempo, exerce uma pressão social, limitando o agir humano. Assim, é igualmente possível contemplar os elementos afetivos que movimentam a ação antrópica. Lencioni (2002) destaca a influência da fenomenologia na Geografia, indicando “que a consciência, diante de qualquer objetivação científica, é sempre uma consciência engajada, negação de qualquer imparcialidade” (p. 193-4).

Por compreender que o método dialético viabiliza uma reflexão aprofundada da realidade intangível e que o estudo das representações sociais permite conhecer como o pensamento se forma, enquanto produto das relações sociais, expressas e representadas no espaço vivido, buscou-se conciliar esta leitura com o fenômeno analisado. Entende-se que a dialética, exprimida no materialismo histórico-geográfico¹⁰, oferece o método que mais favorece uma aproximação da realidade social, apesar de apresentar apenas o homem social, deixando em segundo plano sua dimensão mais interna, introspectiva. Parafraseando Rique (2004), parte desta pretensão é explicitada por inúmeros questionamentos, entre eles, se não está no momento de se levar em consideração as dores e as paixões da emoção humana, considerar desejos, sonhos e a solidariedade humana, bem como, no caso dos estudos sobre relações sociais, considerar sentimentos vis, como alegorias e rancores,

⁸ Para maiores esclarecimentos, ver, entre outros: DORON, PAROT, 1998, p.112-113; FRIEDMAN, SHUSTACK, 2004, p.195-225; 389-390; BOCK, FURTADO, TEIXEIRA, 2001, p.45-56; MORRIS, MAISTO, 2004, p.12-13; 438-439; ou ainda, SCHULTZ, SCHULTZ, 2004, p.359-383.

⁹ No sentido weberiano, ou seja, toda ação dotada de um sentido social, que leva em consideração as expectativas dos outros, percebida através dos sentidos.

¹⁰ No sentido atribuído por Harvey (1992).

vingança, ambição, egoísmo. Questiona a autora se não seria o caso de se buscar a humanização das pesquisas desenvolvidas, pois entende que

Se percorrermos um outro caminho e colocarmos os aspectos do mundo invisível do indivíduo não significa estarmos fugindo da materialidade dos fatos, ao contrário, estamos procurando enriquecê-los, com argumentos filosóficos que fazem incursões, na psicologia humana. Aproximar Nietzsche, que trata dessa questão, com Hegel que criou a dialética do desejo e Marx que a ampliou na concretude social mais viva, torna-se não só um desafio para nós, mas um dever no acolhimento desse desafio (RIQUE, 2004, p. 57).

Sem detalhar o pensamento de Nietzsche ou de Hegel, mas aproximando a análise materialista histórico-dialética, pensada por Marx, das formulações dos pensadores que trabalham com a representação social e a Psicanálise, procura-se uma integração filosófica e metodológica do estudo das representações sociais com a construção do espaço vivido, acrescentando a concepção geográfica à dialética, tal qual defendeu Harvey (1992).

Quando Lencioni (2002) refletiu sobre a influência da fenomenologia na Geografia, destacou a perspectiva antropocêntrica do mundo e a reintegração do humanismo que incorpora e salienta a importância “dos valores sociais e culturais, bem como a valorização da história e do mundo vivido” (p. 194). Para esta autora, o espaço deixa de ter a dimensão abstrata, tornando-se a referência central o espaço experienciado, a ser compreendido como resultante da representação das pessoas. Assim, o espaço vivenciado é interpretado pelos sujeitos, sendo revelador de práticas sociais.

São conhecidas muitas críticas que foram tecidas à Geografia Pragmática, entre elas a de ser um instrumento a serviço da burguesia. Contudo, a relação proposta entre Geografia e Psicologia dialoga com a dialética, especialmente com a materialista, pois, parafraseando Marx, o modo de produção submete o processo da vida social, da política e do intelecto, do que resulta a afirmação, no mínimo perturbadora, de que não é a consciência humana que determina o seu eu, mas o seu ser quem condiciona a sua consciência. Tal consciência é formada posteriormente à tomada de conhecimento da manifestação do homem na relação com a matéria original, que precede o homem (SUERTEGARAY, 2005).

Neste diálogo com a dialética, deduz-se a concepção de espaço em que ele é concebido ao mesmo tempo como absoluto, relativo e relacional, entre si e com a sociedade que nele vive, que nele se organiza e que o transforma. Assim, para compreender as representações sociais, mostra-se essencial captar esta dimensão espaço-temporal, porque

as representações são fruto de uma interação social, que implica o momento histórico em que uma sociedade ou grupo social se relaciona, organiza e transforma o espaço, a partir de valores vigentes em determinado tempo social.

Entretanto, o estudo das representações sociais na Geografia tem sido enquadrado na corrente fenomenológica, cujo método consiste na descrição dos fenômenos empíricos, do fato estudado na forma como se apresenta imediatamente, buscando apreender o sentido e o significado atribuído pelos sujeitos àquilo que é vivido, subjetivo. É o interesse pelo mundo experienciado, como captado pela consciência humana. Neste ínterim, atravessam os conceitos de espaço, vivido e experienciado, sendo a paisagem a superfície limítrofe deste espaço. Finalmente, aparece o conceito de lugar imerso em significados, expressando localização e modelo de experiência do/com o mundo. O espaço é, portanto, inter-relacional (SUERTEGARAY, 2005), e nele se conectam as dimensões natural, social, cultural e, por que não dizer, emocional dos sujeitos sociais.

O estudo das representações sociais na ciência geográfica pressupõe reconhecer a variabilidade e a complexidade do fenômeno estudado a partir de um instrumental teórico, técnico e humano. Neste último caso, estão incluídas as entrevistas qualitativas, as histórias de vida, os relatos orais. Em sua descrição, denotam-se ambiguidades, complexidades, por isso, busca-se a estrutura dos significados e, no caso desta pesquisa, como se formam as representações sociais sobre os areais. Toda interpretação permite uma reinterpretação, o desvelar do que se apresenta à frente da consciência. Logo, privilegia-se ainda o espaço da imaginação e da projeção do sujeito.

O estudo das representações sociais encontra na aproximação com o existencialismo de Sartre compreender, interpretar, dar sentido ao vivido, considerando os significados criados e materializados no espaço, estudando o homem em seu cotidiano, em sua subjetividade, na construção de sua relação com o espaço.

Pensar na atuação transformadora do mundo conduz a Habermas (2003) e à sua teoria da ação comunicativa, pois é através da relação dialógica, da compreensão das representações criadas, que se estabelece a possibilidade de práticas intervencionistas e transformadoras. Tal relação é necessária e está abordada no Capítulo 5, quando da análise do papel da mídia enquanto formadora de opinião pública.

2.1 CONCEITOS TRANSVERSAIS: PAISAGEM, TERRITÓRIO, ESPAÇO, LUGAR E FRONTEIRA

Conforme Rique (2004), a Geografia está impregnada no senso-comum e são poucos os autores que, escapando dele, conseguem avançar epistemologicamente. Salienta a autora que algumas das categorias analíticas, como espaço, tempo, lugar, paisagem, território, região, fazem parte do imaginário coletivo e aparecem nos discursos, ainda que seu emprego não corresponda a uma definição científica. Tal situação também ocorreu nesta pesquisa: as palavras areais, arenização, deserto e desertificação apareceram nos discursos dos entrevistados, bem como nas reportagens dos jornais, o que não significa dizer que se fizeram presentes a partir de uma perspectiva teórico-científica.

Para ir além do senso-comum estabeleceu-se uma reflexão dialética entre os conceitos, seja de representação social, areal, paisagem ou lugar. A relação homem-meio foi estruturada na combinação de três categorias de análise geográfica: paisagem, território e espaço, com primazia deste último. Ao considerar a representação geográfica, a análise iniciou com o exame da categoria paisagem, explicitando-se no espaço, mediado pelo território (MOREIRA, 2007).

Por serem usados transversalmente, os conceitos de paisagem, território, espaço, lugar e fronteira são apresentados somente para a compreensão deste trabalho, não sendo desenvolvidas suas diferentes concepções teóricas ou como evoluíram no pensamento geográfico brasileiro.

Para La Blache e Besse, a paisagem é “natural” ou “humana”; já para Berque, Cosgrove e Santos, por exemplo, consiste na composição, justaposição, do natural e do antrópico. A representação está permeada de elementos socioculturais, mas também é identificada a partir de imagens mnemônicas que se apresentam para ajudar na composição deste imaginário, na representação, na percepção do visível. Embora Rique (2004) destaque que faz parte do senso comum, a ideia de paisagem como aquilo pertencente ao âmbito do visível, o próprio Milton Santos apresenta esta perspectiva de paisagem, ou seja, aquilo visível.

Há grande vínculo da paisagem com as artes: ela pode ser pintada/fotografada, declamada, cantada, construída; pode ser lírica, mas também científica. É elemento de

análise e conceito estruturante não apenas na Geografia, mas também na Biologia e Ecologia, Antropologia, Psicologia, Sociologia, Arquitetura...

Há uma intencionalidade em sua representação, criada a partir de inúmeros interesses, normalmente vinculados ao capital. Para Besse (s/d), a paisagem pode ser real/natural ou pintada, sendo a percepção da paisagem natural determinada, em parte, por uma teoria da pintura, cujo símbolo está na concepção de perspectiva. Neste sentido, a percepção da paisagem se dá segundo os princípios de uma ótica – o ponto de vista de quem a observa – e de uma geometria – as técnicas de representação, como a cartografia.

É através do movimento artístico surrealista que a paisagem adquire uma conotação psicológica. Em suas telas, a representação paisagística é abstrata, em perspectiva, como nas obras de Magritte, Dali ou Miró, que buscam uma expressão metafórica do mundo da mente, da imaginação, dos ideais e dos psicóticos.

Segundo Rocha (2008), a concepção atual de paisagem associa-se à interpretação estética que é fruto de diversas percepções, mas continua sendo entendida como formação natural, ou o espaço em que vive a sociedade, e caracterizada por determinado padrão de relações espaciais, de importância existencial à sociedade. A paisagem é concebida como natural, visual, cultural, social, antrópica, percebida/representada, cabendo o uso do pleonismo *paisagem geográfica* para fazer referência a um sistema de recursos explorados e/ou conservados pelo homem, fonte de percepções para quem a utiliza e dela usufrui.

O registro da paisagem se dá mediante um processo cerebral, a partir de uma percepção que é transmitida/expressa pela oralidade, escrita, pintura, sendo cada uma destas formas produtoras de espaços, mas que igualmente destes se utiliza. A representação da paisagem adquire múltiplos significados, uma vez que

a paisagem é uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas é também uma *matriz* porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno (BERQUE, 1998, p.84-85).

A paisagem-marca é o reflexo de uma civilização que dispõe de instrumentos metodológicos capazes de descrevê-la e inventariá-la. Como matriz, a paisagem é percebida, concebida ou ainda fruto de uma cultura, reproduzindo a relação de dada sociedade com o espaço e com a natureza. A paisagem-marca promove a abstração do sujeito com o qual a paisagem se relaciona, gerando a matriz. Portanto, a marca é o concreto, aquilo que foi realizado, a identidade, sendo a matriz fonte, isto é, geradora de novas ações.

Os meios de comunicação, como outros agentes, possuem potencial para criar matriz e inculcar no imaginário social uma marca. Esta é constituída de um sentido que implica uma cadeia de processos (físicos, mentais e sociais); desempenha um papel perpétuo e simultâneo de marca-matriz. A paisagem é uma representação, uma produção daquele que a observa, e, em vista disso, para ela concorrem elementos culturais, sociais e históricos do sujeito.

De acordo com Ribeiro (2001), uma paisagem é um espaço alcançável mediante a observação, desde a olho nu ou através de uma fotografia. Uma paisagem desvela o estado atmosférico, a produção e circulação de produtos, circulação das ideias, modificando ou influenciando no comportamento das populações.

O entendimento crítico da paisagem contemporânea pode se dar, segundo Serpa (2007), “a partir da paisagem como artefato e como sistema” (p. 15), visto que é uma produção humana, constituindo um conjunto de elementos e objetos interligados. Outra crítica possível é a paisagem pensada como geradora de riqueza, uma vez que há paisagens que melhor se enquadram na condição de mercadoria. A paisagem como ideologia é outro ponto crítico da perspectiva contemporânea, visto que ela sempre expressa e condiciona um conjunto de crenças e ideias, impõe ideologia(s), traduzida(s) nos ideais de uma classe dominante, impondo um padrão de gostos, circulação e consumo.

Neste sentido,

Os meios de incorporação do espaço aos códigos simbólicos através da produção cultural também constituem tarefas para geografia cultural. Como poder simbólico na sociedade de classes, a ideologia se apropria e reproduz o espaço para legitimar e sustentar a dominação de classes. [...] A paisagem estrutura e é estruturada pelo poder simbólico (COSGROVE, 2003, p. 128-9).

Todavia, segundo Cosgrove (2003), não é possível ignorar a paisagem como história, enquanto cristalizadora dos momentos e períodos históricos em seus processos constitutivos e de transformação, como observa o autor quando disserta que a Geografia Cultural como prática revolucionária enseja

não apenas revelar a contribuição simbólica da ação humana na produção e manutenção das paisagens e o grau pelo qual essas paisagens estruturam e mantêm a produção simbólica, mas pode examinar criticamente formas emergentes de organização espacial e da paisagem, examinando-as em termos de cumprirem a meta socialista de uma humanidade liberada, atacando as paisagens alienadas do capitalismo atual, não da perspectiva de uma “estética” flutuante, mas de uma estética baseada no reconhecimento de como novas paisagens

mantêm e elaboram o código simbólico da sociedade burguesa (COSGROVE, 2003, p. 129),

e conclui dizendo que esta pode até ser uma concepção utópica, contudo a sentença final será dada pela história produzida pela humanidade.

A paisagem é fruto de um processo de acumulação, mas contínua no binômio espaço-tempo; única, embora não totalizante; composta, resultante de um mosaico de tempos e objetos históricos. A paisagem pressupõe um conjunto de formas e funções que apontam para a estrutura espacial que, a princípio, é invisível, decorrente da união do binômio paisagem-sociedade, constantemente em transformação, com aspectos visíveis.

Cosgrove (1998) destaca que a paisagem na Geografia Humana está associada à cultura; é a ideia de formas visíveis sobre a superfície da Terra e sua composição. A paisagem é o modo de ver, “compor e harmonizar o mundo em uma ‘cena’, em uma unidade visual” (p. 98); é simbólica, pois produto da apropriação e transformação desenvolvidas pelo homem no ambiente.

Para Santos (2006), a paisagem se materializa no espaço geográfico como forma constituinte deste espaço, como

o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. [...] se dá como conjunto de objetos reais concretos. [...] transtemporal juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal juntando objetos. [...] um sistema material, [...] relativamente imutável [...] (p. 83).

Os estudos do território e espaço iniciam-se localizando o fenômeno na paisagem (areais, ravinas e voçorocas) e prosseguem através da rede e conexão de distâncias, situando-o no espaço (princípio da extensão): neste estudo, foram investigados cinco municípios da fronteira oeste gaúcha, sendo dez os municípios que compreendem áreas de arenização (princípio da unidade do espaço). O território surge com a delimitação dos recortes dentro da extensão, e, com o cruzamento destes recortes, surge a escala, constituindo o espaço em sua complexidade. Conforme Moreira (2007), para a categoria espaço, há as subcategorias localização, distribuição, distância, extensão, posição e escala; para a categoria território, as subcategorias região, lugar e rede; e, para a paisagem, as subcategorias arranjo e configuração.

Segundo Moreira (2007), a análise geográfica se inicia na descrição da paisagem, continua no território e finaliza na compreensão do espaço enquanto mundo: “O recorte de

espaço desses objetos na paisagem é o seu território [...] dos recortes de domínio do espaço [...] convertem a paisagem em território e o território em espaço” (p. 117).

O território pode ser definido como um espaço que foi apropriado por determinada sociedade politicamente organizada. Nesta perspectiva, a noção de território associa-se à de soberania, unindo-se à de controle (territorial), a partir da qual surge o conceito de fronteira. No contexto deste trabalho, o conceito de fronteira é abordado a partir da Lei n. 6.632, de 02 de março de 1979: “área indispensável à Segurança Nacional que compreende uma faixa interna de 150 km de largura, paralela ao limite territorial internacional”¹¹.

Para Saquet (2008), o território se constitui pelas redes de circulação e comunicação, pelas relações de poder e formação de identidades territoriais, sendo compreendido como fruto e condição da territorialização. Território e Territorialização estão interligados de várias formas, o que justifica as dificuldades de assimilar a noção de território em suas múltiplas dimensões e territorialidades. Este é um exemplo do que Campos e Rouquette (2003) apontaram ao definir as representações sociais como uma estrutura atravessada por múltiplas dimensões.

O território possui relação com a ação de um ator social, seja uma instituição, indivíduo ou coletividade, que pode ser compreendido considerando quer a territorialização das instituições, dada pelo potencial de poder e influência, quer os indivíduos. Ainda que se reconheça que tanto as instituições quanto os sujeitos sociais sejam atores territoriais, eles são diferentes. Além disso, a abordagem territorial também pode considerar o que é institucional, o que é político, o que tange ao poder – formal e informal -, o que é subjetivo e o que é social (HEIDRICH, 2009).

A territorialização constitui e é substantivada por diversas territorialidades e temporalidades, fruto e condição dos processos sociais na inter-relação entre homem e meio. Para Saquet (2008), a territorialização é assinalada pela mobilidade na reprodução das relações sociais, bem como por uma complexidade cada vez maior das forças produtivas.

A territorialidade, conforme analisa Haesbaert (2005; 2008), incorpora uma dimensão eminentemente política, contudo mantém relações com as áreas econômica e cultural, porque está fortemente vinculada à forma como os sujeitos se valem da terra, como se organizam no território e como dão sentido ao lugar. O território imaterial é o das

¹¹ BRASIL, *Lei de Fronteira*. Lei n. 6.632, de 02 de março de 1979.

representações, pois está no plano ideativo. O território material é físico, concreto, cartografável. O espaço concebido corresponde ao representado; o vivido, ao que se experimenta; o percebido à representação.

Conforme aponta Raffestin (1988), a territorialidade humana está condicionada às linguagens, sistemas de sinais e códigos estabelecidos pelos grupos sociais, não sendo formada somente por relações com os territórios, mas mediatizadas pelas relações concretas e abstratas presentes no território. A territorialidade humana possui movimento, sendo feita por continuidades e descontinuidades, sustentada por um eixo de povoamento, de agrupamento humano, e afetada, muitas vezes, por problemas oriundos da contenda entre instituições e/ou sujeitos. Um exemplo de conflito territorial é a disputa entre fazendeiros e trabalhadores rurais sem terra.

A abordagem territorial é vista como campo de reflexão, pelo menos em três níveis: primeiro, o da territorialidade das instituições e sociedades, envolvendo o poder político; segundo, o da territorialidade dos indivíduos, grupos e comunidades, que envolve o poder social; e, por fim, o das questões territoriais que se entrecruzam e conflitam instituições e sujeitos, envolvendo os poderes políticos e sociais.

Os atributos da condição territorial passam a ser considerados manifestação geral, aspectos próprios e passíveis de reconhecimento em perspectivas diversas, como a social, a cultural, a política ou a econômica, seja institucional ou subjetiva (HEIDRICH, 2009). Como componente do poder, a territorialidade caracteriza-se por criar e manter a ordem, bem como por ser parte do contexto geográfico pelo qual se experimenta o mundo, dotando-o de significado e significância.

A territorialidade não se desvincula da dimensão do humano, que se expressa como poder, reprodução da vida e sua representação. A dinâmica interna dos territórios explicita-se, em virtude da comunicação, com base em três instrumentais territoriais: malha, nó e rede (RAFFESTIN, 1988; SANTOS, 1997; 2006). Assim, quanto mais racional, moderna, for uma civilização, maior será sua complexidade territorial, sendo as malhas mais importantes nas civilizações tradicionais e as redes, nas civilizações modernas.

A territorialidade é um ensaio de alguém/alguns para influenciar e controlar pessoas, recursos, fenômenos, relações. É o poder sobre um território que o delimita e efetiva o controle sobre ele (SAQUET, 2008). É a expressão do sentimento de pertencimento

em relação a determinado espaço, o que permite a apropriação dos seus recursos, com vista à sobrevivência.

Por outro lado, o território é produto de estratégias de influência e poder, no controle de pessoas, de fenômenos e de relações. Como já mencionado, o poder adquire o estatuto de elemento fundante do território, porque há uma delimitação e uma extensão, sendo relativo e não definitivo. O território mostra-se tensionado por outros que o delimitam, por ações jurídicas de transbordamento que são aceitas nos espaços, gerando ações transnacionais. A relação que se estabelece se dá na apropriação, no uso, na representação, na posse, na dominação.

Quanto ao poder, Ruckert (2005) afirma que, embora ele não seja específico, qualquer aspecto da realidade pode tornar-se específico pelos seus usos e resultados, tratando-se de uma possibilidade de acúmulo de força. Afirma ainda que o poder é derivado de inúmeras fontes, pois se trata de uma relação social disseminada, presente na sociedade e no espaço.

A origem do controle social sobre o território varia de acordo com a sociedade ou a cultura, o grupo social e, por vezes, com o próprio sujeito. A multiterritorialidade compõe-se de relações que se processam, entre outros, com o território, os sistemas, o espaço, as redes, permitindo identificar o quão múltiplo é o poder, seja ele formal ou informal. A manifestação do poder sobre o território pode dar-se sem que haja conflito, contudo tem sido habitual sua ocorrência, em virtude da ação de territorializar. A multiterritorialidade é uma condição contemporânea, que se configura num espaço articulado entre múltiplos territórios, um espaço transglóssico (HAESBAERT, 2005; 2008; HEIDRICH, 2009).

Assim, é possível distinguir poder e multiterritorialidade. O primeiro, reúne, totaliza e abarca o território; enquanto as relações estão abertas à multiterritorialidade, mostra-se possível o contato sem a condição de permanência e de continuidade, as relações são expansivas, e não há contingência em sua extensão. Multiterritorialidade não é sinônimo de coexistência pacífica. Territorializar significa produzir território. Os grupos sociais experimentam diversos locais, até que encontram um no qual se ambientam, se territorializam, enraizando-se culturalmente.

Quanto ao sentimento de pertença, Gomes (2008) também o considera fundante de um território, não sendo a identidade territorial uma perfeita projeção do território, posto que parte desta identidade dá-se pela representação que dele fazemos, e esta é

sempre uma escolha, haja vista a impossibilidade de representá-lo integralmente, de concebê-lo em sua plenitude. O sentimento de pertença que caracterizará esta identidade territorial vincula-se à subjetividade. Neste sentido, o estudo das representações sociais são essenciais para a compreensão dos processos de produção e de apropriação territorial das multiterritorialidades.

A territorialidade domina ou exerce domínio sobre as pessoas. Há uma relação de poder entre os sujeitos; a ação territorial estabelece uma identidade com este território, uma relação de pertencimento. Há uma territorialidade humana, social, política, etc., isto é, uma construção humana. Haesbaert (1999) salienta que estudos contemporâneos enfatizam o espaço vivido e as identidades territoriais, pois são fundamentais à compreensão da multiplicidade geográfica.

A identidade territorial, via de regra, legitima os discursos e as ações presentes no território como objeto de interesse. Esta identidade é elaborada a partir de representações sociais que buscam interpretar e reconhecer fatos, valores e mitos relativos a uma experiência histórico-geográfica comum.

A microterritorialidade dos grandes centros urbanos é efêmera, pressupondo uso, sentimento de pertencimento, identidade, vínculo e representação resultantes de práticas sociais e de integração sócio-espacial. A condição de ocupação caracteriza as formas de uso. Segundo Santos (2006), o espaço usado possui utilidade e finalidade, que valorizam este espaço, sendo a paisagem transformada em habitat. E este espaço não é apenas o urbano.

Claval salienta que a Geografia, ao abordar o território e não o espaço, evidencia a construção social, sua ação técnica e discurso expresso. As relações estabelecidas com o território são materiais e simbólicas, uma vez que “os homens concebem seu ambiente como se houvesse um espelho que, refletindo suas imagens, os ajuda a tomar consciência daquilo que eles partilham” (1999, p. 11).

Quanto aos territórios funcional e simbólico, Haesbaert (2005; 2008) desenvolve um paralelo entre ambos, caracterizando o primeiro pelos processos de dominação e o segundo pelos de apropriação e diferenciando-os, respectivamente, a partir das noções de territórios da desigualdade e da diferença; território sem territorialidade e territorialidade sem território, território como recurso – uma mercadoria com valor de troca, ou seja, onde há controle físico, produção e lucro – e território como símbolo – com um valor simbólico, território como abrigo, lar, sensação de segurança afetiva. Esta perspectiva de análise não

apresenta o território em si como dicotômico, mas, sim, a forma como se dão os processos de territorialização, isto é, como as formas de dominação e apropriação do espaço pelos grupos sociais ocorrem no decorrer do tempo e do espaço.

Ao longo de suas obras, geógrafos como Soja, Harvey, Massey, Santos e Gregory, ao realizarem a crítica à produção do espaço, desvelando as questões sociais, a construção de novos modos de organização espacial, transformaram a paisagem em pano de fundo das mazelas ambientais e sociais, elucidando uma padronização dos espaços, que faz com que cidades como Tóquio, Seul, São Paulo ou Nova Iorque, com seus espigões de vidro e aço, sejam semelhantes.

Há muito espaço e tempo deixaram de ser entendidos como categorias isoladas e independentes, pois, desde a formulação de Einstein do constructo de espaço-tempo, são concebidos como inseparáveis. Santos (1997; 2006) propôs inicialmente que o espaço fosse definido como conjunto inseparável, solidário, mas também contraditório, de sistemas de objetos e ações. Há neste conceito uma relação expressa entre natureza e sociedade, a natureza tecnificada, ou seja, não mais a primeira natureza ou “natural”, mas a segunda, plena de elementos inseridos pelo homem. A inserção do elemento social e, por consequência, da técnica, agindo sobre esta natureza, cria o espaço.

O espaço possui forma e conteúdo, produzidos pelas técnicas e meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e cria espaço. Na relação temporal, o espaço se expressa, para Santos (2006, p. 67), como sendo “sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. [...] um sistema de valores, que se transforma permanentemente”. O espaço é um sistema de valores em constante transformação, é ao mesmo tempo uno e múltiplo (SANTOS, 1994, 1997, 2002, 2006; SUERTEGARAY, 2005). Mediante o uso, o espaço torna-se mercadoria, quando valorado pela sociedade. O espaço é percebido como misto, híbrido, forma e conteúdo; porção da categoria do social e do físico, uma síntese, ainda que temporária, entre conteúdo e forma, onde se realiza e materializa a história, sendo, ao mesmo tempo, passado e presente.

O conceito de lugar retorna ao centro das discussões geográficas e, em Santos (2006), remete à reflexão sobre a nossa relação com o mundo, isto é, uma relação local e global. Assim sendo, o lugar aparece como manifestação do cotidiano. Há uma dimensão existencial que perpassa este conceito, posto que aborda o espaço vivido, expressão de

relações objetivas-subjetivas-intersubjetivas, horizontais-verticais, resultantes de relações de poder e de resistência.

No espaço, o processo de unificação, fragmentação e individuação, cria, recria e renova o lugar de acordo com o movimento da sociedade, como a sociedade pensa, planeja e se organiza através da divisão do trabalho, conferindo aos lugares novos conteúdos, significados e sentidos. O lugar é representado simbolicamente por cada agente social, o que assegura a individualidade do lugar, sendo uma combinação particularizada de diversos modos de produção. Assim, o lugar é a relação processual entre o local, horizontalidades, e o global, verticalidades, enquanto expressão das realidades vividas (SANTOS, 1997).

O lugar, para Rique (2004), é uma forma, uma imagem, uma função, uma representação, uma feição. O lugar social é constituído pelo trabalho – pela ação e produto do trabalho humano –, mas é, igualmente, um espaço do qual alguém se apropria, um espaço de alienação, de estratificação e de luta. A autora não considera o lugar algo fixo, porém móvel, resultado das ações humanas enquanto elementos deste lugar, todavia também da mercadoria produzida pelo homem. Portanto, o lugar é um produto social.

O lugar “natureza”, isto é, nem criado, tampouco produzido pelo homem, e que, por isso, recebeu a denominação “primeira natureza” – inicialmente por Marx e, depois, por muitos outros autores –, adquire, na concepção de Rique (2004), o estatuto de processual, porque é o resultado dos processos naturais, mas, também, o fundamento de novos processos. Portanto, como fruto dos processos sociais,”

são os lugares construídos, não estão inertes na paisagem sensível, nem na paisagem supra-sensível. Eles estão sofrendo algum tipo de desgaste pelo uso levado a efeito nas relações sociais que os sublinham como tal; ocorrerá aí uma “corrosão”, imperceptível ao olhar humano e nem por isso deixa de constituir-se numa concreção, que só é visualizada quando já há resultados a serem constatados a olho nu. O olhar humano só enxerga resultados. Os lugares construídos também passam por processos de destruição e reconstrução, de acordo com as “necessidades” sociais, estas podem estar no âmbito do público ou do privado; o importante é ter-se em mente, que por mais que a aparência seja de fixidez dos lugares, esta é negada pela sua mobilidade real.

[...]

O meio é o lugar do homem, o seu espaço e seu território, mesmo recheados de alienação, os quais aparecem como paisagem e no seu conteúdo está o próprio agir humano pelo trabalho, pela arte, pela emoção, que não são só naturais, são históricas; não são eternas, passam (RIQUE, 2004, p. 32; p. 114).

Assim, o lugar possui individualidade, é onde as pessoas praticam ações e expressam suas relações interpessoais. O lugar é o espaço vivido, que possui o valor que o

sujeito lhe atribui, “onde encontramos uma sensação de estado de estabilidade e permanência” (MOREIRA, 2009, p. 65). O espaço se transforma em lugar quando adquire um significado para o sujeito, que o experiencia vendo, sentindo, pensando. Constitui-se lugar quando tem um significante que o marca, que o caracteriza.

2.2 O FENÔMENO GEOGRÁFICO: OS AREAIS

Neste item, caracteriza-se a área de estudo, os conceitos de areais e de arenização e os respectivos processos formativos, assim como a área de ocorrência dos areais.

Segundo Suertegaray (1992; 2001; 2012), os areais são depósitos arenosos recentes, localizados no sudoeste do Rio Grande do Sul, Brasil. Apresentam-se pouco ou nada consolidados, com pouca ou nenhuma cobertura vegetal, e encontram-se trabalhados pelos agentes climáticos. Os areais originaram-se da intensificação do escoamento superficial em colinas ou rampas associadas aos morros testemunhos, propiciando a formação de ravinas e voçorocas, que, ao transportar sedimentos arenosos, por vezes, originam feições em forma de leques deposicionais. São de origem natural, entretanto pode haver agravamento pela ação antrópica. Suertegaray opta por este topônimo – areal – por ser o termo como as areias eram conhecidas e denominadas na região.

Já o conceito de arenização tem sido ampliado por esta autora desde o início de suas pesquisas há mais de 25 anos e pode-se dizer que corresponde ao retrabalhamento dos depósitos arenosos de formações superficiais, quiçá datadas do Quaternário, oriunda de uma dinâmica morfogenética, cujos processos hídricos superficiais, em especial o escoamento concentrado na forma de ravinas e voçorocas, que associado à pluviosidade intensa, expõe, transporta e promove o depósito de areia, formando areais, que em contato com a ação eólica, tendem ao movimento constante (SUERTEGARAY, 2012).

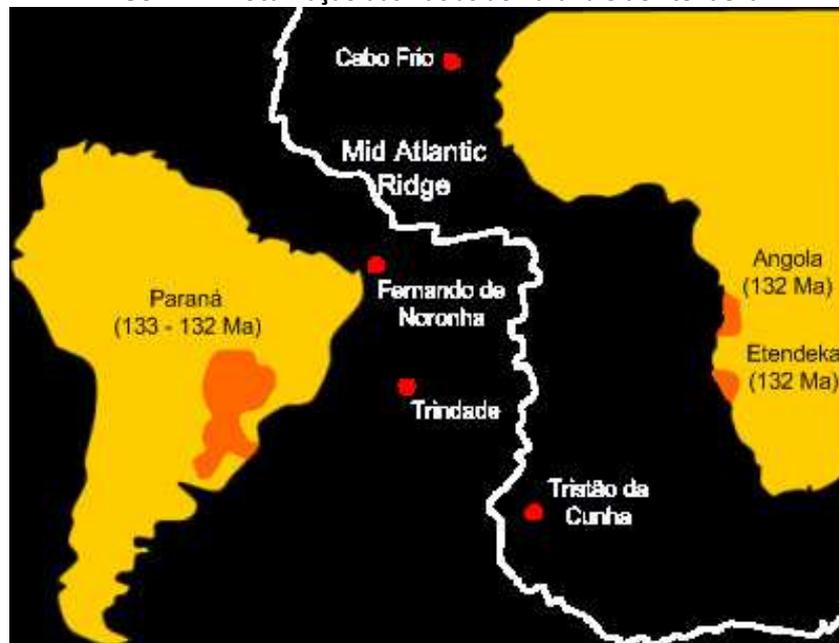
Entre as formações geológicas do estado gaúcho, tem-se extensa área sedimentar, denominada Bacia Sedimentar do Paraná, datada da era Paleozóica e que se estende de 540 a 245 milhões de anos atrás, sendo os sedimentos desta fase hoje representados pelas formações que afloram na Depressão Periférica. Mais tarde, já no Mesozóico (245 a 65 milhões de anos atrás), tem-se a presença do denominado Deserto do Botucatu e os

derrames basálticos que dão sustentação ao Planalto Meridional e à sua porção sudoeste, a Cuesta do Haedo.

Esta bacia de depósitos sedimentares (denominados genericamente arenito Botucatu) foi recoberta por sucessivos derrames de lavas, oriundos de fraturas profundas que se empilharam e formaram uma espessura que atinge 1.700 metros de altura na parte central, com uma média em torno de 800 metros, totalizando uma área com cerca de 1.200.000 km² (MULLER F^o, 1970; SUERTEGARAY & FUJIMOTO, 2004a).

O sudoeste do Rio Grande do Sul, onde se localizam os areais, é parte da Bacia do Paraná, que estrutura também parte dos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso, no Brasil, além de parte do Uruguai, Argentina e Paraguai, na América do Sul. O mesmo processo/período da Bacia do Paraná formou o noroeste da Namíbia, na costa oeste da África, denominada Bacia Etendeka (Figura 1). Isto corrobora os argumentos que indicam a existência do continente do Gondwana¹², anterior à abertura do oceano Atlântico, e a deriva continental, cuja fragmentação iniciou há, aproximadamente, 132 milhões de anos, no período do Cretáceo Inferior.

FIGURA 1 – Localização das Bacias do Paraná e de Etendeka

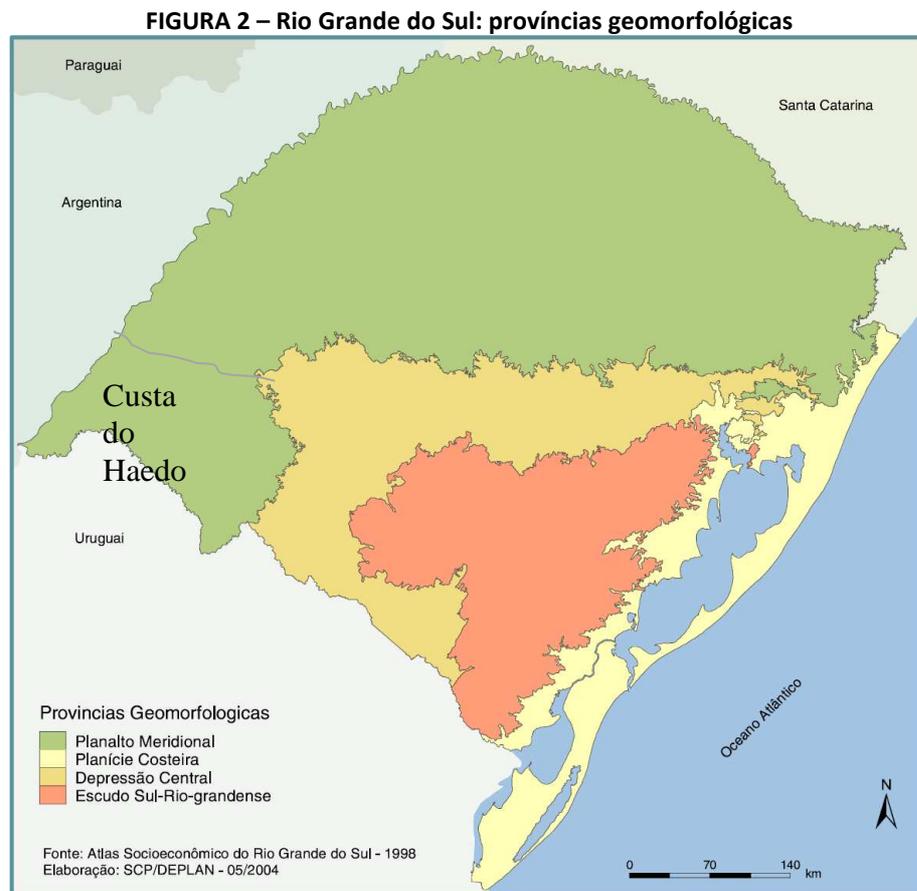


Fonte: Nouveau voyage au centre de la Terre – Vincent Courtillot, In: <http://blacksmoker.wordpress.com/tag/hot-spots/>, acessado em 12 dez. 2012

¹² Outras informações na página da CPRM, http://www.cprm.gov.br/Aparados/ap_geol_pag01.htm, acessada em 26 set. 2007.

Assim, as Bacias do Paraná e de Etendeka formaram-se pelo derramamento de magma que recobriu, especialmente de basalto, grande parte das estruturas existentes e que, no Brasil, formou a Serra Geral. Este foi um grande evento vulcânico que originou uma das maiores províncias basálticas existentes no planeta. Ao analisar a Bacia do Paraná sob a ótica dos critérios morfoestruturais, observa-se a influência da estrutura geológica na formação do relevo. As morfoesculturas assinalam as formas do relevo, geradas sob a ação de climas passados e recentes e que se encontram acomodadas sob as morfoestruturas. O relevo é, assim, o modelado das formas produzidas sobre diferentes estruturas, sob a ação dos fatores exógenos (SUERTEGARAY, 2004a).

A relação entre morfoestrutura e morfoescultura permitiu classificar o estado gaúcho em cinco unidades geomorfológicas (Figura 2), denominadas: Planalto Uruguaio Sul-Rio-Grandense, Planalto Basáltico, Depressão Periférica, Cuesta do Haedo e Planície e Terras Baixas Costeiras (SUERTEGARAY, 2004a). Os areais ocorrem, fundamentalmente, na unidade Cuesta do Haedo, por isso o foco teórico será desta unidade.



Fonte: SCP/DEPLAN, Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 1998, In: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=339>, acessado em 26 set. 2007

Neste compartimento, solo e vegetação são propícios à pecuária, contudo também são cultivados, particularmente, nas várzeas dos rios, com predominância da lavoura de arroz. Em terrenos onde emerge o arenito Botucatu, existem áreas fortemente erodidas que formam sulcos, ravinas e voçorocas, observadas nas Figuras 3 e 4.

FIGURA 3 – Voçoroca em São Francisco de Assis/RS



FIGURA 4 – Voçorocamento em São Francisco de Assis/RS



FOTOS: Rozalia Torres (1988)

A Figura 4 mostra que, embora a encosta da voçoroca já se encontre em processo de recuperação vegetal e se verifique a estabilização da perda do material arenoso, há a formação de novo ravinamento no seu interior, indicando que o processo está ativo, apesar das inúmeras tentativas dos proprietários em minimizar o avanço da perda de solo.

O processo de voçorocamento, conforme Suertegaray (1992; 2003), pode formar-se a partir da ação do lençol freático, que aos poucos remove o arenito no subsolo, e o terreno termina sedendo na superfície e origina as ravinas. Com o aprofundamento e alargamento das ravinas, surgem as voçorocas, cuja continuidade da ação atinge o lençol freático, caracterizando-se por um processo de erosão acelerada, que ocasiona constantes alterações na paisagem. Na Figura 5, observa-se parte do lençol freático na nova superfície do terreno, que sucumbiu cerca de sete (7) metros.

FIGURA 5 – Lençol freático aflorante na voçoroca, São Francisco de Assis/RS

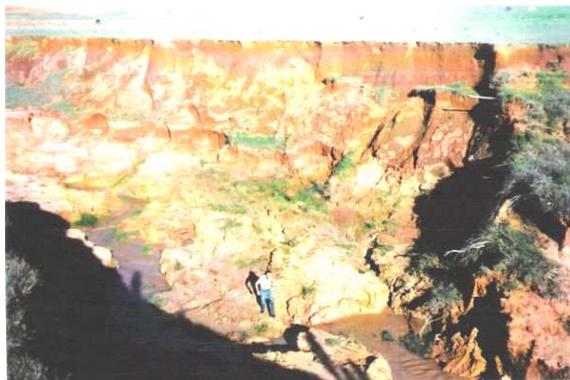


FOTO: Rozalia Torres (1988)

Os areais, outro fenômeno natural, são extensas áreas em que o deserto do Botucatu aflora, fruto de desgaste erosivo do recapeamento basáltico, combinado com a ação eólica que espalha estas areias, como que em dunas (Figuras 6 e 7). É sobre essas antigas dunas que atua o processo de arenização, dando origem à formação dos areais. Como explica Suertegaray *et al.* (2001), a sequência do processo de voçorocamento se dá através da

erosão lateral e regressiva, conseqüentemente, alargando suas bordas por outro lado, à jusante destas ravinas e voçorocas em decorrência do processo de transporte de sedimentos pela água durante episódios de chuvas torrenciais, formam-se depósitos arenosos em forma de leques. Com o tempo esses leques vão se agrupando e em conjunto dão origem a um areal. O vento que atua sobre essas areias, em todas as direções, permite a ampliação deste processo (publicação eletrônica, não paginado).

FIGURA 6 – Areal, Quaraí/RS



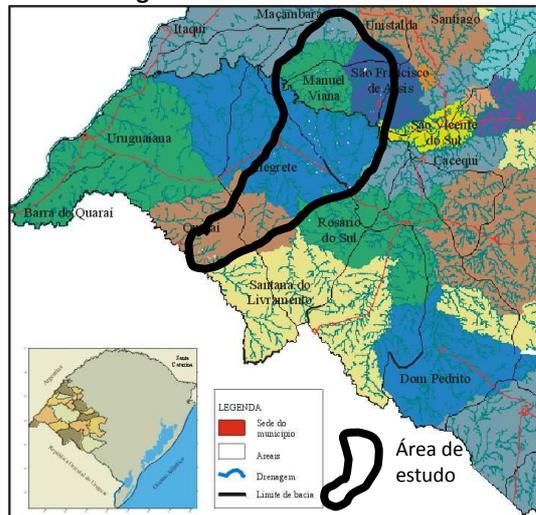
FIGURA 7 – Morro testemunho e areal, Quaraí/RS



FOTOS: Rozalia Torres (2005)

A Figura 8 apresenta a porção sudoeste do Rio Grande do Sul, onde se verifica a maior parte dos areais, destacando-se a área de estudo da tese.

FIGURA 8 – Área de abrangência dos areais no sudoeste do Rio Grande do Sul



FONTE: SUERTEGARAY, et al. (2001), In: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-287-3.jpg>>, acessado em 26 set. 2007

Os areais mais conhecidos na região são denominados de “desertos” – São João, em Alegrete (Figura 9), e Puitã, em Maçambará (Figura 10) –, sendo na verdade formações superficiais, ou seja, depósitos sedimentares mais recentes onde o deserto de Botucatu aflora, por já ter erodido a fina camada de basalto que o recobriu no período Cretáceo.

FIGURA 9 – “Deserto” São João, Alegrete/RS



FONTE: <<http://www.ufrgs.br/ensinodareportagem/meiob/deserto.html>>, acessado em 17 jan. 2012

FIGURA 10 – “Deserto” Puitã, Maçambará/RS



FOTO: Rozalia Torres (2011)

Os solos, em sua origem arenosos e frágeis, sofrem com o uso inadequado, com a ação contínua de máquinas agrícolas, adubos químicos em excesso e com o pisoteio do gado, que contribuem ainda mais para o seu desgaste. No senso comum, mídia e leigos

referem-se a estas manchas arenosas como sendo o avanço do deserto no Rio Grande do Sul. Entretanto, para que haja *avanço do deserto*, antes é preciso haver um deserto.

Segundo Christopherson (2012), o deserto se caracteriza pela preponderância de ar subsidente e seco nos sistemas de alta pressão subtropical, havendo baixas temperaturas e baixos valores de demanda hídrica, cujas temperaturas médias anuais giram em torno dos 14º C e a pluviosidade beira os 150 a 200 mm anuais.

Assim, deserto significa ausência ou carência de água e de vegetação, ou seja, são regiões afetadas pelo clima árido que possuem precipitação em torno de 250 mm anuais e que, por isso, possuem espécies xerófitas ou não possuem cobertura vegetal. Não é o caso da região em estudo, que possui um clima subtropical úmido com, aproximadamente, 1.400 mm anuais (ROSSATO, 2011). Isto indica uma falácia conceitual, que será explicada no Capítulo 5.

A paisagem do Bioma¹³ Pampa¹⁴ (Figura 11) pode ser descrita como uma área de campo, originalmente coberta por vegetação rasteira, com manchas de vegetação arbórea introduzidas pelo homem, mas também com manchas de areias, os areais, algumas vezes com pequenas dunas, que lembram praia ou deserto. Todavia, o mar dista mais de 550 Km, e o deserto, climático ou botânico, não existe nesta região.

FIGURA 11 – Campos em relevo de coxilhas, São Francisco de Assis/RS



FOTO: Rozalia Torres (2011)

¹³ De acordo com o IBGE, bioma se caracteriza por ser um conjunto biótico que compreende o agrupamento de tipos vegetais contínuos, identificáveis em escala regional, possuindo condições geoclimáticas semelhantes, com uma história comum de mudanças, assegurando uma diversidade biológica ímpar.

¹⁴ O Pampa compreende uma área equivalente a 62,2% do território do Rio Grande do Sul e é composto por gramíneas, herbáceas e algumas árvores. Caracteriza-se por possuir espécies forrageiras, atribuindo-lhe vocação natural para a pecuária [ecológica], pois não necessita, para tal atividade, da introdução de espécies exóticas, o que demandaria a utilização de insumos para seu manejo (MATEI; FILIPPI, s/d).

A Figura 12 mostra marcas do vento, mas também marcas do homem no pisoteio da areia fofa; ao fundo, um morro testemunho com uma superfície de erosão pretérita. O areal convive com o verde, não o “ouro verde” que investidores capitalistas pretendem com o eucalipto, mas aquele dos tufo de capim, um tapete herbáceo que serve de pasto ao gado que convive nesta paisagem quase plana (Figura 13).

FIGURA 12 – Propriedade com areais em Quaraí/RS e ao fundo morro testemunho



FIGURA 13 – Propriedade com areais em Quaraí/RS e ao fundo vegetação arbórea exótica



FOTOS: Rozalia Torres (2005)

Na Figura 14, pode-se observar a integração dos elementos “naturais” e “antrópicos”. A foto foi feita em dia de elevada umidade atmosférica, com momentos de pluviosidade ao longo do dia. A imagem apresenta uma topografia suavemente coxilhada ao fundo, uma cerca delimitando áreas particulares de áreas públicas – a estrada -, uma vegetação de pequeno porte e, entre ambos, o areal, que insiste em permanecer entre o verde. Mas o areal já estava lá antes de um dono chegar, como atestam registros antigos¹⁵, e permanecerá após a passagem do homem e do gado. O areal é parte daquela natureza. Incomoda alguns, principalmente quando não conseguem dele fazer divisas; encanta outros, pelas formas, cores e sons.

A dimensão dos areais pode ser percebida na Figura 15. Ao fundo, a área plana com vegetação herbácea; a cerca dividindo o areal, o vento o transporta de um lado a outro. Marcas efêmeras, que ficam lá registradas perpetuamente na fotografia. Na Figura 16, em meio a areia, rasteiramente, o verde se faz presente, à luz do sol que lhe dá vida, cor, e lhe propicia a fotossíntese.

¹⁵ Registros de viajantes estrangeiros, como de Avé-Lallemant, ainda no século XIX, ou de Rambo, já no século XX (SUERTEGARAY, 1992).

FIGURA 14 - Areal em Quaraí/RS

FOTO: Rozalia Torres (2007)

FIGURA 15 – Pegadas no areal em Quaraí/RS

FOTO: Rozalia Torres (2005)

FIGURA 16 - Areal em Manoel Viana/RS

FOTO: Rozalia Torres (2011)

Para muitos, o areal é um prejuízo, esconde o pasto, emagrece o gado, uma paisagem que boa parte dos homens gostariam de ter “solucionada”, e por solução entendem a possibilidade de obter uma resposta econômica. Querem “recuperar” uma área natural! O que há para recuperar nesta paisagem, haja vista ser natural?

2.3 O FENÔMENO SOCIAL: A TEORIA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

A Teoria da representação social foi formulada inicialmente, em 1961, pelo psicólogo romeno, radicado na França, Serge Moscovici, e se insere no campo da Psicologia Social, na busca por ‘sociologizar’ esta disciplina. Tal conceito é utilizado, hoje, em inúmeras

ciências, entre elas a Geografia. Além de Moscovici, ocuparam-se ainda em analisá-la, em suas obras, autores como Jodelet, Jovchelovitch, Minayo, Farr, Marková e Duveen, entre outros, que inspiram novos estudiosos no Brasil, como Sá e Guareschi.

Neste capítulo, inicia-se abordando a ancestralidade da teoria das representações sociais, que radica nas formulações de representação coletiva, desenvolvidas por Émile Durkheim. A seguir, é apresentado o conceito de representação social, seu método de pesquisa e relação com a dialogicidade e os conceitos de *thema* e *themata*; além dos conceitos subjacentes à teoria das representações sociais, como a passagem do não-familiar ao familiar, e, finalmente, sua estruturação em ancoragem e objetivação.

2.3.1 O ancestral

A Psicologia não é a única ciência a trabalhar com o conceito de representação social. A origem deste conceito é atribuída a Émile Durkheim¹⁶, a partir da noção de representações coletivas. Nas Ciências Sociais, os estudos desenvolvidos por este sociólogo distinguem as representações individuais – pertencentes ao domínio da Psicologia – das representações coletivas, que se vinculam ao campo da Sociologia.

A teoria das representações sociais nasceu na Europa, com Serge Moscovici, em publicação acerca de seu estudo sobre a psicanálise na França. Tratava-se de uma forma sociológica da Psicologia Social, como afirma Farr (1995), havendo semelhança entre as representações coletivas de Durkheim e as representações sociais de Moscovici. Divergem deste ponto de vista Minayo (1995), Marková (2006), Guareschi (2007) e o próprio pai das representações sociais, que teceu longos apontamentos indicando os pontos de aproximação e de diferenciação entre a sua concepção de representação social e a de representação coletiva de Durkheim.

Entretanto, influência não é o mesmo que epígono, o que se torna perceptível nos avanços realizados por Moscovici quando, ao desenvolver sua teoria das representações

¹⁶ O primeiro capítulo do livro *Sociologia e filosofia* foi publicado, originalmente, em 1898, na *Revue de Métaphysique et de Morale*.

sociais, considera os movimentos realizados na sociedade, levando em conta a relação dialógica, ao passo que Durkheim pensava a sociedade de uma forma estática.

Neste sentido, impõem-se apresentar, de modo sucinto, as diferenças entre a proposição durkheimiana e a teoria das representações sociais de Moscovici (1978; 2007; 2012).

Na sua tentativa de descrever o objeto de estudo para a Sociologia, Durkheim propôs uma divisão dura, estática, entre as representações individuais e coletivas, apontando, respectivamente, para os campos da Psicologia e da Sociologia. Ao estabelecer uma rígida separação entre o singular e o coletivo, reconheceu as imbricações entre o individual e o social, bem como identificou semelhanças e diferenças entre as expressões “social” e “coletivo” (DUVEEN, 2007). A preocupação durkheimiana não foi de estabelecer o caráter classista das representações coletivas, mas de investigar sua capacidade de manter e conservar a moral social, problemática preambular para os teóricos positivistas.

As representações coletivas não poderiam reduzir-se às individuais, uma vez que estas são do domínio da Psicologia. Seguindo a tradição aristotélica e kantiana, as representações coletivas caracterizam-se por serem artifícios explanatórios, irreduzíveis a análises *a posteriori*. Durkheim referiu-se a todo tipo de ideia, emoção ou crença que se fizesse presente no seio de uma comunidade e, ao buscar tudo compreender, incorreu no risco de tudo perder.

As representações coletivas são vistas como um instrumento legítimo de comparação, sendo esta a única forma de tornar inteligíveis as coisas. Durkheim, ao entender que a vida coletiva e mental do indivíduo é constituída por representações, argumentou ser aceitável que as representações individuais e sociais mostrem-se passíveis de comparação.

Para este sociólogo, a vida psíquica é uma sucessão contínua de representações, não havendo a possibilidade de determinar onde uma começa e a outra termina. Salientou não ser possível considerar as representações formadas por elementos definidos, idênticos a si mesmos. Segundo Durkheim, o fenômeno nada tem de inteligível quando atrelado à memória mental, desde que as representações passadas continuem na qualidade de representações e a lembrança consista em um novo ressurgimento para a lucidez da consciência.

As representações coletivas são categorias de pensamento que não estão dadas *a priori* e resultam do modo como determinada sociedade elabora e expressa uma realidade. São sustentadas de fenômenos reais, com forma e propriedades específicas, expressas no seio da sociedade. Já as representações sociais, podem ser dotadas também de fenômenos imagéticos e mnemônicos.

Percebe-se certa continuidade entre o estudo da consciência coletiva¹⁷ de Durkheim e o estudo das representações sociais de Moscovici, o que não significa dizer que este compactua com a mesma posição filosófica da ciência positiva do primeiro.

O conceito de representação social desenvolvido por Moscovici (1989) entrecruza sujeito e sociedade, e, em vista disso, Jodelet (1989) pondera acerca da fala da sociedade, da emissão do discurso do sujeito, que possibilita refletir a subjetividade e retornar ao âmbito do geral e do objetivo, em um produtivo movimento dialético.

Para Moscovici (1989), as sociedades modernas, complexas como as sociedades industriais, são caracterizadas pela pluralidade e rapidez com que se dão as alterações econômicas, políticas, culturais e sociais. Assim, é adequado falar-se em representações sociais, o que por si só dá a noção de um progresso do pensamento sobre o processo de construção do imaginário social. A interpretação deste autor sobre o estudo das representações coletivas é diferente daquela realizada por Minayo (1995), que compreende tratar-se do mesmo conceito, ao revisitar o de Durkheim. No entanto, para Moscovici, a relação com o tempo se dá de forma problemática, relaciona-se ao futuro e ao passado, que, pelo menos em parte, é considerado a *idade de ouro*, pelo fato de privilegiar um ancestral. Não há, na visão deste autor, uma ruptura entre o passado e o presente no que tange aos estímulos que formam e refazem as representações.

A distinção feita por Moscovici (1978; 2007; 2012), a partir do conceito de representação coletiva – enquanto noção que descreve ou identifica uma categoria coletiva –, conduz a restringir a explicação, que é posta num nível inferior. Já para Durkheim, ela é dada pela Psicologia Social, tendo em vista que seu objeto de análise são sociedades menos complexas, como as hordas e sociedades tradicionais patriarcais, nas quais, na linguagem deste sociólogo, vigora a solidariedade mecânica e a consciência coletiva exerce poder de coerção sobre os indivíduos, de regulação social.

¹⁷ Formas padronizadas de conduta e pensamento.

Moscovici (1978; 1989; 2007; 2012) desenvolve a teoria das representações sociais como aporte teórico à Psicologia Social. Preocupa-se com a estrutura e a dinâmica das representações, propõe-se a vê-las como fenômeno, e não como conceito. Constituem fatos que necessitam ser descritos e explicados; *linkados* ao modo particular de compreender e comunicar-se. As representações criam tanto a realidade quanto o senso comum. Ocupa-se, o autor, de compreender, a partir das representações sociais, como as coisas mudam na sociedade, quais processos sociais operam e possibilitam que a novidade e a mudança, a conservação e a preservação, passem a fazer parte da vida coletiva.

2.3.2 A teoria das representações sociais: conceito e método

A teoria das representações sociais surge para explicar as tensões na relação indivíduo-sociedade e como se constrói essa relação (JOVCHELOVITCH, 1995). Observa-se que esta perspectiva dicotômica já foge do ponto de vista durkheimiano – que, ao identificar-se com o positivismo, vislumbrava a ordem social e o que era necessário para mantê-la –, além de tornar possível compreender de que modo as sociedades evoluíam da solidariedade mecânica à orgânica, isto é, das sociedades tradicionais às complexas sociedades industriais.

As representações sociais se caracterizam por ser o objeto da Psicologia Social; são mentais, são psíquicas, são imateriais, mas são de comunidades, de grupos sociais, logo, sociais e fluidas, mutáveis, construídas no conjunto da socialização, o que não significa que deixem de ser uma realidade em si mesmas, estão presentes na materialidade da fala, na representação simbólica, que são personificadas na ancoragem, representando-se.

A compreensão e explicação de uma representação inicia-se com sua progenitora, que frequentemente sugestiona ou mesmo responde a elas. A representação possui origem coletiva, se refere a um objeto que é coletivo, sendo

compartilhada por todos e reforçada pela tradição, ela constitui uma realidade social *sui generis*. Quanto mais sua origem é esquecida e sua natureza convencional é ignorada, mais *fossilizada* ela se torna. O que é ideal, gradualmente torna-se materializado. Cessa de ser efêmero, mutável e mortal e torna-se, em vez disso, duradouro, permanente, quase imortal (MOSCOVICI, 2007, p. 41).

Portanto, as representações sociais são construções do pensamento, e sua essência se torna palpável na medida em que circulam, se cruzam e se cristalizam mediante uma fala ou um gesto. É através das representações que se formam um dos modos de apreensão das concepções de mundo. São criadas no tempo da comunicação e da cooperação, logo não são produzidas por um único sujeito e isoladamente. Após criadas, ganham vida própria, transitam, se encontram, se atraem, se repelem, ensejam a geração de novas representações, ao passo que as antigas sucumbem.

A teoria das representações sociais procura sobrepujar inter-relações híbridas, mas também dar conta dos contextos sociais hodiernos. Tais hibridismos se apresentam nas relações entre o eu/alter, externo/interno, estruturante/estruturado, processo/estruturação (GUARESCHI, 2007), familiar/não-familiar, imagético-real.

As representações traduzem as percepções do sujeito, ao passo que este busca conhecer e compreender as coisas ao seu redor e desvendar os enigmas centrais de sua existência, numa relação eu/outro/objeto. Para o homem, os pensamentos e palavras são verdadeiros, e não somente epifenômenos¹⁸ do comportamento. O estudo das representações visa compreender o ser humano, na sua formulação por indagações, na sua busca por respostas, em seu modo de pensar. Equivale a compreender o que significa ser uma sociedade que pensa. Os mecanismos utilizados vão do estudo do contexto comunicacional dos grupos, como estes decidem, revelam ou escamoteiam algo, até o estudo de suas ideologias¹⁹, ciências e representações propriamente ditas.

A representação social é um fenômeno psicossocial, mediador entre indivíduo e sociedade, que obrigatoriamente reside no espaço banal, e, pressupondo alteridade, desperta, por conseguinte o encontro, mas também o confronto de pontos de vista. Ao discutir a relação presente entre representação e espaço banal, deve-se ter em mente que uma das dimensões da teoria, enquanto fato, atrela-se à lógica da produção das próprias representações, pois “a atividade representacional é um trabalho da psique”, sendo então

¹⁸ Para a teoria epifenomenista, atividades mentais e fatos psíquicos são simples subprodutos dos processos neurais, não possuindo propriedade causal sobre o curso dos fenômenos físicos ou mentais. Esta teoria está presente na reflexão de alguns cientistas, psicólogos behavioristas e certos filósofos materialistas ou positivistas, para os quais a consciência humana é considerada um fato secundário e sujeito a processos fisiológicos, sendo, por conseguinte, incapaz de demarcar o comportamento dos indivíduos.

¹⁹ Conceito a ser definido no item 2.4.1 deste Capítulo.

“as mediações sociais, em suas mais variadas formas, que geram as representações sociais” (JOVCHELOVITCH, 1995, *passim*).

Por ser a representação social uma forma de conhecimento prático, caracteriza-se como geradora de ações e comportamentos sociais através da alteridade, pois “sem [esta] que demarca a diferença, a atividade simbólica humana não se sustenta. E é através dessa atividade que o sujeito constrói a sua ação no mundo, conformando-a à realidade” (VERONESE; GUARESCHI, 2007, p. 10).

O ponto de partida para a compreensão de uma representação social está na relação entre o símbolo e a comunicação interdependente do eu com o outro, porque a alteridade encontra-se implicada no conhecimento que é gerado sobre o fenômeno social, sendo a dialogicidade vista como “a capacidade da mente humana de conceber, criar e comunicar realidades sociais em termos do *Alter* [...], portanto, a capacidade cognitiva de pensar racionalmente é, por definição, a capacidade de se comunicar” (MARKOVÁ, 2006, *passim*), o que pressupõe ser a racionalidade dialógica, e não individual, tendo em vista ser o conhecimento do senso comum a fonte para essa racionalidade.

No que concerne ao comportamento simbólico, Moscovici indica que este está “fundamentado e torna-se possível pelas normas sociais e regras e por uma história comum que reflete o sistema de conotações implícitas e pontos de referência que, invariavelmente, se desenvolvem em todo ambiente social” (2007, p. 161), pois representar um objeto é atribuir-lhe o estatuto de signo, que, uma vez conhecido, torna-se significativa, na medida em que o sujeito se apropria deste símbolo, porque “*todas as coisas são representações de alguma coisa*” (MOSCOVICI, 1978, p. 63-64, grifo nosso). Assim, a representação social tem a capacidade de reificar o signo.

O estudo das representações se caracteriza pela busca da “verdade” construída socialmente num tempo e num espaço determinados, percorrendo um universo simbólico e onírico, o que permite a compreensão de sua generalidade e de sua função na comunicação e na origem dos comportamentos sociais (MOSCOVICI, 2007; 2012; JODELET, 2005).

Pode-se ainda considerar as representações sociais como o modo de conhecimento que une o sujeito ao objeto. Este pode ser de caráter social, material ou ideal. Assim, as representações estão em uma relação de simbolização, quando algo está no lugar de, e de interpretação, quando lhe confere significados. Assim, é também uma construção e manifestação do sujeito. Elas se prestam às intervenções sobre o mundo e a sociedade. É

nesta interação homem-meio que a cultura mostra-se criada e mediada pela comunicação que se reflete nas relações sociais estabelecidas.

A representação social é concebida como constructo de um objeto e expressão de um sujeito. Possui forte ressonância social, já que se trata de “uma modalidade de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 1989, p. 36). Nesta mesma linha de raciocínio, Alvarado, Botero e Gutiérrez (2008) entendem que as representações sociais são construídas e expressadas na interação entre os sujeitos e seu mundo exterior.

O conceito de representação social abarca aspectos físicos, sociais, cognitivos e culturais, os meios de comunicação, o psiquismo das pessoas, e, abrangendo as dimensões objetiva e subjetiva, possibilita perceber como as representações se formam e se consolidam no intelecto do sujeito. Isto equivale a dizer que as representações são assimiladas a partir de um campo social estruturado, no mesmo sentido empregado por Piaget ao falar na assimilação e acomodação do conhecimento na infância (JODELET, 1989; MOSCOVICI, 1978; 2012).

A dialogicidade das representações sociais torna-se compreensível quando se esclarece o processo de formação do *self*, enquanto elemento subjetivo que colabora para o desenvolvimento dos papéis sociais assumidos pelo indivíduo, para a constituição da identidade do sujeito, que, dada na relação com o outro e desenvolvida pela socialização, lhe possibilita perceber-se e sentir-se a partir da imagem que ele julga que o outro faz de si. O *self* compreende três fases, são elas: a imitação, a representação e o jogo.

Por conseguinte, é possível se pensar na noção de espelho social, desenvolvida por Charles H. Cooley (1964) e que se liga ao conceito de processo de socialização, sendo, por consequência, parte do desenvolvimento do ser social, através do qual o sujeito imagina-se perante os demais e avalia, com base naquilo que contempla, as reações das demais pessoas no tocante à sua própria aparência e comportamento. Esta constância de imaginar o que se passa na cabeça dos outros acerca de si irá afetar o sujeito de inúmeras formas.

E no que isto pode relacionar-se com a teoria das representações sociais? Ao se compreender que as representações caracterizam-se por serem formas coletivas de pensamento, modos como se concebe o conhecimento, começa a se explicitar a relação entre estes conceitos, pois, na medida em que vive socialmente e depende do outro para

manter-se sadio, o sujeito se preocupa efetivamente com o que os demais pensam e, em inúmeras situações sociais, busca enquadrar-se numa ou noutra forma de pensamento. E, quando se trata de algo inovador, sente a necessidade de convencimento dos pares, considerando que tal ideia ou atitude perante algo é válida e correta para o momento e circunstâncias sociais nas quais se encontram, afinal “a opinião *de* alguém é contaminada pela opinião *sobre* alguém” (MOSCOVICI, 2012, p, 120).

Esta concepção de Cooley congrega três elementos básicos, a saber: a imaginação de aparência do eu para o alter ego, a imaginação de seu conceito no que tange à aparência do eu e os próprios sentimentos. Apesar de Cooley não ter concluído que o processo de socialização é para toda a vida e que, à medida que se avançam nas relações sociais, a visão de mundo oferecida pela família vai perdendo espaço para a opinião pública, a ciência social não desmerece sua contribuição ao entendimento do ser social e do processo de formação da personalidade deste sujeito social. Contudo, mostra-se inegável que o processo de socialização é contínuo, afetando, dessa forma, a personalidade do sujeito no desenrolar de sua trajetória social reprodutora de representações.

Portanto, a teoria das representações sociais, vista como uma teoria do conhecimento é reveladora de pressupostos tanto epistemológicos quanto relativos ao ser social, pois denota um conjunto de saberes imateriais e sociais, mas também se expressa em sua dialogicidade dialética (VERONESE; GUARESCHI, 2007), ou seja, envolve um movimento dialético. Isto implica dizer que, em seu estudo, busca-se compreender como são formados os conhecimentos, como e o que se pensa, a partir do que se constitui o pensamento e, ainda, como age o sujeito. Então, uma representação, ao mesmo tempo em que é epistêmica, é igualmente social e subjetiva, compondo uma construção simbólica do/com o mundo externo e tornando-se entidade em si mesma. Ao representar, se constrói, reconstrói, são dadas orientações às realidades (i)materiais.

O papel importante da comunicação foi abordado especialmente por Marková, ao creditar à dialogicidade a base teórica para os estudos acerca das representações sociais, uma vez que “a comunicação é um conceito amplamente estruturado, que se refere a fenômenos altamente heterogêneos” (2006, p. 247).

O entendimento da elaboração das representações sociais leva em consideração a atividade cognitiva implicada no processo mediante o qual o sujeito constrói a representação, os aspectos significantes desta operação representativa, a forma discursiva

atribuída à representação, a prática social do sujeito quando a constrói, o movimento da representação na relação intergruppal e, finalmente, a produção das representações. Por conseguinte, as representações sociais são fatos a serem explicados por eles mesmos.

No estudo das representações, há certa inclinação a reduzi-la a aspectos essencialmente cognitivos, em detrimento dos “aspectos semânticos, simbólicos e ideológicos, ou das propriedades performativas dos discursos que a expressam” (JODELET, 2005, p. 45). Neste sentido, qualquer fato ou objeto, sejam eles físico, interpessoal, imagético, onírico ou sociopolítico, podem ser transformados em objeto de representação social, apesar de que nem toda coisa transforma-se em representação, que é sempre de alguém, de alguma coisa. Representar implica construir uma doutrina que auxilie na decodificação do signo, do objeto representado.

As representações podem se referir a fatos ou ideias. Como fatos, transportam seu objeto de um nível abstrato ao nível cognitivo concreto. Como ideias, as representações compõem e, ao mesmo tempo, decompõem seu objeto. Fatos e ideias produzem quadros referenciais predeterminados e instantâneos aos julgamentos e percepções, ocorrendo automaticamente, em seu interior, “reconstruções objetivas tanto de pessoas, como de situações e que subjazem à experiência e ao pensamento subjetivos” (MOSCOVICI, 2007, p. 91). Estas reconstruções são sociais, exercem influência em todos, o que exige sociabilidade.

Através da linguagem, expressam-se as associações impregnadas de metáforas, o que denota todo o simbolismo da representação. Assim, uma representação origina e especifica comportamentos, “é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI, 1978, p. 26).

As representações podem ser tratadas de duas formas, isto é, como *campos estruturados*, cujas dimensões são organizadas por um meio ordenado, mas também como *núcleos estruturantes*, ou seja, organismos cognitivos que constituem a totalidade das aceções que dizem respeito ao objeto experimentado.

Três são as dimensões estruturais das representações sociais, a saber: informação, campo de representação e atitude (MOSCOVICI, 1978; 2012). A informação está relacionada à composição dos conhecimentos presentes no imaginário dos sujeitos acerca de determinado objeto social.

O campo de representação conduz à noção de uma imagem ou modelo social ao conteúdo deste objeto, fronteiro às sugestões alusivas a um aspecto pontual da coisa representada, caracterizando-se por ser o arcabouço que organiza, estrutura e estabelece uma hierarquia entre os elementos da informação.

Finalmente, a atitude finda a explicação da orientação global, no tocante ao objeto representado, apresentando uma resposta ao mesmo tempo organizada e latente. Caracteriza-se pela tomada de posição frente a determinada coisa. Assim, estas três dimensões fornecem um panorama do conteúdo e um sentido para a comunicação, o que permite atribuir o grau de organização de cada grupo social.

Por que são criadas representações? O que explica suas propriedades cognitivas? De que forma as representações interferem na atividade cognoscível, ou como são independentes e de que modo determinam a atividade cognitiva do sujeito? Que lugar ocupam as representações sociais em uma sociedade pensante? É o próprio Moscovici (2007) quem pontua estas questões quando convida a refletir sobre a relativa autonomia e condicionamento ambiental (natural e social) que possuem as representações considerando duas funções: a) convencionalizam os objetos, b) prescrevem-se a si mesmas.

As representações convencionalizam objetos, pessoas ou ainda acontecimentos, dando-lhes formas definitivas, as categorizam, colocando-as como modelo de certo tipo, único e compartilhado. Os novos elementos se juntam e se sintetizam neste modelo. Há associações que passam a fazer parte das afirmações, como: *o sol queima, a Terra é redonda, a cruz é do cristão*, etc. Assim, Moscovici destaca que,

Mesmo quando uma pessoa ou objeto não se adéquam exatamente ao modelo, nós o forçamos a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros, sob pena de não ser nem compreendido, nem decodificado. [...] Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções (2007, p. 34-35).

É através da essência da transformação decorrente de certos fenômenos que as representações sociais suggestionam o comportamento do sujeito, porque toda e qualquer interação humana pressupõe representações, o que as caracteriza. Desta forma, são criadas, interna e mentalmente, como elementos determinantes, na medida em que o próprio

processo coletivo adentra no pensamento individual. As representações surgem, então, quase que como coisas materiais, resultado de nossas ações e comunicações.

A segunda função das representações estabelecida por Moscovici (2007) é que elas são prescritivas, impõem-se ao sujeito com tamanha força, que ele não pode dominar. Esta tensão é resultado da combinação da estrutura que antecede o próprio pensar e da tradição que estabelece aquilo que necessita ser pensado.

Como exemplo, pode-se evocar a psicanálise como representação, pelo menos para as sociedades ocidentais, pois não é necessário ser psicanalista para saber da fase edípica na criança. Contudo, o não-psicanalista tem ao seu alcance, via de regra, apenas as informações que lhe são divulgadas, pela mídia, a respeito do Complexo de Édipo e é bem provável que sequer saiba que Freud fez alusão à personagem mitológica que figura na tragédia de Sófocles (496-406 a.C), *Édipo Rei*, mas isto não o impede de, usualmente, exclamar a assertiva “*Freud explica!*”, quando se vê diante de algo confuso à razão.

Assim, são duas as funções das representações que se formam em um meio real, concreto: a que, por um lado, coloca um signo convencional na realidade observável e a, de outro, que prescreve, através da tradição e das estruturas não mnemônicas, aquilo que se percebe e se devaneia, sendo fruto do pensamento. Moscovici explica que

Através de sua autonomia e das pressões que elas exercem (mesmo que nós estejamos perfeitamente conscientes que elas não são “nada mais que ideias”), elas são, contudo, como se fossem realidades inquestionáveis que nós temos de confrontá-las. O peso de sua história, costumes e conteúdo cumulativo nos confronta com toda a resistência de um objeto material. Talvez seja uma resistência ainda maior, pois o que é invisível é inevitavelmente mais difícil de superar do que o que é visível (2007, p. 40).

No que tange aos métodos de estudo das representações sociais, verifica-se a existência de significativa diversidade, podendo ser salientadas duas perspectivas que são as mais consensuais. Primeiramente, há o que preconiza o destaque das condições de produção e faz uso de material espontâneo. A partir do não entendimento do conhecimento na esfera cognitiva, busca remeter às condições sociais que produziram as representações sociais, o contexto do qual emergem, em que circulam e se transformam. Isto é possível através do estudo de situações sociais complexas, como as que se fazem presente em instituições, comunidades, etc., ou pelo foco nos sujeitos, aproximando-a da prática etnográfica.

Já a segunda perspectiva é voltada para a manifestação das informações dialógicas que formam e reformam as representações, independentes de serem introduzidas por questões, são expressas livremente em entrevistas, ou nas histórias orais como as que estão cristalizadas em produções sociais, bem como aquelas presentes nos livros, em documentos, na mídia escrita, etc.

São três as formas de alcance de dados mais comuns: as técnicas verbais, baseadas usualmente em entrevistas abertas, de posse de um roteiro prévio e mínimo; as de associação livre²⁰, realizadas a partir de palavras-estímulo, de caráter menos hermenêutico; e, finalmente, as técnicas projetivas, ou não-verbais, como aquelas expressas em uma figura, uma vez que “qualquer representação é composta de figuras e de expressões socializadas. [...] organização de imagens e linguagem, pois recorta e simboliza ações e situações que são ou se tornam comuns” (MOSCOVICI, 2012, p. 26).

Esta tese utiliza-se destas três formas para compreender as representações sociais que os proprietários construíram sobre os areais, assim como às criadas pela mídia, afinal

A linguagem aproveita-se disso para circunscrevê-lo, para arrastá-lo no fluxo de suas associações, para impregná-lo de suas metáforas e projetá-lo em seu verdadeiro espaço, que é simbólico. [...] uma representação fala tanto quanto mostra, comunica tanto quanto exprime. [...] ela produz e determina os comportamentos, pois define simultaneamente a natureza dos estímulos que nos cercam e nos provocam, e o significado das respostas a dar-lhes. [...] a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos (MOSCOVICI, 1978, p. 26).

A representação de algo em uma imagem mental implica uma tomada de consciência deste objeto, isto é, ele é percebido, e, quando se dá a passagem da esfera sensorio-motora para a cognitiva – o que ocorre através do uso da linguagem –, formam-se as representações.

Como método, as representações sociais se caracterizam por ser uma nova forma de encarar os fatos culturais e sociais, tomando-as como “produção, expressão e instrumento de um grupo na sua relação com a alteridade” (JODELET, 2005, p. 41-42). Neste sentido, “uma representação faz circular e reúne experiências, vocabulários, conceitos e condutas que provêm de origens muito diversas” (MOSCOVICI, 1978, p. 62).

²⁰ Tópico desenvolvido no item 2.4.2 deste capítulo.

Com a representação, conceito e percepção, tornam-se permutáveis, pois se formam reciprocamente. Assim, a representação manifesta relação com o objeto, mas também ocupa papel primordial nesta relação. É mediante a representação que o sujeito expressa o modo como concebe o mundo ou como o idealiza.

A representação social é mais do que um estereótipo, pois, apesar da respeitável parcela com que participa de sua composição, a representação social se reporta inevitavelmente às pertencas sociais do sujeito, às suas formas de comunicação, à sua funcionalidade e eficácia social. Elas não são apenas a reprodução mental da realidade externa do sujeito, isto é, sua cognição social, pelo contrário, passam a carregar a realidade, contraindo foros de compacidade ontológica²¹, orientando as cognições e os comportamentos dos sujeitos. As representações são determinadas como pensamento social, mediado por uma proporção afetiva. Estabelecem-se como uma organização, uma estrutura atravessada por inúmeras dimensões. Desde que os sujeitos fornecem um julgamento do objeto de representação, ou ainda de alguns de seus aspectos, é razoável afirmar que uma dimensão afetiva é acionada em seu raciocínio, como, por exemplo, *gosto disto* ou *detesto aquilo*, enunciado a partir de um pensamento classificatório que se ocupa de agrupar ou segregar os elementos perceptivos (MOSCOVICI, 2012).

Assim, os sujeitos ou grupos não são meros receptores passivos, uma vez que há pensamento próprio, produção e comunicação incessante de suas próprias representações, solução para as questões por eles mesmos formuladas. Em seu cotidiano, os sujeitos elaboram “filosofias” de decisivo impacto em suas relações sociais, em suas escolhas, no modo com que educam sua prole, no planejamento da vida, pois “os acontecimentos, as ciências e as ideologias apenas lhes fornecem o alimento para o pensamento” (MOSCOVICI, 2007, p. 45). As crenças populares, como, por exemplo, *comer manga e tomar leite*, que para os mais velhos é uma prática impensada, já que pode conduzir à morte, ou, ainda, o uso de água açucarada para acalmar os ânimos, entre outras tantas credices populares, embora desprovidas de fundamento científico, regulam a vida de muitos grupos sociais.

²¹ No sentido *heideggeriano*, relativo ao ser em si mesmo, em sua dimensão ampla e fundamental, isto é, a partir de uma reflexão quanto ao sentido abrangente do ser como aquilo que torna possível as múltiplas existências.

Os elementos presentes no conceito de representação social lhe asseguram uma dinamicidade, são explicativos, seja da realidade física, social e/ou cultural, pois a representação apresenta

uma dimensão histórica e transformadora. Junta aspectos culturais, cognitivos e valorativos, isto é, ideológicos. Está presente nos meios e nas mentes, isto é, ele se constitui numa realidade presente nos objetos e nos sujeitos. É um conceito sempre relacional, e por isso mesmo social (GUARESCHI, 1995, p. 202).

Então, as representações sociais são compreendidas como

Entidades concretas, realidades em si mesmas, conjuntos de saberes e práticas que constituem e ocupam um espaço vital e simbólico, no qual nos movemos, pensamos, falamos e somos levados a agir. Se prestarmos atenção ao nosso agir, veremos que é impossível pensar, falar e mesmo agir, sem que por detrás, como pressuposto, haja algo que tem a ver com a cultura, as crenças, os valores (GUARESCHI, 2007, p. 34).

Portanto, as representações sociais que estão envolvidas na atividade cognitiva submissa às convenções sociais, políticas etc., de pessoas, objetos e eventos, bem como na prescrição, são compartilhadas pelos sujeitos, de forma que penetram e se acomodam na mente de cada um deles (ALVARADO; BOTERO; GUTIÉRREZ, 2008). Exemplificando, equivale à associação que, presente nos textos jornalísticos examinados, é produzida quando insistentemente eles mencionam as enormes manchas de areia como sendo desertos no sudoeste do Rio Grande do Sul, pois uma paisagem inóspita, com areal a perder de vista, pode paisagisticamente assemelhar-se ao ideário de deserto.

2.3.2.1 Senso comum e conhecimento científico: o familiar e o não-familiar

Compreender como se formam as representações é entender a gênese do senso comum²², ou seja, como o sujeito se apropria do conhecimento científico. As representações são compostas por figuras e expressões que se socializam; se organizam em imagens e

²² Leda Almeida assim descreve o que seja senso comum: “forma como as pessoas cotidianamente formulam conceitos e proposições a partir da observação dos fatos diários e das informações que recebem. Ao mesmo tempo em que essa forma de conhecimento é notavelmente conservadora, uma vez que se sustenta acriticamente na tradição e resiste a questionamentos mais profundos, ela também é um saber que tem sido formulado de modo inventivo e inteligente por um grande número de pessoas para lidarem com as coisas do mundo” (2005, p. 185-186).

linguagens, distinguindo e simbolizando ações e situações cotidianas. Toda representação está constituída por imagens e expressões que foram socializadas, “é uma organização de imagens e linguagem, pois recorta e simboliza ações e situações que são ou se tornam comuns” (MOSCOVICI, 2012, p. 26). Entretanto, a opinião, a informação ou o conjunto de imagens, sobre determinado objeto, que dado grupo social possui não é sinônimo de representação social, pois nem todo objeto é passível de tornar-se uma representação.

Conforme Moscovici (2007), no pretérito a ciência estava baseada no senso comum, tornando este menos comum. No presente, é o senso comum quem torna a ciência mais comum; entretanto, são as ciências que hoje geram as representações, apesar de estas “diariamente e *espontaneamente* se tornarem senso comum, enquanto representações do senso comum se transformam em representações científicas e autônomas” (MOSCOVICI, 2007, p. 200), num genuíno movimento tautológico e dialético.

As representações se transformam em senso comum quando invadem o mundo em que se vive e se tornam alvo de discussão entre os pares, quando passam a circular pela mídia, transformando-a em informação. As representações se caracterizam pelo conjunto de crenças, de saberes construídos e partilhados socialmente, por meio das quais se pensa e se verbaliza, quando se dá a apropriação do mundo, atribuindo-lhe sentido.

A teoria das representações sociais toma a linguagem – e também o pensamento – na forma como empregada no senso comum, nas expressões dialógicas do cotidiano. As “verdades” estabelecidas em determinado momento histórico podem ser investigadas a partir das representações, mediante a análise das crenças, do consenso ou ainda da relação comunicacional entre os membros sociais. Estando as representações “enraizadas no passado, na cultura, nas tradições e na linguagem” (MARKOVÁ, 2006, p. 12), são organizadas e estruturadas por conjuntos sociocognitivos, próprias de dada cultura e de um momento singular do seu desenvolvimento; as representações são entendidas como conjunto de conceitos, sugestões, elucidações que surgem no cotidiano interpessoal das comunicações, o conhecimento cotidiano formulado verbal, simbólica ou iconicamente. As representações são consideradas meios de (re)criar a realidade. Por conseguinte, equivalem aos mitos e crenças existentes nas sociedades; refletem o senso comum de dada sociedade, de determinado grupo social.

As representações são uma categoria metodológica nas Ciências Sociais; são extraídas mediante métodos científicos, como observações, análise de discursos, através do

conhecimento – que é sempre social – do senso comum, identificando o enraizamento (crenças) e as inter-relações existentes com o objeto em questão, no grupo social analisado.

Entretanto,

As representações sociais envolvem sempre ambos, o conhecimento e as crenças, e é improvável que encontremos um sistema de pensamento que pudesse ser baseado puramente em um ou outro, independente de ser ciência ou religião. A questão da representação social estar baseada em conhecimento ou baseada em crença, é uma questão de prevalência de um, ou de outro estilo de pensamento e raciocínio (MARKOVÁ, 2006, p. 232-233).

Moscovici (2007) compreende a teoria das representações sociais como ímpar, já que se aproxima mais de uma teoria geral dos fatos sociais e é específica dos eventos psíquicos. Como teoria geral, de posse de um entendimento de que em uma sociedade coexistem relações de poder motivadas por interesses, na qual há representações que lhes deem sentido, os sujeitos se unem através de crenças que lhes asseguram a existência em comum. Tal orientação é mediada por crenças que impactam as formas de agir dos sujeitos, afinal boa parte daquilo que uma pessoa conhece e percebe foi aprendido através da dialogicidade, pois,

ao tornar-se interior, e para que seja interiorizado, o conhecimento penetra no “mundo da conversação”, prosseguindo as permutas verbais depois de certo tempo. [...] Graças a esses falatórios, não só as informações são transmitidas e os hábitos do grupo confirmados, mas cada um adquire uma competência enciclopédica acerca do que é objeto da discussão. À medida que a conversa coletiva progride, a elocução regulariza-se, as expressões ganham em precisão. As atitudes ordenam-se, os valores tomam seus lugares, a sociedade começa a ser habitada por novas frases e visões (MOSCOVICI, 1978, p. 53).

A teoria das representações sociais se desenvolveu considerando três elementos: as crenças, a gênese das representações e das crenças e o papel por elas assumido, que eventualmente são de coação. Formam-se representações mediante influências recíprocas, num sistema de conversações em que os sujeitos se orientam por signos, imagens e valores compartilhados socialmente.

A representação social é um conceito central para as teorias do pensamento social, nas quais se busca conhecer os contextos históricos, culturais e ideológicos em que determinados conteúdos são valorizados e articulados aos processos mentais; é dado um valor central aos processos de interação na formação do pensamento do senso comum, no qual se articulam os planos cognitivo, avaliativo e emocional e o pensamento social passa a

ser entendido como ingênuo, considerando que a totalidade não se obtém por um simples somatório de partes.

Para estudar as representações sociais é imprescindível, de início, conhecer as condições do contexto em que tais sujeitos estão inseridos mediante a realização de uma atenta análise contextual. As representações são historicamente construídas, estão estreitamente atreladas aos diversos grupos sociais, econômicos, culturais e étnicos, que as expressam através de mensagens, e se refletem em diversos atos e inúmeras práticas sociais.

Inúmeras vezes as representações são idealizadas a partir da disseminação de mensagens e de percepções advindas do senso comum, exprimem as condições contextuais dos sujeitos que as elaboram, isto é, suas condições socioeconômicas e culturais. Daí a relevância em conhecer os emissores não apenas no que tange às suas condições de subsistência e situações educacional ou ocupacional. É mister aumentar esse conhecimento para a compreensão de um ser histórico, incrustado em dada realidade sócio-familiar, com expectativas diferenciadas, dificuldades vivenciadas e diversos níveis de apreensão crítica da realidade.

Considerando, portanto, o senso comum e o conhecimento científico²³, é possível traçar um paralelo entre ambos para que melhor se possa compreender a assertiva explicativa da teoria das representações sociais. Quanto aos níveis de abordagem da realidade, no senso comum, as representações sociais estão no âmbito da comunidade, ao passo que, no conhecimento científico, residem na compreensão do conhecimento universal sistematizado.

Segundo as situações e/ou fatos vivenciados e rotinizados na comunidade, no senso comum, as representações são caracterizadas pela presença de aspectos emocionais, que tendem a ser dominantes, e pela análise fragmentada e isolada dos fenômenos. A relação primeira é de causa e efeito, com ênfase no segundo termo. Trata-se da procura por explicações e soluções inúmeras vezes deterministas, limitadas e finalísticas; prevalece o particular (individual) em detrimento do coletivo, de foro egoístico. Enfatiza as diferenças, minimiza as semelhanças, prioriza o indutivo, privilegia a ação, ou seja, é de caráter imediatista.

²³ Para maiores esclarecimentos desta relação, ver Rique (2004), Moscovici (2007) ou, ainda, Viana (2008).

Já o conhecimento científico opera em níveis profundos de consciência, a partir da razão, da lógica, da cognição etc. Realiza análises generalizantes dos fatos e situações, estabelecendo profunda relação de causa e efeito, com ênfase no primeiro termo. Busca insistentemente explicações e soluções que sejam globais, e não particulares. Contextualiza, enfatiza as regularidades, prioriza a dedução e privilegia a atividade reflexiva, a fim de atingir a *práxis*.

Ao analisar as situações significativas, no senso comum, são persistentes e percebidas pela comunidade. Algumas dessas situações possuem graus sistematizados de organização. A dimensão do coletivo é percebida enquanto vivenciada, ainda que não por todos. Já o conhecimento científico acumulado permite a análise de algumas situações específicas que são significativas, move e amplifica os limites e contradições dos modelos explicativos do grupo social, possibilitando aproximações no entendimento da estrutura socioeconômica. Permite realizar projeções e extrapolar para outras situações que, *a priori*, não eram significativas.

Os temas geradores no senso comum possuem caráter limitado à compreensão da comunidade perante sua própria realidade. Estes temas apresentam-se de forma estanque, sua vivência e concretude permitem soluções isoladas e pontuais. Ganha destaque a dimensão existencial. Para o conhecimento científico, eles são o ponto de partida para a organização do saber a ser desenvolvido. Daí a busca por um distanciamento para encontrar soluções que sejam mais abrangentes. Permite a apropriação e a (re)construção do saber, de tal modo que as diferentes áreas do conhecimento podem contribuir com tópicos específicos e pertinentes à análise.

E, finalmente, para concluir este paralelo, os elementos da estrutura socioeconômica apresentam-se, no senso comum, de modo difuso, imediato, não articulados em seu significado com um contexto mais amplo. Embora possam estar presentes no vocabulário, os signos são empregados de forma pouco ou nada consistente. Já no âmbito do conhecimento científico, as representações encontram-se inter-relacionadas com os temas geradores. Propicia uma compreensão aprofundada da organização da sociedade, permite uma visão histórica da organização social. A linguagem está na norma culta e busca um retorno à realidade de modo crítico, visando à aplicação do conhecimento adquirido.

Moscovici (1989, 2007) propõe, em sua teoria a existência de universos de pensamento, os *reificados* e os *consensuais*, presentes nas sociedades contemporâneas. Nos *reificados*, estão os representantes do saber acadêmico e científico, da erudição, verifica-se uma validação do conhecimento conforme rigores lógicos, metodológicos e também objetivos, além de sua hierarquização e divisão em especialidades. O saber produzido nesse âmbito tem como finalidade a reprodução e a fidedignidade.

Estudar as representações sociais pressupõe investigar o aspecto simbólico presente nos relacionamentos, os universos consensuais que povoam os sujeitos. Implica compreender o significado da cognição, das motivações, dos comportamentos sociais, pois esses existem uma vez que os homens compartilham uma linguagem, um conjunto de valores e de memórias em comum. Entende-se que se as representações são sociais é porque são simbólicas, vinculadas a mecanismos perceptivos e cognoscíveis, razão pela qual seu *conteúdo* é relevante.

Nos *consensuais*, prevalece uma *lógica natural*, a legitimação do conhecimento através de uma atividade intelectual partilhada no cotidiano social, apresentando menos compromisso com as exigências da objetividade, da verossimilhança e da plausibilidade. Tais produções, que estão voltadas para a vida prática, delineiam as representações sociais. Assim, as representações são compreendidas como um processo que permite a relação entre percepção e conceito; ambos manifestando-se. Conforme Moscovici, “a conversação está no centro de nossos universos consensuais, porque ela configura e anima as representações sociais e desse modo lhes dá uma vida própria” (2007, p. 90).

Os universos consensuais confirmam as crenças e interpretações alcançadas, ratificam a tradição mais do que a contradizem. O que se espera é que aconteçam sempre as mesmas situações, gestos e ideias. Talvez aqui se tenha um bom indicativo do por que, para muitos sujeitos, é sempre difícil inovar ou sair da rotina. Como consequência, a lembrança prepondera sobre a dedução, o pretérito sobre o presente, a resposta sobre o estímulo, as imagens sobre o real. É esta lembrança o critério utilizado na avaliação daquilo considerado incomum, anormal, não-familiar.

As representações exercem a função de tornar familiar o não-familiar, a partir do “processo de reconhecimento de objetos e eventos tendo como base encontros anteriores. Na realidade, os universos consensuais são os locais onde todos querem estar, pois é um

local onde se está a salvo de qualquer risco ou conflito” (POSSAMAI; GUARESCHI, 2007, p. 231-232).

O que caracteriza o não-familiar é a presença real de algo ausente, é o fazer parecer visível aquilo que não o é, tornar semelhante apesar de diferente, acessível mesmo sendo inacessível, pois “aí reside o poder criador da atividade representativa: partindo de um repertório de saberes e experiências, ela é suscetível de deslocá-los e combiná-los, para integrá-los aqui ou fazer com que se desintegram acolá” (MOSCOVICI, 1978, p. 62).

Ao mesmo tempo que o não-familiar atrai e surpreende os sujeitos e comunidades, também os assusta, “os obriga a tornar explícitos os pressupostos implícitos que são básicos ao consenso. [...] O medo do que é estranho (ou dos estranhos) é profundamente arraigado” (MOSCOVICI, 2007, p. 56). Esta *familiarização da estranheza* flexiona e transforma a nova informação a partir de representações construídas, a partir da qual os sujeitos se orientarão e agirão em seu meio, harmonizando sua posição com a de seus pares (JODELET, 2005).

As representações fabricadas, produzidas pelos sujeitos, são fruto do esforço de tornar comum e real o incomum, o anormal, o não-familiar, assim há ajustamentos, familiaridades formadas, trazendo para perto aquilo que estava distante, o abstrato passa a ser visto como concreto e quase normal, pois, segundo Moscovici,

Ao criá-los, porém, não estamos sempre mais ou menos conscientes de nossas intenções, pois as imagens e ideias com as quais nós compreendemos o não-usual (incomum) apenas trazem-nos de volta ao que nós já conhecíamos e com o qual nós já estávamos familiarizados há tempo e que, por isso, nos dá uma impressão segura de algo “já visto” (*déjà vu*) e já conhecido (*déjà connu*) (2007, p. 58).

O estudo das representações sociais vai buscar a característica não-familiar que a motivou, observa o desenvolvimento desta característica no exato momento em que ela se manifesta na esfera social. Imagens, ideias e linguagem são compartilhadas por pares; servem de mecanismos de interpretação dos demais signos; conduzem ao rumo que propicia o acerto com o não-familiar, logo, para Moscovici, “o pensamento social deve mais à convenção e à memória do que à razão; deve mais às estruturas tradicionais do que às estruturas intelectuais ou perceptivas correntes” (2007, p. 57).

A fim de transpor a tendência de ratificar o que é familiar, cujo intuito é provar o previamente conhecido, o pesquisador deve adulterar, isto é, invalidar suas teorias, comparar o evidente com o não-evidente. A ciência moderna, ao romper com o senso-comum, pôs abaixo a maior parte das perspicácias e pensamentos corriqueiros, provou que

resultados outrora impossíveis são agora possíveis, desdisse a essência de ideias e práticas frequentes. A ciência objetiva tornar familiar o não-familiar, contrastando com o propósito das representações sociais.

As representações agora são geradas pela ciência. Como afirma Moscovici (2007), “não é fácil transformar palavras não-familiares, ideias ou seres, em palavras usuais, próximas e atuais” (p. 60), sendo necessário, para isto, colocar em atividade a memória e conclusões pretéritas, mecanismos dos quais se retiram imagens, linguagem e gestos e que são essenciais para superar o não-familiar. Equivale a trazer para o campo do conhecido aquilo que está fora do mundo do sujeito e fazê-lo penetrar no seu universo consensual. No contexto deste estudo, o areal, como conceito, é o não-familiar, ao passo que o deserto é o familiar; o areal é do âmbito da ciência, o deserto faz parte do senso comum.

As representações emergem como forma de compreender um objeto particular, bem como possibilitam entrever o modo pelo qual o sujeito define uma função identitária, isto é, as representações expressam determinado valor simbólico, o que Jodelet (1989) identifica como uma forma de conhecimento que une o sujeito ao objeto, modo pelo qual a representação é aplicada para atuar no mundo e, conseqüentemente, na sociedade.

O conceito de representação social compreende um conjunto de outros conceitos, proposições e explicações que vão sendo impressos na vida cotidiana no decorrer da comunicação interindividual. Propõe superar os modelos epistemológicos que as abarcam como simples variáveis intermediárias entre o estímulo e a resposta para ponderá-las como variáveis independentes, que estão na origem das respostas comportamentais e que têm conseqüências na forma como são percebidos os estímulos.

As representações possuem a propriedade de transformar em comum aquilo que pertencia a outro campo ou esfera específica, possibilita ainda metamorfosear as palavras em objetos, sem o que não se dá a transferência do incomum ao comum.

Ao substantivar o estado físico ou emocional de um sujeito, se está aglutinando coisas ao sujeito, reificando este sujeito, isto é, ao declarar que alguém é nervoso ou ansioso, não se faz tal afirmação diante do estado emocional momentâneo, mas diante de sua postura como pessoa, considerando-se sua personalidade. Desconsidera-se um estado momentâneo de seu espírito.

A teoria das representações sociais atenta para a pluralidade dos sujeitos, de suas atitudes e de fenômenos, do estranhamento à imprevisibilidade, com o objetivo de

demonstrar como os sujeitos e grupos constroem “um mundo estável, previsível, a partir de tal diversidade” (MOSCOVICI, 2007, p. 79). Ela visa a decodificar os signos que se fazem presentes no ambiente social e que não se podem abandonar até que seu sentido seja identificado.

Moscovici percebeu, no estudo das representações sociais, que o pensamento age sob dois conjuntos de motivações, sendo bi-causal, pois estabelece simultaneamente uma relação de causa e efeito e de fins e meios. A identificação da causa se transforma na busca de motivações e intencionalidades. Ao interpretar, se procuram animosidades ocultas, motivos obscuros, acredita-se que as pessoas não atuam por acaso, mas que há previsibilidade em suas ações. Isto caracteriza a causalidade primária. Já na secundária, tende-se a reunir toda informação disponível acerca dos dados, de modo que se possa classificá-los e categorizá-los. O autor, baseado nas informações coletadas observa que há deslocamento do efeito para causa, correlaciona-se e lhes são atribuídos efeitos e causas específicas. Exemplificando, Moscovici descreve um genuíno francês:

Um homem usando um boné, carregando uma longa peça de pão francês, pois tal é nossa representação desse tipo. Mas se acontece que essa pessoa é um americano, ele não se adéqua mais a esse modelo e nós supomos que seu comportamento é singular, ou mesmo aberrante, pois não está de acordo com o tipo (2007, p. 83).

As causalidades atuam conjuntamente nas representações sociais, mesclam-se para a produção de características únicas e saltam de uma a outra constantemente, porque visam impor uma ordem subjetiva a fenômenos objetivos em sua aparência, mas também propõem-se a estabelecer uma ordem objetiva atrás de fenômenos subjetivos, cujo resultado é uma atribuição de sentido a tais fatos. Assim, há a reconstrução de intenções obscuras a fim de explicar o comportamento de um sujeito (causalidade de primeira pessoa), mas também a busca de fatores invisíveis que explicam o comportamento perceptível (causalidade de terceira pessoa).

A expressão *causalização* denota que os fins disfarçam-se de causas; os meios, de efeitos; e as intenções, de resultados, pois, as

Relações entre indivíduos, do mesmo modo que as relações entre partidos ou grupos políticos de todo tipo, fazem extenso uso desse procedimento, sempre que o comportamento de outras pessoas deve ser interpretado. Sempre, contudo, a pergunta “Por quê?” deve ser respondida. E a resposta dada, muitas vezes, é suficiente para apaziguar as mentes a fim de preservar a representação ou para convencer uma audiência, que já estava suficientemente preparada para ser convencida (MOSCOVICI, 2007, p. 84).

Quando confrontado com a pergunta “Por quê?”, é natural que o sujeito recorra, em sua formulação, a uma representação social ou, ainda, utilize-se de um contexto mais geral e já definido para construir sua resposta. A fim de ilustrar tal situação, pode-se oferecer a seguinte pergunta: *Por que aparecem as manchas de areia no sudoeste do Rio Grande do Sul?* Alguns encontrarão respostas no uso inadequado do solo, afirmando que a causa se dá pelo pisoteio excessivo do gado; outros responderão que é por causa das mudanças climáticas, e que, portanto, temos o avanço do “deserto”; para alguns, trata-se de causas naturais; ao passo que para outros, são consequências da ação antrópica.

Por conseguinte, as representações não se sustentam apenas de teorias científicas, mas de grandes eixos culturais, ideologias formalizadas, experiências e comunicações cotidianas, sendo dois os principais processos que se mostram responsáveis pela formulação do pensamento social: a *objetivação* e a *ancoragem*.

Na teoria das representações sociais, o próprio conceito de representação possui sentido dinâmico, pois se refere ao processo pelo qual elas são elaboradas, assim como são estabelecidas as estruturas de conhecimento. As representações fundamentam-se em transformar o não-familiar em familiar, porque este é um processo constitutivo da ancoragem e da objetivação, passando o não-familiar a ocupar espaço no mundo familiar, o que gera representações.

2.3.2.2 Processos constitutivos das representações sociais: ancoragem e objetivação

A gênese de uma representação social pressupõe a transformação de um saber – o científico –, em outro tipo de saber – o senso comum –, transformando o não-familiar em familiar. Uma representação desempenha função de ancorar os sujeitos no universo consensual, a partir de classificações, categorias de pensamento e interpretação. Através deste saber, os homens se orientam, razão pela qual as representações são motivadas pela necessidade de transformar o não-familiar em familiar, ou seja, acomodam o desconhecido tornando-o conhecido, fazendo com que os sujeitos consigam lidar sem medo com o representado.

Interpretar uma ideia, noção, pensamento ou algo não-familiar pressupõe recorrer a categorizações, nomes, referências, de modo a promover sua integração a conceitos já existentes. Neste sentido, Moscovici já indicava que

Nós os fabricamos com esta finalidade, na medida em que os sentidos emergem; nós os tornamos tangíveis e visíveis e semelhantes às ideias e seres que nós já integramos e com os quais nós estamos familiarizados. Desse modo, representações preexistentes são de certo modo modificadas e aquelas entidades que devem ser representadas são mudadas ainda mais, de tal modo que adquirem uma nova existência (2007, p. 70).

Quando algo se repete, se estabelece uma relação de familiaridade com este algo. A explicação para isto não é dada pela percepção de correlação ou ainda pela própria repetição, mas sim pela percepção de uma discrepância entre esta correlação de familiaridade e demais com o fenômeno percebido e o que há a ser previsto, entre o específico e o protótipo, a exceção e a regra, o familiar e o não-familiar. Aquilo que não se enquadra em representações conduz à falta de reconhecimento e de conhecimento, à falta de identidade e à afirmação da não-identidade.

O processo de ancoragem se caracteriza basicamente por classificar, nomear coisas, operação em que os sujeitos apresentam seu universo consensual, a formulação que realizaram da sociedade e da natureza dos homens. Com a classificação, com a nomeação de coisas e pessoas, há a subjetivação, individualização, o que lhes assegura determinadas características que as distinguem das demais. Boa parte das classificações se dá a partir de comparações com um tipo ideal que representa determinada classe de objetos ou tipo de pessoas.

Ancorar pressupõe avaliar a qual categoria um sujeito ou objeto pertence, a partir de generalizações ou particularizando-o. Algumas vezes, vem uma opinião à mente e, rapidamente, tenta-se desvelar a informação, a imagem que melhor se adéqua a ela. Ao generalizar, reduzimos as distâncias. Ao particularizar, mantemos a distância e o objeto sob análise. A classificação é uma necessidade nas representações sociais, pois permite definir as coisas não-familiares como conformes ou disformes, semelhantes ou diferentes dos protótipos pré-estabelecidos.

Para Moscovici (2007), dar nome as coisas é precipitá-las e como consequência, pressupõe a descrição do objeto nomeado, adquirindo determinadas características e tendências; são distintas de outras coisas e passa a ser objeto de uma convenção adotada e partilhada pela mesma convenção. Classificar e nomear são características da ancoragem.

Nomear é atribuir identidade social a um sujeito ou coisa, é atribuir-lhes um sentido, de tal modo que o sujeito ou objeto é incorporado ao universo da linguagem, pois “os que falam e os de quem se fala são forçados a entrar em uma matriz de identidade que eles não escolheram e sobre a qual eles não possuem controle” (p. 68).

A ancoragem pode preceder ou suceder o processo de objetivação, servindo no primeiro caso para acoplar as novas informações nas categorias que o sujeito já possui de experiências anteriores ou, em outra hipótese, conferir sentido aos acontecimentos, comportamentos, pessoas, grupos ou fatos sociais que demonstrem e formem as relações sociais. É o reforço à representação social, ao que forma esta representação, impregnada de ideologia. As discrepâncias produzem efeitos, porque os preconceitos, independente de quais sejam, só serão superados quando mudar a representação social da cultura.

São duas as consequências da teoria das representações sociais, pois, primeiramente, elas eliminam a noção de pensamento ou de percepção desprovido de ancoragem, visto que todo sistema de classificação e relação entre os sistemas presume um ponto específico pautado no consenso. A segunda consequência decorre do fato de que classificar e nomear não equivale a graduar ou rotular pessoas e objetos, pois seu objetivo primordial é interpretar características, compreender intenções e motivações, formar opiniões. Logo, ancorar implica inserir uma coisa num sistema de pensamento já existente, dando-lhe significação; transformar o desconhecido em conhecido – o não-familiar em familiar –, ao confrontá-lo com as estruturas e categorias já conhecidas. Ajusta-se o novo nas categorias conhecidas, para que então se enquadre em uma classificação, sendo este o momento em que se atribui um nome à coisa.

Por conseguinte, ancorar reúne três funções básicas da representação: dar um sentido à coisa, tornando-a cognoscível e gerando um processo de estigmatização; instrumentalizar o saber sobre este objeto, com a interpretação desta novidade e atribuição de uma utilidade à coisa; e promover seu enraizamento num sistema de pensamento social, *locus* da orientação das condutas e das relações sociais, permitindo o *familiarizar-se com o estranho*. Com estas três funções, o sujeito interpreta o real, categoriza-o; é guiado à compreensão e à ação sobre o meio; torna a ciência um conhecimento útil a todos. Assim, a ancoragem constitui a base pela qual uma representação se forma, ou seja, é o modo pelo qual o sujeito representa as coisas que as tornam funcionais socialmente.

A objetivação decorre, primeiramente, do processo de formação de um todo coerente por meio da seleção e descontextualização do objeto. O segundo momento, da esquematização estruturante, objetiva formar um esboço ou nó figurativo organizando um padrão de relações estruturadas nos elementos fundamentais do objeto representado. O processo de objetivação termina com a naturalização dos padrões de relações, que passam a ser encarados como reais e materialmente exatos. Além disso, passam a ser percebidos como categorias naturais, descritivas, e, por conseguinte, explicativas e normativas, fazendo desta forma equivaler o conceito à realidade.

A objetivação é a propriedade que temos de tornar concreto o que para gerações passadas era abstrato, tornar comum e perceptível o incomum, intangível, tornar familiar o não-familiar. Para tanto, leva-se em conta o papel desempenhado pela passagem do tempo e dos costumes, se reconhece o papel exercido pela objetivação no processo de socialização. Objetivar é trazer à tona a essência, tornar real a representação, mas não eternizá-la, já que a sociedade é dinâmica. A objetivação fundamenta-se “na arte de transformar uma representação na realidade da representação; transformar a palavra que substitui a coisa na coisa que substitui a palavra” (MOSCOVICI, 2007, p. 71). É por isso que, como afirma Santos, “as ideias construídas em contextos específicos são percebidas como algo palpável, concreto e exterior ao sujeito” (2005, p. 31).

Objetivar significa transpor um conceito em imagem, retirando-o de seu arcabouço científico, é materializar uma abstração, é quando um conceito torna-se real e acessível ao consenso, próximo da realidade dos sujeitos. Representar é comparar, substantivando o vazio. Aqui cabe explicitar, evocando os arquétipos de Jung, pois, ao se lembrar do arquétipo pai e compará-lo a Deus, se traz o invisível à visibilidade das mentes, o intangível ao plano tátil.

A objetivação pressupõe uma seleção de repertórios sobre o objeto e a respectiva descontextualização de algumas informações a partir de conhecimentos prévios, ficando retidas somente algumas notícias acerca deste objeto, simplificando-as, dissociando-as de seu contexto primitivo de produção; ocorre a formação de um núcleo imagético, a partir da mudança do conceito, e a naturalização do objeto, ou seja, eles passam agora à realidade tangível dos sujeitos. Neste processo de objetivar, há uma perda de riqueza informativa, pois implica um processo de simplificação, entretanto o sujeito passa a compreender o objeto.

Enfim, objetivar é transformar o abstrato e complexo – não-familiar – em imagem concreta, significar o objeto, torná-lo familiar mediante simplificações e dissociações, ancorados em concepções familiares ao sujeito, ou ainda, como explica Moscovici,

Objetivar significa resolver o excesso de significações pela materialização (e assim guardar distância em relação a elas). Também significa transplantar, no plano da observação, o que era só inferência ou símbolo. [...] As ideias não são mais percebidas como produtos da atividade intelectual de alguns espíritos, mas como reflexos de coisas que existem no exterior. Houve substituição do conhecimento pelo percebido. O distanciamento entre a ciência e o real diminui, o que era específico de um conceito é proposto como propriedade de sua contrapartida no real (2012, p. 101).

É isto que ocorre nas acepções de areal/arenização utilizadas seja na mídia, seja pelos proprietários, pois seu emprego evidencia que o conhecimento das expressões não significa e não reflete um conhecimento efetivo quanto à sua gênese.

A ancoragem e a objetivação são imprescindíveis à compreensão das representações e de como elas se produzem. A ancoragem tem função de fixar, sustentar ideias excêntricas, reduzir tais ideias a categorias e imagens comuns, conduzir a um contexto familiar. Transforma o estranho, perturbador, intrigante em um sistema de categorias, comparando-o com algum paradigma de alguma categoria que se acredita estar apropriada pelos sujeitos. Também é função da ancoragem classificar, categorizar e nomear as coisas e fatos, o que permite imaginar, representar algo. Já a objetivação tem por função transformar algo abstrato em quase concreto, transferir o que há na mente em algo real no mundo vivido.

Os mecanismos de ancoragem e objetivação tornam o não-familiar familiar em dois momentos: o primeiro o transfere para a esfera particular, na qual é possível compará-lo e interpretá-lo; e o segundo o reproduz entre o que é visível e concebível de ser tocado, controlado.

Assim, a representação é, para Moscovici,

fundamentalmente um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes. [...] Quando classificamos uma pessoa entre os neuróticos, os judeus ou os pobres, nós obviamente não estamos apenas colocando um fato, mas avaliando-a e rotulando-a. E neste ato, nós revelamos nossa “teoria” da sociedade e da natureza humana (2007, p. 62).

Ou seja, representar pressupõe codificar. Ao classificar algo, ele é categorizado a um conjunto de comportamentos e regras que caracterizam o que é ou não aceito em relação aos pares pertencentes a esta categoria. Ao classificar, se estabelece um conjunto limítrofe

de caráter linguístico, espacial e comportamental, de certos hábitos, pois “se nós, então, chegamos ao ponto de deixá-lo saber o que nós fizemos, nós levaremos nossa interferência ao ponto de influenciá-lo, pelo fato de formularmos exigências específicas relacionadas às nossas expectativas” (MOSCOVICI, 2007, p. 63). O poder de uma classe, de uma categoria, se manifesta em sua capacidade de propiciar um protótipo adequado para representá-la, uma espécie de álbum fotográfico em que figuram todas as pessoas que supostamente a ela pertencem.

Por conseguinte, enquadrar alguém ou alguma coisa numa categoria pressupõe selecionar um paradigma que se encontra armazenado na memória a fim de firmar uma relação que poderá ser positiva ou negativa. Ao explicar o modo como se classifica e categoriza, Moscovici (2007) fala em protótipos, ou seja, tipos ideais que servem de modelo ao que será ancorado e objetivado, constituindo novas representações sociais.

As representações dependem da memória, pois se traduzem em imagem os conceitos que apresentam uma realidade. É do incremento de experiências acumuladas na memória que são extraídas as imagens, a linguagem, os gestos, com o intuito de superar o não-familiar. Experiências e memórias não são inanimadas, tampouco mortas, mas dinâmicas e imortais. Tanto a ancoragem quanto a objetivação são modos de lidar com a memória. A ancoragem mantém em movimento a memória, e dela a objetivação extrai nomes, conceitos e imagens, uma vez que, como aponta Jovchelovitch,

A objetivação e a ancoragem são formas específicas em que as representações sociais estabelecem mediações, trazendo para um nível quase material a produção simbólica de uma comunidade e dando conta da concretude das representações na vida social (1995, p. 81).

A representação social se integra à realidade social através da objetivação, ao passo que, através da ancoragem, se apreende o modo como o elemento modela a relação social e como a representa.

Portanto, ancorar e objetivar pressupõem categorizar e tornar imagem conhecida o que não foi classificado e rotulado. Estes dois conceitos são fundamentais à teoria das representações sociais, que se propõe a dar conta dos processos psicossociais que são estruturantes à gênese das representações sociais, já que, conforme Jodelet, eles “dão o meio de pensar a intervenção do social na elaboração cognitiva” (2005, p. 48), ou, ainda, porque “a objetivação transfere a ciência para o domínio do *ser* e a ancoragem a delimita no do *fazer* para contornar o impedimento de comunicação” (MOSCOVICI, 2012, p. 156).

2.4 APORTES METODOLÓGICOS PARA O ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS AREAIS

Metodologicamente, a livre associação é utilizada para o estudo das representações sociais e encontra paralelo, conforme ilustra Moscovici (2007; 2012), com as regras de confissão, pois é análoga à fala que os fiéis cristãos dirigem ao sacerdote, no diálogo estabelecido acerca de seus pecados.

Este subcapítulo se apresenta dividido em duas partes: na primeira, é abordada a relação entre ideologia e mídia, pautada pela análise do discurso; a segunda parte é dedicada à associação livre, enquanto instrumento de análise para o exame das representações sociais dos areais.

2.4.1 Mídia jornalística e ideologia: o método da análise de discurso

A representação social se caracteriza por ser um conjunto de conhecimentos organizado, que permite aos sujeitos tornar inteligível o objeto, integrando-o ao universo consensual. A representação social insere-se num grupo pela ancoragem e objetivação feita deste objeto, liberando os poderes de sua imaginação.

As representações sociais demarcam o caráter do estímulo observável a partir da resposta apresentada diante de uma pergunta instigada. As representações determinam quem é quem. Moscovici (2007) avalia que as representações são manipuladas pelos sujeitos embora eles imaginem estar manipulando motivações, inferências e percepções e que isto se dá porque os homens não levam em consideração as representações. Entretanto, ressalta o autor, as representações fabricadas pelos sujeitos ou herdadas da sociedade podem alterar a postura do indivíduo em relação a algo externo a ele.

Antagonismo e reciprocidade são influências e facilitadores da comunicação entre os sujeitos de determinado grupo. Três são os sistemas de comunicação que, segundo Moscovici (2007; 2012), determinam o conteúdo e a forma das mensagens: a *difusão*, a *propagação* e a *propaganda*. Estes três sistemas são analisados, por ele, conforme a fonte

informante, o objetivo do que está sendo informado e a lógica da mensagem. Cada sistema de comunicação possui regras próprias de lógica, significados lexicais, sintaxe, modos de argumentação e modos de influência. Assim, a pesquisa através dos temas pressupõe a exploração temática, no âmbito da análise semântica e cultural dos discursos e textos, e a especificação das formas de relações dialéticas, na esfera da análise cognitiva e lógica, presente entre proposições e conceitos em uma conexão, no embate entre ciência e conhecimento consensual, pois “as representações sociais estão [...] relacionadas ao pensamento simbólico e a toda a vida mental que pressupõe linguagem” (MOSCOVICI, 2007, p. 307).

As relações sociais não explicam tudo. Na sociedade, é possível constatar a coexistência de inúmeros modos de comunicação, como a propaganda e a difusão, que intervêm na dimensão que abarca o modelo de relação e os grupos, uma vez que, na contemporaneidade, a propaganda tornou-se um mecanismo privilegiado de transmissão ideológica.

Na difusão, têm-se mensagens descontínuas, fracionadas, sendo o elo entre elas aleatório. A questão da acomodação da fonte informante ao público é imprescindível na difusão. Quando os segmentos e ligações são fracos hierarquicamente, eles permitem vir à tona regularidades que constituem uma representação não metódica. Texto e contexto apresentam integração incompleta. Portanto, como é fraca a estrutura de opiniões e informações transmitidas, favorece aos receptores organizá-las, em virtude de suas perspectivas e atitudes pessoais. Consequentemente, no plano perceptivo, o nível de comprometimento das proposições é mínimo (MOSCOVICI, 2012).

A propagação apresenta quatro características: opera num campo de ação restrito; busca integrar um objeto social – no caso, o areal – a um quadro já existente – o deserto; mira a anuência de uma concepção dominante para todo o grupo; promove a adequação de comportamentos e de normas aos grupos sociais.

Difusão e propagação diferem quanto à dependência que possuem da qualidade do significado comunicado em conexão àquele recebido. Pela propaganda se constitui uma representação. A propaganda apresenta duas funções que lhe permite apropriar-se do sentido qualificativo de uma representação. Suas funções são regular e organizar a informação emitida, sendo que

A função reguladora é traduzida pela afirmação e procura do restabelecimento da identidade do grupo, exprimindo sua qualidade de sujeito liberado das contradições que ameaçam seu equilíbrio e sua ação.

[...]

A função organizadora da propaganda implica a elaboração adequada do conteúdo das comunicações, a transformação do campo social – de sua representação – numa dada situação. Relações antigas são renovadas, conteúdos novos relacionados a aspectos próximos ou distantes da vida cotidiana são propostos. [...]

A formação da representação é um dos aspectos fundamentais da propaganda. Efetivamente, se um grupo deseja ou deva agir como tal, como sujeito, sobre o real, é necessário que o represente como seu próprio real (MOSCOVICI, 2012, p. 393-394).

Assim, compreende-se que uma representação colabora com os processos de construção de normas e de orientação das comunicações sociais.

A propaganda se caracteriza por ser um tipo de expressão de determinado grupo; objetiva produzir uma ação, simplificar a representação do real. A composição cognoscível da propaganda leva à formação de uma representação, já que

Fica claro como a situação polarizada se reflete num esquema dicotômico que se presume fixar a representação do objeto do conflito, e como o caráter dicotômico explica os aspectos concretos da propaganda. As simplificações são consequências dessa estrutura binária, a mais simples, da representação (MOSCOVICI, 2012, p. 399).

Isto evidencia dois polos, um positivo e outro negativo, em que a malícia do pensamento expresso na propaganda se caracteriza por apresentar uma alternativa possível e, no outro polo, o reforço do oposto. Portanto, seu sucesso não reside somente em repetir um estereótipo, mas na edificação de um conteúdo que torna mister esta conduta.

Quando a estereotipia liga-se ao panorama formalizador, tem-se uma linguagem afetiva, e isto se dá porque, quando a representação impõe aparência e corpo, a linguagem bifurca-se em um sistema de signos e numa linguagem afetiva. Este sistema de signos possui significância para o grupo social, por conta do processo de socialização que o torna geral. A representação transforma-se num conjunto de signos através de uma constância repetitiva, que, por sua vez, conduz ao problema da linguagem especial e da estereotipia.

Por conseguinte, uma propaganda eficiente é aquela que consegue transformar em estereótipo uma representação. Entretanto, corre o risco de não conseguir adequar a representação à situação, às relações dentro e entre os grupos, e isto delimitaria o desenvolvimento e a eficácia desta forma de comunicação.

A eficácia de uma propaganda reside na escolha da palavra e dos sentidos a ela atribuídos em sua circulação, o que reflete a conexão entre representação e edificação da

linguagem. Assim, o movimento efetuado é o de conferir a um termo geral um sentido particular, dando-lhe uma forma genérica. A palavra significante funde-se com sua significação numa determinação que vincula o conteúdo particular ao generalizante. Com isto, chega-se ao terceiro item da eficácia de uma propaganda, ou seja, a redução da gama de significações, eliminando as ameaças de os interlocutores relativizarem e interpretarem livremente a mensagem.

Uma representação se qualifica como social quando é gerada e concebida na imaginação coletivamente, ou seja, quando se torna possível apreender sua atribuição na existência do cotidiano. Hoje, uma representação, bem como a ciência ou mesmo a ideologia, é engendrada por um grupo, uma classe dominante, uma cultura, etc. No caso das representações, não há uma verdade, mas vários entendimentos sobre os fatos. Uma vez fixada uma representação, é possível antecipar a resposta do sujeito, pois há coerência nas opiniões, sendo as representações cristalizadas pela repetição.

As representações sociais também são estudadas pela ótica da ideologia, uma vez que, como já visto, um objeto representado emerge a partir de uma classe ou grupo dominante. A ideologia se esforça em propiciar um sistema geral de condutas sociais, ou fundamentar as ações de determinados grupos sociais, normalmente imbuídos de poder. A vida em sociedade é o seio da comunicação e da ideologia, e o estudo das relações entre o sujeito e a coletividade inúmeras vezes denuncia tensões e contraposições, mas “representam o ponto de encontro das necessidades de liberdade do ser humano e de suas tendências para a alienação” (MOSCOVICI, 2007, p. 156).

Os meios de comunicação desempenham papel fundamental na instituição do senso comum, que pode muito bem ser alçado ao posto de uma ideologia dominante. No que tange à comunicação e, no caso aqui retratado nesta tese, à mídia jornalística, conforme Guareschi (2013)²⁴, elas constroem a realidade no tocante aos valores, são quem apresenta as respostas às perguntas, nem sempre formuladas pelo leitor, legítima e assegura consistência ao banal social.

Para que a sociedade mantenha-se viva e em constante transformação, faz-se necessário que se reproduza através das relações sociais, e nisto reside a importância

²⁴ Texto ainda em construção, enviado pelo autor e recebido por meio eletrônico, com o título provisório de *A comunicação: uma realidade misteriosa e intocável*. Anexo de mensagem recebida por <zaiazinn@gmail.com> em 05 mar. 2013.

atribuída, atualmente, ao conjunto dos veículos de comunicação, que desempenham papel intrínseco a esta transformação social, construindo e ou reforçando determinadas normas e valores.

Neste sentido, passa a existir no cotidiano social algum fato que seja divulgado pelos veículos de comunicação, bem como a interpretação prevista para tal notícia, contribuindo para construir, no imaginário social, as representações sobre tal fenômeno. Isto assegura à mídia, hodiernamente, o poder de criar a realidade, instituindo valores, hábitos, signos e o senso comum e impondo-os à sociedade.

Nesta perspectiva, deixa de existir aquilo que não se encontra difundido pelos veículos de comunicação, valorando como boa e verdadeira a realidade por eles apresentada como existente. O fato só se apresenta existente quando expresso claramente pelo veículo de comunicação de massa. Por conseguinte, fica claro que as mídias oferecem aos sujeitos sociais a pauta de discussão do momento, determinando, conforme pesquisa de Guareschi, que mais de 80% do que se discute nas interações sociais sejam assuntos colocados em discussão pela mídia.

Todavia, este poder adquire caráter nefasto, pois se impõe à sociedade o que deve e pode ser falado e discutido – e, é lógico, sem muito aprofundamento dos temas. Logo, uma sociedade inteira pode ficar alheia a determinado fato se ele não aparecer retratado nos veículos de comunicação.

Um fenômeno é apresentado pela mídia que o transforma em algo natural, o apresenta como, desprovido de história, desconstituído de sujeito, sem valores e interesses. Inúmeros são os que, inocentemente, acreditam na neutralidade jornalística, como se o que está sendo divulgado correspondesse exatamente à realidade, como se não existissem outras possibilidades de interpretação, como se não houvessem interesses dentro de uma lógica financeira, que execra o menos favorecido em prol de motivações mais poderosas. Foi possível confirmar esta afirmação em campo, quando alguns entrevistados (6; 25), em mais de um momento, mencionaram a importância do que está impresso, atribuindo-lhe o caráter de informação inquestionável. Houve, inclusive, quem manifestasse que não escreveriam em jornais ou panfletos somente para enganar as pessoas.

Esta reflexão conduz à compreensão de que a ideologia apresenta um conteúdo e uma forma. O conteúdo deriva da base, e a forma vem de cima, assegurando ao senso comum uma fama científica.

Para se entender as representações sociais, é necessário então dar atenção à ideologia e à comunicação, pois tanto a criação e a difusão quanto a apropriação de uma representação pressupõem a comunicação de algo imbuído de uma ideologia. Veronese e Guareschi (2007) ressaltam que as representações sociais são construções mentais e sociais que trazem consigo uma ideologia. A ideologia é considerada a partir de uma perspectiva crítica e que

desmistifica a possível neutralidade do processo cognitivo, mostrando-o como mediação nas relações de dominação e exploração socioeconômica. Nossas representações não são independentes: têm a ver com nossa concepção de ser humano e de sociedade (GUARESCHI, 1995, p. 200).

Portanto, uma representação social é um conhecimento elaborado e partilhado socialmente, que apresenta uma visão habitual, concorrendo à edificação de uma realidade trivial para determinado conjunto social.

Assim, o conceito de ideologia passa a ser percebido em seu sentido negativo, isto é, o modo pelo qual o significado apresentado em determinadas ocasiões próprias, objetiva instaurar e manter relações de poder, de dominação, enganando, ludibriando o interlocutor. Este conceito é essencial à compreensão das dimensões éticas, valorativas e críticas, com vista à emancipação dos sujeitos que se encontram em situações desfavorecidas.

As formas simbólicas por si só não são ideológicas, mas passam a ser quando são utilizadas para a manutenção de relações de poder, sobrepujando o outro. Por sua vez, as representações sociais são formas simbólicas que podem tornar-se ideológicas, quando, por exemplo, se insiste em uma ideia pela conveniência do que ela expressa, pois, conforme Moscovici,

O conhecimento, apesar de tudo, não existe simplesmente para ser transmitido. É transmitido visando um fim, disso temos convicção. Se na infracomunicação a distinção entre informação e influência não tem sentido (comunicar, fugir do silêncio, satisfazer a curiosidade, experimentar a convivência com o mundo, o resto não tem importância), as percepções se modificam quando não há mais reciprocidade nas trocas e que são livros, jornais ou professores que transmitem as informações. Cada um de nós se sente então na presença de um empreendimento organizado que quer fazer conhecer, pede resposta, exige que tomemos partido. A difusão de uma ciência tem valor de informação, mas quem possui a ciência, possui também o poder. É competente, domina, é perito, não só emissor; o outro não é só receptor, é inexperiente. A aceitação de um conhecimento implica então a dependência em relação ao grupo que com ele se identifica e se encarrega de sua reputação (2012, p. 92-93).

Os veículos de comunicação de massa aceleram a compactação das representações, transformando-as em tradições imutáveis, ao proliferar as mudanças e ampliar a necessidade de unir ciência e crença com nossas ações concretas enquanto sujeitos sociais.

A sociabilidade não funcionaria caso não se criassem representações pautadas no seio de teorias e ideologias cujas representações transformem-se em realidades compartilhadas na interação social.

É inegável a amplitude de possibilidades de investigação no campo das representações sociais, tendo em vista elas evocarem diferentes tipos de análise, que vão da interação face a face, passam pela comunicação de massa e chegam à circulação de ideias coletivizadas.

O estudo das representações sociais pressupõe, em última instância, a análise do discurso exposto, que possibilita revelar o conteúdo latente das representações, já que, como diz Reigota, é pela “busca do sentido contido nos conteúdos de diversas formas de textos, de maneira a permitir compreender o acesso à informação de certos grupos e a forma como esses grupos a elaboram e transmitem” (2010, p. 75). Para tanto, procura-se identificar, na fala dos colaboradores e no texto exposto nos jornais analisados, palavras-chave que demandam significados unidos a determinadas categorias²⁵.

Para que se proceda à análise do discurso, percorrem-se a transcrição, análise e interpretação das entrevistas, bem como a leitura, análise e interpretação das matérias jornalísticas. Quanto às entrevistas, é importante estar atento à entonação das palavras, aos lapsos, hesitações, silêncios prolongados, repetições constantes, pois eles podem estar operando no sentido de enaltecer ou de esconder algo sobre o objeto. Quanto ao conteúdo jornalístico, interessa a análise de seu conteúdo, pois traz à tona a expressão e as permanências ideológicas da sociedade dominante.

É indiscutível que os veículos de comunicação desempenham um significativo papel na formação das representações sociais, possibilitando a circulação de ideias, mas também conduzindo, ao processo de desenvolvimento do conhecimento, grupos sociais mais amplos, que passam a reivindicar a legitimidade de suas representações para que estas sejam qualificadas como sociais. Legitimidade e comunicação caracterizam, então, a heterogeneidade da vida social moderna.

²⁵ Quais sejam, a saber: areal, arenoso, arenização, deserto, desertificação.

O conhecimento é produto da interação e da comunicação. Manifesta-se no mundo interacional, a partir de interesses oriundos de um grupo peculiar e em situações específicas, estando engajados em projetos definidos. Desse modo, interessa saber quais processos engendram, transformam e projetam este conhecimento para o mundo social. As representações sociais, ao serem analisadas mediante a associação livre, possibilitam que se trilhe este caminho.

2.4.2 A associação livre expressa através da linguagem na análise das representações sociais

O objetivo da teoria das representações sociais é identificar, descrever e analisar os conteúdos e significados que são estruturados pela representação. Por ser uma teoria do senso comum, “as técnicas de análise empregadas em seu estudo procuram, de alguma forma, desvendar a associação de ideias subjacentes” (POSSAMAI; GUARESCHI, 2007, p. 234-235). À medida que se estuda o fato social concreto, tenta-se descobrir o modo pelo qual a história, a cultura e as circunstâncias atuais cooperam com a estabilidade e as dinâmicas dos fenômenos sociais (MARKOVÁ, 2006).

A linguagem é o instrumento mais valioso na conquista e edificação de um universo de objetos. Sua extensão, no uso de expressões, assinala os comportamentos sociais. A linguagem é um meio da comunicação, assegura a compreensão entre emissor e receptor por meio do uso de temas²⁶ comuns, evitando a saturação – fruto das repetições –, através da renovação de metáforas consensuais. Assim, as palavras-signos são aquelas que remetem à ideia do que foi transmitido; àquilo que se espera que seja associado e/ou colocado à representação.

²⁶ *Thema* (singular), *themata* (plural) e *thematização* são os principais conceitos da teoria das representações sociais para Moscovici, desde sua revisão teórica pós-anos 1990, já trabalhando com Marková. O termo *thema* compreende questões de contraposição dialógica, denota o forte vínculo que a teoria estabelece com a linguagem e a comunicação, além da relação que se estabelece na tríade Eu/Outro/objeto. *Themata* significa um reduzido número de contradições do pensamento; sendo entendida, ainda, como pré-concepções científicas; corresponde aos conceitos dialógicos da teoria das representações sociais que corroboram com o progresso teórico, com vista a uma teoria do conhecimento social.

As contradições no pensamento consensual tornam-se temas quando se transformam em problemas, no decorrer de determinados eventos sócio-históricos. O que faz uma contradição no pensamento é sua índole simbólica comunicacional. Desse modo, concentram o foco das atenções sociais e se tornam fonte de tensão e conflitos sociais, sendo nestes eventos que as contradições no pensamento transformam-se em temas, penetrando no discurso público, problematizam-se, thematizando-se ainda mais, para, então, gerar representações sociais no que toca ao fato em questão (MARKOVÁ, 2006).

Alguns temas emergem diretamente da dialogicidade própria da alteridade e, esta parece ser a essência à sobrevivência e à otimização das relações sociais. Então, as representações sociais abrangem diferentes modos de pensamento e comunicação pelos quais os homens expressam suas realidades sociais. Tais formas de expressão variam de acordo com a cultura e conforme a razão a que se prestam, mas, independente disso, podem ser formais ou informais, ou seja, através da educação ou de conversas em bares, por exemplo.

Os gêneros de comunicação são convenções sociais, expressos pela linguagem do sujeito, emissor do processo de socialização. Logo, a forma como a representação social é *thematizada* dependerá da alteridade estabelecida pelos diferentes gêneros de comunicação, que podem ser monológicos – como os discursos políticos –, ou dialógicos – como as conversas entre amigos. Observa-se, assim, que “a *thematização* [...] expressa o esforço que um interlocutor faz para entender e apropriar o significado que está no centro da questão” (MARKOVÁ, 2006, p. 271).

Na análise da representação social, a linguagem – e não a fala, o discurso, enquanto forma genuína de expressão eminentemente humana – é privilegiada por alguns autores – como Farr, Jovchelovitch, Marková e Foucault, para citar alguns –, no decorrer de suas obras. A linguagem é um dos mais aprimorados elementos da evolução humana, compreendida como uma característica que distingue os homens de outras espécies. A linguagem é social, se evidencia como um dos mecanismos de transformação do homem em ser social, é importante como procedência das representações sociais, uma apropriação das construções sociais, vivenciadas no processo de socialização.

É relevante como Foucault (1985) analisou, ao longo da história, diferentes objetos. Assim procedeu com o signo, que pressupõe uma representação e que só se constitui a partir de um ato de (re)conhecimento; une um conceito a uma imagem. O signo contém

duas ideias, a coisa que representa – conceito - e a coisa representada²⁷ - imagem -, e a sua natureza promove, como efeito, que a coisa representada seja estimulada pela coisa que representa. A condição para que seja binário (representante e representado) é dada pela conjuntura de manifestar aquilo que significa. É imperioso que represente, mas esta conjuntura deve achar-se representada nele. Logo, há três termos: a ideia significada, a ideia significante e, em seu interior, a ideia de seu papel de representação, isto é, a ideia representada.

Contextualizando com o trabalho aqui desenvolvido, significa dizer que a ideia significada diz respeito aos areais e/ou ao processo de arenização; a ideia significante une-se aos conceitos de processo de arenização e de areais; e a ideia de seu papel de representação remete à compreensão, visão e representação social que os sujeitos entrevistados possuem acerca dos areais, bem como a percepção presente em seu imaginário sobre como se desenvolve tal processo de arenização.

A linguagem possui função - a percepção -, a representação, o signo. Destarte, a representação se dá a partir da percepção dos objetos; posto se tratar de um fenômeno cognitivo, uma vez que envolve um processo operacional, havendo alteração no mundo dos objetos. Contudo é um processo irreversível, supersomativo, cumulativo. Sobre a linguagem, Rique explica que

A linguagem externa é a forma pela qual o pensamento construído pela reflexão, na ideia consumida pela consciência, que agora conhece a verdade (instantaneamente), comunica-se com o mundo; noutras palavras, a linguagem é o aparecer do pensamento-verdade do objeto, articulado a certeza sensível do sujeito [...], a linguagem é a “paisagem” do pensamento, porque é a forma pela qual a ideia aparece com o seu conteúdo que é o conhecer da verdade do objeto. A verdade do objeto que aparece pela linguagem [...], certeza sensível, não é inteira. Eles [os interlocutores] nunca transmitem tudo que suas consciências conhecem (2004, p. 130).

Assim, dada representação social se caracteriza por ser uma forma de saber prático que liga um sujeito a um objeto. No que tange ao objeto, ele pode ser de múltipla natureza, social, material ou ideal. Uma representação relaciona-se com a simbolização e a interpretação, isto é, está no lugar do objeto e confere-lhe significados, respectivamente. Equivale a dizer que da representação participam a composição e a expressão do sujeito, considerada sobre a perspectiva epistemológica ou psicodinâmica, igualmente social ou

²⁷ Há correspondência com os conceitos de significante e significado, que Saussure (2006) desenvolve no campo da linguística, sendo a imagem o significante – um símbolo - e o conceito, significado.

coletiva, devendo-se ponderar, em sua análise, o pertencimento e a participação, tanto social quanto cultural, do sujeito, porque a representação se apresenta como um arquétipo do objeto e pode ser apreendida em diferentes suportes linguísticos, comportamentais ou materiais (JODELET, 1989).

É neste sentido que a análise da linguagem, através da associação livre, possibilita entender que o simbolismo presente nesta técnica ainda tem muito a ser explorado pelas representações sociais, haja vista que estas emanam de construções imagético-simbólicas, socialmente construídas.

Na psicanálise pós-freudiana, a linguagem é um elemento essencial para a técnica psicanalítica, especialmente nas proposições de Lacan, que se baseou na linguística de Saussure, na dialética de Hegel, na Antropologia de Lévi-Strauss e na lógica de B. Russel. Lacan acreditava que o inconsciente se estruturava como linguagem e esta circunscrevia o sentido, formando as estruturas mentais.

Para Lacan, a psicanálise não se caracteriza como ciência, tampouco como visão de mundo ou, ainda, como uma filosofia que busca elucidar a chave do universo. Ele a entende como uma prática em que, mediante o método da livre associação, é provável que o sujeito chegue ao núcleo do seu ser. Segundo os postulados lacanianos, o psicanalista, ao ouvir a fala do paciente, deve dar primazia ao significante – conteúdo latente –, desvelando-o do conteúdo manifesto pela linguagem, que é o significado. Não é a palavra em si, o significado, mas o que ela representa, o significante, que interessa a Lacan. Ele acolhe os dois tipos de ordenamentos dos signos proposto por Saussure, isto é, a concatenação (metáfora) e a substituição de um signo por outro (metonímia). Entretanto, importante esclarecer que Lacan se opõe a ideia saussuriana de que significante e significado são indissociáveis e opera uma inversão no algoritmo formulado por Saussure. É esta inversão que possibilita ao psicanalista francês entender a palavra em si como significado e o que ela representa como significante, sendo este que interessa a Lacan. O processo metafórico concebe sentido ao passo que na metonímia um significante substitui outro, por contiguidade (BLEICHMAR; BLEICHMAR, 1992). O processo metafórico é vinculado à condensação e o processo metonímico ao deslocamento. Naquele, um sentido emerge a partir do não-senso (por exemplo, do não-senso do termo *famillionário* surge um sentido: o de familiaridade com um milionário), já no processo metonímico há a substituição, por contiguidade, de um termo por outro.

Ademais, levando em conta a ideia de valor, Lacan defende que toda significação remete a outra significação - o significado é sempre outro significante, daí que os significantes deslizam sem cessar, não se fixando em nenhum significado. Disso resulta que, para ele, o significante está isolado do significado como uma letra, um traço ou uma palavra simbólica, desprovida de significação e, entretanto, determinante – como função – para o discurso ou destino do sujeito. Neste contexto, o sujeito é entendido não mais como assimilável a um eu, mas como *sujeito do inconsciente*, e tampouco seria pleno, pois representado pelo significante – ou seja, pela letra onde se marca o assentamento do inconsciente na linguagem. Portanto, o sujeito é representado por uma cadeia de significantes na qual o plano do enunciado só corresponde ao plano da enunciação pelos *pontos de basta* - momento em que, na cadeia, um significante se une a um significado para produzir uma significação e em que se realiza a única operação que detém o deslizamento da significação, possibilitando que ambos os planos se liguem pontualmente.

Na atividade de *seleção*, elege-se uma palavra e não outra - por exemplo, *deserto*, e não *areal* -; já na atividade de *combinação*, relaciona-se duas palavras, estabelecendo uma continuidade entre elas, como, para descrever uma paisagem, combina-se os termos *deserto* e *improdutivo*.

A associação livre caracteriza-se por ser um método amplamente utilizado pela Psicanálise já em seus primórdios, tendo sido introduzida, no século XIX, pelo psicólogo inglês Galton. Em seus experimentos com pacientes, este cientista pronunciava determinada palavra, e o paciente deveria expressar verbalmente o que primeiro lhe viesse à mente, isto é, a ideia que representava aquela palavra recentemente pronunciada. As palavras eram anotadas e, depois, Galton e o paciente buscavam as relações entre elas. Este método “consiste em exprimir indiscriminadamente todos os pensamentos que ocorrem ao espírito, quer a partir de um elemento dado (palavra, número, imagem de um sonho, qualquer representação), quer de forma espontânea” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2004, p. 38).

A associação livre foi desenvolvida e utilizada na técnica psicanalítica, aperfeiçoada por Sigmund Freud, considerado o pai da Psicanálise, que se constituiu na primeira escola de Psicologia. Freud abandonou a hipnose e simultaneamente descobriu o significado dos sonhos. Passou a adotar o método da livre associação de ideias entre os anos de 1892 e 1898, inicialmente em virtude de uma de suas pacientes, Emmy Von N, que lhe solicitou que não se intrometesse no decurso de seus pensamentos, deixando-a se expressar livremente,

tendo sido vastamente utilizado a partir de um de seus mais famosos casos, o tratamento de Ana O., que denominava tal procedimento de “limpeza da chaminé”. Freud defende este método como a regra fundamental do tratamento psicanalítico, sendo o próprio paciente quem conduz a relação entre as palavras e os símbolos oníricos. Na teoria psicanalítica freudiana, é o respeito a esta regra que assegura a emergência das representações inconscientes, atualizando os mecanismos de defesa do sujeito (CHEMAMA, 1995).

Assim, influenciado pelo método de Galton e pelo método psicanalítico freudiano, Jung inventa, em 1904, o que vem a ser considerado o primeiro teste projetivo em Psicologia, o teste de associações de palavras, no qual o pesquisador lia um quadro com cem palavras e o paciente respondia uma a uma com somente uma palavra que lhe viesse à mente, o mais breve possível. Foi este teste que corroborou para a formulação de sua teoria dos oito tipos psicológicos²⁸.

Entretanto, os testes formulados por Jung o levaram ao conceito de inconsciente coletivo, isto é, o conjunto de informações presentes no inconsciente dos sujeitos, a herança mnemônica da humanidade. Estas ideias originaram o conceito de arquétipos, símbolos emocionais que são imagens comuns que as pessoas possuem e que estão formadas desde a origem dos tempos, sendo, por conseguinte, transpessoais. Os arquétipos resultam

das reações emocionais de nossos ancestrais a eventos que se repetem continuamente [...], [sendo que a] existência desses arquétipos ou padrões emocionais predispõe-nos a reagir de maneira previsível a estímulos comuns e recorrentes²⁹ (FRIEDMAN; SCHUSTACK, 2004, p. 119).

O conceito de inconsciente coletivo não é equivalente ao de representação social, contudo são as representações que estão presentes nos arquétipos, razão pela qual elas são denominadas “sociais”, ou seja, são construídas socialmente, de modo que uma parcela da sociedade compartilha um conjunto de ideias comuns sobre um mesmo tema.

Nesta pesquisa, parte-se do método de análise das lembranças que foram evocadas pelos entrevistados, mediante questionamentos, para o estudo das representações sociais dos proprietários sobre os areais. A associação livre se dá a partir de uma palavra instigada, através de um questionamento, que pode ser: *quais são as palavras ou expressões que em*

²⁸ Os tipos psicológicos de Jung dividem-se em dois grandes grupos, extrovertido e introvertido, combinados com quatro funções: pensamento, sentimento, sensação e intuição.

²⁹ Exemplificando, o arquétipo mágico é comumente representado pelo feiticeiro, mago ou vidente; a mãe, pela avó sábia ou Virgem Maria; o herói, pelo vencedor, salvador, apenas para citar alguns entre tantos outros arquétipos estudados por Jung.

um primeiro momento lhe vêm à mente quando você ouve/pensa/visualiza as manchas de areia em sua propriedade?

A associação livre é considerada uma vez que o desencadeamento das associações não é orientado ou controlado por alguma intenção seletiva. No caso em questão, o entrevistado possuía ampla liberdade de dizer aquilo que primeiramente lhe ocorre, sem interferência externa, e tendo como ponto de partida apenas o próprio questionamento sobre os areais. É senso comum dizer que “o método das associações livres destina-se a pôr em evidência uma ordem determinada do inconsciente” (LAPLANCHE e PONTALIS, 2004, p. 39), ou seja, desvelar as impressões sobre determinado objeto, que muitas vezes encontra-se bastante obscurecida para o próprio sujeito social.

Para melhor analisar as associações realizadas pelos entrevistados, foi efetuado o cruzamento de quatro indicadores: as palavras enunciadas no momento da entrevista; a análise a partir da técnica projetiva; as palavras utilizadas para explicar as que haviam sido evocadas; e a quantificação das palavras mais repetidas no decorrer da entrevista. Este cruzamento permitiu reconhecer os possíveis princípios de centro e periferia das representações sociais.

Não se pretende exaurir a complexidade posta nesta discussão, uma vez que se trata de um experimento que busca estabelecer uma associação entre as ciências, vista como saudável à contribuição e ao entendimento das razões que levam os pesquisadores a investigar as representações sociais, que, entre outras aplicabilidades, assegura maior conhecimento da forma como um grupo social pensa e se expressa, bem como de sua dinâmica, podendo, portanto, ser utilizada para promover melhorias sociais.

3 A IDEOLOGIA APRESENTADA PELA MÍDIA JORNALÍSTICA E A PRODUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Este capítulo é destinado à análise do material extraído das reportagens dos jornais ZH e CP, no período que se estende de 1º de janeiro de 1987 a 31 de dezembro de 2008 e que estão discriminadas no Apêndice B.

A metodologia empregada para o levantamento das reportagens do jornal ZH foi a de busca, junto aos arquivos do jornal – cujas edições já se encontram digitalizadas –, das seguintes palavras-chave: Alegrete, areal, arenização, arenizar, desertificação, desertificar, deserto [verde], Dirce Suertegaray, eucalipto, fronteira [oeste], Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, ravina, São Borja, São Francisco de Assis, Stora Enso, voçoroca³⁰, voçorocamento.

Da busca destas palavras e da combinação entre elas, resultou o total de 201 reportagens do jornal ZH, durante o período indicado. Os dados essenciais foram anotados, para que se pudessem acessar as reportagens na íntegra, e, à medida que iam sendo localizadas no Acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, elas foram fotografadas para posterior análise.

Quanto às reportagens do CP, parte da busca ocorreu mediante o manuseio físico dos exemplares, pois o processo de digitalização do acervo é bem mais recente do que o da ZH. Assim, somente as edições publicadas depois de 08 de junho de 1997 estão disponíveis, possibilitando localizar as reportagens online e salvá-las em pdf. Ao todo, foram identificadas 104 reportagens desse jornal.

Somadas as reportagens dos dois jornais, foram analisadas 305 matérias, sendo 65,9% delas veiculadas no jornal ZH e 34,1%, no CP.

No tocante à quantidade de reportagens por ano, a Tabela 1 expressa o número de dias por ano nos quais foram publicadas matérias em cada um dos jornais. É importante destacar que, como em ambos os jornais há vezes em que mais de uma matéria sobre a temática foi veiculada, mas em colunas, páginas e até mesmo escritas por jornalistas diferentes, elas foram consideradas reportagens distintas, o que faz com que o número total seja superior ao total de dias em que houve publicação a respeito dos temas pesquisados.

³⁰ Foi realizada a busca dos vocábulos *boçoroca* e *bossoroca*, pois nas reportagens iniciais estas duas grafias se fizeram presentes.

É possível perceber que nos anos de 1988, 1992, 1994 e 2003 não houve reportagem, em nenhum dos jornais, sobre qualquer das temáticas aqui analisadas. Nos anos de 1995 a 1998, o CP também não publicou matéria alguma. Foi no período que se estende de 2005 a 2008 que o volume de reportagens aumentou significativamente, e este incremento está relacionado à multinacional Stora Enso, pois é em 2005 que se inicia o projeto desta empresa no sudoeste do estado. O ano de 2006 é aquele no qual verificamos o maior número de dias em que ambos os jornais publicaram reportagens sobre os temas. Tabela semelhante a esta aparece em cada subcapítulo, apresentando a razão, ano a ano, com que cada um dos temas foi objeto de matéria jornalística.

TABELA 1 – Número de dias em que houve reportagem sobre as temáticas investigadas³¹

ANO	ZH					CP				
	Nº dias A ¹	Nº dias E ²	Nº dias SE ³	Nº total dias	% sobre o total	Nº dias A ¹	Nº dias E ²	Nº dias SE ³	Nº total dias	% sobre o total
1987	3	-	-	3	1,70	1	-	-	1	1,06
1989	7	-	-	7	3,96	1	-	-	1	1,06
1990	11	-	-	11	6,22	4	-	-	4	4,26
1991	5	-	-	5	2,82	-	-	-	0	0
1993	1	-	-	1	0,56	2	-	-	2	2,13
1995	1	-	-	1	0,56	-	-	-	0	0
1996	1	-	-	1	0,56	-	-	-	0	0
1997	3	-	-	3	1,70	-	-	-	0	0
1998	2	-	-	2	1,13	-	-	-	0	0
1999	3	-	-	3	1,70	1	-	-	1	1,06
2000	2	-	-	2	1,13	1	-	-	1	1,06
2001	2	-	-	2	1,13	1	-	-	1	1,06
2002	6	-	-	6	3,39	2	1	-	3	3,19
2004	3	2	-	5	2,82	1	-	-	1	1,06
2005	-	5	15	20	11,30	-	5	5	10	10,64
2006	1	2	35	38	21,47	1	10	14	25	26,61
2007	3	-	34	37	20,90	1	1	22	24	25,53
2008	1	4	25	30	16,95	1	-	19	20	21,28
TOTAL	55	13	109	177	100	17	17	60	94	100

¹ A – Areal

² E – Eucalipto

³ SE – Stora Enso

Fonte: Organizado pela autora (2012)

Para a temática *areal/arenização/deserto/desertificação*, a maior ocorrência deu-se no ano de 1990 em ambos os jornais; para a temática *eucalipto*, o jornal ZH publicou mais no ano de 2005, e o CP, mais no ano de 2006. Desde 2005, quando a multinacional sueco-finlandesa Stora Enso apresenta seu projeto florestal, esta temática passa a dominar nas

³¹ Foram suprimidos os anos em que ambos os jornais nada publicaram sobre as temáticas analisadas.

reportagens veiculadas em ambos os jornais, tendo sido no ano de 2006 que se verifica a incidência de maior número de dias em que a ZH publicou reportagens sobre esta matéria, o que no CP ocorreu no ano seguinte.

Inconteste, no tocante ao número de dias de publicação, a temática relacionada ao agronegócio é a que prevalece em ambos os jornais, numa razão de 61,58% no jornal ZH e de 63,84% para o CP. A temática sobre arenização ocupou 31,07% no jornal ZH, para o período analisado por este trabalho, tendo sido destinados somente 7,35% à temática eucalipto. Já o CP dedicou iguais 18,08% dos dias em que houve publicação para as temáticas relacionadas à arenização e ao eucalipto.

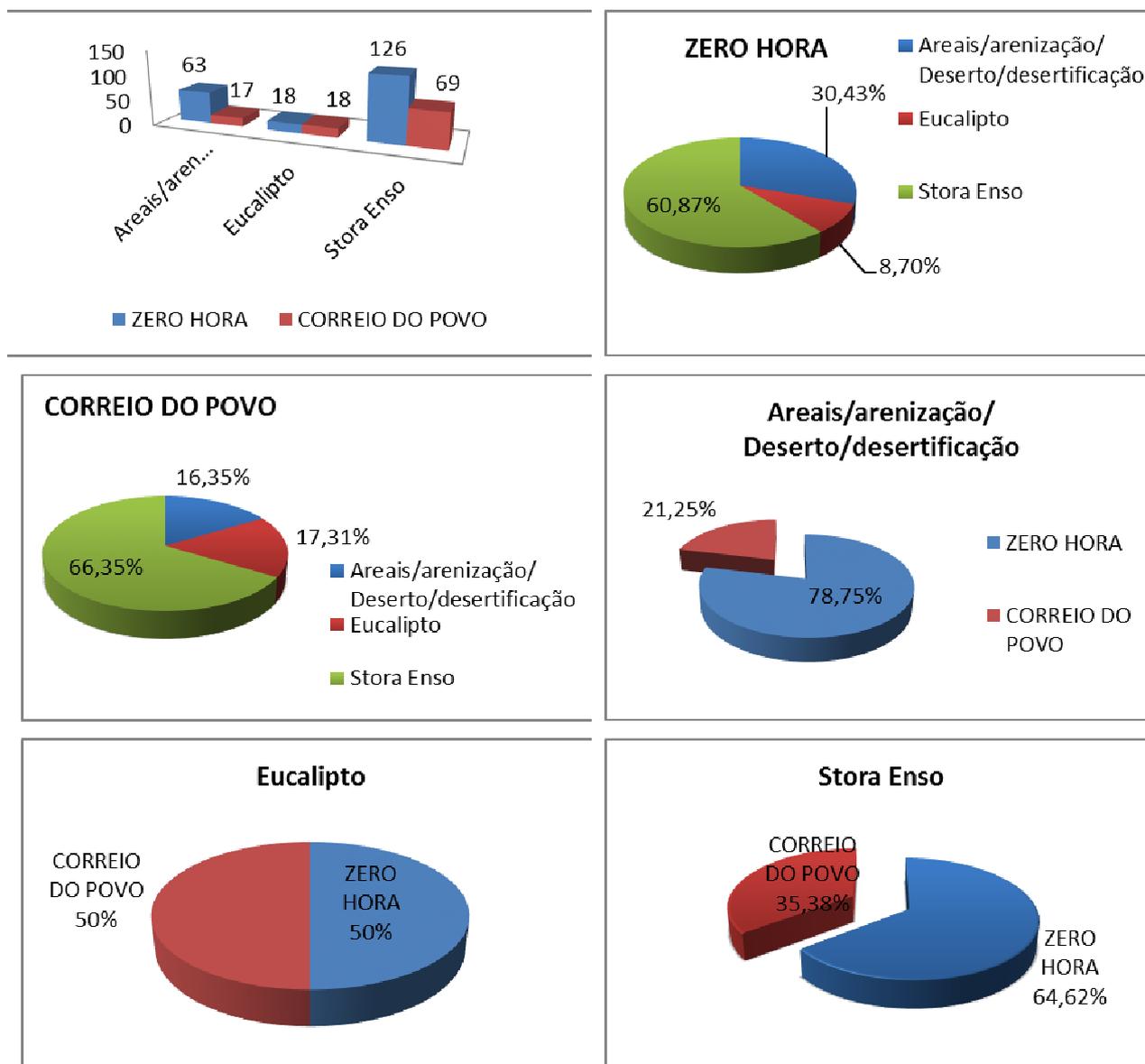
Importante destacar que não apenas a diferença na quantidade de matérias por tema entre os dois jornais é expressiva, mas também a frequência com que elas se fizeram presentes na mídia, ou seja, para o tema areais, o menor espaçamento entre uma reportagem e outra no jornal ZH foi de 1 dia, e o maior, de 724 dias, considerando que, dentro do período abarcado por esta pesquisa, a primeira reportagem veiculada neste jornal, no que concerne a esta temática, foi encontrada na edição de 10 de abril de 1987 e a última na de 02 de janeiro de 2008. Já no CP, o menor período entre reportagens corresponde a 12 dias e o maior, a 2.068 dias, tendo em vista que a primeira notícia sobre o tema data de 11 de janeiro de 1987 e a última de 20 de junho de 2008.

Para a presença do tema eucalipto, no jornal ZH, o menor e o maior tempo entre a publicação de reportagens foram, respectivamente, de 1 dia e de 486 dias, pois a primeira matéria que remetia essencialmente ao tema foi encontrada na edição de 09 de janeiro de 2004 e a mais recente na de 26 de novembro de 2008. No CP, o menor período também foi de 1 dia, e o maior, de 1.096 dias, sendo que a primeira reportagem identificada data de 28 de março de 2002 e a última de 22 de fevereiro de 2007.

As matérias que versaram sobre o agronegócio, em especial sobre o plantio de exóticas pela Stora Enso, começaram a surgir em ambos os jornais no ano de 2005: na ZH, em 25 de setembro; e no CP, em 11 de outubro. Já as últimas reportagens foram, respectivamente, em 11 e em 29 de dezembro de 2008. Assim, o menor intervalo entre as notícias sobre esta temática foi de 1 dia, nos dois jornais, e o maior período, de 209 dias na ZH e de 95 no CP.

No Gráfico 1, é apresentado como cada um dos jornais distribuiu o conteúdo em suas edições, o que é objeto de reflexão nas próximas três seções deste capítulo, nas quais também são abordadas sua distribuição nas colunas de cada um dos jornais.

GRÁFICO 1 – Distribuição de matérias por temática



FONTE: Organizado pela autora (2012)

Conforme é possível observar no Gráfico 1, a temática do agronegócio, vinculada às matérias publicadas sobre a empresa Stora Enso, domina a quantidade total em ambos os jornais analisados. Já com relação aos outros temas, verifica-se que há divergência entre os dois jornais, pois, na ZH, a temática que envolve os areais é a que ocupa a segunda posição, ao passo que no CP o tema eucalipto supera, em uma reportagem a mais, o número de matérias dedicadas à temática areal, no seu conjunto.

Quando comparados os dois jornais, constata-se que, relativamente à temática *areais/arenização/deserto/desertificação*, a ZH publicou 3,7 vezes mais notícias do que o CP, o que corresponde a pouco mais de 30% das reportagens da ZH contra pouco mais de 16% das matérias do CP. Dado ainda mais impressionante é como proporcionalmente este tema ocorre entre os jornais, pois mais de 2/3 das publicações sobre os areais apareceram veiculadas pelo jornal ZH.

Outro dado a ser ressaltado diz respeito à quantidade de matérias em que as temáticas em análise aparecem nas mídias investigadas, o que desvela a importância atribuída pelos jornais a cada uma delas, isto é, a ZH publicou 2,2 vezes mais matérias sobre o eucalipto e a Stora Enso do que sobre os areais, e o CP, 5,1 vezes mais. Quando for oferecida a análise de cada temática, ficará mais evidente o peso ideológico atribuído por cada jornal no tocante a estes temas, apesar de aqui ficar demonstrado que o maior volume ocorreu nos assuntos que conduzem ao agronegócio.

Já o tema eucalipto, considerando o total das reportagens dos jornais, é o único que apresenta equilíbrio em números absolutos, contudo, proporcionalmente, o CP publicou pouco mais do que o dobro de matérias veiculadas na ZH sobre esta temática.

E, por fim, no que diz respeito ao *lobby* do agronegócio, em especial à atuação da empresa Stora Enso, a comparação entre os dois jornais resultou em 1,74 vezes mais citações na ZH do que no CP, sendo a razão, entre os jornais, para esta temática de 63,49% para a ZH contra 36,51% para o CP.

Há uma explicação para o fato de ter sido incluída, aqui, também a análise do florestamento com exóticas, em especial o eucalipto, e, como consequência, o *lobby* envolvendo a vinda da empresa sueco-finlandesa Stora Enso, o que se explicita à medida que forem apresentadas as seções deste capítulo e suas respectivas análises, bem como as falas dos entrevistados, objeto de exposição e de reflexão do Capítulo 4.

Ainda no tocante à comparação entre a publicação de reportagens, o jornal ZH editou 65,9% das matérias analisadas, ao passo que o CP contribuiu com 34,1% do material aqui referenciado.

Indubitavelmente, no decorrer do período analisado, o maior número de matérias é destinado aos projetos de florestamento no estado do Rio Grande do Sul, o que corresponde, em ambos os jornais, a mais da metade das reportagens publicadas. Se a estas forem somadas aquelas cujo conteúdo essencial consistia no cultivo do eucalipto, e não

somente na referência a alguma das grandes empresas de celulose – Aracruz, Stora Enso e Votorantin³² –, a ocorrência chega a praticamente 75% das matérias, no jornal ZH, e a mais de 80% do total das matérias do CP.

Para uma melhor reflexão acerca das reportagens, optou-se por proceder à leitura, sistematização e análise das matérias a partir de uma ordem cronológica e trabalhando, em concomitância, com ambos os jornais. A organização resultou em um quadro no qual constam: o título da reportagem, os dados da edição (Apêndice B) – como data, coluna e página –, a indicação ou não da autoria, a existência de imagens e, finalmente, a classificação da matéria. Assim procedeu-se para o número de ocorrência das palavras-chave³³ (Apêndice C).

No que tange à tipologia das reportagens, as matérias foram classificadas dentro das seguintes categorias: notícia, entrevista e opinião. A Tabela 2 apresenta a ocorrência de tais categorias em cada um dos jornais analisados. Cabe ainda destacar que algumas matérias combinavam notícia e entrevista, outras traziam a opinião em separado e outras, ainda, a apresentavam no corpo da reportagem. É por esta razão que o número total não equivale ao do conjunto das matérias colhidas.

TABELA 2 – Quantidade de reportagens conforme classificação

CLASSIFICAÇÃO	ZH	CP	TOTAL
Notícia	181	97	278
Entrevista	5	0	5
Opinião	21	7	28
TOTAL	207	104	311

FONTE: Organizado pela autora (2012)

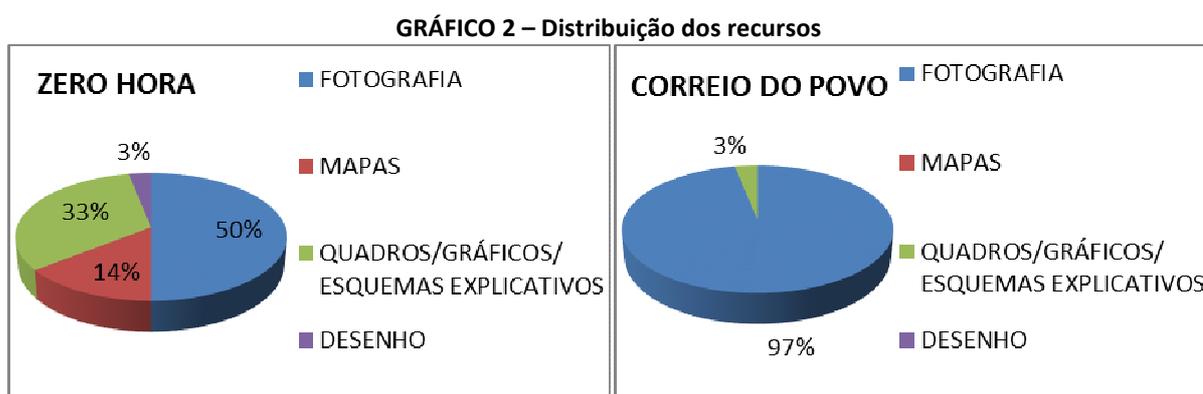
A notícia é a categoria de maior ocorrência em ambos os jornais, seguida da de reportagens que expressam opinião do leitor, comentarista ou mesmo jornalista e, por fim e apenas na ZH, figura a categoria entrevista. O peso atribuído às notícias se evidencia quando verificada a distribuição proporcional, que resulta, no caso da ZH, em 87,44% das matérias assim classificadas, seguidos de 10,14% para a classificação opinião e apenas 2,42% para as

³² Em 01/09/2009 as empresas Aracruz Celulose e Votorantim Celulose e Papel se fundiram, formando a Fibria, que se tornou a maior empresa brasileira de papel e celulose.

³³ As palavras-chave aqui anotadas são em maior número do que as utilizadas para pesquisar no acervo do jornal ZH, seja por completarem o sentido do contexto deste trabalho, seja porque se fizeram presentes na fala dos entrevistados, ou, ainda, porque elas possibilitam observar e identificar a ideologia presente no discurso. Inicialmente, foram selecionadas 60 palavras-chave, mas, ao término da análise, este grupo foi reduzido para 31 termos. O critério para tal redução foi a frequência nas 305 reportagens analisadas, bem como as aglutinações de palavras e expressões cujo papel e sentido se mostravam semelhantes.

entrevistas. Por seu turno, o CP, no que se refere ao período analisado por este trabalho, não publicou nenhuma entrevista, sendo 93,27% das matérias classificadas como notícias e somente 6,73% como opinião.

As matérias ainda foram discriminadas quanto à presença ou não de ilustrações – fotografias, mapas, quadros, gráficos ou esquemas explicativos e desenhos –, conforme disposto no Gráfico 2. É digno de nota o fato de muitas reportagens não apresentarem nenhuma ilustração e outras se valerem de todos os recursos explicativos.



FONTE: Organizado pela autora (2012)

O principal recurso utilizado por ambos os jornais foi a fotografia – conforme é possível visualizar no Gráfico 2 –, seguido de quadros ou gráficos explicativos. Cabe ainda destacar que o CP não recorreu a mapas ou a desenhos em nenhuma das reportagens analisadas.

O jornal ZH, até por possuir estrutura material superior à do CP, pôde utilizar-se de inúmeros recursos em suas matérias. O segundo recurso mais empregado pela ZH, no conjunto analisado, foram os quadros, gráficos e esquemas explicativos, seguidos dos mapas. A ZH utilizou por 6 vezes o mesmo desenho de um cacto ao lado das chamadas das matérias, entre os dias 08/11/1990 e 03/05/1991. A mensagem subliminar vincula-se ao deserto, já que este vegetal é típico de zonas áridas, desérticas.

Matérias que não foram acompanhadas de qualquer elemento ilustrativo totalizam 101 para a ZH e 61 para o CP. Este dado colabora para demonstrar, particularmente no que se refere ao jornal ZH, a utilização de mais de um recurso na mesma reportagem, pois em números absolutos foram empregados 196 recursos na ZH, contra somente 32 do CP. Tal material de análise também foi tabulado de acordo com a frequência de sua distribuição nas colunas de cada um dos jornais (Tabela 3).

TABELA 3 – Frequência das matérias por colunas

ZH		CP	
COLUNA	TOTAL	COLUNA	TOTAL
Economia/Informe Econômico/Caderno Dinheiro	86	Rural	46
Geral	31	Economia/Panorama Econômico	32
Reportagem Especial	16	Cidades	8
Capa	13	Interior	7
Cadernos Especiais (Ecologia, Especial Viver RS, Ambiente, Eureka!, Ciência, Retrospectiva)	12	Opinião	6
Campo e Lavoura	11	Geral	4
Editorial	9	Palavra do leitor	1
Opinião	8		
Política/Página 10	8		
Caderno Vestibular	6		
Estado/Pelo Rio Grande	3		
Mundo	2		
Palavra do leitor	2		
Artigos	2		
Colunas	2		
Memória/Há 30 anos em ZH	2		
Cidades	1		
Informe Ensino	1		
Contra-Capa	1		

FONTE: Organizado pela autora (2012)

O que inicialmente se destaca na comparação entre os dois jornais é a quantidade de colunas e cadernos especiais em que se fizeram presentes as inúmeras matérias publicadas no jornal ZH.

No período de análise, o CP apresentou somente uma reportagem sobre o tema dos areais no formato original, em folha grande e com muitas colunas. A partir de junho de 1987, passou a adotar formato pequeno e sintético; até meados de fevereiro de 1989, o diário não chegava a possuir 20 páginas, o que se reflete em notícias muito curtas, desprovidas na maior parte de recursos ilustrativos e mesmo analíticos. A partir de então, passam a publicar alguns exemplares com pouco mais de 20 páginas, contudo, são raras as edições que excederam as 30 páginas.

No tocante aos segmentos que prevaleceram no jornal ZH, o destaque absoluto é para a coluna Economia/Informe Econômico, especialmente após o ano de 2005, ano este em que principia o projeto de florestamento da multinacional Stora Enso. O segundo segmento de maior destaque é o da coluna denominada Geral. Já o CP publicou mais matérias nas colunas Rural e Economia/Panorama Econômico.

Portanto, como se buscou apresentar até aqui, os jornais analisados despenderam maior esforço midiático à temática do plantio do eucalipto, que se relaciona ao agronegócio, representado neste trabalho pelo caso Stora Enso.

A seguir, a fim de proceder à análise do material disponível nos jornais, este capítulo se divide em três seções: os areais na mídia jornalística; o florestamento com eucalipto e a ideologia jornalística; e o *lobby* midiático em favor do agronegócio.

A análise se divide em matérias que falam expressamente do fenômeno dos areais, independente de assim designá-los ou de denominá-los deserto; a seguir o subcapítulo que aborda o plantio de árvores exóticas, mais especificamente o eucalipto e, finalmente, a terceira seção do capítulo, que trata do agronegócio da celulose, isto é, do *lobby* da vinda e instalação da multinacional sueco-finlandesa Stora Enso para municípios da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Quando necessário, para melhor ilustrar os levantamentos e os resultados encontrados, são apresentadas tabelas, quadros ou gráficos que contêm os dados estatísticos.

A apresentação dos subcapítulos buscou respeitar a ordem cronológica das reportagens, de modo a oferecer melhor compreensão do ideário que permeia as matérias veiculadas na mídia jornalística. É claro que, em determinado momento da análise, as temáticas aparecerão mescladas, especialmente a partir do momento em que se inicia o *lobby* do agronegócio.

Assim, em alguma destas reportagens, os conteúdos se interligam, como nas matérias que estimulam o plantio de eucaliptos nas áreas arenizadas ou, ainda, naquelas que apresentam o florestamento como alternativa econômica à Metade Sul do estado e oferecem uma breve nota das três grandes empresas florestadoras que têm previstos investimentos no estado gaúcho. O mesmo ocorre nas notícias que abordam a zona de fronteira e os projetos que buscam alterar a dimensão desta área fronteira até o limite internacional, pois uma das empresas de florestamento, a multinacional Stora Enso, tem perspectivas de negócios em municípios do sudoeste do Rio Grande do Sul e a lei de fronteira impede que empresas estrangeiras de capital internacional adquiram propriedades nesta área³⁴.

No decorrer das análises, quando verificada a presença de divergência político-ideológica ou de outro dado relevante, é mencionado o jornal em que esta ocorreu. Já nos casos em que se percebe a existência, explícita, de um discurso ideológico, é ressaltado o nome do autor da matéria. Foram utilizadas notas de rodapé para indicar em qual ou quais

³⁴ Tal questão, teoricamente, foi abordada no item 2.1 e neste capítulo, está melhor detalhada no item 3.3.

reportagens posturas ideológicas foram apresentadas, até como uma forma de demonstrar que alguns dados foram insistentemente balizados pela mídia em ambos os jornais.

Como uma forma de sistematizar a análise das reportagens, foram elencadas inicialmente 60 palavras-chave (Apêndice C), as quais foram organizadas e computadas por reportagem e por jornal. A composição das matérias em três seções – *Areais*, *Eucalipto*, *Stora Enso* – corroborou para a construção da tabela com as palavras-chave, seccionando por jornal e por temática, de modo a formar novas tabelas que aparecem no início de cada subdivisão temática, isto é, na Tabela 5 estão apresentadas as palavras-chave para o tema *Areais*; na 16 as que se referem ao tema *Eucalipto* e, na Tabela 18, as que concernem a *Stora Enso*.

3.1 OS AREAIS NA MÍDIA JORNALÍSTICA

Este subcapítulo investiga como os areais foram sendo apresentados nas matérias publicadas ao longo do período abarcado nesta pesquisa, por ambos os jornais. Do total de 305 reportagens, 80 tiveram como temática os areais, independente de o abordarem nesta perspectiva ou como desertos, e, destas 80, 63 foram veiculadas pelo jornal ZH e somente 17 pelo CP, o que corresponde a uma representatividade de 78,75% para a ZH contra 21,25% para o CP.

A ZH impõe seu ideário a partir da frequência com que se apresentam as notícias, pois isto também se repete na quantidade de dias em que estes jornais publicaram sobre o assunto, o que se observa na Tabela 4, que apresenta a frequência anual e por jornal, de matérias acerca da temática em questão. Foram suprimidos os anos em que ambos os jornais nada publicaram. Observa-se que o jornal ZH publicou sobre os temas *areal/arenização/deserto/desertificação* em 17 dos 21 anos que esta pesquisa abarca. Já o CP não apresenta a mesma constância, tendo veiculado reportagens sobre esta temática em apenas 12 dos 21 anos investigados. Em ambos os jornais, o ano de 1990 foi o que mais teve material publicado; e é somente no ano de 1993 que o CP excedeu a quantidade absoluta de publicações da ZH para esta temática. No tocante ao número de dias anuais, a ZH publicou 3,24 vezes mais do que o CP.

TABELA 4 – Frequência anual das publicações sobre Areais

ANO	ZH		CP	
	Nº dias	% sobre o total	Nº dias	% sobre o total
1987	3	5,45	1	5,88
1989	7	12,73	1	5,88
1990	11	20,0	4	23,54
1991	5	9,1	-	-
1993	1	1,8	2	11,77
1995	1	1,8	-	-
1996	1	1,8	-	-
1997	3	5,45	-	-
1998	2	3,64	-	-
1999	3	5,45	1	5,88
2000	2	3,64	1	5,88
2001	2	3,64	1	5,88
2002	6	10,91	2	11,77
2004	3	5,45	1	5,88
2006	1	1,8	1	5,88
2007	3	5,45	1	5,88
2008	1	1,8	1	5,88
TOTAL (DIAS)	55	100	17	100

FONTE: Organizado pela autora (2012)

Interessante destacar que o ano de 2005 é o do ingresso do projeto da multinacional Stora Enso no estado e que neste ano nenhum dos jornais publicou qualquer matéria sobre os areais, ainda que a empresa tenha demonstrado interesse em se estabelecer nos municípios da fronteira, onde se verifica o processo de arenização.

Nas três subseções deste capítulo, serão apresentadas as análises realizadas a partir dos questionamentos propostos no início deste trabalho e que remetem ao discurso ideológico presente na mídia acerca dos areais: a ideologia expressa nos jornais sobre os areais; os areais e a mídia numa perspectiva de solução de problemas e as incongruências ideológicas presentes na mídia jornalística, em especial no que se refere aos conceitos de deserto e de areal.

Quando percebidas tais divergências ideológicas nos jornais analisados no tocante ao eixo temático areal, isto é, como são retratados pela mídia, se apresentam perspectivas de resolução de problema e, finalmente, se é perceptível alguma confusão conceitual no decorrer dos textos de cada um dos jornais analisados, estarão sendo destacadas, ressaltando-se em qual jornal aparece a informação. À medida que cada subseção do tema areal vai sendo apresentada, as hipóteses vão ou não sendo confirmadas no que tange à análise do discurso da mídia jornalística.

3.1.1 A ideologia midiática e os areais

A Tabela 5 contém as palavras-chave para a seção *areal/arenização deserto/desertificação*, indicando a quantidade de vezes que se fizeram presentes e a sua distribuição nas reportagens. Cabe salientar que, ao observar o quadro geral das palavras-chave, optou-se por suprimir aquelas evocadas com baixa frequência e de pouca importância para a compreensão geral deste estudo – *ameaça, dique(s), poluição, prejuízo, Uruguiana* –, bem como por aglutinar as que desempenham papel similar no entendimento de uma informação. Do número inicial de 60 palavras, resultou em um quadro com 31 (Apêndice D).

TABELA 5 – Frequência das palavras-chave para a seção *arenização*

PALAVRAS \ JORNAIS	ARENIZAÇÃO				TOTAL	TOTAL GERAL (TG)	% TG	
	ZH	%	CP	%			ZH	CP
1. Alegrete	94	76,42	29	23,58	123	184	51,09	15,76
2. areal(is)/arenização (proc.)/ solo (terra) arenítico	105	85,37	18	14,63	123	123	85,37	14,63
3. areia/dunas/mancha (terra) desnuda	67	91,78	6	8,22	73	73	91,78	8,22
4. árida/desértica/desertificação/ deserto/estiagem/seca	272	85,53	46	14,47	318	338	80,47	13,61
5. assoreamento/desmatamento/ erosão/ queimada/ vento	120	93,75	8	6,25	128	131	91,60	6,11
6. ausência/conservação/ preservação solo	45	86,54	7	13,46	52	70	64,29	10,00
7. buracos/ sulco/ valos/ crateras	7	87,50	1	12,50	8	8	87,50	12,50
8. Cacequi	6	85,71	1	14,29	7	24	25,00	4,17
9. composto orgânico/lixo/recicla- gem/compostagem/correção solo	24	61,54	15	38,46	39	39	61,54	38,46
10. descaso/desinteresse (prop.)	3	75,00	1	25,00	4	4	75,00	25,00
11. destruição/degradação solo/área degradada/empobrecimento/esgo- tamento solo/fragilidade solo/Inu- tilizado/irrecuperável/prática pre- datória/uso abusivo/indevido (ex- termínio) solo/uso de insumos e agrotóxicos	74	93,67	5	6,33	79	84	88,10	5,95
12. Dirce Suertegaray	15	88,24	2	11,76	17	17	88,24	11,76
13. eucalipto/ exótica	40	90,91	4	9,09	44	396	10,10	1,01
14. fronteira (oeste)	13	81,25	3	18,75	16	200	6,50	1,50
15. Itaqui	14	100	0	0	14	27	51,85	0,00
16. Maçambará	4	100	0	0	4	17	23,53	0,00
17. Manoel Viana	3	60,00	2	40,00	5	29	10,34	6,90
18. paisagem	15	100	0	0	15	27	55,56	0,00
19. problema	31	100	0	0	31	32	96,88	0,00

20. Quaraí	22	95,65	1	4,35	23	24	91,67	4,17
21. ravina(mento)/voçorocas	51	98,08	1	1,92	52	52	98,08	1,92
22. recuperação	37	80,43	9	19,56	46	47	78,72	19,15
23. (re)florestamento/(re)florestar/ plântio(ar)	46	82,14	10	17,86	56	379	12,14	2,64
24. Rosário do Sul	9	100	0	0	9	68	13,24	0,00
25. Santana do Livramento	6	66,67	3	33,33	9	16	37,50	18,75
26. Santiago	4	100	0	0	4	15	26,67	0,00
27. São Borja	8	100	0	0	8	16	50,00	0,00
28. São Francisco de Assis	20	95,24	1	4,76	21	51	39,22	1,96
29. Tanac	4	50,00	4	50,00	8	11	36,36	36,36
30. Unistalda	2	100	0	0	2	26	7,96	0,00

FONTE: Organizado pela autora (2012)

Como é de se esperar, o levantamento por tema possibilitou constatar a existência de palavras que possuem peso maior do que as demais, assim como aquelas que somente se fizeram presentes em ilustrações ou em quadros explicativos, como é o caso dos nomes de alguns municípios afetados pela arenização.

Há, ainda, palavras cuja ocorrência foi relevante nas matérias do jornal ZH e que não foram mencionadas sequer uma única vez no CP: Itaqui, Maçambará³⁵, paisagem, problema, queimada, Rosário do Sul, Santiago, São Borja e Unistalda³⁶. Cabe ressaltar, também, que a expressão *Stora Enso*, relativamente à temática em foco, não foi citada em nenhum momento por ambos os jornais, tendo sido eliminada desta tabela.

Merece ainda destaque a presença do nome *Dirce Suertegaray*, professora e estudiosa dos areais há mais de 25 anos, que figura 15 vezes no jornal ZH e apenas 2 no CP.

Tendo em vista que as reportagens buscavam, constantemente, localizar os “desertos”, a indicação *fronteira [oeste]* apareceu 13 vezes na ZH e 3 no CP.

Para tentar decompor a ideologia que a mídia constrói sobre os areais, iniciou-se refletindo sobre a frequência com que determinadas palavras eram empregadas no decorrer das reportagens. Para demonstrar o peso ideológico atribuído a um dos municípios que é frequentemente citado nas matérias, a Tabela 6 reproduz os dados que apresentam a área territorial dos municípios atingidos, a área dos areais correspondente a cada um deles e a razão que os areais representam em sua extensão municipal. Para facilitar a visualização destes dados, são oferecidos ainda três gráficos que comparam a dimensão territorial entre

³⁵ Este só começa a ser citado como município depois de 22 de outubro de 1997, quando de sua emancipação do município de Itaqui.

³⁶ Unistalda só começa a ser citado pelos jornais como município depois de 28 de dezembro de 1995, com sua emancipação.

os municípios que figuram na tabela, o tamanho territorial dos areais e, finalmente, o percentual que os areais ocupam em seus respectivos municípios.

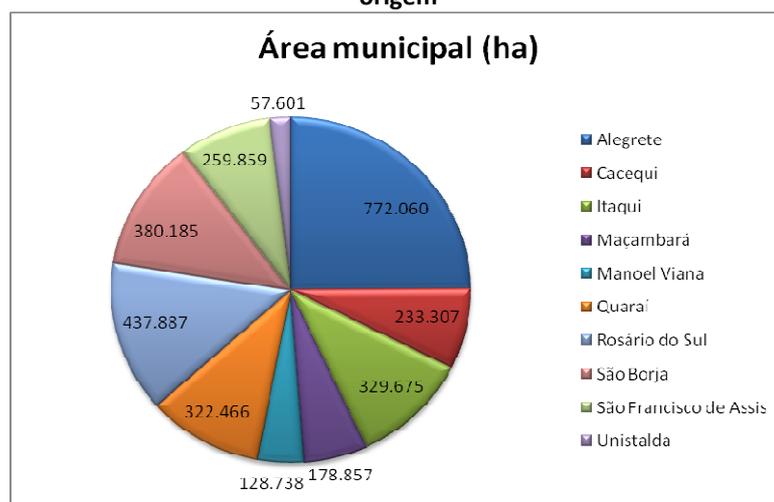
TABELA 6 – Municípios que apresentam areais (2004/2005)

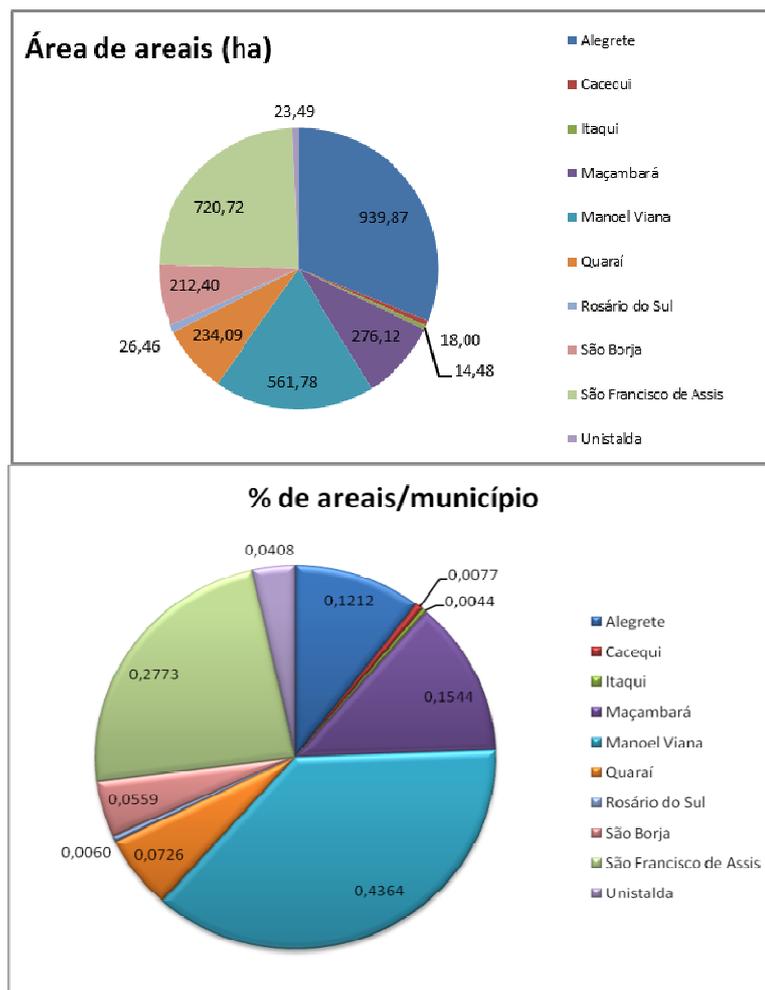
Município	Área municipal (ha)	Área de areais (ha)	% de areais/município
Alegrete	772.060	939,87	0,1212
Cacequi	233.307	18,00	0,0077
Itaqui	329.675	14,48	0,0044
Maçambará	178.857	276,12	0,1544
Manoel Viana	128.738	561,78	0,4364
Quaraí	322.466	234,09	0,0726
Rosário do Sul	437.887	26,46	0,0060
São Borja	380.185	212,40	0,0559
São Francisco de Assis	259.859	720,72	0,2773
Unistalda	57.601	23,49	0,0408
TOTAL	3.100.635	3.027,41	0,0976

FONTE: ANDRADES FILHO, C. O.; SUERTEGARAY, D. M. A., GUASSELLI, L. A., 2006

De posse dos dados produzidos por Suertegaray, Guasselli e Andrades Filho (2006), relativos aos 10 municípios com abrangência de areais em seus domínios, e visualizando o Gráfico 3 referente a estes dados, observa-se que, em números absolutos, a maior área territorial de areais pertence ao município de Alegrete, seguido por São Francisco de Assis, Manoel Viana, Maçambará, Quaraí, São Borja, Rosário do Sul, Unistalda, Cacequi e Itaqui.

GRÁFICO 3 – Distribuição por setor quanto à área municipal, à área e razão dos areais por município de origem





FONTE: Organizado pela autora (2012)

Contudo, para compreender efetivamente o grau de comprometimento na área territorial, impõe-se considerar a proporção que os areais ocupam no todo territorial do município e, feito isto, verificamos que a maior relação está presente no município de Manoel Viana, seguido de São Francisco de Assis e de Maçambará, para então virem Alegrete, Quaraí, São Borja, Unistalda, Cacequi, Rosário do Sul e Itaqui. Assim, proporcionalmente, Manoel Viana tem mais do que o triplo e São Francisco de Assis mais do que o dobro do que a área de Alegrete comprometida com o processo de arenização.

Todos os dez municípios com áreas arenizadas foram citados, nas reportagens identificadas com a temática *areais/arenização/deserto/desertificação*, pelo jornal ZH, já o CP não fez nenhuma menção aos municípios de Itaqui, Maçambará, Rosário do Sul, São Borja e Unistalda.

Dos dez municípios, é possível afirmar que, em ambos os jornais, Alegrete é o mais citado e que, nas matérias em que ocorre a localização do fenômeno, há sempre alusão a este município. Para melhor compreensão desta ênfase, foi produzida a Tabela 7, que

apresenta a relação entre o número de citações dos demais municípios e a quantidade de vezes em que houve referência ao município de Alegrete.

TABELA 7 – Razão entre os 10 municípios com área arenizada para as citações ‘Alegrete’

Município	Relação/Alegrete	
	ZH	CP
Alegrete	94	29
Cacequi	15,7/1	29/1
Itaqui	6,7/1	N ¹
Maçambará	23,5/1	N
Manoel Viana	31,3/1	14,5/1
Quaraí	4,3/1	29/1
Rosário do Sul	10,4/1	N
São Borja	11,8/1	N
São Francisco de Assis	4,7/1	29/1
Unistalda	47/1	N

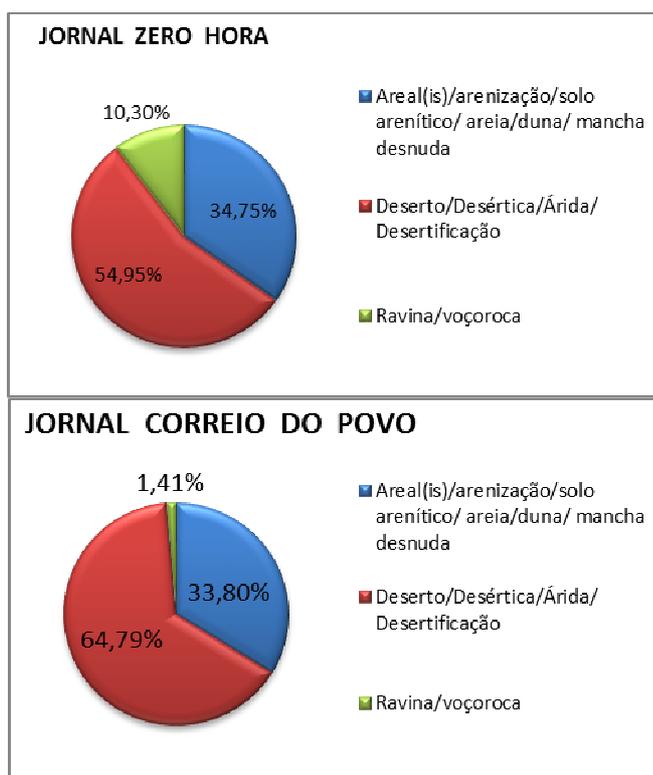
¹ N - não houve citação

FONTE: Organizado pela autora (2012)

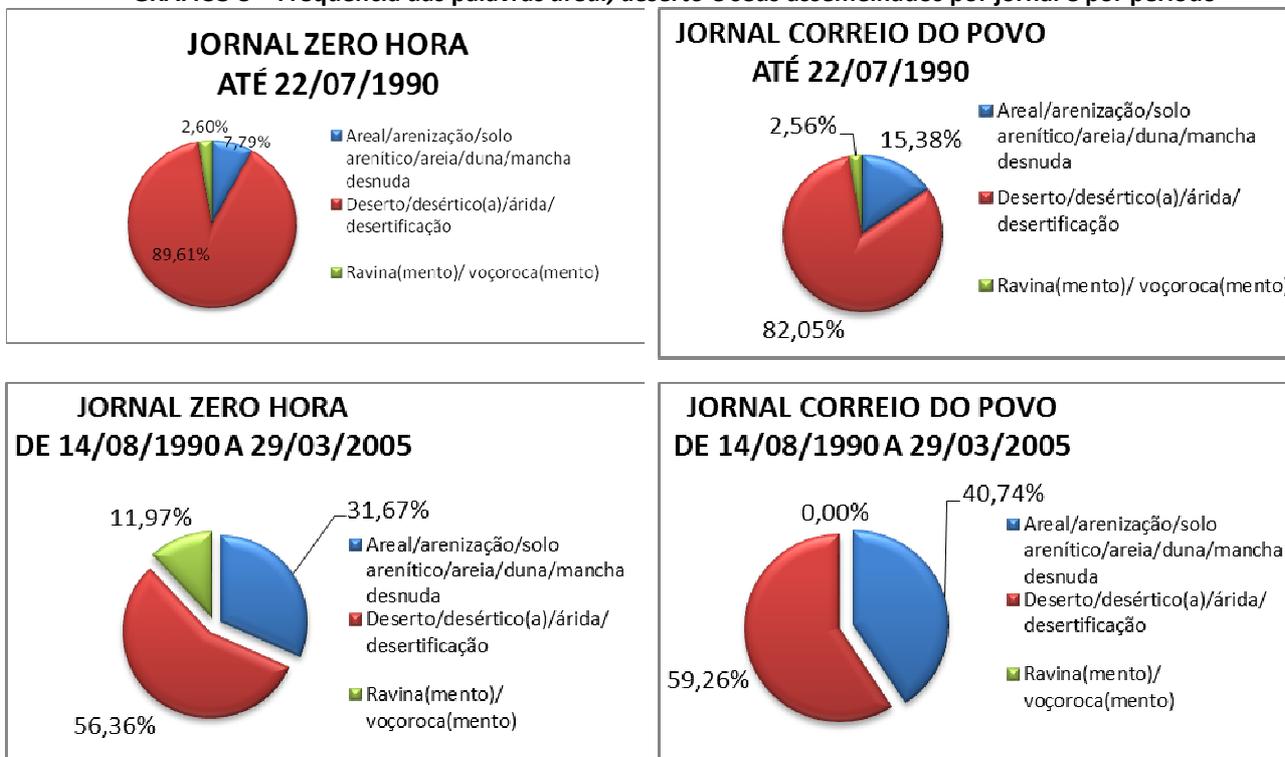
A relação entre as menções ao município de Alegrete para cada citação dos demais permite afirmar que o segundo mais citado, no jornal ZH, foi o município de Quaraí, que ainda assim foi praticamente 4,3 vezes menos lembrado do que o município de Alegrete, ao passo que, no CP, o município de Manoel Viana foi o segundo mais citado, mas mesmo assim 14,5 vezes a menos do que as alusões a Alegrete.

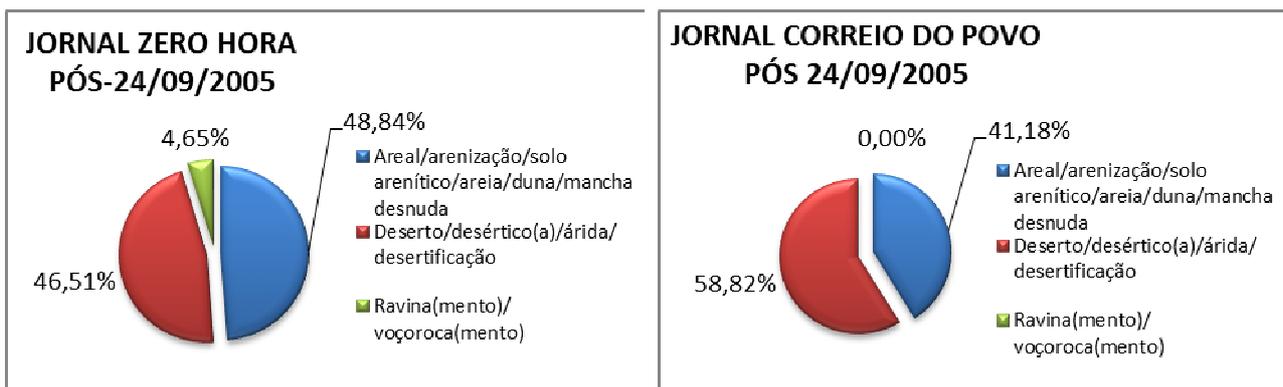
Observando as palavras que remetem diretamente ao fenômeno arenização, percebe-se a variedade de palavras e/ou expressões utilizadas e que foram aglutinadas, com destaque para: *areal(is)*, *areia*, *arenização*, *árida*, *buracos/sulco/valos/crateras*, *desértico(a)*, *desertificação*, *deserto*, *dunas*, *erosão*, *estiagem/seca*, *mancha/terra desnuda*, *ravina/voçoroca*, *solo arenítico*.

Entretanto, o que de fato chama a atenção na análise é o peso atribuído a palavras erroneamente empregadas para referir-se ao tema, como foi apresentado na Tabela 5. Aglutinadas em ambos os jornais, as palavras que remetem à areal e a deserto, tem-se os dados que compõem o Gráfico 4, considerando o total do período analisado, isto é, de 1987 a 2008. E, caso sejam levados em consideração marcos como antes e depois da utilização da expressão areal para referir as manchas arenosas, ou ainda, posterior a entrada da Stora Enso como empresa interessada no plantio de eucaliptos na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, em áreas de ocorrência da arenização, apresenta-se o Gráfico 5, que dispõe a frequência com que estas mesmas palavras e expressões aparecem nos jornais investigados.

GRÁFICO 4 – Frequência das palavras *areal* e *deserto* e termos similares por jornal

FONTE: Organizado pela autora (2012)

GRÁFICO 5 – Frequência das palavras *areal*, *deserto* e seus assemelhados por jornal e por período



FONTE: Organizado pela autora (2012)

Os gráficos falam por si. O Gráfico 5 divide-se em três períodos: da primeira matéria até 22 de julho de 1990, período em que a palavra areal não figurou em nenhuma reportagem³⁷; de 14 de agosto de 1990 a 29 de março de 2005, período em que ainda não havia qualquer menção à empresa Stora Enso; e a partir de 24 de setembro de 2005, quando tem início a massiva veiculação de notícias sobre os interesses e investimentos desta empresa multinacional de celulose.

No primeiro período, o destaque recai sobre os percentuais de 7,79% e de 15,38%, respectivamente nos jornais ZH e CP, para palavras que remetem ao areal – como areia, duna, mancha desnuda –, posto que na mídia ainda não havia menção à palavra areal. Quanto à frequência dos termos deserto e seus derivativos, em ambos os jornais a ocorrência excede os 80%, levando a constatar que se trata, inegavelmente, do período de veemência do discurso ideológico sobre o processo de desertificação do estado. Restam para este período ínfimos dois pontos percentuais para a citação de ravinas e voçorocas, em ambos os jornais.

O período seguinte, que se estende da primeira citação da palavra areal à reportagem que antecede as notícias sobre a Stora Enso, tem-se, para o bloco compreendido pelo areal e seus correlatos, pouco mais de 31%, no jornal ZH, enquanto que, no CP, o índice superou os 40%. Entretanto, para deserto e seus derivados, no primeiro jornal, a frequência excedeu os 56% e, no CP, chegou a quase 60%, não havendo neste jornal nenhuma menção a ravinas e voçorocas, ao passo que na ZH este índice praticamente chegou aos 12%. Ainda assim, mesmo que fossem aglutinadas as palavras ravinas e

³⁷ A primeira vez que o vocábulo areal aparece no jornal ZH, considerando o período de estudo, é em matéria publicada em 14 de agosto de 1990. No jornal CP, isto ocorreu em 09 de abril de 2000.

voçorocas ao conjunto que expressa a arenização, nos dois jornais continuaria prevalecendo o discurso acerca da desertificação.

Quanto ao terceiro período, aqui demarcado a partir do momento em que se dá a inserção das notícias sobre a Stora Enso, constata-se, com relação ao jornal ZH, que é o único momento em que, minimamente, o conjunto de palavras que remetem à arenização excede às que compreendem a desertificação, em pouco mais de dois pontos percentuais somente, com mínima representação de ravinas e voçorocas, que não atingem os 5%. Já o CP mantém seu discurso fixado na ideia de desertificação, com uma frequência de quase 59%, contra pouco mais de 41% relativos à arenização e, novamente, não faz qualquer menção a ravinas e voçorocas.

Quando se analisa o período da pesquisa por inteiro – Gráfico 4 -, sobressai a hegemonia das alusões à palavra deserto e a seus derivativos. Assim, inegavelmente, a ideia que ambos os jornais procuram repassar à sociedade é de que o Rio Grande do Sul possui deserto ou está em processo de desertificação. Ainda que se acrescentassem os dados referentes ao bloco de palavras que remetem ao areal, a ravinas e a voçorocas, tanto para o jornal ZH quanto para o CP, prevalece a ideia de deserto e de processo de desertificação no sudoeste do estado.

Há uma proporcionalidade bem menor de vezes em que ambos os jornais se utilizam de expressões relativas à areal. Ainda que em números absolutos a ZH tenha excedido em quase seis vezes as menções do CP à ideia de deserto e desertificação, proporcionalmente foi este quem mais conduziu a tal entendimento, presente em quase dez pontos percentuais a mais do que no jornal ZH, o que se mostrou evidente no Gráfico 5. Entretanto, esta diferença se explica pela quase inexistência de citações, no CP, às ravinas e voçorocas, que, no jornal ZH, excedem minimamente 10% do conjunto deste ideário.

Em números absolutos, o destaque recai na palavra *deserto*, recorrente em ambos os jornais – 155 vezes na ZH e 30, no CP –, contra 59 vezes para *areal* na ZH e 2, no CP. Já quando se observam as derivações *desertificação* e *arenização*, é curioso o fato de o CP apresentar uma frequência maior para arenização, com 16 ocorrências contra 13 para desertificação; enquanto o jornal ZH mantém a coerência – apesar da falácia –, citando 97 vezes a palavra desertificação contra 38 citações da palavra arenização.

Assim, numa razão entre areal/deserto por jornal, temos 2,6 vezes a mais o vocábulo deserto do que areal sendo citado no jornal ZH e 15 vezes a mais no CP. Na relação

arenização/desertificação, a ZH mencionou 2,6 vezes a mais desertificação do que arenização, já o CP mencionou 1,2 vezes mais arenização do que desertificação.

Via de regra, para ambos os jornais, as menções à areal/arenização geralmente ocorrem quando reproduzida a fala de algum pesquisador³⁸, já que, quando há somente a divulgação de uma notícia, sem menção a nenhum profissional, predomina a utilização das palavras deserto/desertificação. Entretanto, mesmo nos casos em que há referência ao discurso de profissionais, é comum que, em outros trechos da mesma matéria, apareçam as palavras deserto/desertificação, conforme está abordado mais adiante, neste capítulo.

Os areais foram mencionados 14 vezes como terra ou mancha desnuda, sem vegetação, exposta, pelo jornal ZH, ao passo que o CP não teceu em nenhum momento comentários neste sentido ou empregou expressões que remetesse esta ideia. Se considerado que a terra sem nenhuma cobertura vegetal é frequentemente associada ao deserto, verifica-se um peso ainda maior à representação, no imaginário coletivo, de que aquelas manchas arenosas se associam às áreas desertificadas.

Outro ponto que se destaca é o uso dos termos ravinamento e voçorocamento, bem como de seus correlatos pejorativos – buracos, crateras, sulcos, valos –, citados 58 vezes pela ZH e somente duas vezes pelo CP, numa relação de 29 ocorrências no jornal ZH para 1 no CP. Isto demonstra que, ao longo de suas matérias, o jornal ZH apresentou outras questões, relacionadas à erosão no sudoeste do estado, como as ravinas e voçorocas, enquanto o CP praticamente ignorou estes processos – o que pode estar relacionado ao fato de que 103 das 104 matérias totais deste jornal foram compostas dentro do novo estilo jornalístico do grupo, que optou por exemplares bem mais enxutos.

No tocante às referências à conservação e à preservação do solo/terra, foram computadas tanto as vezes em que era mencionada sua ausência quanto a sua prática, pois foi comum esta divergência entre conservação e ausência de preservação do solo nas matérias, sem, entretanto, que fosse dado um peso maior à prática de conservação do solo. Assim, mostrou-se relevante correlacionar as expressões cujo contexto remetem à *destruição do solo, área degradada, empobrecimento e esgotamento do solo, solo/terra inutilizado, prática predatória, uso abusivo, uso indevido/exterminio do solo, correção do*

³⁸ A Reportagem nº 47 reproduziu o mapa em que estão demarcadas as manchas arenosas, conforme publicado no Atlas da Arenização, bem como apresentou um quadro no qual buscou explicar o porquê os termos areal e arenização são mais adequados do que deserto e desertificação, o que está melhor desenvolvido mais adiante, ainda neste capítulo.

solo, fragilidade do solo, a fim de evidenciar os casos em que houve alusão à terra, ao solo propriamente dito.

Quanto aos temas ausência/conservação/preservação do solo, a ZH os apresentou 45 vezes contra 7 utilizações no CP. Aglutinando estas palavras às correlações elencadas acima, esta ideia foi mencionada 110 vezes no jornal ZH e somente 13, no CP. Proporcionalmente, a ZH abordou este contexto 89,43%, ao passo que o CP discorreu somente 10,57% sobre tal ideário, do que resulta, na comparação entre os dois jornais, a razão de praticamente 8,5 vezes a mais de citações na ZH.

Tal discrepância pode ser explicada pelo fato de que em diversas oportunidades, em inúmeros cadernos do jornal ZH, dos editoriais, às colunas de opinião ou então cadernos especiais, aparece explicitada tal entendimento acerca do fenômeno, como é percebido e como deveria se dar a “correção/recuperação”, aqui entre aspas, já que não se mostra plausível corrigir ou recuperar um fenômeno natural em sua gênese, ainda que ele possa ser intensificado por conta do mau uso do solo (SUERTEGARAY, 1992; 2012). Esta perspectiva também pode ser a explicação para o emprego da palavra problema, que se faz presente nos textos da ZH e não nos do CP, uma vez que a arenização, o areal, são fenômenos naturais, crível não ser problema, razão pela qual aparece igualmente entre aspas.

No que diz respeito às causas do processo de “desertificação”, tal como retratado pela mídia, a falta de interesse do proprietário ou mesmo o descaso no manejo da terra são fatores que apresentam uma relação de praticamente 7,5 para 1 entre a ZH e o CP, o que aparece detalhado mais adiante, no item 3.1.3.

Outras palavras ou expressões que foram utilizadas para explicar de alguma forma o fenômeno areal – seja por semelhança, seja aludindo a alternativas de correção ou mesmo à necessidade de fertilização do solo, seja, ainda, pelo afã de identificar sua origem – encontram-se descritas na Tabela 8, na qual é registrada, também, a frequência com que apareceram nos jornais analisados.

TABELA 8 – Palavras ou expressões vinculadas aos areais

Palavra	ZH	CP	TOTAL
assoreamento	5	0	5
buraco/sulco/valo/cratera	7	1	8
desmatamento	19	0	19
dique	1	0	1
dunas	4	0	4
erosão	68	4	72
insumos/agrotóxicos	8	0	8

mancha desnuda	14	0	14
poluição	7	0	7
problema	31	0	31
queimada	10	0	10
ravina	20	0	20
recuperação	37	9	46
solo arenítico	8	0	8
uso abusivo	19	3	21
vento	18	4	22
voçoroca	31	1	32

FONTE: Organizado pela autora (2012)

Verifica-se, assim, que não foram mencionados pelo CP os termos *assoreamento*, *dunas*, *insumos e agrotóxicos*, *poluição*, *queimada*, *ravina*, *uso abusivo*, *vento* e *voçoroca*, apontados pela ZH como causas da formação dos areais; a palavra *dique*, que aparece uma única vez no jornal ZH é apresentada como alternativa para conter a erosão, mais especificamente das ravinas e voçorocas; já *dunas*, *manchas [de solos] desnudas* e *solo arenítico*, são empregados como sinônimos de areais ou, como ocorre na maioria das vezes em que são utilizados, para aludir a “deserto”; e, por fim, tem-se o termo *problema*, investido de conotação financeira, pois aparece combinado com a inexistência de produtividade econômica.

A palavra *erosão* foi mencionada 68 vezes pelo jornal ZH e apenas 4 pelo CP; utilizada, basicamente, para ressaltar que a arenização é um processo erosivo. Em algumas matérias, este processo era atribuído a causas naturais – eólica, por exemplo –, em outras, à ação antrópica, como o mau uso do solo. Nas inúmeras vezes em que a palavra *erosão* foi assim mencionada, 94,4% foram indicadas pela ZH, enquanto no CP esteve presente somente 5,6%.

Finalmente, no tocante à Tabela 8, resta analisar duas palavras inquietantes: *problema* e *recuperação*. São vocábulos de conteúdo inquietante no que concerne aos areais, cuja gênese é natural, mas que podem ser intensificados pela ação antrópica e, conseqüentemente parece ser falacioso classificá-los como problema em virtude de sua natureza, logo, difícil compreendê-lo numa perspectiva de recuperação, mas de controle para que não avance sobre a propriedade, especialmente quando se tratam das ravinas e voçorocas, que conduzem a severa perda de solo.

O termo *problema* não foi em nenhum momento encontrado no CP, ao passo que na ZH esteve presente 31 vezes. Já a palavra *recuperação/recuperar* fez-se presente 37 vezes na ZH e 9 no CP, um indicativo de que, para ambos os jornais, deve-se fazer algo para

transformar os areais em solo produtivo – o que denota, única e exclusivamente, uma preocupação econômico-produtiva com aquela região. As possibilidades de “recuperação” apresentadas por ambos os jornais estão detalhadas mais adiante, quando aborda-se o conteúdo das reportagens.

Na Tabela 9, é retratado o resultado do levantamento dos fatores que são apontados como causa dos areais, majoritariamente apresentado como deserto, conforme já destacado. É preciso ressaltar que a contagem, aqui, não é pela frequência de citação em cada matéria e em cada um dos jornais, pois isto já foi examinado em outra tabela, mas em quantas reportagens cada fator apareceu como explicação para o surgimento dos areais, independente de estes serem designados assim ou como desertos. Resta ainda salientar que, em muitas matérias, foram indicadas mais de uma causa possível, havendo, inclusive, situações em que vocábulos distintos remetem a uma mesma ideia. Porém, as causas citadas são identificadas uma a uma, por terem sido assim mencionadas. Após, são analisados os grupos que representam uma mesma ideia, a fim de demonstrar o peso ideológico de alguns dos fatores identificados pela mídia como responsáveis pela formação dos areais.

TABELA 9 – Gênese dos areais

Gênese	ZH	CP	TOTAL
abundância de água	1	-	01
ação antrópica	4	1	05
ação eólica	8	1	09
ação pluvial	3	1	03
adubação orgânica	1	-	01
agricultura intensiva	4	2	06
agrotóxico/uso abusivo de defensivos	3	-	03
arado e trator	1	1	02
aridez	1	-	01
arrendamento da propriedade	2	-	02
desequilíbrio ambiental	2	-	02
desmatamentos	5	-	05
erosão	10	1	11
esgoto	1	-	01
falta de conservação do solo	1	1	02
lixo	1	-	01
monocultura/cultivo de soja/trigo	11	1	12
natural	6	1	07
pecuária intensiva/pisoteio do gado	9 ³⁹	1	10
perda do solo	1	1	02
político-demográfica	1	-	01
queimadas	7	-	07
uso indevido (abusivo) do solo	12	2	14

FONTE: Organizado pela autora (2012)

³⁹ Uma reportagem identifica a pecuária extensiva; reportagem de nº 41.

Foram apontadas 23 causas para a gênese dos areais pelo jornal ZH, sendo a mais referida o uso inadequado ou abusivo do solo (12,63%). A monocultura da soja – e eventualmente apareceu citado também o trigo – vem logo a seguir, com 11,58% das indicações. A terceira causa mais mencionada foi a erosão (10,53%) seguida da pecuária intensiva e do consequente pisoteio excessivo do gado (9,47%). A ação eólica aparece em quinto lugar nas citações, com 8,42%, a sexta posição é ocupada pela ação das queimadas (7,37%) e as causas naturais (6,32%) são o sétimo fator mais apontado como formador das manchas arenosas.

O desmatamento também consta como sendo um dos causadores dos areais (5,26%), vindo logo a seguir a ação antrópica e a agricultura intensiva, com 4,21% das menções cada uma. A ação das chuvas e o uso abusivo de agrotóxicos obtiveram 3,16% cada um, e o arrendamento da propriedade e o desequilíbrio ambiental, 2,11% cada um.

Apontados uma única vez como gênese dos areais aparecem a abundância de água, a adubação orgânica, o uso do arado e do trator, a aridez local, o esgoto, a falta de conservação do solo, o lixo, a perda do solo e questões relacionadas à política demográfica, cada um com 1,05%.

O jornal CP elencou somente 12 causas possíveis para o surgimento dos areais, quase a metade do que foi identificado pela ZH. O foco deste jornal de um modo geral não foi apontar a gênese dos areais, pois raramente houve alguma menção a isto, mas, ainda assim, foram registradas estas 12 causas possíveis. O uso inadequado do solo e a agricultura intensiva tiveram a mesma quantidade de indicações (14,29% cada), seguido de 1 menção apenas à monocultura da soja, à erosão, à pecuária intensiva, à ação eólica, à causa natural, à ação antrópica, à ação das chuvas, ao uso do arado e do trator e à falta de conservação do solo, o que resultou uma razão de 7,14% para cada uma delas.

É possível identificar quatro categorias de conteúdos referente à gênese dos areais. A primeira compreenderia o *uso indevido ou abusivo do solo*, que é explicado pela prática da monocultura, da agricultura e pecuária intensivas, do uso abusivo de agrotóxicos e defensivos agrícolas, a utilização de arado e trator sobre solo frágil, o que o desagrega, facilitando a erosão. Inclui ainda, aqui, o arrendamento, pois alguns dos entrevistados teceram críticas à ação dos arrendatários, que utilizam além do que o solo pode fornecer⁴⁰.

⁴⁰ Tal questão está melhor abordada no Capítulo 4.

A adubação orgânica igualmente aqui foi incluída, posto que foi citada como uso inadequado do recurso. De posse deste grupo de agentes causadores dos areais, o peso atribuído pelo jornal ZH foi de 45,26%, contra 50% para o CP.

O segundo grupo pode ser encabeçado pela *erosão*, provocada tanto pelo uso inadequado do solo quanto por agentes erosivos naturais, o vento e a água, sendo este grupo apontado pela ZH 36,84% e pelo CP 35,71%.

O terceiro conjunto de causas em comum, no tocante ao uso inadequado e abusivo do solo, é encabeçado pela *ação antrópica*, já que é uma consequência direta do trabalho do homem sobre o solo, além da queimada, do desmatamento, do esgoto, da falta de conservação do solo, do lixo e do fator político-demográfico, o que significa que, para a ZH, este grupo congrega 66,32% dos agentes causadores dos areais e, para o CP, 64,29%.

Finalmente, o quarto conjunto corresponde às *causas naturais*, congregando a ação eólica e pluvial, o desequilíbrio ambiental, a abundância da água – que foi citada quando explicado o ravinamento e voçorocamento – e a aridez local (sic). Como era de se esperar, estas ações foram as menos apontadas e, portanto, possuem menor peso, sendo 22,11% a atribuição dada pela ZH a este grupo e 21,43%, pelo CP.

Examinando os quatro grupos apontados pelos jornais como fatores responsáveis pela formação dos areais, é possível observar que, proporcionalmente, não houve discrepância significativa entre as informações prestadas pelos dois veículos jornalísticos. Tal consenso pode até indicar que há realmente o entendimento de serem estes os agentes causadores, e é com base neste entendimento que são construídas as representações sociais acerca da gênese dos areais.

Na primeira reportagem analisada do CP, veiculada em 11 de janeiro de 1987, um dos técnicos consultados já avaliava ser pouco provável que a área arenizada aumentasse, o que foi confirmado em trabalhos posteriores⁴¹, e defendia que a adoção de culturas perenes, com um mínimo de deslocamento de solo, não deveria ocasionar maiores problemas. Já no jornal ZH é comum a divulgação da ideia de erosão irreversível, associada diretamente à “desertificação”, o que corrobora as matérias sensacionalistas.

⁴¹ SUERTEGARAY, D. M. A. (1992); SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes *et al.* (2001); ANDRADES FILHO, C. O.; SUERTEGARAY, D. M. A.; GUASSELLI, L. A. (2006).

A primeira reportagem em que a palavra areal aparece é do jornal ZH⁴², sendo empregada para expressar o conjunto de areia existente no município de Alegrete, região descrita pela matéria. É comum associar a origem dos areais, especialmente quando apresentada como advinda da ação antrópica, com o agravamento e conseqüente aumento das regiões “desérticas”⁴³. Como oriundo do mau uso, foi elencado o uso abusivo de insumos e implementos agrícolas, o uso intensivo para a agricultura – geralmente atrelada à monocultura – e pecuária, o arrendamento da propriedade⁴⁴, desmatamento, esgoto sem tratamento, falta de conservação do solo, queimadas. É só a partir de 1991⁴⁵ que causas naturais passam a ser apontadas como gênese dos areais, e somente após 2001⁴⁶ que aparece a ideia de que o processo tem origem natural, mas é agravado pela ação antrópica.

Quanto à sua localização, os areais nem sempre foram plenamente localizados, o que exigiu elaborar a Tabela 10, na qual constam os municípios afetados pela arenização e a quantidade de vezes em que foram citados nas reportagens dos dois jornais.

TABELA 10 – Identificação dos municípios que possuem areais

Município	ZH	CP	TOTAL
Alegrete	30	10	40
Cacequi	7	1	8
Itaqui	10	1	11
Maçambará	4	-	4
Manoel Viana	4	1	5
Quaraí	8	3	11
Rosário do Sul	4	-	4
São Borja	7	1	8
São Francisco de Assis	8	1	9
Santiago	1	1	2
Santana do Livramento	1	-	1
Unistalda	4	-	4
Uruguaiana	1	-	1

FONTE: Organizado pela autora (2012)

Inconteste o município de Alegrete é o mais citado quando ambos os jornais buscam localizar os areais, até por que, como já demonstrado na Tabela 7, é o mais citado quando os jornais identificam áreas em processo de arenização no estado gaúcho. É como se

⁴² Reportagem de nº 20.

⁴³ Reportagens de nº 22, 23 e 24.

⁴⁴ O arrendamento apresentou explicações diversas, ora vinculando-se à monocultura da soja, ora ao uso abusivo da terra por parte do arrendatário.

⁴⁵ Reportagens de nº 29, 34, 35 e 36.

⁴⁶ Reportagens de nº 47, 56 e 213.

somente este município possuísse areais e, como observado no Gráfico 3, ele não é o que apresenta o maior comprometimento em areais no conjunto territorial do município. Na ZH, o município de Itaqui⁴⁷ é o que foi, depois de Alegrete, o mais identificado como possuidor de areais, seguido de Quaraí, São Francisco de Assis, Cacequi e São Borja.

No jornal CP, depois de Alegrete, é o município de Quaraí que foi mais lembrado na identificação dos areais. Não houve representatividade para nenhum outro município, não tendo sido citados por este jornal os municípios de Maçambará, Rosário do Sul, Santana do Livramento, Unistalda e Uruguaiana.

Credita-se a menor menção aos municípios de Maçambará, Manoel Viana e Unistalda por conta de seus processos relativamente recentes de emancipação. A partir de 2001⁴⁸ começam a ser divulgados nas matérias dados mais reais quanto à dimensão dos areais, bem como dos municípios aos quais se fazem presentes, o que coincide com a publicação do Atlas da Arenização⁴⁹.

3.1.2 Os areais e a mídia jornalística: perspectivas de solução dos “problemas”?

Este subcapítulo é dedicado a apresentar o modo como a temática da recuperação dos areais e, em menor escala, das ravinas e voçorocas foi abordada, por ambos os jornais. É importante destacar que as propostas de intervenção que aqui aparecem descritas são, na maior parte das vezes, apontadas por algum profissional que foi consultado ou entrevistado pelos jornais. Em menor proporção, há casos em que remetem à descrição que os proprietários rurais oferecem de suas experiências, na tentativa de minimizar o “problema”.

Neste contexto, as palavras ou expressões gerais que se relacionam à possibilidade de “recuperação” dos areais dizem respeito ao plantio de exóticas – mais especificamente o

⁴⁷ Importante lembrar, como mencionado na nota de rodapé nº 35, que o município de Maçambará emancipou-se de Itaqui, herdando grande parte do espaço compreendido pelos areais e voçorocas.

⁴⁸ Reportagem de nº 47.

⁴⁹ SUERTEGARAY, D.M.; GUASSELLI, L.A.; VERDUM, R. (Orgs.). *Atlas da arenização: sudoeste do Rio Grande do Sul*, versão online.

eucalipto – e ao lixo orgânico, conforme a Tabela 11, quantificadas a partir das palavras-chave identificadas na análise geral das reportagens.

TABELA 11 – Expressões que conduzem à ideia de recuperação dos areais

Palavra	ZH	CP	TOTAL
eucalipto	40	4	44
lixo (reciclagem/orgânico/compostagem/composto orgânico)	24	14	38
(re)florestamento/(re)florestar/plantio	52	10	62

Fonte: Organizado pela autora (2012)

Houve um período em que um biólogo vinculado à Secretaria do Meio Ambiente de Alegrete desenvolveu um experimento com lixo orgânico⁵⁰, em algumas áreas arenizadas do município, no intuito de produzir camada fértil. A proposição de misturar lixo orgânico à areia dos areais foi citada 24 vezes na ZH, que veiculou amplas reportagens sobre tal proposta, e mencionada 14 vezes pelo CP. À época, mesmo em outras reportagens não vinculadas de modo direto a este experimento, a cobertura com lixo orgânico era com frequência referida como uma possibilidade de recuperação dos “desertos”, em especial pela ZH (63,16%), mas também pelo CP (36,84%).

Sem dúvida alguma, o plantio de exóticas, sobretudo de eucalipto, mereceu destaque em ambos os jornais, muito embora tenha sido massivamente retratado pelo jornal ZH, cujo conteúdo, no que tange aos benefícios desta espécie que são explicitados nas reportagens, encontra-se desenvolvido no subcapítulo seguinte, referente ao eucalipto. Por esta razão as menções ao eucalipto foram quantificadas em separado às do florestamento, especialmente porque, em alguns momentos, nenhum dos dois jornais especificava com qual árvore deveria se dar o plantio de exóticas com vistas à “recuperação” das áreas arenizadas.

O que difere no tocante ao plantio é que, na ZH, o eucalipto aparece especificado como alternativa de recuperação dos “desertos” (90,9%), enquanto o pinus e a acácia negra⁵¹ quase não figuram, o que é possível de se observar na Tabela 11, ao passo que o CP alude ao plantio de árvores de um modo geral, tendo sido o eucalipto especificado para este

⁵⁰ Reportagens de nº 31, 208 e 209.

⁵¹ O pinus e a acácia negra, quando citados, foi o que predominou no jornal ZH. Nos momentos em que foram apresentados estavam associados aos investimentos da Tanac (acácia), às citações realizadas pelos investimentos das outras florestadoras (Aracruz e VCP) ou ainda quando mencionavam os investimentos da Stora Enso no Uruguai, onde além do eucalipto, também cultiva pinus.

fim somente 28,57%, numa relação de 2,5 por um, entre o plantio de um modo geral e o plantio de eucalipto.

Prevalece a proposta de florestamento vinculada ao eucalipto, como a Tabela 11 permite verificar, visto que, entre as propostas que expressam perspectivas de recuperação, o plantio de eucaliptos foi apresentado 79,31% pelo jornal ZH e 50%, pelo CP.

No decorrer de algumas matérias, surgiram outras alternativas que não o florestamento, com o intuito de transformar as manchas arenosas em terras produtivas. Uma das propostas foi o cultivo de mamona⁵², iniciativa que, promovida pela EMATER, oferecia uma alternativa lucrativa aos produtores.

No que concerne à recuperação das áreas arenosas, foi elaborada a Tabela 12, com o objetivo de retratar as proposições apresentadas nas reportagens, salientando que aqui não é a frequência por matéria que está sendo computada, mas a quantidade de reportagens em que se apresenta determinada proposta de recuperação. Destaca-se, ainda, a existência de casos em que a matéria abordava mais de uma possibilidade de recuperação, especialmente no jornal ZH, que, veiculando matérias mais extensas, por vezes eram consultados mais de um profissional ou mesmo relatada a experiência de mais de um proprietário.

TABELA 12 – Recuperação dos areais

Propostas de Recuperação	ZH	CP	TOTAL
ação eólica*	0	1	1
ação sustentável	1	0	1
canais de contorno (curvas de nível?)	1	1	2
cobertura do solo com palha da lavoura	1	0	1
composto orgânico/compostagem do lixo orgânico*	4	2	6
consórcio de atividades⁵³	4	0	4
desenvolvimento da vegetação rústica⁵⁴	3	1	4
diversificação e rotatividade de culturas	3	0	3
fruticultura	0	1	1
isolamento do gado/pecuária*	2	0	2
mamona	1	0	1
plantio direto	1	0	1
quebra-vento/anteparos físicos⁵⁵	8	2	10

⁵² Reportagem de nº 47.

⁵³ O consórcio, quando mencionado, leva em consideração o florestamento conjugado à atividade agrícola ou à pecuária.

⁵⁴ O tipo rústico apresentado foi: capim-limão, também designado capim-amargoso.

⁵⁵ Como, via de regra, o plantio de eucaliptos figurava na explicação de como estes anteparos são feitos, optou-se por distinguir sua ocorrência nas matérias, tendo em vista serem raras as situações em que eles não aparecem associados diretamente ao plantio de exóticas.

(re)florestamento/plantio com exóticas	20	6	26
terraço	0	1	1
uso de herbicidas*⁵⁶	1	0	1
vontade política	1	0	1

* Tais ações também foram apontadas como causadoras ou intensificadoras dos areais.

FONTE: Organizado pela autora (2012)

Considerando os dois jornais, foi apresentado, em diferentes edições, um total de 17 possibilidades de recuperação dos areais, ravinas e voçorocas. Estas ações foram propostas por técnicos da EMATER, produtores rurais e demais profissionais ouvidos pelos jornalistas responsáveis pelas matérias. Como era de se esperar e já abordado em outros momentos deste trabalho, o CP apresenta somente oito possibilidades de recuperação, número bem inferior às oferecidas pela ZH.

Analisando a Tabela 12, observa-se que, indubitavelmente, o florestamento é apontado como a principal saída para a recuperação das áreas arenosas, correspondendo a 39,22% das propostas apresentadas na ZH e 40%, no CP⁵⁷.

Nas matérias que apresentam a proposta de (re)florestamento, é comum ser ressaltado o plantio de eucaliptos ou pinus, que no geral poderão ser substituídos no futuro pela fruticultura, por isto esta possibilidade é incluída na Tabela. Em algumas reportagens é divulgada a ideia da impossibilidade, após o florestamento, do retorno à utilização da área para a agricultura intensiva, que fora apontada como um dos fatores causadores ou intensificadores das manchas arenosas.

A partir de 1990⁵⁸, verifica-se o reforço da indicação de plantio com árvores exóticas, em especial o eucalipto, que passa a ser apresentado como uma exótica bem adaptada à região sudoeste, assim como sendo o responsável pela contenção do avanço da arenização. Tal ideia de recuperar parece ser a desculpa para justificar o plantio de árvores exóticas na região para produção de celulose, tendo em vista que, em determinado trecho de outra matéria⁵⁹, é aventada a possibilidade de instalação de uma indústria na região da fronteira oeste.

⁵⁶ Geralmente, aparece associado ao florestamento com exóticas, pois com o eucalipto proliferam-se as formigas.

⁵⁷ Após análise das reportagens e entrevistas, percebe-se que esta proporção tão próxima entre ambos os jornais aponta para a representação social que se consolida junto à sociedade e que veio a ser confirmada nas entrevistas realizadas, cuja análise consta no Capítulo 4.

⁵⁸ Reportagens de nº 30 e 204.

⁵⁹ Reportagem de nº 30.

Algumas reportagens⁶⁰ apresentam o projeto do hortoflorestal desenvolvido no município de Alegrete, denunciando inclusive a falta de interesse dos proprietários em prover-se das mudas de eucalipto que lhes eram oferecidas para o plantio em suas áreas arenizadas, atitude que é atribuída, explicitamente, ao *desinteresse dos proprietários em reverter as manchas*.

Em diversas reportagens há alusão às experiências “bem sucedidas” com o plantio de eucaliptos. Algumas matérias⁶¹ apontam os experimentos do agrônomo João Souto junto ao “deserto” São João, que teria expandido de 10 para 180 hectares em 50 anos e que, desde que este agrônomo introduziu o florestamento com exóticas, havia não só sofrido significativa diminuição deste avanço como, à época da reportagem, teria conseguido esconder o areal.

Entretanto, *esconder* não é sinônimo de reverter o processo de arenização; se está *escondido*, ele ainda ali está, não alterou a condição arenizada, não devolveu à propriedade terras agricultáveis ou próprias à pecuária, vocação primeira do Pampa. Contudo, dentro do entendimento exposto na mídia jornalística sobre o que seja “recuperar” um areal, este intento foi atingido, já que, ao desenvolver uma área com eucaliptos, independente de levar mais ou igual tempo para seu crescimento, há um destino econômico para esta madeira, além do mais, há mudança na paisagem, pois onde só se enxergava areia, agora tem bosque, portanto o visual de “deserto” foi abruptamente modificado.

São muitas as reportagens que incentivam o plantio de exóticas. Em uma delas, é ressaltada a necessidade de preservar o ambiente, uma vez que começam a crescer os “desertos”, e a mensagem final é clara: *para evitar desertos o caminho é plantar árvores*⁶², ou ainda *reflorestar é um bom negócio*⁶³. Em outra⁶⁴, há a comparação entre duas áreas arenizadas do município de Alegrete, São João e Costa Leite, caracterizando São João como uma espécie de oásis na região, enquanto que Costa Leite não teve *a mesma sorte* porque praticamente não houve reflorestamento na área. Ou seja, a mensagem subliminar

⁶⁰ Reportagens de nº 20 e 207.

⁶¹ Reportagens de nº 22 e 23.

⁶² Reportagem de nº 02.

⁶³ Reportagem de nº 24.

⁶⁴ Reportagem de nº 25.

repassada é de que o eucalipto mostra-se capaz de recuperar o solo, revertendo a condição “desértica”.

Merece destacar ainda a proposta de consorciamento de atividades, que via de regra envolve o plantio de árvores exóticas, de modo particular o eucalipto, associado à agricultura ou à pecuária. Em uma reportagem, foi apresentada a experiência de um produtor de Itaqui⁶⁵ que teria reduzido as manchas de 364 para 212 hectares (58,24% de redução) utilizando-se do plantio de grama com rodízio de potreiro com o gado, cujo custo não é elevado, de acordo com este produtor. Paradoxalmente, em momento anterior ao relato desta experiência, o jornalista mencionava o custo elevado a ser investido para impedir o avanço das manchas, recuperando os “desertos”, e para torná-los produtivos.

Quanto ao desenvolvimento da vegetação rústica, foram apresentadas as possibilidades do uso de herbáceas e arbustos. As herbáceas, por serem naturais, teriam maiores chances de *vencer* os areais e, a longo prazo, estariam sendo utilizadas economicamente como pastagem para o gado. Já os arbustos funcionariam como anteparos à ação eólica, a fim de evitar que o vento espalhasse as areias. A sugestão de quebra-ventos para redirecionar os ventos, a fim de minimizar seus efeitos sobre os areais, seria o primeiro passo para o reaproveitamento da área. Assim, o desenvolvimento da vegetação rústica é apresentado como uma forma de conter a erosão.

Estes anteparos físicos ou quebra-ventos aparecem em ambos os jornais como a segunda opção mais ressaltada de “recuperação”, 15,69% destacada na ZH e 13,33%, no CP.

Todavia, se for considerada a proposta de como podem ser construídos estes anteparos, que objetivam impedir que a ação eólica espalhe as areias e amplie as áreas de areais, de forma predominante é apontada a construção a partir do eucalipto, o que eleva o peso atribuído à capacidade de “recuperação” que o eucalipto pode ofertar aos proprietários em 54,9% de indicações na ZH e 53,3%, no CP.

Ainda na concepção dos anteparos, além do eucalipto, foram apresentadas outras propostas, como o plantio da uva-do-japão e do bambu⁶⁶. Entretanto, se a uva-do-japão também é uma exótica, como o eucalipto e o pinus, ao contrário destes que tiveram

⁶⁵ Reportagem de nº 24.

⁶⁶ Reportagem de nº 216.

algumas matérias alertando para os perigos de seu plantio⁶⁷, nada neste sentido se verificou para nenhuma outra proposta de cultivo de exótica. Nem mesmo houve menção à origem da flora proposta.

Quiçá os chamados canais de contorno e os terraços mencionados nos jornais tenham objetivos semelhantes, apesar de a técnica de terraceamento ser utilizada, principalmente, em vertentes íngremes e de maiores altimetrias do que as verificadas no sudoeste do Rio Grande do Sul, mas foram assinaladas separadamente nas matérias, uma vez que os jornalistas que escreveram estas notícias não explicaram como as compreendem.

A diversificação e a rotatividade de culturas, bem como o isolamento do gado, também merecem destaque, visto que tanto a agricultura quanto a pecuária foram apontados como causadores ou intensificadores da arenização. Entretanto, enquanto a diversificação e rotatividade de culturas implica a utilização das áreas arenizadas, o isolamento do gado pressupõe, justamente, a utilização de cercas para que o gado não pisoteasse estas áreas fragilizadas.

A ação sustentável foi mencionada em uma matéria da ZH e parece ter sido citada porque sustentabilidade é uma palavra oportuna - que a partir dos anos 1990 em especial, passa a compor o discurso ambientalista -, já que em nenhum momento foi explicitado quais seriam as ações que promoveriam a sustentabilidade.

A partir de 1993, surgem matérias em que é divulgado o experimento de um biólogo que adiciona resíduo orgânico à areia dos areais⁶⁸, cobrindo-a com gramínea nativa, acompanhado da explicação de que tal técnica pode ser utilizada para o nivelamento da área.

Como é possível observar, o fenômeno da arenização foi desenvolvido ao longo de inúmeras reportagens, prevalecendo a concepção de problema ambiental, de causas antrópicas, e sendo apontada como solução o florestamento, sobretudo de exóticas.

Nas poucas vezes em que houve alusão às ravinas e voçorocas, estas foram apresentadas, geralmente, como oriundas de causas antrópicas, e a proposta de recuperação oferecida foi o desvio do curso hídrico, com plantio de vegetação nativa às margens, construindo em seu interior pequenos diques, em níveis diferentes, para a

⁶⁷ Este ponto aparece melhor desenvolvido quando abordadas as incongruências presentes nas matérias jornalistas, no item 3.1.3.

⁶⁸ Reportagens de nº 31, 208 e 209.

contenção da água na área, ou seja, fazendo uso de material proveniente da própria propriedade, com a utilização de pedras e galhos usados para a construção dos anteparos no interior da voçoroca, a fim de conter a perda de solo⁶⁹.

Inúmeras são as situações em que é tratado, nas reportagens, a quem caberia o ônus de transformar o “deserto” em área produtiva, em outras palavras, quem deve pagar pela “recuperação” do areal.

Na Tabela 13, consta a listagem daqueles a quem é atribuída a responsabilidade pelo custeio das ações, bem como a quantidade de reportagens, por jornal, em que cada um deles é citado. Cabe ressaltar, novamente, que as ocorrências registradas não correspondem à quantidade de vezes que tal ideia apareceu nas matérias, mas em quantas reportagens ela se verificou, podendo haver casos em que tenha surgido mais de uma proposta, na mesma notícia.

TABELA 13 – Responsabilidade da recuperação dos areais

Responsável pela recuperação	ZH	CP	TOTAL
financiamento público⁷⁰	3	1	4
produtores/recursos próprios	2	2	4
governo estadual/técnicos	6	1	7
iniciativa/financiamento privado	8	1	9
estudiosos/pesquisadores	2		2

FONTE: Organizado pela autora (2012)

Interessante destacar, no que concerne à responsabilidade de investir na propriedade, que em algumas matérias são apresentadas, inclusive, propostas de como pode ocorrer a transformação de um areal em área produtiva, já que o investimento necessário⁷¹ é elevado. Dentro desta proposição, sugere o agrônomo Cañellas⁷² que *algum órgão oficial se interesse pelo caso e trabalhe na recuperação*.

Todavia, impõe-se perguntar: é cabível a ideia de reparar um fenômeno natural? E, quiçá, a questão chave seja: é cabível a ideia de reparar para fins de aproveitamento econômico? É correto, ético e justo, para com os milhões de brasileiros que não possuem um grão de terra para plantar, proporem que o dinheiro público seja utilizado na

⁶⁹ Reportagem de nº 29.

⁷⁰ A proposta de financiamento público é apresentada a partir de verba federal ou de recursos internacionais.

⁷¹ Reportagens de nº 22, 23 e 202.

⁷² Reportagem de nº 202.

recuperação de áreas privadas, cujo retorno econômico-produtivo, se houver, não reverterá aos cofres públicos ou à sociedade?

Sobre isto, convém mencionar uma breve nota⁷³ que, abordando a perspectiva de recuperação das áreas “desertificadas” do estado, informou a possibilidade de repasse de recursos públicos para aplicação em obras de implantação de viveiros florestais e assistência técnica, o que se verificou também em outros momentos, confirmando a pressão para que o governo invista recursos públicos em propriedades privadas e se responsabilize pela *recuperação de áreas desérticas*.

Em algumas das matérias alarmistas⁷⁴ que tratavam do *avançado processo de desertificação das terras em nosso estado*, foi salientado que nenhum órgão governamental tomava providência para reverter o “problema”. A pergunta que não quer calar: cabe ao governo investir recursos em propriedades privadas? Falar em financiamento é uma coisa, plausível, já que o proprietário deve restituir o valor do empréstimo, devidamente corrigido. Porém, propagar a ideia de que recursos públicos deveriam ser aplicados em propriedades privadas, vendendo a ideia de que haveria um benefício social, é absolutamente enganoso, vergonhoso e amoral. Além disso, foi possível verificar, *in loco*, que nem todo proprietário tem interesse ou mesmo desejo em “recuperar” as áreas arenizadas, como aparece retratado na análise do Capítulo 4.

3.1.3 Incongruências ideológicas presentes na mídia jornalística: deserto ou areal?

Este subcapítulo se ocupa de apresentar os aspectos que tenham sido abordados de forma ímpar pelos jornais, pela ênfase dada a algum elemento, com o objetivo de examinar o papel da mídia na formação das representações sociais.

Na análise das palavras, observa-se discrepância no emprego da palavra vento, cuja ação é indicada pela ZH como uma das razões da “desertificação”, tendo sido citada 18 vezes por este jornal e apenas 4, pelo CP, ou seja, numa razão de 4,5 vezes a mais na ZH do que no

⁷³ Reportagem de nº 04.

⁷⁴ Reportagens de nº 06 e 203.

CP. Todavia, como visto anteriormente na Tabela 9, a ação eólica só foi citada pelo jornal CP como agente causador dos areais uma única vez, o que corrobora o entendimento de que, no período analisado, não foi objeto de preocupação desse diário apresentar e discutir os agentes causadores, objetivando única e exclusivamente comunicar uma notícia.

Em reportagem⁷⁵ que apresentou promessas de um candidato ao governo estadual, figurava no título que o governo recuperaria as “áreas desérticas”, mas o conteúdo da matéria se restringia a abordar o apoio ao “reflorestamento” e a divulgar o entendimento de que, conforme a CF/88, são os proprietários que possuem a obrigação, o dever de sanar possíveis danos ambientais às propriedades, evidenciando, a partir desta colocação, que a “recuperação” é responsabilidade dos proprietários, e não do governo estadual, como mencionado no título.

A dubiedade aqui pode ser encarada de três formas – no mínimo –, pois o título aponta para uma suposta afirmação do candidato da Frente Popular, à época, partido representante da política de esquerda ideológica, já o conteúdo conduzia o leitor a acreditar que se tratava de um engodo deste grupo político, uma vez que o título não apresenta correspondência com a mensagem repassada no conteúdo da reportagem.

Uma segunda perspectiva de análise é de que, tratando-se de campanha política ao governo do estado, a fala apresentada no conteúdo da reportagem estaria condizente com o que realmente pensavam os articuladores da Frente Popular e, como quem escolhe o título que julga ser mais adequado à matéria para chamar a atenção do leitor é o jornalista por ela responsável, a dubiedade tenha sido causada por um engano no entendimento da fala do candidato, mera inocência jornalística, desprovida de intenção.

Finalmente, e quiçá a mais plausível, há a possibilidade de se questionar a intenção ideológica da pequena matéria ao propor um título tão díspar do conteúdo apresentado. Assim, o título conduziria o leitor – em especial os que de forma direta encontram-se atingidos pela arenização – a acreditar que aquele grupo político prometia usar a máquina pública para tornar as manchas arenosas produtivas, enquanto a reportagem, tendo em vista o conteúdo da matéria propiciaria seu “desmascaramento”, ao indicar que se tratava de uma jogada política, já que, de acordo com a Lei Magna, é responsabilidade do proprietário a conservação do solo.

⁷⁵ Reportagem de nº 21.

Como em inúmeras matérias dos jornais analisados, há menção ao tamanho territorial dos areais, mostrou-se ser coerente visualizá-lo na Tabela 14, pois ajuda a perceber a dimensão da desinteligência, bem como o sensacionalismo numérico para o qual as reportagens apelam em determinados momentos, motivo pelo qual o dado vem seguido de data. Vale salientar ainda que, nos dois jornais, a identificação do tamanho dos areais – ou dos “desertos”, como vulgarmente foram denominados – se fez presente somente em algumas das notícias em que foi identificada a presença da temática *areal/arenização/deserto/desertificação*.

TABELA 14 – Inconsistência na dimensão dos areais em hectares por data

Dimensão dos areais	ZH		CP	
	Tamanho (ha)	Data da publicação	Tamanho (ha)	Data da publicação
Alegrete	900	14/09/2007 ⁷⁶		
	1.120,64	03/12/2001		
	1.321	03/12/2001 30/09/2007		
	1.500	14/08/1990		
	2.000 ⁷⁷	21/04/1990		
	3 a 4.000	08/11/1990		
	10.000	30/04/1991		
Arais SW	782.800	31/03/1990		
	3.670	03/12/2001 05/11/2004	3.663	27/01/2002
	3.700	30/09/2007	10.000	20/06/2008
Cacequi	14	03/12/2001 30/09/2007		
Campanha	5.000	18/04/1990		
Costa Leite/Alegrete	150	28/04/1991		
“Desertos” em Alegrete, São Francisco de Assis e Itaqui	2.000	10/04/1987		
Fronteira Oeste	5.000	31/03/1990		
	5.270 ⁷⁸	03/12/2001 05/11/2004		
Guajuvira/Alegrete	1.200	03/03/2002		
Itaqui	18	03/12/2001 30/09/2007		
Maçambará	462	03/12/2001 30/09/2007		
Manoel Viana	548	03/12/2001 30/09/2007		
Novos focos de areais			1.600	27/01/2002
Palma/Alegrete	1.800	23/06/1993	1.800	21/06/1993
Puitã ⁷⁹ /Maçambará	2.000	29/04/1991	90	11/01/1987

⁷⁶ Publicado na seção *Há 30 anos em ZH*, portanto, sua data original foi 14 de setembro de 1977.

⁷⁷ Apontado o processo de “desertificação”.

⁷⁸ O dado inclui areais, ravinas e voçorocas.

Quaraí	299	03/12/2001 30/09/2007		
Rosário do Sul	112	03/12/2001 30/09/2007		
RS – processo de “desertificação”	5.000	21/04/1990 08/11/1990		
Santana do Livramento	692.000	31/03/1990		
São Borja	277	03/12/2001 30/09/2007		
São Francisco de Assis	466,55	03/12/2001		
	588	03/12/2001 30/09/2007		
São João/Alegrete	100	19/12/1997		
	170/20	08/06/1996 ⁸⁰		
	180	09/07/1990 08/11/1990		
	186	30/03/1997 01/04/1997		
	200	12/05/1990 14/08/1990		
Unistalda	24	03/12/2001 30/09/2007		
Uruguaiana	656.000	31/03/1990		

FONTE: Organizado pela autora (2012)

De posse dos dados apresentados na Tabela 14, primeiramente notamos a divergência entre as informações fornecidas pelos jornais ZH e CP, como no caso específico de Puitã, que correspondem, respectivamente, a 2.000 e 90 hectares. Uma diferença 22,22 vezes maior da área indicada pela ZH para a do CP. O mais curioso ainda é que, de modo geral, quanto mais antiga a reportagem, mais falaciosos são os dados apresentados, que começam a se aproximar da realidade a partir da publicação do Atlas da Arenização.

Refletindo sobre a dimensão dos areais no município de Alegrete, que além de ter sido o mais lembrado nas reportagens entre aqueles que possuem áreas arenizadas, também é o que apresentou maior divergência quanto aos diferentes números oferecidos pela ZH, já que o CP não mencionou em nenhum momento o tamanho dos areais deste município. Os valores oscilaram, inclusive, em uma mesma matéria.

Incongruência maior ainda se observa nos números referentes à dimensão da arenização no município de Alegrete. A menor dimensão apresentada foi de 900 hectares, e a maior de 10.000. Porém, não é possível desconsiderar o dado que consta em uma

⁷⁹ Pertenceu ao 4º Distrito de Itaqui, que passou para São Borja e hoje situa-se no município de Maçambará, desde sua emancipação.

⁸⁰ A reportagem indica que houve uma diminuição de 170 hectares para 20 hectares com um projeto que introduziu pinus e eucaliptos. Contudo, mostra-se relevante destacar que esta matéria é da seção *Memória, há 30 anos em ZH*, ou seja, foi noticiada em 08 de junho de 1966.

reportagem de 1990⁸¹, que demarcou como “áreas desérticas” para o município de Alegrete 782.800 hectares, ou seja, o equivalente à sua dimensão territorial como um todo, o mesmo ocorrendo em relação aos municípios de Santana do Livramento e Uruguaiana (Anexo A). Todavia, outra inconsistência jornalística diz respeito à arenização nos municípios de Santana do Livramento e Uruguaiana, posto que estes, não possuem esta condição.

É até possível que esse erro crasso seja um equívoco do jornalista ao copiar as áreas municipal e de areal, contudo também é possível que tal discrepância tenha sido absolutamente intencional, pois a divulgação destes dados elevadíssimos, referentes à dimensão dos areais, coincide, exatamente, com o período em que foram veiculadas manchetes e legendas de fotografias sensacionalistas, de modo que, quiçá, o objetivo com um erro proposital fosse exatamente chamar a atenção da opinião pública para algo que, no início dos anos 1990, era abordado sob a ótica da “desertificação do estado”.

A menor dimensão que consta no levantamento é oriunda da seção *Há 30 anos em ZH* e se a desconsiderarmos, tendo em vista tratar-se de informação que consta na reedição de matéria publicada, originalmente, no ano de 1977 e anterior portanto a delimitação temporal deste trabalho, o dado válido é de 1.120,64 hectares, o que ainda assim apresenta uma discrepância de 892,35% em relação aos 10.000 hectares, que figuram como a maior dimensão noticiada.

Considerando ainda que uma das dimensões apresentadas por este jornal para as áreas arenizadas do município de Alegrete foi de 2.000 hectares, no ano de 1990, voltamos ao ano de 1987, quando divulgou estes mesmos 2.000 hectares como compreendendo as áreas “desertificadas” de três municípios.

Ainda no que tange às dimensões da arenização no município de Alegrete, cabe ressaltar que, no ano de 2002, o jornal ZH apresentou a localidade de Guajuvira como possuidora de um “deserto” com 1.200 hectares, sendo que em 2001 havia divulgado que o município como um todo possuía 1.321 hectares. Teriam portanto aumentado tanto assim as áreas arenizadas em Alegrete, ou Guajuvira é o principal foco de arenização no município e os demais, comparados a este, são insignificantes?

Quando acrescentado ainda os dados apresentados para as demais localidades do município, além de Guajuvira – isto é, Costa Leite, Palma e São João –, temos uma área que

⁸¹ Reportagem de nº 14.

varia entre 3.250 e 3.350 hectares, já que destas localidades a de São João foi a que apresentou mais de um valor. Como estes valores para cada uma das localidades do município são citações anteriores ao ano de 2001 e, considerando que não houve uma drástica diminuição da área arenizada – o que foi demonstrado a partir de pesquisas realizadas pela equipe da professora Dr^a Dirce Suertegaray (UFRGS) em diferentes publicações⁸² – percebe-se uma real intenção de vociferar dados irreais, forjados.

Cabe inclusive uma análise só para o areal São João, pois as dimensões informadas variaram significativamente. A ZH delimitou-o com quatro extensões diferentes, sendo a menor de 20 hectares, noticiada na seção *Memória, há 30 anos em ZH*, registrando que, desde que se iniciou o florestamento na área, houve uma redução na sua dimensão, que era de 170 hectares. A maior extensão atribuída foi de 200 hectares. A Tabela 14 ainda nos permite visualizar que dentro de um mesmo ano, 1990, o jornal atribuiu, intercaladamente, o tamanho 200 e 180 hectares à área do areal São João. É claro que, no interior das matérias, muitas destas dimensões eram citadas por pessoas que estavam sendo ouvidas pelo jornalista, contudo é tarefa da imprensa verificar a veracidade do dado que está publicando.

Outro dado interessante no tocante ao São João – área de estudo do agrônomo João Souto, que muito contribuiu para a ZH, apresentando seus experimentos, no início dos anos 1990 – é que, em inúmeras entrevistas, Souto alertava para o avanço da “desertificação” no estado. Entretanto, as maiores extensões apresentadas para o São João são das matérias mais antigas, ao passo que as mais recentes reduziram suas dimensões, apesar de, no ano de 1997, este jornal ter apresentado que o areal possuía 100 e 186 hectares.

A seguir, ainda na comparação entre os dados apresentados por ambos os jornais, temos a extensão dos areais no sudoeste do estado que, em momentos distintos, são apresentados pelo jornal ZH como possuindo ao todo 3.670 e 3.700 hectares, contra os 3.663 e 10.000 hectares apontados pelo CP. Contrariando as expectativas, as reportagens do CP, à medida que vão se tornando mais recentes, vão ampliando a área dos areais, mesmo quando temos inúmeros trabalhos sobre o tema, produzidos por diferentes grupos de pesquisadores que, a partir de técnicas mais modernas, conseguiram melhor dimensionar

⁸² SUERTEGARAY, D. M. A. (1992); SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes *et al.* (2001); ANDRADES FILHO, C. O.; SUERTEGARAY, D. M. A.; GUASSELLI, L. A. (2006), entre outros.

estas áreas e fornecer, desde 2001, dados mais fidedignos, aos quais os jornalistas poderiam recorrer.

Quanto à dimensão dos “desertos” na fronteira oeste, a ZH caracterizou-o inicialmente como possuindo 5.000 hectares, em 1990. Já em 2001 e 2004, informava que eram 5.270 hectares e, a partir de 2001, passa a indicar que esta dimensão total engloba, além dos areais, as voçorocas e ravinas.

O dado a seguir que é relevante de ser considerado, ainda no que tange à Tabela 14, diz respeito à delimitação dos areais pelo jornal ZH. As informações veiculadas nas primeiras reportagens eram muito inconstantes, indicando sua presença ora em três municípios – Alegrete, São Francisco de Assis e Itaqui –, ora na Campanha. A região da Campanha é maior do que a área de abrangência da arenização e compreende vários outros municípios que não apresentam em seus territórios semelhança com areais. Ademais são apresentados para esses municípios dimensões que variam entre 2.000 e 5.000 hectares, o que representa uma discrepância de 250%.

Finalizando a análise dos dados oferecidos na Tabela 14, pode-se agregar uma observação interessante que resulta da comparação entre os jornais: a ZH procurou dimensionar 23 áreas, em 47 oportunidades; ao passo que o CP o fez somente para 4 áreas, em 5 oportunidades.

Uma reportagem⁸³ buscou explicar o “deserto” existente no sudoeste do estado gaúcho, valendo-se da interpretação de alguns profissionais: retratou, primeiro, que se tratava de um imenso deserto – Puitã –, decorrente do uso indevido do solo; e, ao apresentar a interpretação de outro profissional da área, destacou a noção de ausência de conservação do solo e ressaltou algumas medidas, como terraços, quebra-ventos, canais de contorno, para a contenção ou preservação dos solos. Entretanto, anteriormente, já havia sido mencionado, na reportagem, que a condição desértica e a perda da fertilidade são causadas pelo fato de a ação das chuvas suprimir a vida do solo. Salienta-se, ainda, que anteriormente, também, fora afirmado pelo jornalista que assinou a reportagem que a condição daquela área em estado “de deserto” se deu pela ação antrópica.

Além disso, o segundo profissional entrevistado para a reportagem teria salientado o desnível do solo, que forma dunas de areia, e declarado que o desnível reflete perda do

⁸³ Reportagem de nº 27.

solo, pois os pontos mais altos da areia representariam a topografia original. Descarta-se, portanto, nesta interpretação, a ação eólica promovendo a mudança na estrutura e direção das dunas de areia.

Ainda no tocante à gênese dos areais, em algumas reportagens⁸⁴, apresentam-se situações que, em trechos diferentes da matéria, é apontado ora o uso indiscriminado do solo, ora a erosão eólica; assim como há menção à aridez (sic) local associada à erosão eólica e pluvial. Contudo, se a chuva chegou a ser apontada como responsável pela formação das manchas, é passível de inferência que seu volume não deva ser pequeno, logo é incompreensível associá-la à aridez, até porque a questão hídrica, que decorre das chuvas abundantes e torrenciais em determinados períodos, favorece o avanço das voçorocas. Ademais, os registros apontam para uma pluviosidade anual em torno de 1.400mm, isto é, característica de tipo climático úmido⁸⁵.

A identificação das causas para a arenização também ocasionou incongruências, inclusive no interior de uma mesma reportagem, como, por exemplo, ao relacionar seu aumento ao arrendamento e, em seguida, apontar a monocultura da soja como a responsável pela “implantação” dos “desertos”⁸⁶. Adiante, nesta mesma matéria, é informado que, nos 10 mil hectares de “desertos”, poderiam estar sendo produzidos em torno de 6 mil toneladas de soja: o que reflete uma grande contradição, pois anteriormente fora ressaltado que havia sido a introdução da soja que *implantou os desertos*. Além disso, a monocultura, como já discutido, também fora apontada como responsável pela formação dos areais, o que denota mais uma contradição no discurso midiático quanto à gênese da arenização.

No jornal ZH, há também a notícia de que o “deserto” tomou conta dos areais⁸⁷ e, mais adiante, nesta mesma reportagem é mencionada a justificativa do técnico ouvido, o agrônomo João Souto, de que no sudoeste do estado há *outro tipo de deserto*, pois ele reconhece que as condições pluviométricas são muito superiores aos níveis comumente encontrados nas regiões áridas. Ou seja, apesar de reconhecer que na região de estudo há pluviosidade em torno de 1.400mm anuais, opta, para manter a expressão *deserto*, por

⁸⁴ Reportagens de nº 22, 23 e 32.

⁸⁵ Este aspecto está melhor desenvolvido no Capítulo 5.

⁸⁶ Reportagem de nº 24.

⁸⁷ Reportagens de nº 22 e 23.

justificar a existência de *outro tipo*, como que houvessem tipificações de deserto compatíveis ao tipo climático subtropical úmido, como é o existente no Rio Grande do Sul⁸⁸.

A partir dos anos 2.000, passa a ser mais frequente encontrar nas matérias analisadas as palavras areal(is) e arenização. Contudo, sempre que possível são relacionadas a desertos, identificando-os como iguais ou semelhantes, ou ainda valem-se de aspas ao empregar a palavra areal e suas derivações⁸⁹. Ao explicar o fenômeno da arenização é comum associá-lo à desertificação ou apontá-lo como fenômeno semelhante ao que acontece no nordeste brasileiro⁹⁰. O incomum é escrever a palavra deserto entre aspas, mas o contrário se verifica, isto é, areal(is) ou o processo de arenização costumam ser grafados entre aspas, um indicativo de que este não é o termo adequado.

No decorrer da análise das reportagens, o que foi possível de ser apurado é que, mesmo quando se tratava de explicar o areal ou a arenização⁹¹, enquanto termos mais apropriados, eram empregadas, no decorrer do texto, especialmente quando não se reproduzia a fala de algum pesquisador, as palavras deserto e desertificação, ou mesmo conduziam à compreensão de que estes termos seriam sinônimos de arenização, isto é, *um problema que torna o solo semelhante a um deserto*⁹².

No que concerne à evolução das manchas, ravinas e voçorocas, há uma reportagem⁹³ que descreve um esquema presente no Atlas da Arenização – o objeto desta notícia –, indicando que inicialmente ocorre a formação de canais de escoamento da água pluvial – ravinas –, que podem ser resultantes do manuseio da terra, lavoura ou gado ou da ação natural da chuva e do vento. Quando a ravina atinge o lençol freático, se transforma em voçoroca. Como sempre fica um filete de água no canal, isto torna a erosão mais agressiva, sendo a arenização do campo a última fase do processo. Todavia, a explicação para o processo de formação das voçorocas já foi outra⁹⁴, apontando como causa a erosão eólica, que ao promover sulcos na terra, os origina.

⁸⁸ Para maiores esclarecimentos, vide Quadro 7 – Paralelo entre condições climáticas desérticas gerais e as condições climáticas da região sudoeste do Rio Grande do Sul, presente no Capítulo 5.

⁸⁹ Reportagens de nº 44, 56 e 244.

⁹⁰ Reportagens de nº 47, 59, 60 e 275.

⁹¹ Reportagem de nº 47.

⁹² Reportagem de nº 50.

⁹³ Reportagem de nº 47.

⁹⁴ Reportagens de nº 22 e 23.

Em determinada reportagem⁹⁵, o jornalista afirma que o aumento da “desertificação” é *um mal que atinge a todos e espalha ainda mais a miséria, é uma testemunha do fracasso dessas iniciativas*. Há duas ideias subliminares bem importantes. Primeiramente, a referência ao aumento da miséria na região por conta dos desertos, ao definir como sendo uma região de miséria no estado, de muita pobreza, quando a estrutura fundiária do Rio Grande do Sul faz com que esta região seja a que concentra o maior número de grandes propriedades, possível de se aferir a partir das dimensões apresentadas pelas inúmeras reportagens das áreas compreendidas por cada “deserto” analisado. No segundo momento, há a referência ao fato de que as ações de contenção dos desertos com o reflorestamento fracassaram, pois era a alternativa de reflorestamento com eucaliptos o tema que a reportagem abordava em seu final. Portanto, todo o *lobby* desenvolvido não somente por esta, mas por várias outras reportagens, pretéritas e porvir, é colocado em xeque.

Relevante destacar que fora mencionado nas matérias jornalísticas que o sudoeste do estado caracterizava-se por ser uma região árida, logo seca, e, considerando a insistência por parte da mídia no plantio do eucalipto, é importante ressaltar que uma característica dos pinheiros é de serem exigentes quanto à disponibilidade de água para o seu crescimento, entretanto inúmeras vezes é apresentado como alternativa para reverter a condição de aridez.

Erros crassos estiveram presentes em cadernos especiais, que normalmente possuem a assessoria de profissionais, como é o caso do *Caderno Vestibular*, do jornal ZH, onde ao ser publicado o que é desertificação e arenização, os dois foram apresentados como sendo a mesma coisa, além de apontar como causa do processo questões político-demográficas⁹⁶.

De fato, alguns processos de desertificação, como aqueles verificados na região do Sahel, são passíveis de relacionar o avanço do deserto à pressão demográfica sob uma região de escassos recursos naturais, e, conseqüentemente, a quase absoluta omissão dos governos faz sentido. Entretanto, como a matéria apresentou o processo de arenização

⁹⁵ Reportagem de nº 24.

⁹⁶ Reportagem de nº 39.

como sinônimo de desertificação, não é de se esperar que seja possível uma explicação razoável.

Também no *Caderno Vestibular*⁹⁷, na parte das questões comentadas, todas as explicações fornecidas apresentaram inconsistências, que vão desde a identificação da região sul do país como a de maior suscetibilidade à desertificação até os fatores indicados como desencadeantes deste processo. Uma das afirmações foi de que o desmatamento, consequência da agricultura, expõe o solo aos efeitos dos raios solares e das chuvas, intensificando a erosão pluvial. Todavia, se há processo de desertificação é porque se verifica um aumento da estiagem, conduzido pela redução da pluviosidade, e, por conseguinte, o argumento cai por terra. Ademais, para que se tenha desmatamento é necessário que haja floresta, e o bioma Pampa só possui mata ciliar, já que predomina vegetação de campo, já a prática agrícola pressupõe plantio, que, ainda que seja monocultor, cobre o solo. Ou seja, isto é um desserviço à educação.

A voçoroca, inicialmente era grafada como *boçoroca* ou *bossoroca*, para somente em meados dos anos 90 aparecer grafada com “v” e “ç”, ainda que o uso do “v” ou do “b” sejam corretos, o que aqui se ressalta é a falta de padronização na grafia por parte do mesmo veículo jornalístico. Uma das explicações para o surgimento das voçorocas⁹⁸ é a erosão pluvial, que ao levar a terra, abre o solo.

Como era esperado, mesmo que na reportagem seja citada a fala de algum pesquisador⁹⁹, que denomina as manchas de areia como areal e aponta que as causas são naturais, se não está sendo reproduzido o discurso do profissional, são empregadas as expressões deserto, processo de desertificação, etc. O que se evidenciou na medida em que, nesta matéria, apareceram dez citações para *areal*, uma para *áreas desérticas*, três para *processo de desertificação* e oito vezes a palavra *deserto*.

Quanto ao tempo de existência dos “desertos”, o tema foi abordado em diferentes reportagens, e constam dados controversos em ambos os jornais. Na ZH, foram identificados como existentes desde o início do século XIX¹⁰⁰, desde as décadas de 1940¹⁰¹ e 1950¹⁰², a partir de 1968¹⁰³ e pós anos 70¹⁰⁴.

⁹⁷ Reportagem de nº 41.

⁹⁸ Reportagem de nº 27.

⁹⁹ Reportagem de nº 29, em entrevista com a Prof^a Dra. Dirce Suertegaray.

¹⁰⁰ Reportagens de nº 29 e 158.

No que concerne ao processo de “desertificação”, as primeiras reportagens indubitavelmente foram mais alarmistas, tendo ocorrido, em março de 1990¹⁰⁵, a divulgação de que os “desertos” gaúchos somavam 5 mil hectares, e quatro meses depois o avanço na “desertificação” contabilizava 10 mil hectares, sendo logo associado ao prejuízo econômico, *já que a terra fica improdutiva*¹⁰⁶. Em outra matéria¹⁰⁷, foi mencionado que os “desertos” *podem atingir 5 milhões de hectares, equivalente a 20% da área agricultável do estado*, e algum tempo depois, em nova notícia, era ressaltado que o *reflorestamento salvou as terras áridas*¹⁰⁸.

Em uma reportagem assinada por Carlos Wagner¹⁰⁹, buscou associar os assoreamentos nos rios que banham as áreas arenosas no sudoeste do estado e, por conseguinte, pertencentes à bacia do rio Uruguai, com as cheias ocorridas em Porto Alegre. Porém, em momento algum foi explicado como seria possível tal evento. Tem-se aí, ao que parece, uma estratégia para chamar a atenção do porto-alegrense para um fato que ocorre há centenas de quilômetros da capital e que “pode” ser responsável pelos alagamentos que transtornam a vida do cidadão metropolitano. O que está por trás desta constatação absurda? Quem sabe a ideia de apontar que o que acontece no sudoeste do estado pode ocasionar danos que afetarão outras pessoas, que naquele momento não estavam diretamente envolvidas com aquela situação. Ou, quiçá, formar uma representação social favorável à utilização de recursos públicos em propriedades privadas. Entretanto, imperdoável uma afirmação sem precedente físico.

O montante de recursos a serem investidos para “recuperar” as áreas arenosas também foi alvo de contradições: algumas matérias sentenciavam como sendo valores elevados¹¹⁰, justificando a necessidade de haver envolvimento público associado à iniciativa

¹⁰¹ Reportagens de nº 22 e 28.

¹⁰² Reportagem de nº 20.

¹⁰³ Reportagem de nº 33.

¹⁰⁴ Reportagem de nº 47.

¹⁰⁵ Reportagem de nº 22.

¹⁰⁶ Reportagem de nº 27.

¹⁰⁷ Reportagem de nº 28.

¹⁰⁸ Reportagem de nº 30.

¹⁰⁹ Reportagem de nº 24.

¹¹⁰ Reportagens de nº 22, 23, 33 e 202.

privada e aos proprietários; enquanto outras apresentavam possibilidades viáveis¹¹¹ de reconversão das manchas arenosas.

Quanto à eficácia das ações de “recuperação”, não só foram retratadas ora com sucesso¹¹², ora mal-sucedidas¹¹³ e ora limitavam-se às pequenas propriedades¹¹⁴, como houve matérias¹¹⁵ publicadas em um mesmo dia, na ZH, em que se verifica contrariedade nos resultados obtidos com a proposta de recuperação apresentada, sendo destacados, primeiro, os benefícios que haviam sido alcançados com o plantio de eucaliptos em um areal e, logo a seguir, ressaltado o aumento de 48% da área “desértica”.

Sobre as possibilidades de gênese e recuperação das áreas arenizadas, foi pontuado em matéria¹¹⁶ que o excessivo pastoreio conduziu à “desertificação” e que se fazia necessário pensar em atividades sustentáveis, sendo indicado, na sequência, que uma delas seria a pecuária extensiva. Relevante ainda mencionar que, nesta reportagem, as palavras arenização e desertificação apareceram indiscriminadamente como sinônimos.

3.2 O FLORESTAMENTO COM EUCALIPTO E A IDEOLOGIA JORNALÍSTICA: reflorestamento ou florestamento?

Este subcapítulo apresenta de que forma o florestamento, em especial o plantio com eucaliptos, foi apresentado nas matérias em análise. A Tabela 15 apresenta a frequência, anual e por jornal, de matérias sobre o tema em questão. Foram suprimidos os anos em que nada foi publicado. É possível observar que os jornais ZH e CP divulgaram material sobre o plantio de eucaliptos em 4 dos 21 anos estudados por esta pesquisa. 2005 foi o ano em que houve mais dias de matérias no jornal ZH e 2006 foi no CP, inclusive excedendo em 100% a quantidade de dias em que houve reportagem na comparação com a

¹¹¹ Reportagens de nº 24, 31, 33, 34, 35 e 36.

¹¹² Reportagens de nº 22, 23, 26, 28, 33, 34, 35, 36, 37, 47, 202 e 204.

¹¹³ Reportagens de nº 22, 23 e 47.

¹¹⁴ Reportagens de nº 24, 33, 53 e 56.

¹¹⁵ Reportagens de nº 34, 35 e 36.

¹¹⁶ Reportagem de nº 40.

ZH. O CP foi pioneiro na publicação de matérias sobre o plantio de eucaliptos em dois anos, quando comparado ao jornal ZH.

TABELA 15 – Frequência anual das publicações sobre eucaliptos

ANO	Zero Hora		Correio do Povo	
	Nº dias	% sobre o total	Nº dias	% sobre o total
2002	0	0	1	5,9
2004	2	15,4	0	0
2005	5	38,5	5	29,4
2006	2	15,4	10	58,8
2007	0	0	1	5,9
2008	4	30,7	0	0
TOTAL (DIAS)	13	100	17	100

FONTE: Organizado pela autora (2012)

Para tanto, foi elaborada a Tabela 16, na qual constam as palavras-chave identificadas nas reportagens que abordaram esta temática. Ressalta-se que, assim como no segmento sobre *arenização*, aqui também foram descartadas as palavras e expressões não citadas nas matérias classificadas como pertencentes ao plantio do eucalipto.

Como já abordado anteriormente no item 3.1.2, há palavras que ganham mais destaque do que outras em algumas seções dos jornais e conseqüentemente nos subcapítulos aqui apresentados. Então, como não poderia deixar de ser, tais palavras são eucalipto e florestamento, seguido das menções à empresa Stora Enso e das referências à região da fronteira. Como em um jogral, fica fácil construir a ideia que conduz à representação social: *florestamento com eucaliptos na fronteira oeste do estado pela empresa Stora Enso*.

TABELA 16 – Frequência das palavras-chave para a seção Eucalipto

PALAVRAS	SEÇÕES/JORNAIS		TOTAL
	ZH	CP	
1. Alegrete	5	6	11
2. árida/desértica/desertificação/deserto/estiagem/seca	4	2	6
3. assoreamento/desmatamento/erosão/queimada/vento	1	0	1
4. ausência/conservação/preservação solo	6	0	6
5. Cacequi	1	0	1
6. destruição/degradação solo/área degradada/empobrecimento/esgotamento solo/fragilidade solo/inutilizado/irrecuperável/prática predatória/uso abusivo /indevido (extermínio) solo/uso de insumos e agrotóxicos	1	1	2
7. eucalipto/exótica	101	25	126
8. fronteira (oeste)	6	4	10
9. Itaqui	1	0	1
10. Maçambará	1	0	1
11. Manoel Viana	1	4	5
12. paisagem	8	0	8
13. problema	1	0	1

14. Quaraí	0	1	1
15. (re) florestamento /(re) florestar/plantio(ar)	81	15	96
16. Rosário do Sul	4	0	4
17. São Borja	1	0	1
18. São Francisco de Assis	2	1	3
19. Stora Enso	14	2	16
20. Tanac	2	0	2
21. Unistalda	3	0	3

FONTE: Organizado pela autora (2012)

Eucalipto é citado 80,16% pelo jornal ZH e 19,84% pelo CP. A ideia de florestamento foi apresentada pela ZH 84,38% e 15,62% no CP. A empresa Stora Enso apresentou nesta seção temática uma discrepância ainda maior entre os dois jornais analisados, tendo sido 87,5% para a ZH e somente 12,5% para o CP. O maior equilíbrio neste conjunto de palavras, na comparação entre os dois jornais, ficou com a palavra fronteira, abordada 60% pela ZH e 40% pelo CP.

No tocante aos municípios com áreas arenizadas, Quaraí, neste eixo temático, não foi mencionado pela ZH. Já o CP não fez menção aos municípios de Cacequi, Itaqui, Rosário do Sul, São Borja e Unistalda. Mais uma vez é o município de Alegrete o que recebe maior ênfase, porém, neste caso, é no CP que se dá a maior ocorrência, de 54,55%, contra os 45,45% da ZH. No CP, é destacado ainda o município de Manoel Viana e, na ZH, o município de Rosário do Sul.

Para não incorrer em repetição não serão examinadas as demais palavras, pois a ótica sob a qual apareceram não difere das explicitadas nas observações já realizadas.

É comum aparecer nas matérias a ideia de que para recuperar as manchas arenosas uma boa alternativa é o (re)florestamento, e conduzir a matéria sob a ótica do reflorestamento implica indicar que a ação a ser tomada é replantar florestas. Entretanto, a região sudoeste do estado não se encontra sob o bioma Mata Atlântica, região a respeito da qual é possível falar-se em reflorestar, pois ali encontra-se bem caracterizada a Floresta Ombrófila Mista, na região serrana do estado gaúcho, e a Floresta Estacional Decidual, que se estende das porções norte até a encosta da Serra Geral.

A área de estudo está assentada no bioma Pampa, isto é, com predominância de vegetação savana estépica, estepe e floresta estacional decidual às margens dos rios, e, no caso específico da bacia hidrográfica do Quaraí, há a prevalência de espinilho – Parque do Espinilho –, no município de Barra do Quaraí. Nas Figuras 17 e 18, tem-se os biomas do estado do Rio Grande do Sul e o mapa de vegetação sul-rio-grandense.

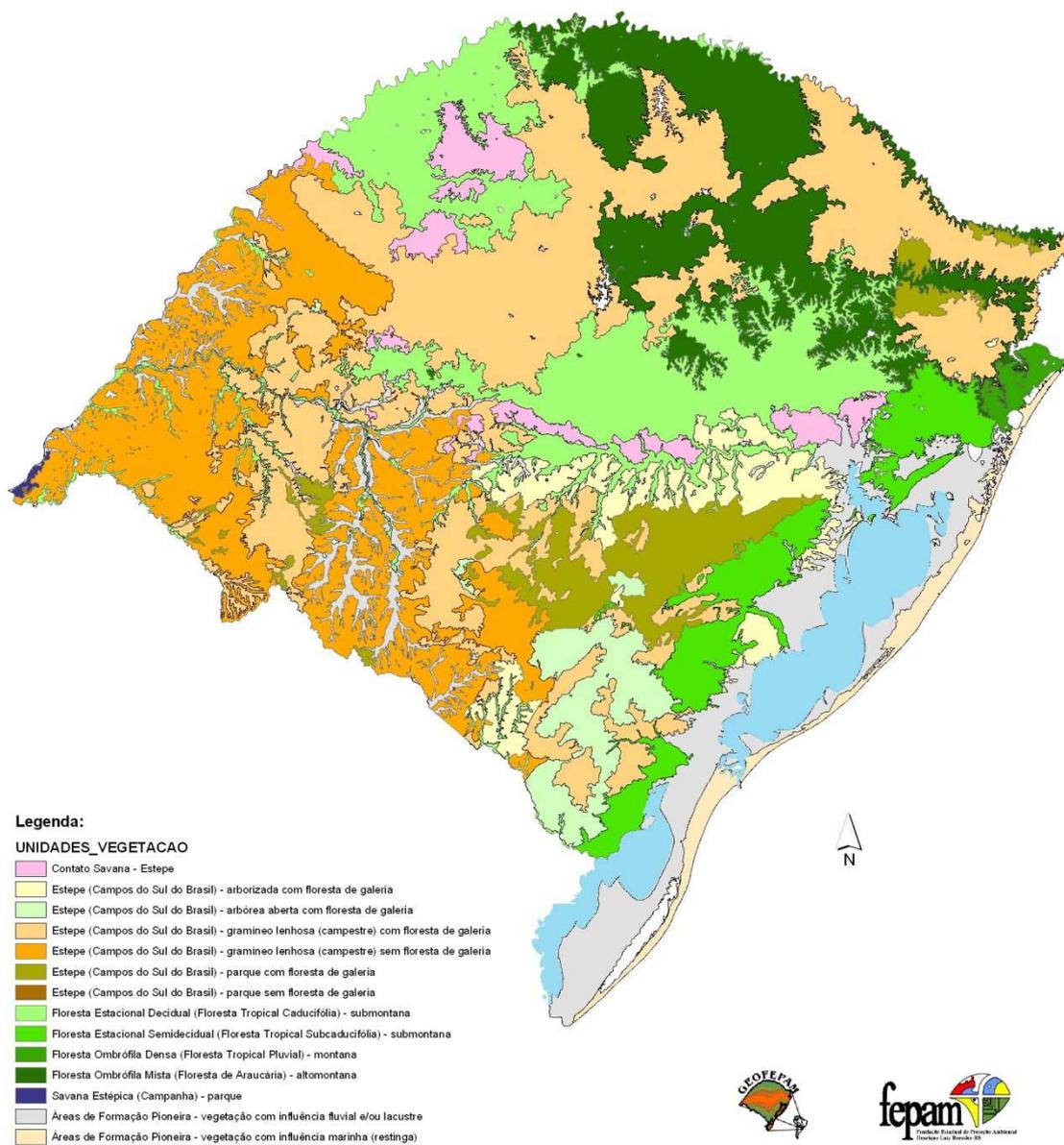
FIGURA 17 – Biomas do Rio Grande do Sul



FONTE: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImagem.asp?img=1099>>, acessado em 02 set. 2011

FIGURA 18 – Mapa de vegetação do Rio Grande do Sul

Unidades de Vegetação Rio Grande do Sul - RADAM



FONTE: <http://www.fzb.rs.gov.br/novidades/imagens/10_vegetacao_unidades_150.pdf>, acessado em 02 set.

Através das Figuras 17 e 18, é possível discernir as áreas de reflorestamento e de florestamento. Esta distinção foi apresentada em um artigo publicado pelo jornal ZH¹¹⁷ e assinado pelo doutor em biociências Lauro José Jantsch, no qual ele explicou que reflorestar é quando planta-se espécies existentes e que, no caso do eucalipto o mais apropriado é utilizar o termo florestamento, pois se trata de uma espécie exótica.

Em outras reportagens¹¹⁸, encontram-se as fotografias de um areal, acompanhadas da seguinte legenda: *Desmatamento: enquanto no lado uruguaio há floresta, no brasileiro o deserto avança*. Entretanto, o território do Uruguai faz parte do bioma Pampa; a floresta uruguaia a que se refere a matéria é composta de exóticas – pinus e eucaliptos –, e, finalmente, só tem sentido falar em desmatamento quando se trata da retirada de mata nativa, o que não é o caso da região de estudo, salvo as matas ciliares. Contrariando tal lógica de raciocínio, a mensagem que esta legenda busca suscitar é que a mancha de areia que caracteriza o areal consiste numa consequência direta do desmatamento.

No que tange à utilização de exóticas como alternativa à ocupação econômica nos areas, há reportagens que apresentam o eucalipto, especialmente, como alternativa¹¹⁹, assim como artigos que, apesar de apresentá-lo, levantam críticas sobre seu uso e, ainda, matérias, mas em menor número, que incentivam outras espécies nativas e exóticas, como a uva-do-japão¹²⁰, o bambu.

Sobre a problemática ambiental, não foram poucas as reportagens que se ocuparam desta questão, sendo possível identificar algumas que, de um modo geral, reproduziram opiniões de setores favoráveis e contrários ao florestamento¹²¹. Por conseguinte, foi apresentada a constatação, a partir de pesquisas realizadas pelo Curso de Engenharia Florestal da UFSM, de que o florestamento com exóticas, como eucaliptos e pinus, em propriedades com mais de cem hectares, afugenta a fauna, reduzindo a biodiversidade. Por outro lado, aumentar as áreas verdes melhora a qualidade do ar. Destaque ainda para a informação de que, a médio prazo, algo em torno de 50 anos, o

¹¹⁷ Reportagem de nº 83.

¹¹⁸ Reportagens de nº 9 e 10.

¹¹⁹ Reportagens de nº 7, 12, 13, 14, 15, 34, 35, 36, 37, 206, 210 e 211.

¹²⁰ Reportagem de nº 216.

¹²¹ Reportagens de nº 58, 86, 87 e 88.

plantio de exóticas já teria tido condições de criar um novo ecossistema, que, apesar de diferente do original, traria tantos benefícios quanto o pioneiro à preservação da biomassa.

Do mesmo modo, inúmeras matérias enaltecem o florestamento como alternativa para a arenização. O jornal ZH, por exemplo, divulgou a fala de um biólogo criticando veemente o uso de uma exótica nos areais, ao referir-se ao São João, *o eucalipto mais tira do que dá à terra, e acaba servindo apenas para lenha*¹²². Outra crítica encontrada¹²³ apresenta a opinião de um técnico da EMATER, Jorge Vargas, que alertava para o fato de o eucalipto não poder ser plantado próximo a corpos d'água, como rios, riachos, arroios, açudes, banhados, etc., já que a planta é exigente quanto ao consumo de água, necessitando-a em abundância para que ocorra seu rápido crescimento, e que, portanto, a longo prazo, há o risco de promover a desertificação da propriedade. Ideia semelhante a esta, defendida por ambientalistas e comumente acompanhada pela denominação “desertos verdes”, esteve presente em outras matérias¹²⁴.

Foram encontradas reportagens¹²⁵ que buscavam demonstrar que as exóticas não são tão prejudiciais quanto alertavam os ecologistas, apresentando estudos que mostravam que os eucaliptos não necessitam de mais água do que qualquer outro plantio, que o eucalipto representa menos impacto do que a cana de açúcar e que, das monoculturas, como a soja, o eucalipto é o que tem sido praticado com técnicas de proteção ao solo e ao meio ambiente. Há, inclusive, uma matéria que coloca em xeque a preocupação ambiental, alegando que o sentimento de defesa do ambiente teria se acendido por conta das questões que envolvem o plantio de centenas de milhares de hectares de eucaliptos em solo gaúcho, pois, se não fossem os movimentos das três grandes empresas florestadoras no estado, tal sentimento ambientalistas continuaria no ostracismo¹²⁶.

Outro artigo apresentou justamente o contrário¹²⁷, explorando a fala de uma ambientalista uruguaia acerca do estrago que a exótica tem ocasionado por aqueles lados, onde há quase o dobro da área plantada no Rio Grande do Sul. Segundo Ana Phillipini, no caso

¹²² Reportagens de nº 34, 35 e 36.

¹²³ Reportagem de nº 55.

¹²⁴ Reportagens de nº 94, 122, 126 e 245.

¹²⁵ Reportagens de nº 94 e 231.

¹²⁶ Reportagem de nº 122.

¹²⁷ Reportagem de nº 84.

dos eucaliptos que foram plantados em áreas de menor umidade do Uruguai, as raízes chegaram a enxugar poços artesianos com até 30 metros de profundidade, o que deixou populações inteiras sem água. Nesta mesma reportagem, foi apresentada a posição do agrônomo Júlio Carvalho, assessor da Fundação Estadual de Proteção Ambiental, que se sustenta na avaliação de que os danos são minimizados quando adotados mecanismos de controle, como o plantio em mosaico e a preservação de áreas naturais, o que permitiria a incorporação ao ambiente da Metade Sul, sem devastá-la.

Há quem aborde o plantio de exóticas, como o eucalipto, como a terceira onda de destruição ambiental do estado, sendo a primeira delas a monocultura da soja, vista como responsável pela desertificação, e a segunda a morte do lago Guaíba, que pereceu por conta da falta de tratamento dos esgotos ali depositados¹²⁸. Assim como também há a crítica ao argumento dos grupos econômicos de que os benefícios socioeconômicos terminariam compensando as perdas ambientais, quando, entretanto, perdas aqui e acolá conduzem ao empobrecimento dos solos, a extinção da fauna e flora, ao desequilíbrio ambiental, ao aumento da miséria social.

Ao mesmo tempo em que o plantio com eucaliptos foi defendido por trazer benefícios econômicos, também foi retratada a preocupação de grupos ambientalistas pelas prováveis alterações que podem acometer o Pampa, como a perda da diversidade¹²⁹.

A fala de outro professor universitário, Ludwig Buckup, biólogo da UFRGS, alertou para o fato de que se não há floresta no Pampa é por que lá não é local para isto, não havendo condições climáticas, e de que, portanto, o florestamento em escala industrial no Pampa ofereceria riscos aos rios e ao solo. Além do clima, são também responsáveis pelo ambiente arbóreo as condições edáficas, hidrográficas e de relevo, ponderou o professor¹³⁰.

No jornal ZH¹³¹, foi reproduzido um quadro que descreve as características das duas principais exóticas que estão sendo introduzidas no Rio Grande do Sul, em especial na Metade Sul. Este quadro, além de apresentar a origem do eucalipto e do pinus, indicou a família a que pertencem, para que podem ser utilizadas e suas principais características vegetais.

¹²⁸ Reportagem de nº 83.

¹²⁹ Reportagens de nº 56, 86, 87 e 88.

¹³⁰ Reportagens de nº 86, 87, 88 e 120.

¹³¹ Reportagens de nº 86, 87 e 88.

São muitas as reportagens em que o CP aborda a silvicultura, sem ao menos citar alguma das empresas florestadoras interessadas em instalar amplos projetos de florestamento com eucaliptos e pinus, especialmente para celulose e para o setor moveleiro, mesmo quando trata do licenciamento ambiental para o cultivo de florestas. Tais matérias costumam ser pontuais na notícia, isto é, focam-se no empreendimento em si. Distinto é o tratamento dado pelo jornal ZH, que ao falar da Aracruz, por exemplo, normalmente insere nem que seja um parágrafo sobre a Votorantim Celulose e Papel (VCP) e a Stora Enso e vice-versa.

São encontradas reportagens que apresentam o plantio de eucaliptos com fins diversos¹³², que o credencia à *recuperação dos desertos*, atendendo às *necessidades ambientais, energéticas e econômicas do estado*¹³³. Em outras¹³⁴, ocorre a menção a um projeto desenvolvido pelo geomorfólogo Aziz Nacib Ab'Saber, que propôs acabar com o processo de “desertificação” no estado reflorestando a área afetada – a ser dividida em florestas produtivas, ecológicas e híbridas – com árvores para fins industriais, sem especificar exatamente as espécies, e defendia que o financiamento destas ações, conforme seu entendimento, deveria ficar a encargo da iniciativa privada.

Também foram coletadas algumas matérias¹³⁵ que, apesar de não serem diretamente relacionadas à região deste estudo, destacavam as qualidades do eucalipto como lenha, se comparado aos recursos fósseis, ou ainda como alternativa de abastecimento aos mercados energético, moveleiro e editorial. Com frequência, seu plantio era apresentado como um negócio mais rentável, ou seja, a mudança na matriz econômica da agropecuária para o florestamento era indicada, de modo constante, como solução para o desenvolvimento da Metade Sul¹³⁶, pois investir em florestas seria uma excelente alternativa de renda para o proprietário rural. Ademais, mereceu destaque que a produtividade com o eucalipto podia variar entre R\$ 900,00 e R\$ 2.600,00 por hectare/ano, movimentando o mercado mundial no montante de US\$ 300 bilhões e apresentando uma taxa de crescimento anual de 4%. Esta foi a principal justificativa dada para sustentar o

¹³² Reportagens de nº 07 e 58.

¹³³ Reportagem de nº 07.

¹³⁴ Reportagens de nº 12 e 206.

¹³⁵ Reportagens de nº 55 e 58.

¹³⁶ Reportagens de nº 58, 69, 70, 122, 230, 246 e 247.

argumento de que as florestas agregam valor às propriedades, auxiliando na fixação do homem no campo ao gerar emprego. A ideia divulgada é de promover um aproveitamento das terras ociosas. O produtor não necessitaria associar-se a nenhuma das gigantes da celulose, podendo vender para quem quisesse, porque o mercado estaria garantido¹³⁷.

Destarte, a mensagem que fica é de que o florestamento pode garantir a sustentabilidade de pequenas propriedades, já que, após a fase inicial de plantio, a cultura não sofre com variações climáticas. Ressaltando o potencial de agregar valor por conta de ser a celulose uma *commodity*, o plantio de eucalipto passa a ser anunciado pela imprensa como “ouro verde”, visto que aumentou em 120% a arrecadação de impostos na zona sul, entre os anos de 2004 e 2007, demonstrando que a região já colhia os frutos dos projetos de florestamento¹³⁸.

Em diferentes reportagens, era reproduzida a fala de profissionais, algumas vezes de técnicos da EMATER, que dissertavam sobre as vantagens do florestamento, como é o caso do agrônomo Tabajar Ferreira, ao justificar que os benefícios para os pequenos proprietários se estenderiam do cultivo de sementes ao transporte de madeira para a indústria moveleira ou de celulose¹³⁹. Entretanto estes fins implicam tempos de cultivo diferentes, sendo de no mínimo 20 anos para o aproveitamento como madeira e de cerca de 7 anos para a produção de celulose.

Algumas matérias¹⁴⁰, de modo discreto, muitas vezes subliminarmente, descrevem inconvenientes advindos do plantio com eucaliptos, como a proliferação de formigas e a conseqüente necessidade do uso de formicidas para o controle dos insetos.

A defesa à exótica¹⁴¹ é tão veemente que, em dada reportagem, foi criticada a posição de ambientalistas que não são favoráveis ao plantio de eucaliptos, acusando-os de visão limitada, *já que sob condições adversas de solo e clima somente algumas poucas espécies de extrema resistência – e o eucalipto é uma delas – podem oferecer os primeiros obstáculos à erosão e, portanto, à expansão dos desertos*¹⁴². Nesta matéria, é citada a

¹³⁷ Reportagem de nº 107.

¹³⁸ Reportagem de nº 200

¹³⁹ Reportagem de nº 219.

¹⁴⁰ Reportagens de nº 22, 23, 28 e 203.

¹⁴¹ Reportagens de nº 37, 122, 246 e 247.

¹⁴² Reportagem de nº 37.

experiência com o lixo orgânico; no entanto, tal experimento ainda é carente de comprovação no tocante à sua eficácia em grandes extensões de áreas “desertificadas”. Ou seja, é este um exemplo típico da defesa de uma posição e, ao mesmo tempo, o descredenciamento de outra, questionando sua eficácia.

Também é divulgado na mídia o suposto compromisso assumido pelas empresas florestadoras de que o plantio seria realizado de modo socialmente responsável e de que as mesmas teriam admitido a promessa de recuperar áreas degradadas por outras culturas, no estado. Há também reportagens¹⁴³ em que a preferência pelo plantio da exótica se explicita no título da matéria ou mesmo no chamamento de capa.

Sobre as vantagens acerca do cultivo de eucaliptos¹⁴⁴, em uma das notícias foram ouvidos alguns profissionais, entre eles Maurício Balensiefer (UFPR), que ressaltou o fato de que o florestamento pode reduzir a desertificação, pois as árvores contêm os processos erosivos, e chegou inclusive a afirmar que a agricultura promove mais perda de solo do que o reflorestamento.

Outra vantagem ressaltada¹⁴⁵ dizia respeito ao acelerado crescimento que estas exóticas apresentam no país: chegam ao ponto de corte entre 7 e 12 anos; enquanto, no hemisfério norte, este ponto de corte, com árvores destinadas ao mesmo fim, é de 70 anos. Contudo, não fora especificado se estas árvores com ponto de corte de 70 anos e plantadas em países como EUA e Canadá, eram eucaliptos e pinus, geralmente tão enaltecidos pela mídia jornalística, restringindo-se a noticiar, apenas, que seriam espécies que se caracterizavam por angiospermas – assim como o eucalipto. Outro aspecto apontado foi de que o consórcio com a pecuária protegeria o gado do vento e do frio, especialmente nos dias de inverno, favorecendo que houvesse menor perda de peso¹⁴⁶.

A rentabilidade associada ao crescimento rápido e as questões ambientais também foram objeto de divulgação positiva¹⁴⁷, tendo como justificativa que as exóticas já haviam sido introduzidas no Brasil há muitos anos e já estariam adaptadas, de tal modo que, no porvir, os móveis produzidos no Rio Grande do Sul não apenas possuiriam o design gaúcho,

¹⁴³ Reportagens de nº 13, 14, 15, 34, 35, 36, 210 e 211.

¹⁴⁴ Reportagens de nº 58 e 231.

¹⁴⁵ Reportagens de nº 86, 87, 88 e 94.

¹⁴⁶ Reportagem de nº 193.

¹⁴⁷ Reportagens de nº 64, 65, 66 e 67.

como sua madeira também poderia ser genuinamente sul-rio-grandense. Tais ideias são, inclusive, corroboradas pela fala de um professor da UFSM, defensor da monocultura do eucalipto, ao alegar que, quando cultivado com os devidos cuidados, o lucro obtido com a atividade compensaria os prováveis impactos ambientais¹⁴⁸. Este é o clássico argumento dos defensores do agronegócio: a recompensa financeira diante do prejuízo ambiental.

Outro elemento que geralmente enche os olhos do leitor, especialmente o do brasileiro, é a posição que o país ocupa em diversos setores. Como não poderia deixar de ser, o Brasil foi apontado inúmeras vezes como um dos países¹⁴⁹ com maior potencial florestal do mundo ou mesmo como o país mais produtivo em termos de celulose, no globo, ou, ainda, que o setor florestal é o segundo colocado na pauta de exportações, atrás somente da soja. Para uma sociedade que enaltece o ranking, constitui um elemento apelativo forte, cuja finalidade é o apoio social.

Outro argumento que agrada ao desavisado leitor, de um modo geral, é a possibilidade de que, com o cultivo do eucalipto, o Brasil vir a ser credenciado para receber os créditos de carbono, pois, conforme estabelecido nas regras do Protocolo de Kyoto, ao retirar gás carbono da atmosfera estaria contribuindo para a despoluição ambiental. E, diante deste argumento, não seria mais sensato pensar em estratégias para proteger a floresta Amazônica da ação dos madeireiros, impedindo o desmatamento por lá, por exemplo, do que incentivar, a todo custo, o florestamento com exóticas? Cabe destacar que o argumento dos créditos de carbono não se presta à justificativa do plantio do eucalipto, já que este teria um curto ciclo, pois, conforme sua finalidade – celulose ou madeira –, seu corte dar-se-ia dos 7 aos 20 anos.

A questão é que não é possível agir com hipocrisia: assim como não é concebível condenar o eucalipto por ser exótica, também não é admissível enaltecê-lo como a única ou a melhor saída para a prática rural da Metade Sul. Muitas são as exóticas que são cultivadas e defendidas por aqui. O Brasil se tornou grande produtor e exportador de algumas delas, como a soja (originária da China e Japão), a videira (Ásia), a batata (altiplano andino), cana-de-açúcar (sudeste asiático), arroz (Japão), trigo (Síria, Jordânia, Iraque, Turquia), milho (América Central), café (Etiópia) e por aí vai. É preciso considerar o manejo ambiental, e não

¹⁴⁸ Reportagem de nº 222.

¹⁴⁹ Reportagens de nº 71, 94, 169, 229, 263, 271 e 272.

apenas o retorno financeiro, pois, sem o cuidado na manutenção do ambiente, quanto será gasto no futuro para recuperar o irrecuperável!

O potencial de empregabilidade¹⁵⁰ também foi objeto de destaque nas matérias, sempre valorizando a silvicultura diante de qualquer outro setor: para cada R\$ 1 milhão em investimentos, 163 empregos estariam na silvicultura contra 140 no comércio, 111 na construção civil e somente 85 empregos na indústria automobilística. Uma das notícias, inclusive, enfatizou que, após o plantio da Stora Enso em Unistalda, alguns moradores que teriam saído da cidade por falta de perspectivas haviam retornado por conta dos novos empregos gerados pela ação da multinacional.

Algumas reportagens se utilizavam de pequenas notícias para introduzir uma ideia maior, como no caso em que uma nota sobre a inauguração do trecho asfáltico que liga Alegrete a Manoel Viana antecede a divulgação de que para este trecho estaria previsto, ao longo da rodovia, um projeto de florestamento¹⁵¹. Nada mais é dito ou explicado, isto é, a quem pertence este projeto, se ao governo estadual ou à iniciativa privada, se o florestamento é com nativas ou exóticas, sendo apenas lançada a *semente* para as generosas investidas vindouras. Impossível perder de vista a temporalidade dos fatos, pois data de 2005 o projeto de florestamento da multinacional Stora Enso, que se interessou por terras na região sudoeste do estado gaúcho.

A partir de novembro de 2004, foi veiculada, em ambos os jornais e por vários dias consecutivos, propaganda de página inteira da VCP, com o título *Poupança Florestal*. Este projeto objetivou o plantio de milhares de mudas de eucaliptos em 14 municípios da Metade Sul. Nas reportagens que abordaram tal investimento e o das demais empresas florestadoras, a mensagem repassada foi de que estes projetos¹⁵² desenvolveriam a Metade Sul, retirando-a da estagnação econômica.

Conforme a Carta de Conjuntura da FEE¹⁵³, caso se confirmassem os investimentos das empresas de celulose, nos próximos anos se poderiam incrementar expressivamente a

¹⁵⁰ Reportagens de nº 71, 168 e 192, sendo que nesta última, afirma que o florestamento emprega em média duas vezes mais do que a agricultura e 10 vezes mais do que a pecuária.

¹⁵¹ Reportagem de nº 215.

¹⁵² Tais projetos envolvem a ampliação da planta industrial da Aracruz e a expansão da VCP, que cogita a possibilidade de possuir terminal portuário em Rio Grande, e da Stora Enso, que prevê a compra de aproximadamente 100 mil hectares e a instalação de uma fábrica de celulose na região sudoeste do estado.

¹⁵³ Reportagem de nº 291.

participação gaúcha no volume de exportações brasileiras do produto, passando dos atuais 5% para 55%, pois, desde 1990, o país figurou entre as cinco primeiras colocações do ranking dos maiores exportadores de polpa de madeira para produção de papel, sendo este o 5º setor na balança comercial do país e o ingresso da China no mercado internacional como compradora impulsionou as vendas brasileiras.

O montante dos investimentos que deveriam movimentar o Rio Grande do Sul era constantemente noticiado pela mídia jornalística, na qual ora se mencionavam os dados de cada um dos projetos das três grandes empresas de celulose¹⁵⁴, ora se citava uma única cifra, que representava o total a ser investido¹⁵⁵, além de divulgar a expectativa de que o PIB da Metade Sul crescesse 49% em dez anos, duplicando o número de empregos. Tal informação não apareceu somente nos textos. Comumente, o jornal ZH reproduziu quadros em que situava os empreendimentos em termos de valores a serem investidos, empregos a serem gerados e localização das empresas. O jornal CP, por sua vez, como já mencionado, sempre foi mais sintético em suas matérias e praticamente não se valeu de nenhum outro recurso que não o texto, visto que isto demanda espaço na página, aumentando o volume do material diário.

Veza ou outra eram mencionados nas matérias o apoio e o incentivo dados pelos governos municipais ao florestamento, como ocorreu no município de Manoel Viana¹⁵⁶ com o cultivo de acácia – outra espécie exótica –, cuja vantagem seria um ponto de corte após 6 anos do cultivo.

Uma das maneiras de apresentar vantagens aos produtores foi incentivando o consorciamento¹⁵⁷ agrossilvipastoril, pois a proposta de dividir espaço com a agricultura e pecuária contribuiu para a quebra do paradigma de que o eucalipto é nocivo às demais espécies.

E, finalmente, para encerrar a análise acerca do conteúdo sobre o plantio de exóticas no estado, em especial o eucalipto, foi quantificado quantas matérias apresentaram mensagens favoráveis e desfavoráveis ao cultivo do eucalipto. Diante do já exposto, não é surpresa que, entre as reportagens do jornal ZH, as favoráveis ao plantio do eucalipto

¹⁵⁴ Aracruz, VCP e Stora Enso.

¹⁵⁵ Reportagens de nº 77, 78, 79, 80, 81, 91 e 116.

¹⁵⁶ Reportagem de nº 217.

¹⁵⁷ Reportagens de nº 64, 65, 66, 67, 124, 246 e 247.

tenham totalizado 70,45% e, para o CP, este índice se elevou para 89,47%. Este dado ajuda a elucidar o porquê de o cultivo de exóticas, especialmente o eucalipto, ter aparecido como a principal ação para a “recuperação” dos areas. Inquestionavelmente, o *lobby* ao agronegócio se estabelece na mídia jornalística, que é neste trabalho analisada.

3.3 O LOBBY MUDIÁTICO EM FAVOR DO AGRONEGÓCIO: ANÁLISE DO CASO STORA ENSO

Este subcapítulo apresenta de que modo a multinacional Stora Enso, titânica no setor de celulose no mundo, ingressou nos noticiários gaúchos em 2005. A Tabela 17 apresenta a frequência, anual e por jornal, de matérias sobre o tema em questão. Foram suprimidos os anos em que nada foi publicado. É possível observar que os jornais ZH e CP divulgaram material sobre a empresa Stora Enso em 4 dos 21 anos estudados. 2006 e 2007 foram os anos em que a ZH mais dias abordou matérias. 2007 também foi o ano em que o CP mais divulgou notícias sobre a multinacional, apesar de que em nenhum ano excedeu o número de dias em que a ZH publicou reportagens sobre esta empresa.

TABELA 17 – Frequência anual das publicações sobre Stora Enso

ANO	ZH		CP	
	Nº dias	% sobre o total	Nº dias	% sobre o total
2005	22	19	5	8,3
2006	35	30,2	14	23,3
2007	34	29,3	22	36,7
2008	25	21,5	19	31,7
TOTAL (DIAS)	116	100	60	100

FONTE: Organizado pela autora (2012)

Como nas seções anteriores deste capítulo, discorre-se, inicialmente, com base no quadro sobre as palavras-chave selecionadas para este segmento, conforme consta na Tabela 18.

Impõe-se iniciar a reflexão acerca das palavras-chave considerando as citações aos municípios da fronteira oeste. Alegrete permanece sendo o mais mencionado no jornal ZH; contudo, no CP, a maior incidência recai sobre Rosário do Sul, por conta de ser nesta localidade que se estabeleceu o escritório regional da Stora Enso e também por ter sido o mais cotado para receber a suposta fábrica de celulose da multinacional. Este é o segundo município mais citado pela ZH, nesta seção, ao passo que Alegrete é o segundo no CP.

TABELA 18 – Frequência das palavras-chave para a seção Stora Enso

PALAVRAS	SEÇÕES/JORNAIS		TOTAL
	ZH	CP	
1. Alegrete	39	11	50
2. árida/desértica/desertificação/deserto/estiagem/seca	10	2	12
3. assoreamento/desmatamento/erosão/queimada/vento	2	0	2
4. ausência/conservação/preservação solo	6	6	12
5. Cacequi	13	3	16
6. destruição/degradação solo/área degradada/empobrecimento/esgotamento solo/fragilidade solo/inutilizado/irrecuperável/prática predatória/uso abusivo/indevido (extermínio) solo/uso de insumos e agrotóxicos	3	0	3
7. eucalipto/exótica	174	41	215
8. fronteira (oeste)	134	38	172
9. Itaqui	10	2	12
10. Maçambará	9	3	12
11. Manoel Viana	13	6	19
12. paisagem	3	1	4
13. recuperação	1	0	1
14. (re)florestamento/(re)florestar/plantio(ar)	182	44	226
15. Rosário do Sul	30	24	54
16. Santana do Livramento	4	3	7
17. Santiago	8	2	10
18. São Borja	7	0	7
19. São Francisco de Assis	18	9	27
20. Stora Enso	256	135	391
21. Tanac	1	0	1
22. Unistalda	15	6	21

FONTE: Organizado pela autora (2012)

Interessante observar que, com poucas exceções, nesta seção ocorreram mais citações aos municípios que possuem areais do que nas demais, incluindo o segmento referente aos areais. As exceções são: o município de Alegrete, para ambos os jornais; o de Itaqui, somente para o jornal ZH; o de Quaraí, que nesta subdivisão sequer foi mencionado, e os municípios de São Borja e de São Francisco de Assis, somente para a ZH.

Inquestionavelmente, disparam as alusões à empresa Stora Enso, sendo, na totalidade das três seções temáticas examinadas, a mais citada em ambos os jornais, seguida pelas palavras eucalipto e (re)florestamento. Há, por conseguinte, uma representação social que se constitui a partir do conteúdo apresentado pelos jornais analisados, pois não é possível desprezar as menções realizadas à palavra fronteira, que ocupa a quarta posição. Portanto, é possível identificar como se consolida a representação da seguinte ideia: *na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, com os investimentos da empresa multinacional Stora Enso, o florestamento com eucalipto [exóticas] possui o potencial de retirar da estagnação a Metade Sul.*

A primeira matéria específica sobre a Stora Enso, foi publicada pelo jornal ZH¹⁵⁸, com chamamento de capa e no caderno Economia. A empresa fora anunciada como *um dos maiores conglomerados de papel e celulose do mundo* e se noticiava seu interesse em instalar projeto em 3 municípios da fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, com capacidade para gerar 1,7 mil empregos finais.

Como a empresa Stora Enso é uma multinacional sueco-finlandesa que busca desenvolver seu projeto de florestamento para produção de celulose em municípios da área de fronteira, não demorou para que surgissem os impeditivos legais à concretização da aquisição das propriedades, pois a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, determina condições para que estrangeiros possam adquirir terras localizadas na faixa de fronteira brasileira, que compreende uma área de 150 km de largura, paralela à linha divisória do território nacional.

A pressão para que os limites da zona de fronteira sejam revistos pautou o teor de algumas matérias, nas quais era afirmado que, para a Stora Enso ter chances de desenvolver seu projeto, seria necessário rever a dimensão da zona de fronteira quanto ao investimento de empresas estrangeiras, pois a legislação vigente estaria dificultando a expansão de novas áreas de plantio¹⁵⁹. Foi ainda apregoado que muitos moradores destes municípios fronteiriços viam o florestamento *como a maior alternativa para a região*¹⁶⁰. Em outro momento, um grupo feminino de representantes dos proprietários rurais, em resposta à ação da Via Campesina – que teria ocupado uma das propriedades da Stora Enso em Rosário do Sul –, externalizou seu apoio à empresa que *contribui com o desenvolvimento regional, gerando renda e centenas de empregos a trabalhadores do município*¹⁶¹.

Uma matéria reproduziu as palavras do vice-presidente da Stora Enso para a América Latina, em sua manifestação sobre as ações que ocorreram na fazenda da Aracruz¹⁶², que alertavam para a possibilidade de a empresa vir a abandonar os projetos no estado, podendo mudar-se para o Uruguai, onde também possui investimentos. Em outras reportagens, ele afirma que no momento os investimentos da gigante da celulose no estado

¹⁵⁸ Reportagem de nº 61.

¹⁵⁹ Reportagem de nº 175.

¹⁶⁰ Reportagem de nº 176.

¹⁶¹ Reportagem de nº 288.

¹⁶² Invasão por mulheres representantes do MST, protestando contra o plantio de exóticas.

não estavam ameaçados¹⁶³. Pode-se supor que esta posição seja decorrente de terem sido selecionadas áreas arenizadas que, num primeiro instante, não despertariam o interesse de nenhum grupo de sem-terras, apesar de haver, na região, assentamentos de trabalhadores rurais.

Outro aspecto relevante de ser analisado diz respeito à forma como são interpretadas, na mídia, as ações que acontecem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹⁶⁴, especialmente nas terras em que há projetos das florestadoras. Observa-se a insistência na ideia de que o Rio Grande do Sul foi escolhido pelas empresas de celulose por inexistirem conflitos, mas que, após a invasão na propriedade da Aracruz, em Barra do Ribeiro, o estado sulista estaria então equivalendo aos demais. Interessante este tópico, pois a jornalista que assina esta matéria desconhece a história do povo gaúcho, em cujas terras muitas lutas aconteceram, e também que este estado é o berço do MST, ou de fato a proposta é, de modo preciso, influenciar o modo de pensar do leitor.

Em inúmeras reportagens foram oferecidos textos¹⁶⁵ e quadros¹⁶⁶ comparativos em que constavam outros investimentos na Metade Sul, com o intuito de apresentar que o florestamento é absolutamente mais rentável que a agricultura ou a pecuária, como no quadro que, referente ao perfil das atividades, compara-se o florestamento com as culturas do arroz e a pecuária, a fim de comprovar que o investimento em madeira é lucrativo, ao passo que as demais atividades tradicionais da Metade Sul são deficitárias. Destaque ainda para a capacidade de gerar empregos e rentabilidade, até por ser a celulose uma *commodity*, o que significa que possui seu valor definido no mercado internacional¹⁶⁷.

Em outras matérias¹⁶⁸, foi apresentada inclusive a concepção de que os investimentos da Stora Enso possibilitariam tanto reverter à depauperação histórica da Metade Sul de nosso estado quanto propiciar a valorização do preço do hectare na região, que teria triplicado por conta dos investimentos desta empresa.

¹⁶³ Reportagens de nº 99, 100 e 101.

¹⁶⁴ Reportagens de nº 113 e 114.

¹⁶⁵ Reportagens de nº 75, 76, 121, 124 e 258.

¹⁶⁶ Reportagens de nº 63, 77, 78, 79, 80, 81 e 226.

¹⁶⁷ Reportagens de nº 71, 75 e 76.

¹⁶⁸ Reportagens de nº 113, 114, 234, 242 e 243.

Quanto às oportunidades que os jovens conheceram a partir dos avanços do florestamento com eucaliptos, foram exaltadas, de um lado, a proliferação de cursos nas universidades e, de outro, a contratação de filhos da terra como profissionais, após o término de seus estudos, sem que houvesse, assim, a necessidade de abandonarem a região em busca de oportunidades em outras terras¹⁶⁹.

Sobre os investimentos da multinacional Stora Enso, alguns dados são bastante descontraídos, seja no que diz respeito ao total de hectares adquiridos, seja em relação à quantidade de empregos a serem gerados, ou ainda ao montante de recursos a serem investidos. Por vezes, é mencionada a quantidade de propriedades adquiridas, sem informar o total da área. Em outras ocasiões, as informações que constam são o número de propriedades por município e os valores, que nem sempre conferem.

Num intervalo de dois dias entre uma matéria e outra¹⁷⁰, aparece destacado, na primeira, que foram adquiridos pela empresa o equivalente a 10 mil hectares de um total de 100 mil e, na segunda, que 36 mil hectares haviam sido comprados, tendo o valor pago variado entre R\$ 2,5 e 3,5 mil por hectares, sendo que e a meta da empresa, para até o final daquele ano, era de adquirir um total de 50 mil hectares para o plantio de eucalipto e pinus, bem como a instalação de uma fábrica de celulose. Teria neste intervalo de dois dias a empresa conseguido fechar negócio no montante de 26 mil hectares ou realmente a intenção, a partir destas notícias, é confundir o leitor no tocante ao volume de investimentos pretendidos por esta empresa?

A ressalva ficou por conta da alegação de que a empresa estava lidando com a dificuldade de concretizar a compra das propriedades, por ser uma multinacional que tentava adquirir terras na zona de fronteira¹⁷¹. Tal impeditivo começou a ser alardeado nas matérias, acompanhado da ideia de que seria necessário rever a lei de fronteira, sob pena de que o estado viesse a perder os investimentos da Stora Enso para o Uruguai, e passaram a

¹⁶⁹ Reportagem de nº 195.

¹⁷⁰ Reportagem de nº 92; já na reportagem de nº 63 foi mencionado que o total a ser adquirido seria de 150 mil hectares, sendo 50 mil para reserva ambiental legal; 50 mil hectares em 8 municípios da fronteira oeste, consta nas matérias de nº 93, 228 e 234; na reportagem de nº 63, 50 mil hectares; 800 hectares, na matéria de nº 68. O total a ser adquirido por município foi abordado na notícia de nº 92, mas os valores variaram: 40 mil hectares, nº 235 e 236; 45 mil hectares, nº 116, 127, 253, 260; e 100 mil hectares, na matéria de nº 145.

¹⁷¹ Reportagens de nº 93, 118, 139, 170, 173, 174, 176, 185, 187, 189, 190, 191, 194, 199, 201, 241, 242, 243, 282, 286, 289, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 301 e 302.

ser divulgados alguns projetos de parlamentares gaúchos que propunham a diminuição da faixa de fronteira dos atuais 150 km para 50 km, na sua maioria.

Quanto ao total de empregos¹⁷² a serem gerados, uma reportagem mencionava que seria um total de 1,7 mil empregos finais; em outra matéria, o dado informado era de que os empregos poderiam chegar a 2 mil; em outras, ainda, aparecerem números menores.

No que tange ao volume total de investimentos¹⁷³, foi apresentado como podendo atingir, entre plantio e instalação de uma fábrica de celulose, o valor de US\$ 1,2 bilhão, mas também foi citada a cifra de US\$ 50 milhões para o desenvolvimento da base florestal, podendo chegar a US\$ 250 milhões em sete anos, e US\$ 1 bilhão para a instalação da fábrica, além de outros valores que também foram informados pela mídia.

No que diz respeito à área a ser destinada à reserva ambiental legal¹⁷⁴, ou seja, área de preservação com vegetação nativa, também houve divergência nas informações apresentadas quanto ao tamanho total e ao modo como isto ocorreria. Em um momento, foi noticiado que corresponderia a 50% do tamanho total do plantio com eucaliptos, o que equivaleria a 50 mil hectares; em outro momento, este valor estava estimado entre 30 e 35 mil hectares, para os mesmos 100 mil de florestamento.

Entretanto, diante das dificuldades das empresas florestadoras em, a partir de 2006, obterem o licenciamento ambiental, os jornais passaram a divulgar que estava previsto, nos investimentos destas empresas, área para reserva ambiental de igual tamanho

¹⁷² Reportagem de nº 61; já as de nº 68, 75, 76, 90 e 226 descrevem como sendo de 1,5 mil empregos. Entre 1.000 e 1.500 empregos, na matéria de nº 234; abertura de 300 vagas para preparo do terreno e plantio, nº 249; 600 empregos, nº 290; no conjunto das três empresas florestadoras, gerar até 80 mil empregos até 2011, nº 192.

¹⁷³ Reportagens de nº 62, 63 e 96; foi mencionado também um investimento oscilante entre US\$ 900 milhões e US\$ 1 bilhão, nº 69, 70, 73, 75, 76, 82, 127; investimento de R\$ 3 bilhões, nº 90 e 226; para aquisição das terras, um valor de US\$ 50 milhões, nº 234; US\$ 100 milhões na aquisição de 45 mil hectares, nº 116; um total de investimentos no setor de papel e celulose que poderia chegar em 2010 a R\$ 20 bilhões, nº 125; US\$ 400 milhões para a base florestal, nº 127 e 250; o total entre as três grandes empresas florestadoras deve chegar a US\$ 4 bilhões, nº 138, 146, 147 e 175; as três grandes empresas florestadoras dizem aumentar dos atuais [2007] R\$ 3,5 bilhões para R\$ 8 bilhões, nº 271 e 272; o investimento das três grandes empresas é estimado em US\$ 6 bilhões, nº 164 e 165; os investimentos das três empresas são de US\$ 3 bilhões, nº 166; aplicação de recursos previstos entre as três florestadoras, na ordem de US\$ 14,4 bilhões, entre 2003 e 2012, nº 169; US\$ 100 milhões para o plantio de eucaliptos e de US\$ 1,3 bilhão para a indústria de celulose, nº 170; US\$ 1 bilhão para a base florestal de 100 mil hectares, nº 173; US\$ 1,5 bilhão instalar a fábrica e US\$ 920 milhões para adquirir terras e plantar, nº 184; US\$ 9,3 bilhões no conjunto das três grandes empresas, nº 193; investimento de R\$ 6,1 bilhões até 2015, nº 200.

¹⁷⁴ Reportagens de nº 63, 71, 220 e 221; destinará 35% de sua área total no Rio Grande do Sul para programas de preservação da mata natural e campos, nº 89; 40% da área total para preservação, nº 250; área de preservação ambiental de 50% do total do plantado, nº 176 e 180; 1 hectare de floresta para 1 hectare de preservação ambiental, nº 194.

a que seria utilizada para plantio¹⁷⁵, o que significa, no caso específico da Stora Enso que previa plantio de 100 mil hectares, adquirir o equivalente a 200 mil – dado este jamais apontado por nenhum dos jornais, dentro do período analisado.

De igual forma, sobre a fábrica de celulose se verifica que há muitas informações desconhecidas, que vão desde o ano de sua instalação até a quantidade de área florestada em ponto de corte por ano para que a fábrica pudesse funcionar. Quanto ao ano de instalação da fábrica¹⁷⁶, os dados também são controversos: ora em 2010, ora 1 ano antes do ponto de corte do primeiro plantio – o que seria, portanto, no ano de 2013, já que o plantio comercial dar-se-ia em 2006 e o eucalipto, para fins de produção de celulose, está em ponto de corte após 7 anos de plantio. Quanto à quantidade de área florestada em ponto de corte anual para que se justificasse a instalação de uma fábrica, fora apontado como sendo necessários 13 mil hectares¹⁷⁷.

O *lobby* para a entrada da Stora Enso foi realizado por vezes em tom ameaçador¹⁷⁸. Em outras, foi anunciada a possibilidade de o investimento da empresa deslocar-se para o Uruguai, país vizinho que levaria vantagem sobre o Rio Grande do Sul na instalação da indústria de celulose porque lá já existem florestas prontas para o corte. Além disto, somadas a rigidez ambiental e a carga tributária, o empreendimento ficaria 20% mais caro no Rio Grande do Sul do que no Uruguai. Contudo, se no Uruguai a opção for por uma fábrica de celulose de pinus, esta seria mais cara do que a gaúcha, de eucalipto. A diferença não estaria no valor venal investido, mas no rendimento de 700 mil toneladas/ano para o pinus e 1 milhão toneladas/ano de eucalipto. Entretanto, o valor de mercado da celulose de pinus, no mercado internacional, foi apontado como sendo de US\$ 680 a 700/tonelada/ano, ao passo que a celulose de eucalipto estaria valendo entre US\$ 600 e 650¹⁷⁹.

Em outros momentos, este tom de ameaça de que o estado poderia vir a perder os investimentos dos projetos das florestadoras se vinculou ao zoneamento ambiental: ora

¹⁷⁵ Reportagens de nº 161 e 165.

¹⁷⁶ Reportagem de nº 63; anúncio da instalação da fábrica até 2012, nº 74, 169, 220 e 221; instalação da fábrica para 2011, nº 116; instalação para 2013, nº 127; instalação da fábrica para 2015, por conta do atraso na entrega dos licenciamentos, nº 166, 281 e 305; depois de 2014, nº 184; não deve ser instalada antes de 2015, nº 201.

¹⁷⁷ Reportagens de nº 220 e 221.

¹⁷⁸ Reportagens de nº 115, 235 e 236.

¹⁷⁹ Reportagens de nº 235 e 236.

porque levou um tempo maior do que o desejado, ora porque limitou as áreas que as empresas poderiam escolher para seus investimentos, ou ainda porque a votação se estendeu sem definição, etc.

Sobre o zoneamento ambiental¹⁸⁰ para estabelecer as áreas propícias ao cultivo das exóticas, Glayson Bencke, pesquisador do Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica, propôs a realização de um zoneamento das áreas para identificar quais climas e solos suportariam o cultivo de eucalipto e, a partir disso, se poderiam definir quais regiões seriam adequadas ao florestamento, ideia que foi seguida por outros ambientalistas e órgãos ambientais.

Há uma declaração emblemática, que não deixa dúvidas quanto à pressão existente sobre os órgãos ambientais e o governo estadual para favorecer as empresas florestadoras, e que foi proferida por Dagoberto Lima Godoy, presidente da CaixaRS: *o zoneamento tem que garantir o trato ambiental e ser compatível com a viabilidade econômica das fábricas de celulose*¹⁸¹. Sobre o zoneamento que foi realizado pela Fepam, o diretor florestal da Stora Enso, declarou que se faz necessário reavaliar os fundamentos ligados à hidrologia, solos e uso das propriedades.

Frequentemente, mereceu destaque que um dos empecilhos à instalação dos projetos das três empresas gigantes da celulose era a legislação ambiental brasileira, que seria muito exigente. Entretanto, foi publicada uma grande matéria sobre a ação da empresa Stora Enso na Finlândia¹⁸², sendo destacado que o projeto desta empresa teria se adaptado à severa legislação ambiental daquele país e, assim, havia se transformado em uma das maiores empresas mundiais no setor de celulose.

Então, cabe perguntar: por que há tanta pressão para que o Brasil seja complacente com o agronegócio, especialmente quando se refere a empresas multinacionais, se a empresa já produz a partir de rigorosos controles ambientais, conforme apresentado na notícia? Não teria então condições de honrar à legislação brasileira? Ou será que a matéria sobre a Finlândia ocultou dados reais acerca da ação da Stora Enso naquele país? Ou caberia ainda pensar que, a escolha pelo Brasil se justifica pela intenção de burlar as leis ambientais

¹⁸⁰ Reportagens de nº 86, 87, 88, 133, 134, 135, 139, 141, 147, 177, 178, 180, 232, 240, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 266, 267, 270 e 290.

¹⁸¹ Reportagem de nº 255 (grifo da autora).

¹⁸² Reportagem de nº 132.

em prol do aumento dos lucros, afinal, via de regra países subdesenvolvidos ou emergentes como alguns preferem, tendem a ser mais frouxos no que toca à fiscalização, em especial, a ambiental?

4 REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS AREAIS: OS PROPRIETÁRIOS

Este capítulo destina-se à análise das informações coletadas nas entrevistas com os proprietários rurais e técnicos, com vista ao entendimento das representações sociais, em especial as dos proprietários de terras arenizadas que, localizadas nos municípios pesquisados, situam-se no sudoeste do Rio Grande do Sul.

Conforme já apresentado, as entrevistas se deram com a utilização de um questionário breve (Apêndice A) e da apresentação de três imagens (Figuras 23, 24 e 25). Todos os respondentes contatados aceitaram conceder entrevista gravada, contudo um colaborador, visivelmente nervoso, em meio à gravação, deixou claro que se sentiria mais à vontade e em condições de falar mais sobre dados que ele julgava importante se o gravador fosse desligado, e assim se procedeu.

Em termos de tempo, as entrevistas apresentaram duração que variou de 06 a 85 minutos, e a discrepância entre a maior e a menor fala não se relaciona à escolaridade, como num primeiro momento poderia ser pensado. O tempo de duração do colóquio simplesmente se explica pela vontade explícita do respondente em contribuir, em socializar sua experiência, em ter ocorrido visita junto às áreas arenizadas, mas também o modo pelo qual o respondente se deixou envolver pelos questionamentos, nas diferentes fases da entrefala.

À medida que a análise do conteúdo das entrevistas vai sendo realizada, utilizam-se citações para melhor ilustrar o que se apresenta. A autoria de cada uma delas é indicada pela ordem numérica estabelecida na medida em que os colaboradores foram entrevistados, com vista a dificultar a identificação dos respondentes, por questões éticas, pois se entende que, para fins deste trabalho, não há relevância na identificação pessoal dos informantes (Apêndice E).

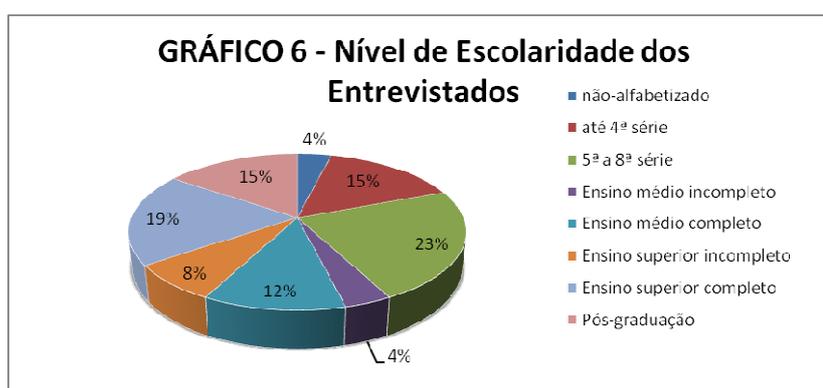
Inicialmente, este capítulo apresenta tabelas e gráficos, contendo alguns dados gerais e que puderam ser quantificados. A seguir, encontra-se desenvolvida a análise do conteúdo desvelado nas entrevistas, que foram divididas em itens, conforme o instrumento utilizado junto aos informantes. Neste sentido, subdivide-se este capítulo em cinco partes, nas quais se encontram: (1) os dados gerais coletados; (2) a interpretação das entrevistas, a partir do núcleo central das representações sociais; (3) a análise das palavras que se fizeram

presentes, mediante a utilização da técnica da associação livre, sua consequente categorização e o conteúdo latente presente nestas falas; (4) a análise da técnica projetiva; e, finalmente, (5) a interpretação dos proprietários quanto à arenização, tentativas de recuperação e sua percepção acerca de ser ou não considerada a arenização um problema para os entrevistados.

4.1 DADOS GERAIS DOS ENTREVISTADOS

Foram entrevistados 26 colaboradores, sendo que 24 eram efetivamente proprietários de terras nos municípios da fronteira oeste investigados, um dos técnicos é proprietário de terras, mas em Uruguaiana, e presta assistência agrônômica a um dos deponentes de Alegrete, e houve outro colaborador que, apesar de não ser proprietário de terras em nenhum dos municípios sob análise, foi por longa data, técnico agrícola em propriedades nos municípios de Alegrete e Manoel Viana e, atualmente trabalha junto a outro entrevistado, além de possuir posição de destaque político junto aos munícipes.

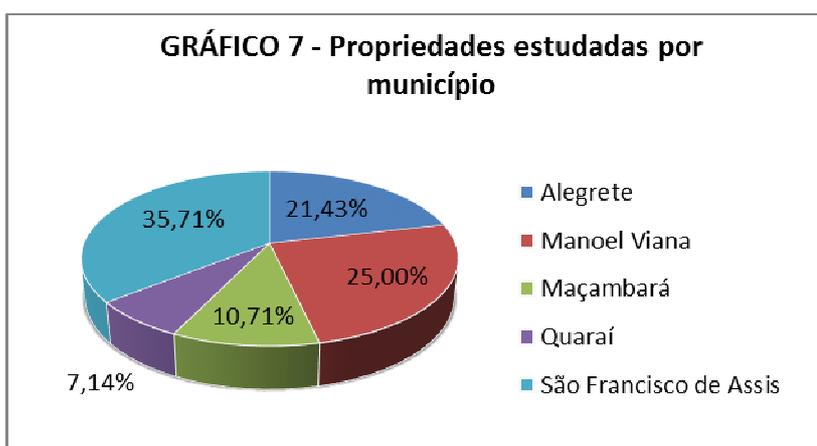
As idades dos entrevistados variaram entre 33 e 82 anos. No que concerne à escolaridade, conforme observável no gráfico a seguir, foram entrevistadas pessoas com todas as condições instrucionais, desde aquele não-alfabetizado até o pós-graduado.



FONTE: Organizado pela autora (2012)

Quanto ao nível de escolaridade, destaque para aqueles que concluíram apenas o Ensino Fundamental, seguido daqueles que possuem algum curso superior. Ainda assim, como é visível no Gráfico 6, de um modo geral, houve uma boa distribuição entre os entrevistados, quanto aos anos de estudo.

O Gráfico 7 apresenta a proporção de propriedades por município investigado. Importante ressaltar que alguns proprietários possuíam propriedades em mais de um município, o que culminou em maior número de citações por município do que de colaboradores. Dos entrevistados, a maior representatividade ficou no município de São Francisco de Assis, seguido pelo de Manoel Viana. Quaraí foi o município de menor representatividade, pois somente duas propriedades apresentavam áreas arenizadas de relevância, e ambos os proprietários foram entrevistados.



FONTE: Organizado pela autora (2012)

Quanto ao tamanho total das propriedades e ao montante em arenização, a Tabela 19 apresenta tal relação, informando ainda o município de origem.

TABELA 19 – Relação das áreas totais das propriedades e do ocupado pela arenização por município

Município em que estão as propriedades	Tamanho total da propriedade (ha)	Total de arenização, em hectares	Proporção das áreas arenizadas sobre o total da propriedade (%)
Alegrete e Manoel Viana	10.000*	120	1,20
Alegrete	700	150	21,43
	900	20	2,22
	106	1	0,94
Manoel Viana	40	não soube precisar	
	40	1	2,50
	320*	170	53,13
	138	5	3,62
Maçambará	338	10	2,96
	76	15	19,74
	360	36	10,00
Quaraí	1.400	210	15,00
	470	não soube precisar	
São Francisco de Assis	44	<1	<2,27
	350	70	20,00

	45	10	22,22
	360	20	5,56
	380	5	1,32
	260	39	15,00
	1.153*	80	6,94
	462	50	10,82
	610	61	10,00
	877*	38	4,33

* Somados os valores das propriedades de um mesmo proprietário.

FONTE: Organizado pela autora (2012)

Conforme se verifica na Tabela 19, é possível afirmar que, no conjunto de propriedades de um mesmo entrevistado, as dimensões vão de 40 hectares, no município de Manoel Viana, a 10.000 hectares entre os municípios de Alegrete e Manoel Viana. Em números absolutos, a maior área arenizada nas propriedades dos colaboradores está no município de Quaraí, com um total de 210 hectares, e a menor área arenizada, conforme declarado pelos respondentes, está em São Francisco de Assis, tendo sido informado um valor inferior a um hectare. Desconsideram-se os dois proprietários que não souberam quantificar as áreas arenizadas em suas propriedades.

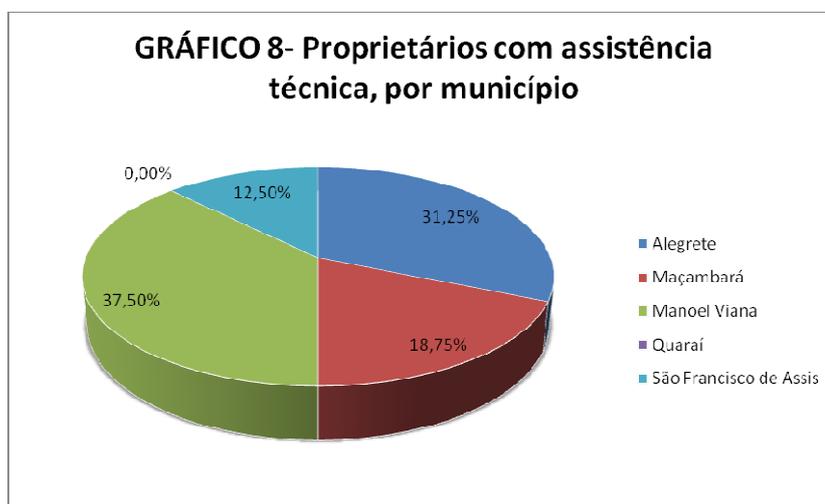
No município de Alegrete, as áreas arenizadas ocupam proporcionalmente valores que variam entre 0,94 e 21,43% do total das propriedades. A razão entre a maior e a menor propriedade neste município foi a maior entre os cinco investigados, representando 94,34 vezes.

Quaraí foi o município em que se verificou a menor razão entre a dimensão territorial das propriedades, 2,98 vezes. O município de Manoel Viana é o que apresentou a maior diferença entre a proporcionalidade das áreas arenizadas com o todo da propriedade, variando entre 2,50 e 53,13%, cuja razão entre a maior e a menor propriedade foi de 8 vezes.

No município de Maçambará, por sua vez, tem-se uma razão de 4,74 vezes entre a maior e a menor propriedade e uma variabilidade na proporção de arenização entre 2,96 e 19,74%. Finalmente, no município de São Francisco de Assis há uma variação entre 1,32 e 22,22% na proporção das áreas arenizadas pelo tamanho total das propriedades e uma razão de 26,2 vezes entre a maior e a menor propriedade.

O Gráfico 8 oferece a distribuição dos proprietários que declararam receber assistência técnica – seja particular, seja de órgãos como a EMATER –, no conjunto dos

entrevistados, por município, destacando o município de Manoel Viana, em que os proprietários afirmaram obter mais atendimento. Já no que se refere ao município de Quaraí, os respondentes manifestaram não receber ou possuir nenhuma forma de atendimento técnico especializado, ou ainda que não precisam deste atendimento.



FONTE: Organizado pela autora (2012)

Contudo, quando se observa os atendimentos por propriedade, em cada município, destaque para Maçambará, em que – no sentido oposto ao de Quaraí – todos os colaboradores declararam receber atendimento técnico. O Gráfico 9 apresenta a proporcionalidade de proprietários com assistência técnica, por município de origem. Destarte, retirados estes extremos, observa-se que 80% dos proprietários com terras no município de Alegrete, disseram possuir assistência técnica, seja ela particular, isto é, profissional contratado pelo próprio proprietário, seja através da EMATER. Diametralmente oposto ao que ocorre neste município, somente 20% dos colaboradores de São Francisco de Assis apontaram receber assistência técnica. No município de Manoel Viana 83% dos proprietários com imóveis informaram receber assistência técnica.

No que concerne aos colaboradores do município de Maçambará – que em sua totalidade declararam receber apoio técnico da EMATER –, é essencial que se diga que as entrevistas aconteceram na presença de um técnico deste órgão e de outro profissional da área ambiental, funcionário da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, e que isto pode ter contribuído para a intimidação e, conseqüentemente, para o receio do proprietário de manifestar-se livremente na presença destes profissionais, deixando de confessar, por exemplo, o medo de não vir a receber apoio no porvir. Todavia, considerando ter sido verificado o conhecimento que os profissionais possuíam sobre as áreas visitadas e o

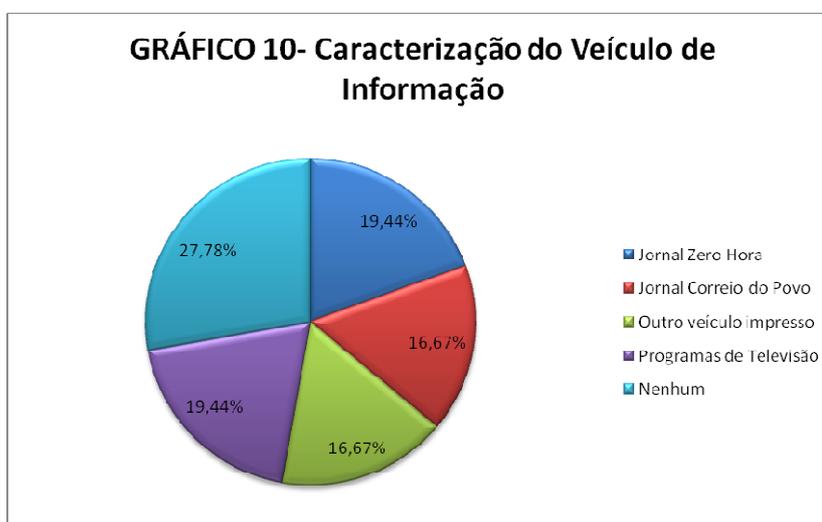
amistoso relacionamento que se estabelecia entre eles e os proprietários de terras, há grande possibilidade de as declarações prestadas serem corretas.

GRÁFICO 9 – Distribuição proporcional dos atendimentos técnicos por propriedades, por município



FONTE: Organizado pela autora (2012)

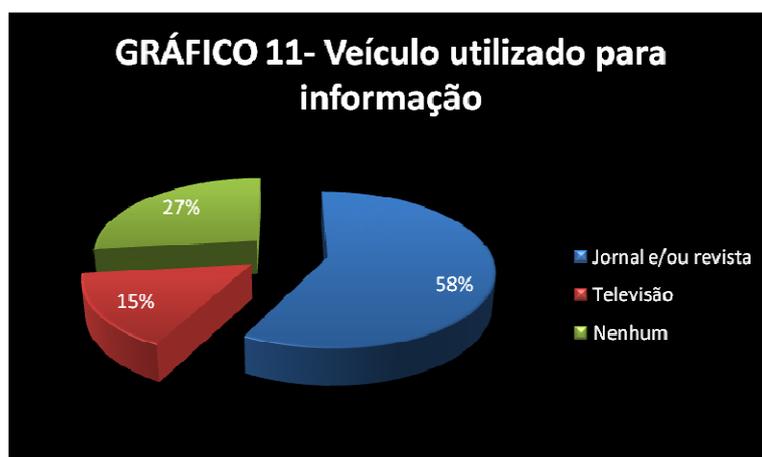
No que tange aos veículos midiáticos utilizados para obter informações, o Gráfico 10 exibe a proporção dos proprietários que se valem dos jornais ZH e CP, daqueles que utilizam outro veículo impresso, dos que assistem somente aos programas televisivos e daqueles que declararam nada ler e que não fizeram menção alguma a programas de TV.



FONTE: Organizado pela autora (2012)

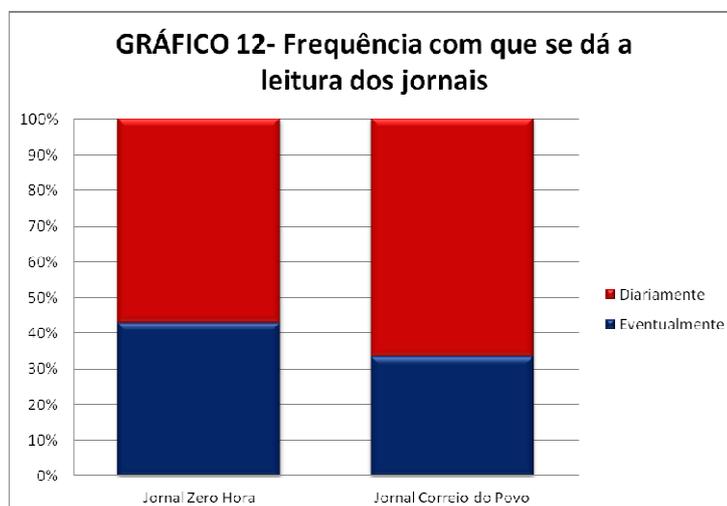
Os dados levantados permitem observar que a maior parte dos colaboradores declarou não utilizar forma alguma de informação midiática; ficaram empatados aqueles que afirmaram ler o jornal ZH ou somente assistir a programas de televisão. De menor expressão, mas na mesma proporção, estão tanto os entrevistados que declararam ler o CP quanto os que referiram a leitura de outros jornais locais ou de revistas técnicas.

Relevante destacar que alguns proprietários afirmaram ler mais de um veículo impresso, bem como assistir a programas de televisão específicos, o que muda o cenário, conforme demonstrado no Gráfico 11, quando se trata de quantificar os proprietários que leem algum jornal ou revista técnica, independente de também assistirem a algum programa televisivo, aqueles que nada leem, e os que somente declararam assistir televisão. Tabular as informações a partir dos dados jornal, TV e nenhum veículo, como realizado neste gráfico, permitiu verificar que a maior parte dos entrevistados se vale de, pelo menos, um instrumento para sua informação, prevalecendo a leitura de algum jornal e/ou revista técnica, e que menos de 1/3 dos entrevistados confessou nada ler e não assistir a nenhum programa informativo pela televisão.



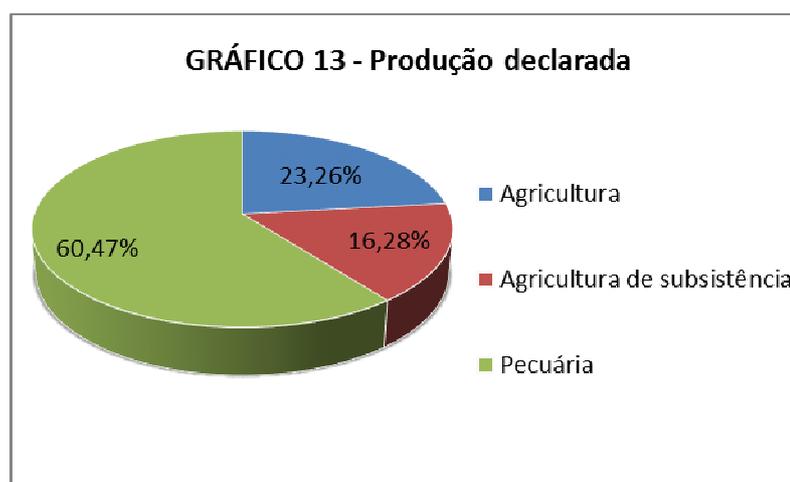
FONTE: Organizado pela autora (2012)

Quanto à frequência com que ocorre a leitura dos jornais citados, o Gráfico 12 evidencia maior frequência diária para o CP. Os que declararam leitura eventual, é o jornal ZH que apresenta proporção levemente superior.



FONTE: Organizado pela autora (2012)

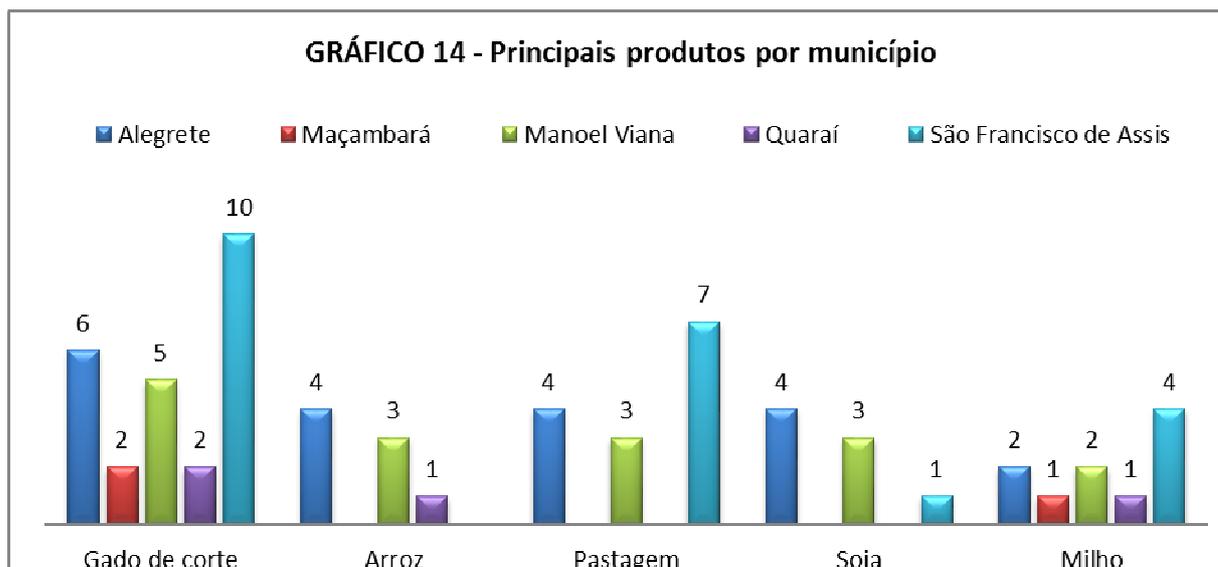
Já no que se refere às atividades desenvolvidas pelos colaboradores em suas terras, há o predomínio da pecuária sobre a agricultura. A atividade pastoril foi citada por todos os entrevistados, reflexo da vocação genuína da Campanha. Todavia, são possíveis algumas inferências a partir do Gráfico 13, no qual se verifica, além da preponderância da pecuária, que a agricultura comercial pouco excede a de subsistência. Mais adiante, quando da análise das entrevistas, entende-se a predominância da pecuária sobre a agricultura, assim como os diversos tipos de lavoura declarados como plantio servem de pastagem para o gado.



FONTE: Organizado pela autora (2012)

No momento das entrevistas, ao indagar aos proprietários sobre a produção de suas terras, foram nomeados os subsetores agricultura, pecuária e silvicultura. Entretanto, nenhum deles declarou a atividade florestal, ainda que muitos tenham mostrado os campos com florestamento de eucaliptos, outros ressaltado a parceria com a empresa multinacional de celulose, a Stora Enso, ou ainda justificado haverem plantado a exótica como alternativa em suas tentativas de “correção” das áreas arenizadas. Isto explica por que os proprietários não veem neste plantio a sua principal atividade econômica.

Nas entrevistas, os principais produtos agrícolas para uso comercial foram o arroz e a soja. Para pastagem, aveia, sorgo, milhete e azevém. Os proprietários declararam ainda produzir milho, trigo, pêssegos, feijão, melancia, mandioca e hortaliças. Quanto aos animais de criação, a predominância absoluta é de bovinos para corte, produção de leite e de matrizes, seguido dos ovinos, em menor proporção, e uma menção aos bufalinos. Foi ressaltada ainda a criação de chinchilas, para a venda da pele, e a criação de peixes, para consumo comercial regional. O Gráfico 14 apresenta os principais produtos indicados pelos colaboradores, conforme os municípios pesquisados.



Observa-se, na leitura do Gráfico 14, que somente o gado de corte e o milho estão presentes em todos os municípios. Dentre os demais produtos cultivados pelos respondentes no município de Alegrete, destaque para a pastagem e o arroz. Os proprietários em Manoel Viana diversificam mais, destacando-se o arroz, a pastagem e soja. Em Quaraí, consta ainda o plantio de arroz e, em São Francisco de Assis, as pastagens merecem destaque.

Na tentativa de estabelecer um padrão nas respostas oferecidas pelos entrevistados, foi realizado o cruzamento de alguns dados, como escolaridade, município, terem ou não acesso à assistência técnica e as três palavras ou expressões mais citadas em seus discursos.

No que diz respeito ao levantamento e tabulação, por município, das palavras que, na sua totalidade ou em sua maioria, se repetem, o Quadro 1 demonstra que o destaque recai no vocábulo *areia*, que foi citado por todos os entrevistados e que, portanto, se faz presente na comparação por municípios. A palavra *eucalipto* também adquire relevância, tendo sido o outro vocábulo fortemente enunciado pelos depoentes, o que se reflete quando se analisa sua frequência por município. Foi em Maçambará que se encontrou o maior número de palavras-padrão, num total de oito, quiçá explicado pelo fato de ser o único município em que todos os entrevistados declararam possuir assistência técnica regular em suas propriedades. Apesar de se ter considerado *barroca* e *voçoroca* palavras diferentes no quadro geral de palavras-padrão (Apêndice F), aqui elas foram aglutinadas pelo fato de remeterem à mesma ideia, no contexto da fala dos respondentes. Já no quadro

geral, elas permaneceram separadas, pois pode haver relação entre seu emprego e o nível de escolaridade do entrevistado.

QUADRO 1 – Relação das principais palavras-padrão por município

Municípios	Quaraí	São Francisco de Assis	Maçambará	Alegrete	Manoel Viana
Palavras padrão					
areia	X	X	X	X	X
eucalipto	X	X	X	X	X
plantio	X				
mancha		X	X		
deserto			X		
natureza			X		
problema			X		
recuperação			X		
barroca/voçoroca			X	X	X
Alegrete				X	
vento				X	X

FONTE: Organizado pela autora (2013)

Contudo, quando se dispõe das palavras mais enunciadas entre o conjunto dos respondentes e se combina tal informação com a proporção dos depoentes por município, gera-se a Tabela 20. O que se observa com isto é que a ocorrência por município (Quadro 1) não condiz, em sua totalidade, com as enunciações por entrevistado, por município, isto é, *areal*, *plantio de eucaliptos* e *erosão* – que estão entre as palavras mais citadas pelos colaboradores –, na análise do conjunto dos municípios, não se destacam como elemento em comum entre eles.

TABELA 20 – Relação das palavras-padrão mais enunciadas e proporção de entrevistados por municípios que as enunciaram

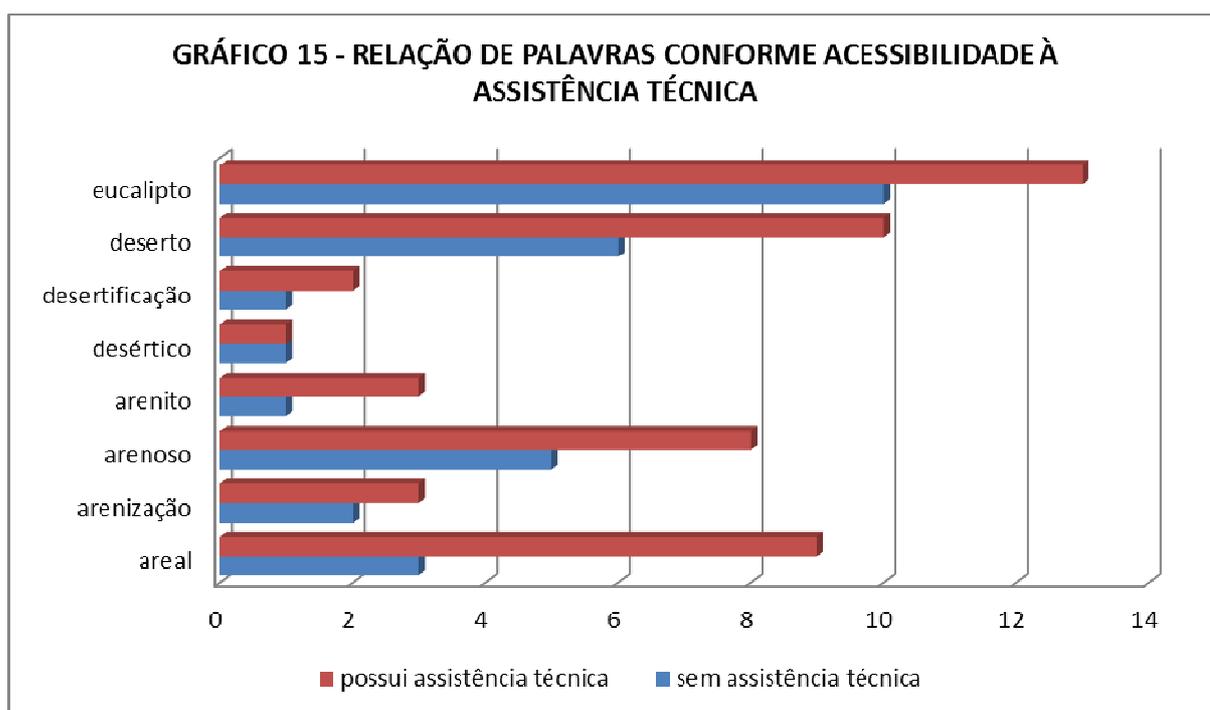
Palavras-padrão	Total enunciado	Quaraí (%)	São Francisco de Assis (%)	Maçambará (%)	Alegrete (%)	Manoel Viana (%)
areia(s)	331	100	100	100	100	100
eucalipto	160	100	90	100	100	85,7
voçoroca(s)/boçoroca	94	50	80	100	85,7	100
areal(is)	90	50	40	66,7	42,9	57,1
(re)florestamento/ (re)florestar/ plantio(ar)	87	100	60	33,3	71,4	57,1
deserto	84	50	60	100	57,1	57,1
recuperação	79	50	50	100	71,4	71,4
vento		50	70	66,7	85,7	85,7
mancha (arenização/areia)	67	50	80	100	57,1	71,4
erosão/erodir/erosivo	64	50	60	33,3	57,1	28,6
problema	49	50	60	100	57,1	57,1

FONTE: Organizado pela autora (2013)

Das palavras mais enunciadas no conjunto, quando analisadas por município, a que obteve menor expressão – inferior a 50% – em São Francisco de Assis e Alegrete foi somente o vocábulo *areal*; em Maçambará, *erosão* e *plantio*, no sentido de reflorestamento; em Manoel Viana, a palavra *erosão*. Das cinco localidades estudadas, considerando os dados que constam na Tabela 20, as duas que mais convergem são Alegrete e Manoel Viana, talvez por concentrarem o maior número de entrevistados com propriedades nestes dois municípios, mas também porque o nível de assistência técnica entre os proprietários com terras ali é muito próximo de, respectivamente, 80% e 83%, conforme havia sido apresentado no Gráfico 9.

Maçambará foi o município em que se encontrou mais palavras-padrão enunciadas na totalidade dos entrevistados, contabilizando 7 das 11 palavras mais lembradas nas entrevistas, o que pode ser um reflexo do trabalho desenvolvido pelos técnicos da EMATER, posto que este foi o único município em que 100% dos depoentes declararam ter atendimento técnico.

Ao se considerar o acesso à assistência técnica, para produzir o Gráfico 15, agregou-se palavras que remetem à mesma ideia, como *areal*, *arenização*, *arenoso* e *arenito*, bem como *desértico*, *desertificação* e *deserto*. Foi incluído também o vocábulo *eucalipto*, por ter sido a segunda palavra mais frequente no conjunto dos respondentes.



FONTE: Organizado pela autora (2013)

O que é possível observar, a partir do Gráfico 15, é que foram assíduas as menções ao *eucalipto*, com destaque para os que receberam assistência técnica. Este gráfico não quantifica a frequência com que estas palavras foram enunciadas, mas o número de entrevistados, divididos proprietários que possuem e que não possuem assistência técnica. Os atendidos por técnicos empregam, indiscriminadamente, tanto as palavras que remetem à *areal* quanto a *deserto*. Já os entrevistados que não possuem assistência técnica apresentam mais a identificação com *deserto* do que com *areal*, apesar de utilizarem significativamente a palavra *arenoso*.

No tocante à escolha pelo plantio de eucaliptos, especialmente nas áreas arenizadas, não é possível associar a existência ou não de assistência técnica, bem como a leitura de algum jornal ou mesmo revista, apesar de se verificar menor menção na fala daqueles que nada leem. Entretanto, isto não se liga à leitura de jornais, pois assim como há proprietários que não leem nenhum tipo de jornal ou revista técnica e nada mencionaram, em momento algum, sobre o plantio de eucaliptos, também há aqueles que não leem, mas aludiram dezenas de vezes ao eucalipto e ao seu plantio.

Considerando a representatividade das áreas arenizadas na totalidade das propriedades, dos 7 proprietários com um comprometimento de área superior a 15%, seis falaram muito em eucaliptos, em comparação com aqueles entrevistados em cujas terras as áreas arenizadas se apresentam em proporção pequena, o que demonstra, efetivamente, a preocupação daqueles que, proporcionalmente menos campo possuem por conta da arenização, em encontrar uma alternativa – sendo esta sempre pela via econômica, e não ambiental – para tornar estes pedaços de campo produtivos.

Pela quantificação das palavras e expressões, se consegue chegar ao núcleo das representações sociais (SÁ, 1996), cuja ausência, na composição de um elemento ou expressão, ocasionaria a desestrutura da representação ou mesmo a perda de sua significação, conforme se analisa a seguir.

4.2 O NÚCLEO CENTRAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A partir da frequência das palavras citadas pelos respondentes, pode-se chegar ao núcleo central de uma representação social. Esta técnica não é a mais usual, por ser mais estática e quantitativa, razão pela qual aqui é apenas mais um dos instrumentos de reflexão, mas nem de perto o mais importante.

Para esta análise, foi utilizada como base a sequência de palavras-chave empregada na análise das matérias jornalísticas. À medida que a audição das entrevistas foi se dando, outras palavras que apareceram no discurso dos respondentes foram sendo acrescentadas a esta tabela.

Descontadas as palavras citadas por somente um entrevistado e com frequência inferior a quatro unidades, restaram 55 palavras (Apêndice F). Entende-se que, se um respondente expressa mais de cinco vezes em seu discurso a mesma palavra, é por que esta é um significante em sua fala. Cabe lembrar que a duração máxima dos diálogos entre a pesquisadora e os depoentes foi de 85 minutos. Portanto, se durante uma conversa de pouco mais de uma hora, o entrevistado recorreu, mais de cinco vezes, à mesma palavra e que esta não é central para o que está sendo indagado – como *areal*, *deserto*, *areia*, *eucalipto*, por exemplo –, é sinal de que há algo mais por trás de um simples vocábulo.

Considerando o número de entrevistados, a palavra *areia* não só foi a única citada por todos, como foi a de maior frequência. Acredita-se que isto se explica pelo fato de que é o mais visível e físico, no que toca ao processo de arenização; são as areias, em última instância, o que se faz presente nas áreas em estudo.

A segunda palavra mais utilizada pelo total dos respondentes foi *eucalipto*, não tendo sido pronunciada por somente três deles. Considerando que foram ouvidos 26 sujeitos, é possível distribuir as palavras pela quantidade daqueles que as citaram. Para tanto, se dividiu em igual ou menor do que 12 entrevistados por palavra e igual ou superior a 13, caracterizando 50% ou mais dos pesquisados pronunciando dada palavra, como segue no Quadro 2.

QUADRO 2 – Frequência média das palavras-padrão por citação, conforme número de entrevistados

≥ 12 sujeitos	≤ 13 sujeitos
areal (12*)	areia (26)
erosão (12)	eucalipto (23)
São Francisco de Assis (10)	vento (19)
Stora Enso (9)	voçoroca (18)
Alegrete (8)	mancha (areia) (18)
buraco (8)	deserto (16)
degradação (solo) (8)	problema (16)
dunas (8)	recuperação (16)
natureza (8)	plantio (15)
barroca (7)	arenoso (13)
Maçambará (6)	
Manoel Viana (6)	
mau uso (6)	
Quarai (6)	
ambiente(al) (5)	
arenização (5)	
arenito (4)	
frágil(solo) (4)	
composto (matéria) orgânico(a) (3)	
conservação (solo) (3)	
desertificação (3)	
Dirce Suertegaray (3)	
fronteira (oeste) (3)	
queimar/queimada (3)	
Santana do Livramento (3)	
assoreamento (2)	
Cacequi (2)	
calçar (2)	
descaso/desinteresse (2)	
desértica (2)	
estiagem (2)	
incentivo (subsídio) (2)	
Itaqui (2)	
movimento (areias) (2)	
paisagem (2)	
Rosário do Sul (2)	
Santiago (2)	
São Borja (2)	
solo pobre (2)	
ecossistema (1)	
estabilizar (1)	
identidade (1)	
lugar (1)	
talude (1)	

* Entre parênteses a quantidade de respondentes que citaram determinada palavra.

FONTE: Organizado pela autora (2013)

Quanto às palavras que apresentam significativa frequência, mas foram mencionadas por somente um respondente, tem-se *ecossistema*, mencionada 17 vezes, *estabilizar*, enunciada oito vezes, *identidade*, cinco, e *lugar*, oito vezes. Estas palavras foram destacadas em uma entrevista de 55 minutos. A outra palavra foi *talude*, pronunciada cinco vezes em um diálogo de 37 minutos.

Aspecto interessante é a utilização de outras denominações do senso comum para palavras científicas, como *barroca(s)*, *buraco* e *valo*, utilizadas, respectivamente, por sete, oito e onze entrevistados para mencionar *voçoroca*. Considerando o sentido empregado, eleva-se para 162 a frequência desta ideia e para o total de 23 entrevistados, dos 26 totais, passando a ocupar mesma importância que a menção ao *eucalipto*, em termos de sujeitos falando sobre este ideário.

Considerando palavras de mesma origem, tem-se para *areal*, *arenização*, *arenoso(a)*, *arenito* e *areia* um total de 505 menções entre os 26 entrevistados. Já para as palavras *desértico*, *desertificação* e *deserto*, foram 97 citações, nas falas de 17 depoentes.

Não menos importante, merece ressalva a palavra *erosão*, enunciada 64 vezes por 12 respondentes, uma vez que tanto foi empregada como sinônimo de *voçoroca* quanto de *areal*, tratando-se de um modo particular para generalizar as áreas arenizadas, vistas nesta acepção a partir de um processo de desagregação, de desgaste do terreno.

Pensando no tema proposto nas entrevistas, isto é, que os proprietários refletissem sobre o processo de arenização existente no sudoeste do estado do Rio Grande do Sul, e ao se considerar os diferentes instrumentos utilizados para que eles se expressassem, ou seja, entrevista que congregou perguntas fechadas, associação de palavras e técnica projetiva, se constrói como núcleo das representações sociais os Quadros 3 e 4, cuja leitura das diagonais indica quais palavras são periféricas à representação: no quadrante superior à esquerda, tem-se a palavra mais citada; no quadrante direito inferior, a menos lembrada. Os quadrantes superior direito e inferior esquerdo são considerados transversais às representações, ou seja, neles constam as palavras que perpassam a representação, que dizem respeito e que fazem menção à ideia construída. O quadrante superior à esquerda é o núcleo das representações sociais.

Comparando as duas figuras, o vocábulo *areia* é o núcleo central, seja quando se compara o total de respondentes que a mencionaram (Quadro 3), seja quando se contabiliza a frequência com que esta palavra foi evocada (Quadro 4).

QUADRO 3 – Dispersão das palavras evocadas por frequência de respondentes

areia		eucalipto	São Francisco de Assis
		vento	Stora Enso
		mancha	Alegrete
		voçoroca	buraco
		deserto	degradação
		problema	dunas
		recuperação	natureza
		plantio	barroca
		arenoso	Maçambará
		areal	Manoel Viana
		erosão	Quaraí
		valo	mau uso
ambiente	calçar	ecossistema estabilizar identidade lugar talude	
arenização	descaso/desinteresse		
arenito	desértico		
frágil	estiagem		
conservação do solo	incentivo		
matéria orgânica	Itaqui		
desertificação	movimento		
Dirce Suertegaray	paisagem		
fronteira (oeste)	Rosário do Sul		
queimada	Santiago		
Santana do Livramento	São Borja		
assoreamento	solo pobre		
Cacequi			

FONTE: Organizado pela autora (2013)

QUADRO 4 – Dispersão das palavras por frequência de evocação

areia		eucalipto	arenoso
		voçoroca	Alegrete
		areal	dunas
		plantio	degradação
		deserto	Stora Enso
		recuperação/reversão	queimada
		vento	fragilidade do solo
		mancha	barro
		problema	arenito
		calçar	natureza
		valo	ambiente
		arenização	ecossistema
Maçambará	identidade	descaso/desinteresse São Borja	
São Francisco de Assis	incentivo		
mau uso	solo pobre		
buraco	talude		
Manoel Viana	Cacequi		
Dirce Suertegaray	fronteira (oeste)		
desertificação	movimento		
lugar	Santiago		
estabilizar	assoreamento		
matéria orgânica	conservação do solo		
paisagem	desértico		
Quaraí	estiagem		
Itaqui	Rosário do Sul		
Santana do Livramento			

FONTE: Organizado pela autora (2013)

Agora, o que interessa é refletir sobre a transversalidade da fala, ou seja, o que perpassa o núcleo das representações sociais. Fez-se presente nas entrevistas, os nomes dos municípios que apresentam arenização – lembrados ora pela semelhança, ora pela gravidade com que consideram o estado dos areais ou voçorocas – e a localização mais genérica, como na *fronteira oeste*; assim como palavras e expressões que remetem ao fenômeno – *erosão, valo, barroca e buraco* – quando queriam fazer referência às voçorocas; *dunas, mancha, deserto, arenoso, arenização, desertificação*, quando se referiam ao areal, que, como demonstrado, foi amplamente lembrado como *areia*.

Quando o assunto era a origem da arenização foram feitas menções à natureza, ao vento, ao mau uso do solo, às queimadas, à fragilidade do solo e ao ambiente. Foram identificadas causas naturais, como a ação do vento e a própria fragilidade do solo, mas também destacado o solo frágil, associado ao mau uso, como o pisoteio do gado, as queimadas, a sobrecarga de gado por hectare. Estas questões remetem ao fator econômico, preocupação primaz que se fez presente em todas as falas, através de diferentes expressões, o que ajuda a entender a utilização da palavra problema, pois o solo inutilizável por conta dos areais, ravinas e voçorocas, é um impeditivo econômico. Interessante ainda destacar que o descaso dos proprietários também foi lembrado como explicação para o processo de arenização.

Diante da fragilidade do solo, foi por vezes mencionada a necessidade de sua conservação.

Ao serem indagados sobre se faziam algo para controlar o avanço dos areais e voçorocas, o plantio de eucalipto foi amplamente abordado, ao ponto inclusive de 23 dos 26 entrevistados terem feito menção a este cultivo. Falar em eucaliptos remeteu à empresa Stora Enso, que esteve movimentando negócios na fronteira oeste, com a compra de propriedades, mesmo as com terras arenizadas, para a implantação de um megaempreendimento multinacional de papel e celulose.

Outros entrevistados, ao contarem suas experiências, destacaram diferentes formas de contenção das voçorocas: para descrever a utilização de material orgânico para barrar o avanço, foi amplamente empregada a expressão *calçar com bolsas*, especialmente por um dos respondentes; já para referir a estabilização do processo erosivo através da abertura da voçoroca, a palavra *estabilizar* se fez presente. A *quebra de talude* também foi mencionada como ação para frear o avanço das voçorocas, tendo sido realizado com a utilização de

máquinas que retiravam terra na superfície, aterrando a voçoroca. Alguns ainda explicaram que realizaram curvas de nível para melhor nivelar o terreno após a cobertura realizada nas voçorocas, deixando-as em forma de coxilha.

A palavra *degradada/degradação* foi aplicada tanto como consequência do mau uso, quanto como justificativa seja para o descaso de alguns proprietários, que nada fazem para minimizar a situação, seja para o uso inadequado do solo, numa explicação tautológica. O descaso foi apontado especialmente entre os que assim se reconhecem ou mesmo generalizam como prática dos demais, porque não realizam ação para mitigar a arenização.

4.3 A ENUNCIÇÃO A PARTIR DA TÉCNICA DA ASSOCIAÇÃO LIVRE

Este subcapítulo aborda analiticamente as palavras mencionadas pelos depoentes que lhes remetiam aos areais e que emergiram com a técnica da associação livre, bem como o conteúdo latente presente nestas falas. Foi possível categorizar, a partir do enunciado pelos entrevistados, seis tipos de representações sociais: *físico-ambiental*, *sentimental*, *econômico*, *fatalista*, *temporal* e *prática*, conforme consta no Quadro 5.

Entretanto alguns respondentes (10; 14; 15; 17; 18 e 22) não conseguiram elencar uma palavra ou expressão que lhes remetesse às áreas arenizadas e – apesar da constância em reformular a questão, repetida sempre três vezes – insistiam em falar das terras, das dificuldades, do que buscavam fazer, ou então, quando eram terras da família, contar sobre como era no tempo do pai, etc.

QUADRO 5 – Categorias das palavras enunciadas

Físico-ambiental	Sentimental	Econômica	Fatalista	Temporal	Prática
<ul style="list-style-type: none"> • deserto • areal • areias • cômodo de areia • sanga de areia • areia movediça • natureza • degradação (ambiental) • ausência de vida • biodiversidade • campo fraco 	<ul style="list-style-type: none"> • gostoso • não faz diferença • relaxamento • descuido • medo de aumentar • esperança de vencer 	<ul style="list-style-type: none"> • economia • fator econômico • terra improdutiva • custo para arrumar • despesa para recuperação • procurar solução • prejuízo • oportunidade • não produz 	<ul style="list-style-type: none"> • sem solução • perda de solo • fim da terra • destruição • área perdida • mau uso • manejo (inadequado) • descaso 	<ul style="list-style-type: none"> • futuro (piorará; o que será?) • tempo • chuva 	<ul style="list-style-type: none"> • calçar com bolsa de areia • super utilização da área • cercar com capim anoni • plantar grama • correção do solo • esforço de fazer o serviço • contenção

FONTE: Organizado pela autora (2013)

4.3.1 Categoria Físico-ambiental

Encontram-se na categoria físico-ambiental as palavras ou expressões que se relacionam ao aspecto físico – como *deserto, areal, areia* – e ao aspecto natural – como *ausência de vida, biodiversidade, campo fraco*, etc.

A menção a deserto surge num contexto em que o proprietário recorre a uma situação mais visual do que propriamente físico-climática, isto é, resulta muito mais pela identificação do montante de areia, do que uma condição do tipo desértico, conforme o depoimento a seguir:

Assim ó, a imagem, eu respondendo, ou seja, procurando, a gente tem todo um trabalho mental, construído desde o processo de educação e coisa, que a gente vê areias, ãã..., vê uma área grande de areia e a gente acostumou a associar essa, essa identidade visual com a palavra deserto, porque, porque digamos assim, *todos os desertos no primeiro mundo, todos os grandes desertos do..., desde a África*, desde, coisa, é identificado como areia, então, *grandes extensões de areia é deserto*. [...] Então, acho é simplesmente isso, é um vício né, pelo que..., pela importação de um ecossistema, de uma realidade que lá é assim e a gente acaba trazendo, tentando replicar aquilo aqui, mas é diferente, outro ecossistema, é outra situação, não é deserto, é arenização (Respondente 1)¹⁸³.

Interessante observar que, após a explicação deste entrevistado de que conhece a denominação adequada, propôs que fossem invertidas a ordem das duas palavras enunciadas, propondo deixar a palavra areal anterior à deserto, como se assim tivesse proferido inicialmente. Areal foi enunciado por conta do nome do lugar e houve alusão a areias, justificando esta última palavra a partir de um esforço para enunciar uma terceira palavra, mas, em seguida, este respondente argumenta que o nome do potreiro é *as areias* e explica que esta escolha se dá por ser o que ali se encontra, no areal há muita areia.

A palavra deserto esteve longe de ser unanimidade na enunciação, entretanto, como visto no subcapítulo 4.2, foi significativamente mencionada no decorrer do discurso dos entrevistados, muito mais por assemelhar-se, visualmente, a uma situação de muita areia e pouca ou nenhuma cobertura vegetal, do que efetivamente a partir do entendimento conceitual do que seja um deserto.

¹⁸³ O grifo indica as ênfases apresentadas nas falas dos entrevistados. A transcrição é literal, respeitando, portanto a forma como o depoente se expressa. Reticências indicam pausa na fala do interlocutor. O número identifica o entrevistado. A partir deste momento, será apenas indicado, entre parênteses, o número correspondente ao respondente.

Outro tipo de deserto também aparece nestas explicações, como:

Ausência de vida também. Não tô muito errado não. [...] Mas não tem nada lá, tu bota braquiária não nasce, tu bota, *nem o anoni* eu vejo nascer (7).

Deserto. [...] Deserto é um lugar só de areia, sem vida (20).

Houve quem tentasse desenvolver uma resposta próxima ao conhecimento científico, buscando expressões fora do senso comum, conforme se observa no fragmento a seguir:

Um areal *sob o meu ponto de vista* é uma *ãã...*, um ambiente, ou um solo, um ecossistema, onde o substrato, o substrato, *o solo* é de origem de arenito, o fato de ser de origem de arenito faz com que ele tenha baixa retenção de umidade, e baixa, pobre quimicamente, ou seja, no que se refere para as plantas poderem povoar esse ecossistema, as plantas tem mais dificuldade de povoar esses ecossistemas. E então, é um ecossistema sem dúvida nenhum frágil, no sentido de uso da..., baixa retenção de umidade, pela dificuldade das plantas às vezes se fixarem e tudo mais, então numa região aonde as frequências das chuvas são bem variáveis, onde a intensidade do sol é alta e tu associando aí um ecossistema frágil aparece essas manchas que são manchas de onde não existe vegetação provavelmente por algum histórico e, digamos assim, de pobreza química, *aquela rocha matriz que originou aquele pedaço é quimicamente mais pobre do que a outra*, então é a minha leitura, digamos assim, do que é hoje um areal (1).

Mas também foram lembradas palavras ou expressões que, de certa forma, denunciam o estado erosivo da arenização, como no seguinte caso:

Degradação ambiental é o que seria a interferência do homem no sentido de piorar as condições do ambiente... intervenção humana piorando as condições ambientais pra existência (3).

A natureza igualmente foi lembrada, pois

[...] parte dela é indomável. Eu acho que se não tivesse o homem aqui, talvez ela, o processo mais lento, mas seria assim. E um dia, sei lá, quanto tempo iria acontecer. Por que eu olho, observo muito na ravina né. Nasce lá de um cerro, não tem gado, mas como é que consegue, aquela coisa se forma lá no meio das pedras. Não tem gado, nunca ninguém interferiu ali, não tem como interferi né! Como que ela brota ali? Será que não é a natureza que é para ser assim mesmo? (5);

Biodiversidade. [...] Por causa disso, até por causa... (23).

Outro aspecto que chama atenção é a menção à condição física do areal, aquilo que efetivamente se enxerga, ou seja, areia e todos os seus derivativos, como ocorre nas seguintes falas:

Cômoro de areia. [...] Cômoro. É um monte de areia né. É um monte de areia, que aquilo ali, conforme o vento, fica pra lá, reforça mais lá, se aquece aqui, quando

vem o vento vira pra cá, o vento leva. A areia movediça¹⁸⁴. [...] Não era tratado assim lá, naquelas areias, naquelas sangas de areia. O meu campo em verdade não era muita, muita, um campo que é arenoso total dele. Mas o campo é arenoso, mas tem pastagem. Quando eu comprei aquele campo não existia, não tinha por falta de manejo e por falta de, de, de alguém que se interessasse em diminuir aquilo né. Mas aí eu comprei, fui e fui adaptando algumas pastagens, dividindo em pequena invernada e plantando grama como pangola, braquiária. Eu tenho uma parte de braquiária muito bonita. Mas eu fazia parêlo né! (8);

Areia. Olha por que acabei, eu vim fazer a minha profissão aqui e como agrônomo eu vim para no meio desses areais e *areia né*, eu trabalhei muito com areia, inclusive nos solos. Aí, *por quê que areia me remete a areal*, né? Por que tem um monte de areia no areal né! (23).

A fragilidade do solo esteve associada à forma como a terra foi trabalhada, ao manejo, como está representada na enunciação que se segue

Campo fraco. Me parece campo fraco. Campo muito fraco. Mau manejo. Foi mau manejado antigamente. Quando nós fomos lá, não tinha esse mato de eucalipto e tava forte o deserto, vinha de lá da parte de cima, do norte e, bá as tempestade começam agora em agosto com os vento norte, *barbaridade*, é um areal, aqueles dias de vento forte, se tu olha no horizonte assim pro lado da areia vê aquela nuvenzinha assim de areia. A gente não percebe, mas como espalha, aí nós plantamos uma faixa de eucalipto bem no nosso limite do campo, e fizemos, antes da cerca, passou-se 1 ou 2 anos, 3 anos, não sei lhe dizer bem certo, mas aquela cerca já estava quase tapada, por causa da areia, teve que ser feita outra cerca por cima daquela, mas a areia passava da cerca e terminava por causa do eucalipto. Conter. Foi pra isso. A função principal era isso, conter essa areia que vinha de lá e ela conteve, senão acho que taria na metade do campo hoje, tapado de areia. Conteve (21).

4.3.2 Categoria Sentimental

Nesta categoria, enquadram-se palavras ou expressões que remetem à afeição, consciência e nostalgia:

Não me deixa recordação. Das areias não... *É gostoso*, quem gosta de andar lá. Mas não me faz diferença. [...] *Ali é lindo* (2);

Medo de aumentar, mas agora com este mato tá fechando. Olha eu tenho uma série de preocupação com a fazenda que até tento incuti com os empregado lá, eu, eu não gosto que atirem lixo no chão, por causa que eu tenho o meu filho, por que hoje em dia a conscientização do povo é horrível, nem tão aí né, então a minha preocupação maior é essa, eu quero ter uma maior produtividade com menos agressão com a natureza. É essa a minha filosofia (25).

¹⁸⁴ Refere-se à areia que se move com o vento.

O que se observa no depoimento 25 é que além do sentimento sobre o fenômeno, há esperança de ver solucionada a arenização – solução, neste caso, creditada ao florestamento –, que vincula sua fala a um discurso ecologista.

Percebe-se, também, a expectativa de alguns nas suas falas, como por exemplo:

Esperança de vencer algum dia. [...] Vencer é uma coisa que a gente luta e acha que vai vencer a esperança em primeiro lugar é a força de Deus e vence, de vê aquilo ali bem feito, bem arrumado, bem calçado. E seguir trabalhando, não se *desesperança*, sabe, eu nunca me desesperancei. Eu achava que eu vencia e acho que venço por eu achá que aquilo ali tem futuro. Mais adiante eu vou ter futuro, agora, passado eu não tive, mas daqui em diante eu vou tê, se Deus quiser. Eu tinha sempre a esperança de que eu vencia e venço. E peço pra Deus tudo que eu pedia e tudo que me trazia na imaginação eu fui lutando. E digo não, quando eu vendi o gado e vim de lá, *ai meu Jesus, que coisa horrível isso aqui agora, o que vai sê de mim nesse areal?* Tirá o que daqui? E fui arrumando grama e fui plantando e cada chuva que chovia eu ia pra lá, não tinha nem sábado, nem domingo, nem de nada, era a hora de chuva, eu ia pra lá e plantava. Quanto mais lindo vinha, mais com esperança eu ficava. E aí me dava mais esperança de achá que eu vencia e convenci o que eu fiz lá. *Mas a gente tem que enfrentá.* Não é por que é um areal eu vô desisti. *É um areal eu não vou plantar? Não!* Eu achava que não. Achava que tinha que segui em frente. Eu não sei por que, eu sempre gostei de trabalhá e de plantá, sei lá e de adquiri e vê um campo feito, uma arrumação (4).

Neste depoimento, ainda há uma mescla de religiosidade – que credita a Deus sua capacidade de poder atingir o objetivo pelo qual se propõe lutar – e de pensamento filosófico, ao remeter ao tempo, fazendo um levantamento de sua vida e o que ainda tem pela frente. E isto tudo para explicar o que significava esperança de vencer.

Outras respostas reportam-se à identificação pessoal diante da área de arenização, isto é,

Relaxamento. [...] *Do proprietário*, por que relaxamento, o seguinte ó, tu vê a tua área assim ó, que a minha área são, são assim ó [mostra a 3ª imagem], eu podia botá um eucalipto, eu podia botá uma taquarera e não boto, porque acho que não vai render, então olho aquilo ali no campo, fico analisando, às vezes, um animal se escondendo ali, é só relaxamento meu. *Mas investir pra que também tchê!* (9).

Este depoente, por outro lado, comentou concordar com a observação, feita por um amigo, de que ele deveria ter capricho para cuidar de suas terras, pois assim não precisaria sair comprando mais campo, afinal de nada adianta ter quantidade, se não tiver qualidade.

4.3.3 Categoria Econômica

Aqui se encontram as palavras ou expressões que vinculam as áreas arenizadas à capacidade produtiva. Neste sentido, a enunciação encontrava-se atrelada à busca de solução para a improdutividade, como se constata nos casos a seguir:

A gente quer que produza né. Ali não produz (2);

Economia porque ãã, nosso modelo é um modelo de exploração, de enriquecimento, todo mundo busca riqueza né. E nossa forma de explorar o solo, o uso do solo, exatamente buscando tirar algum produto, né, que lhe gere riqueza. Então a economia voltada para a geração de riqueza interfere diretamente na qualidade do solo (3);

Uma ideia de, de prejuízo, por causa que a partir da hora que ela começa a crescê vem areia pra dentro do rio. Então é prejuízo pra todo mundo (13).

Segue o último dos três respondentes acima citados explicando que, com o avanço do areal assoreando o rio Puitã, este começou a mudar seu curso e a avançar para dentro de sua propriedade. Atualmente, ele possui terras do outro lado do rio, e não pode utilizá-las por que restou apenas areia.

Nesta categoria, encontram-se ainda palavras ou expressões que se ligam aos investimentos para recuperação das áreas arenizadas:

Fator econômico. Se o cara tivesse um, falta recurso para pequenas iniciativas de conter alguma coisa, falta dinheiro, os cara que tão nessas áreas, são pessoas descapitalizadas. Quem tá em cima de areia não tem cara de ser capitalizado (5);

Custos para arrumar. [...] Este é que é o problema, tchê! (9);

Despesa, despesa para recuperação, por que eu, foi vendido lá pra comprá terra pronta melhor, por que ela se tem recuperação, *mas tem despesa* em cima. Esse negócio da, da recuperação é só cercá na volta com eucalipto, com alve, cerca na volta que aí o centro fica abrigado e aí vai plantando de tudo, por que ali, a nossa areia lá, é uma terra produtiva, *só que tem despesa pra fazer ela produzi*, cercá na volta, com alve, com eucalipto no caso. [...] e depois o centro fica campo, e depois é só ajeitá. Mas tem despesa em cima (16).

Alguns entrevistados mencionaram que não se consegue financiamento para corrigir o solo; que o investimento é muito alto, que gostariam de poder fazer alguma ação para recuperar o solo, mas se queixam de estarem descapitalizados, como encontramos exposto, por exemplo, neste depoimento:

O que me vem à mente que procurarei uma solução porque a gente tem em mente, no caso, de fazer uma melhoria nessa parte, mas aí tranca no caso na falta

de, de, dinheiro, né, que a gente não tem, então precisaria fazê um levantamento, ver o que que é que precisaria pra melhorá. Sempre pensei em melhorá, mas aí não tem um, no caso, condições né, melhorá ela. [...] Lembra que no caso, degradação, que não sei se foi por culpa do homem ou da natureza. A gente fica preocupado, mas não tem condições de melhorá isto aí, porque não acha um meio de melhorá né, que sem condições de fazer... (12).

Inclusive, houve quem afirmou a necessidade de vender algumas vacas com o objetivo de comprar pastagem para tentar fechar os areais (11).

Mas ainda coube a esta categoria reflexões quanto à potencialidade da região, como na seguinte fala:

Oportunidade [...] por que eu vejo assim, que a região aqui ela é, como é que eu vou te dizer, o PIB da região é muito pobre, pobre. *Por que pobre?* Por que eu tô comparando com São Paulo, com Porto Alegre, com Pelotas né, até com Santa Vitória. Então, a média dos ingressos aqui do produto interno bruto, aqui é baixo comparado ao resto do estado, em relação a outras regiões. E eu vejo assim, que não adianta com esta paisagem, no momento histórico em que a gente vive hoje, tu não vai conseguir instalar indústria nenhuma aqui né, por que tem pouca energia elétrica, por que tem pouca estrada, tem pouca infraestrutura, longe do centro consumidor e tal (23).

Na sequência, este entrevistado teceu sua reflexão acerca da oportunidade, dizendo que a região tem aptidão natural agropastoril, tendo muito pouco a crescer e a agregar de valor e que, portanto, a saída econômica seria a instalação de uma grande empresa de florestamento, como a Stora Enso, com sua fábrica de papel e celulose, geraria *emprego pra todo mundo*, mas que isto caiu por terra em 2008, quando o preço do papel no mercado internacional foi ao chão, inviabilizando o empreendimento. Então, a oportunidade estaria vinculada ao ecoturismo, e mencionou o desfile Farroupilha, já que a entrevista foi concedida às vésperas do desfile. Falou em explorar um *turismo gaudério* para mostrar a tradição gauchesca, uma espécie de turismo *modus vivendi*, e a visitação às paisagens da região, entrando no circuito os areais, as voçorocas, a Ponte de Pedra, a *paisagem campeira*.

4.3.4 Categoria Fatalista

Nesta categoria, encontram-se palavras ou expressões que denotam explicações marcadas pela desventura, como nos casos em que houve referência à perda de solo:

Essa alteração, a, a, alteração que se dá quando por intervenção né, perdem as características fundamentais do solo, como textura, elementos orgânicos, a, a, enfim, a potencialidade que tem o solo para gerar né, é vida. Um solo vivo. Um solo que possa responder a sua função. Isso seria um excesso de degradação (3);

É o fim da terra. [...] Que ali eu não posso esperar nada. *Ali não cresce nada tchê!* (7);

Descaso. [...] Governamental (7);

Mas olha, aqui do lado [refere-se ao “Deserto” Puitã], ali, é *uma coisa sem solução*. É que nem essas duas áreas aí, que é uma areia, simplesmente areia, que pode cavocá talvez um metro pra baixo e não vai conseguir uma terra firme e aí não tem solução, pelo que eu sei desses eucaliptos aqui [referindo aos da Stora Enso], ali mesmo onde não veio, não veio eucalipto ali, cavocava um metro pra baixo e não desenvolveu e isso que eles subsolaram, colocaram fosfato lá embaixo, colocaram calcário e colocaram com adubo, e colocaram mais 4 coberturas de adubo e *não tem solução*, não tem proveito nenhum. Não vai desenvolver (13);

Uma área de campo que eu tenho, que *tá perdida*, que eu não aproveito *pra nada*. Área perdida é uma área que eu não tenho renda nenhuma em cima, é improdutiva (25).

O manejo inadequado também foi apontado em outras falas:

Mau uso consideravelmente incorreto, uso incorreto (6);

Descaso com a natureza, um desrespeito assim, porque aquilo ali começou foi com os fogo. Eu conheci isto aí desde pequeno. [...] Eu atribuo assim ó, a falta de informação..., achavam que tinha que ser tudo no fogo, faltava recurso, faltava orientação, por exemplo, *nóis não queimemo campo*. Esses dia um ainda me falou: *‘Mas por que tu não toca fogo nessas chirca aí, que tá aumentando?’* Disse *não, fogo não!* [...] Eu sou inimigo do fogo, fogo destrói (11);

Manejo é inadequado, tem de próprio (24).

Nestes depoimentos, observa-se o entendimento de que o uso inadequado do solo conduziu à destruição, como se não fosse possível reverter este quadro.

Ainda dentro da concepção do manejo inadequado, há uma fala que remete também à percepção da ausência de cuidado por parte dos proprietários anteriores:

Ah, a minha preocupação é assim ó, destruição..., destruição, despreocupação dos primeiros donos que não atacaram logo quando começou. [...] A destruição pra mim é uma pessoa que... não pensa em prosperar. Ele quer destruir o que tá feito. Ele não, ele não economiza, ele não leva em consideração o respeito, até com o outro..., com a vida, com a natureza, com a sociedade, com as famílias que estão se desestruturando, se destruindo tudo. Eu me preocupo muito e no meio rural, mais ainda (11).

Trata-se, como é dado constatar, de uma fala que vai da denúncia da ausência de cuidado dos antigos donos à relação interpessoal, passando pelo discurso ambientalista e familiar.

4.3.5 Categoria Temporal

Esta é a categoria em que se enquadram palavras ou expressões que remetem à hesitação, como ocorre no seguinte caso:

Primeira coisa é futuro, por que vai ser cada vez pior. Por que a gente não tem feito coisa pra melhorar. A gente não tem investido, justamente por causa dessa questão que a gente não sabe o que vai acontecer com este campo. A gente não tem investido no campo, daqui a pouco, a gente faz um investimento e os caras vão lá e *'a terra é meu, tá aqui o resto do dinheiro' e deu!*¹⁸⁵ A primeira coisa que eu penso é futuro, por que vai ser complicado (21).

A menção ao futuro é indicativa da preocupação quanto à condição de propriedade do campo, às questões econômicas e, conseqüentemente, ao investimento no campo, bem como da indecisão quanto a ser ou não possuidor das terras.

Mas há, também, alusão às condições atmosféricas ou ao tempo necessário para recuperar as áreas arenizadas, como nas seguintes falas:

Chuva, é a coisa mais básica (24);

Futuro, o quê que vai ser daquilo, por que... *Olha*, por que tudo hoje em dia a gente vê essas informações que não se preocupam com o meio ambiente né, e eu acho que lá fora é o que sustenta a cidade né. Agora tu imagina só se a gente não cuidar do nosso solo lá, *daonde sai tudo do solo né, o quê que vai vir pra cidade*, o quê que vai ser produzido? Então isso que é minha preocupação com o futuro. Imagina se ninguém toma providência, as areia aumentam mais, *vamos tirar o que de cima né?* (25).

A queixa quanto à irregularidade da precipitação – sob a alegação de que, em 10 anos, 7 seriam de estiagem, 2 de chuvas médias e 1 ano de chuva boa – relaciona-se à ideia de que, para Alegrete, necessariamente se torna essencial um sistema de irrigação para que não hajam perdas anuais na lavoura (24). Estes dois depoentes observaram que, nas áreas em que há bosques de eucaliptos, estaria chovendo mais e lamentam não ter dados estatísticos disponíveis para confirmar suas percepções. Com relação a esta observação, o depoente 26, que é agrônomo e presta assistência ao respondente 24, disse não ter dados numéricos que comprovem este aumento da regularidade, entretanto, não descarta a possibilidade de

¹⁸⁵ Este proprietário explicou que um pedaço da fazenda foi vendida para a empresa Stora Enso, que efetuou apenas parte do pagamento. A empresa nunca explorou as terras, não terminou de efetuar o pagamento e não mais entrou em contato com ele. A explicação que este depoente dá para a situação é que o pessoal da empresa teria se dado conta de que o campo possui butiás, que, por serem nativos, não podem ser cortados, vindo a perder interesse pela propriedade.

estarem corretos, pois a água consumida pela floresta retorna ao ambiente a partir da evapotranspiração, quando então realiza fotossíntese e, por conseguinte, agrega biomassa ao solo.

4.3.6 Categoria Prática

Esta categoria de representações sociais compreende a enunciação de ações diante do processo de arenização, como se percebe nos discursos a seguir elencados:

Tenho que calçá com bolsa de areia. Planta grama. [...] *Calçá é calçá tudo quanto é coisa que está desmoronando*, vai água abaixo, alguma coisa que tenha perigo, é calçá, seja com um galho, seja com bolsa, com resto de tauba véia, pedra. [...] Eu muito arrumei bolsa, bolsa de adubo, eu largava ali, ia enchendo, enchia 30, 40 numa tarde, mas eu enchia num lugar e deixava ali, vinha uma chuva, o que não deitava, arrastava, por que as erosão é de 2, 3 metro e por ai. Foi, foi, que elas tiveram que parar. Com a força de Deus elas tiveram que parar, porque foi gramando, foi gramando (4);

De conter, contenção, primeira coisa. Contenção pro meu entendimento, pro meu jeito é conter com, não deixar ela ir embora (6);

Eu penso até em cercá elas pra fazer algum escoramento da, da, da água né, por que aquilo faz é da água, o gado transita e aí começa a transitá e a água corre ali na estradinha do gado e aí faz a voçoroca. Isso aí tem que ser cercado, cercado pra fazê uma cobertura com uma taquarera, uma... Já tem algum lugar que eu tentei fazê isto e botá este capim anoni também, é muito bom pra escorá a água. [...] ele segura a água (19).

Estes depoimentos remetem às ações que estão sendo desenvolvidas – e ainda precisam ser concluídas – junto às voçorocas e aos areais, no município de São Francisco de Assis, como é possível observar nas Figuras 19, 20 e 21.

FIGURA 19 – Areal com cobertura vegetal



FIGURA 20 – Areal em início de semeadura



FIGURA 21 – Voçoroca revegetando a partir da contenção e sementeira



FOTOS: Rozalia Torres, São Francisco de Assis (2011)

Compõem ainda esta categoria, o conjunto de respostas que apresentam o empenho dos entrevistados junto às ações desenvolvidas nas áreas arenosas, como no seguinte depoimento:

Esforço da gente fazê o serviço, pensá e fazê o trabalho, eu acho. O cara se sente confortado. Só em contê uma erosão é uma, um grande feito eu acho, pra mim, *é a melhor coisa que pode ter*, não deixar continuar uma erosão. Ah fazendo aquele plantio... que a Sra. viu ali, com as gramínea, com as gramínea que se enquadram com aquele tipo que tem muitos que não, eu só tenho esta mindícula que se enquadrou, no mais, a que melhor deu certo e não precisa usá fertilizante. E a Sra. viu ali a formação daquele jeito, sem ter que usá fertilizante (6).

Esta fala ocorreu no campo, quando o depoente mostrava as áreas arenizadas que já haviam conseguido desenvolver uma cobertura, manifestando que ainda precisava de maior investimento e lamentando os 8 anos de erros para os últimos 12 de acertos.

Em meio ao relato do que ele desenvolve junto às áreas arenizadas, houve uma conversa cruzada para explicar o arrendamento, a aquisição de novas áreas e o retorno à ação, tudo isto entremeado pela queixa quanto à regularidade pluviométrica:

Correção do solo. *Olha eu considero tudo*, por que a hora que eu comecei a fazer análise de solo criteriosa com este agrônomo [26] e, *assim ó*, que na minha propriedade, que não é uma propriedade, mas até agora eu adquiri uma outra área, mas eu trabalhava com 470 hectares e, eu vi assim que eu tinha cento e poucos hectares, 150 hectares arenizados e que ali em cima não se produzia nada quase. Cheguei até a pensar uma época em vender, por que eu não conseguia produzir, o que eu plantava ali não vinha, não tinha jeito, nosso problema aqui é chuva. Eu acho que a primeira coisa de tudo aqui é a correção de solo e chuva (24).

Mas aqui também couberam respostas que, de certa forma, já indicam o que os entrevistados pensam sobre a origem do processo de arenização, o que não corresponde, necessariamente, com a explicação que tenham dado quando instigados a falar da gênese do processo de arenização, como no caso em que o proprietário declarou:

É, é superutilização da área. [...] Pastoreio intensivo, uso da agricultura de forma intensiva, né, sem o mínimo de controle de, tipo o nosso solo que teria que usar, usar com agricultura, que ele não é ideal pra agricultura, nosso solo arenoso, tinha que ser usado em cima de palhada, né, mas como a palhada é fator econômico, a pessoa que fazer lavoura de solo, planta aveia, tem de utilizar aveia, porque tem que fazer lucro em cima daquele pasto, aí quando planta a outra, não tem a cobertura, aí vai dar erosão e coisa e tal. E a pecuária parece assim, os meus vizinhos lá, ele tem um crescimento. Eu faço o contrário, eu trilha outro caminho. *Eu penso que o nosso crescimento é vertical e não horizontal. Os nossos vizinhos com as mesmas quantias de gado, cada vez necessita mais de área. O quê que está acontecendo?* Cada vez tem que comprar terra do vizinho porque... o gado que tem. Isso aí é superutilização da área. O campo não ressemeia, vai aumentado estes núcleos de arenização. E aí cai num círculo vicioso, não investe porque não ganha, e não ganha porque tu não investe. Não tem suporte econômico para reinvestir, não tem lucro e vai pega num círculo vicioso, cada vez essas áreas aumentam mais (5).

O crescimento vertical ao qual este depoente se refere diz respeito ao plantio de eucaliptos, amplamente defendido por ele. Na visita ao campo (Figura 22), fez questão de apresentar algumas propriedades da empresa Stora Enso, descrevendo o papel de contenção do areal que a floresta vem desenvolvendo, bem como mostrou as inúmeras espécies de outros vegetais que cresceram em meio ao eucaliptal, justificando ser infundado o discurso ambientalista que, contrário a esta exótica considerada agressiva, defende que onde há eucalipto nada mais se desenvolve.

FIGURA 22 – Eucaliptais em propriedade da Stora Enso



FOTO: Rozalia Torres, Km 328,5 da RST 377, São Francisco de Assis (2011)

4.4 INTERPRETAÇÃO A PARTIR DA TÉCNICA PROJETIVA

Como já apresentado anteriormente, fez parte da metodologia utilizada junto aos proprietários a apresentação de três imagens que visualmente apresentavam areia, sendo a primeira, areias em dunas de praia (Figura 23); a segunda, areias em um deserto (Figura 24); e a última, areias em um areal (Figura 25).

FIGURA 23 - Imagem 1: Duna em Cabo Frio/RJ



FONTE: <<http://www.inepac.rj.gov.br/modules/Guia/images/Dunas%20Cabo%20Frio%202.jpg>>, acessado em 03 mar 2008

FIGURA 24 – Imagem 2: Deserto do Atacama, Chile



FONTE: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Atacama1.jpg>>, acessado em 03 mar 2008

FIGURA 25 – Imagem 3: Areal em Quaraí/RS



FOTO: Rozalia Torres, 2005

Estas imagens foram apresentadas uma a uma, ou seja, a seguinte só era entregue ao entrevistado após este ter esgotado sua análise descritiva da fotografia que já tinha em mãos. As fotos não possuíam título nem legenda, somente a imagem a ser analisada.

Para distinguir das categorias enunciativas, assim denominadas por se tratar da classificação estabelecida após a enunciação das palavras, pelos entrevistados, na técnica da associação livre, neste momento passa-se a denominar categorias analíticas as classificações realizadas a partir da análise das três imagens apresentadas aos colaboradores.

Foi possível estabelecer quatro categorias com base nas respostas obtidas na análise e descrição das imagens: *análogas*, para as respostas que apontavam semelhanças com o que viam, expressavam conhecê-las ou mesmo como sendo próximas; *econômico-produtivas*, para aquelas voltadas ao aproveitamento econômico; *técnico-confusas*, para as tentativas de apontar o quê e como fazer para utilizar as áreas apresentadas, por vezes a partir de respostas sem nexos; e, *assertiva*, isto é, relativa às respostas que identificaram corretamente o que aparecia em cada uma das imagens.

4.4.1 Categoria análoga

Nesta categoria, obteve-se nas explicações tentativas de reconhecer algo como vizinho, semelhante, conhecido, próximo à região, ou mesmo à sua propriedade. Ao analisar a fotografia de dunas litorâneas, surgiram os seguintes depoimentos:

Pode ser este lado aqui? Eu não conheço nada... *Me parece que eu vou reconhecer*, mas aqui faltam umas árvores aqui, falta algo ali (2);

Isso aqui é areia, e aqui é aquelas alvzinha que tem, mas não tem rio..., lá é o céu..., não é rio aqui? E o branco é areia, ou é água e aqui é aquelas alvzinha (4);

Eu vejo uma espécie de deserto aqui, uma areia, ou é água, acho que é água né. Sei lá o que é! Acho que é areia. Conheço um lugar de areia que é parecido com este (12);

Aqui na parte de baixo, aqui ó, é como o nosso areão, [...] aqui na parte de baixo, ali tá mais assim ó, meio gramadinho porque nós gramemo, e já lá, assim, no caso já lá que é uma barroquinha assim pra baixo, assim ó, tá igual essa aqui ó, ali no areão, *tudo de areia*, mas tem bastante pasto, bastante verde, que tu possa ir. Eu botei uns adubinho, nos pezinho que o Leandro me trouxe, o Leandro trouxe 2 saco de grama tifani¹⁸⁶ e eu fui ali ligeirinho e botamo adubinho e choveu, botei adubinho que o Leandro me trouxe, botei. Até eu tinha comprado, mas ele trouxe de lá e tá bonitinho, se alastrando já. É, mais ou menos na parte de baixo, como nosso areião aí. Lá assim, só que é pra baixo, sabe (15);

Ai..., é muita areia, *barbaridade*. Lá não tem, não é tanto assim. Lá ela é uma areia assim tem lugares de dunas e coisa, mas aqui é uma extensão muito grande né? Parece, de areia. [...] *Mas isso aqui até acho que é de lá!* Da onde será que vem estas imagens? Mas eu to, eu to conhecendo este lugar aqui, ali tem um pé de eucalipto, umas moita de eucalipto, eu acho, pinheiro, é lá, bem aqueles cacuruco ali de grama tem lá, então nasce uns pé de grama e depois a areia vai empilhando, empilhando, e a grama vai indo pra cima, vai subindo e vai criando cucuruco lá. É, é essa imagem aqui. É tem umas parte, *mas não é tão grade assim*, eu acho, pelado sem nada, sem nada ali tem, é, o jeito, *mas isso aqui tem recuperação*, é só cercar em volta com alve, eucalipto, fecha e depois abriga o vento. *Por que o problema dessa areia é o vento* (16).

Ao olharem e analisarem a segunda fotografia, referente ao deserto de Atacama, dois respondentes do município de São Francisco de Assis também a identificaram como algo familiar:

Essa não tem nada de cobertura, só os morro. Vi só os morro aqui, desse, desse fundo. Pra mim é mesmo que a área que tenho lá no fundo (19);

Mas só areia (8).

¹⁸⁶ Provavelmente referindo-se à forrageira Tifton.

Este último depoente continua olhando para esta imagem e passa a discorrer sobre o seu campo, alude às áreas com muita areia – como na fotografia – e desloca a fala para os butiás, que não pode cortar ou colocar fogo, e que o impediram de vender para a empresa Stora Enso, entre outras limitações que sua idade e a atual legislação ambiental lhe impõem, no manejo da propriedade, que terminou por arrendar.

Mesmo diante de uma área arenizada, houve quem a descreveu como algo familiar, mas não como areal, conforme se observa nas seguintes falas:

Essa já é diferente. Um pouco é parecido, mas esta aqui [indicando para a imagem 2] parece mais. Essa aqui já é menos (14);

Mas cada vez me enrola mais. Não tem como ter, olha o mar ali. *Pra mim é o mar.* Olha isso aqui, é que aqui aonde sai a água do Puitã ali. Também não vejo... *Não vejo solução pra isso aqui...* aquela segunda e essa aqui, do meu ponto de vista, não vejo solução pra isso aqui (13).

Este último respondente reconhece primeiramente o mar, depois já menciona o rio Puitã e, finalmente, comenta que não percebe nenhuma possibilidade de tornar produtiva a área retratada na imagem, ou seja, mesclam-se elementos de duas categorias, a análoga e a econômico-produtiva.

O que converge nestes depoimentos, de respondentes dos 5 municípios estudados, é a sensação de ser a fotografia de algum lugar familiar a eles, inclusive com certa insistência de que poderia ser de suas propriedades. É como se, pelo fato de estarem sendo indagados sobre o processo de arenização presente na região e em suas áreas de domínio, as imagens apresentadas deveriam, igualmente, remeter a tal localidade.

Mesmo para a fotografia do deserto, houve quem as identificou com os areais em respostas curtíssimas, como nos seguintes casos:

As areias! É! Este tipo de areia (2);

É parecida com aqui (14).

Mas houve quem, além de observar semelhança com o *locus*, criticasse a falta de ação de outros proprietários:

Lá é o céu e isso aqui é erosão. [Erosão que nem a senhora tem?] É. Só que aqui não aparece valos fundo, barrocas funda. *Mas é descampado né?* É nu o chão. *Incrível né?* Por isso que digo, *existe em todas as parte erosão*, mas e o proprietário tomasse providência, nem tudo seria assim (4).

Fez-se presente, também, a sensação de algo semelhante mesclada com um adjetivo de teor estético, como no depoimento a seguir:

Esta segunda imagem tá igual a do outro lado lá, que já faz parte quase da Márcia lá. Tá assim ó, areia, areia. É, a Márcia tem uns *valo feio né. Que coisa horrível né?* Coisa horrível, um troço que é bonito de vê! (15).

E, finalmente, houve um entrevistado que, ao “ler” a imagem do deserto como algo familiar, afirmou que seria possível alterar tal condição física:

Meu Deus! Isso aqui acho que dá pra recuperar. É vegetação em cima ou é areia mesmo? Areia. O nosso campo fica parecido com isso aqui quando cai a geada, né, agora nessa época de inverno, que torra todo o pasto, fica marrom, então se olha de longe assim, parecido, mas não é, tem uma pastagem (21).

Estes depoimentos, em que os depoentes encontraram semelhança entre a imagem da fotografia do deserto e a região, convergem no tocante ao discurso mesclado que se apresenta em suas falas, as quais transitaram da objetividade daquilo que viam – areia – à crítica pela falta de postura do proprietário diante do processo erosivo, finalizando pela estética e similaridade visual nos momentos de geada. Não se fizeram presentes nesta tipologia de classificação os depoentes dos municípios de Alegrete e Maçambará.

Ao analisarem a imagem dos areais, houve o reconhecimento de um deserto:

Também eu acho que, é só que nem aquelas erosões que a gente vê lá no deserto, vê pela T.V., filmes e coisa né (10);

Olha o que a areia faz ó, em volta do poste aonde não, aonde ataca o vento ficou um, uma cova, onde passa o vento, a areia tá passando e lá no fundo sem dúvida é uma montanha, é uma aparência de montanha, mas tem alguma vegetação aqui, alguma coisa, dá impressão que tem uma vegetação muito pobre aqui. Não sei se é na foto que dá um contraste ou se é alguma coisa que tem. É um deserto mesmo. [...] Mas é muito parecido com aquelas partes de deserto lá das cordilheiras (17);

Esta aqui já é o deserto formado né, fechado pra onde tu não pode entrá ou que seja pra fazer um reflorestamento ou fazer uma área produtiva depois, mais tarde. Mas é uma sequência disso tudo aqui, começa aqui [mostra a Foto 1] e termina aqui [mostra a Foto 3]. Isto aqui é o que temos que fazer para melhorar, fechar pra não haver invasão de terceiros pra não piorar a situação (20).

A convergência nestes depoimentos reside na certeza dos entrevistados de estarem diante de um deserto. O depoente 17 acredita que se trata do deserto de Atacama, que, inclusive, já havia reconhecido na Foto 2, justamente por ter estado lá, mas mantém a mesma identificação para a Foto 3. O respondente 20, ainda que reconheça um deserto, disserta sobre as possibilidades de retirá-lo desta condição física, cercando e plantando eucalipto, uma das práticas mais usuais em São Francisco de Assis, *locus* deste entrevistado.

Houve quem identificou todas as três imagens como semelhantes ao existente no campo, ainda que tenha conseguido identificar as paisagens (11) ou tenha oferecido uma descrição composta por pensamento e percepções confusos:

Esta aqui são dunas de areia, deve ser uma área de praia ou, quase que, acredito que se, se nós deixá nossas propriedades vão virar isto aqui, sem vida, sem nada (20 sobre a imagem 2).

Ou seja, trata-se de um depoimento em que o respondente percebe areia de praia, alude à possibilidade de ver isto acontecer em sua propriedade e finaliza com a ideia de deserto biológico.

4.4.2 Categoria econômico-produtiva

Nesta categoria, as análises giraram em torno de explicações com vista ao aproveitamento econômico, se as terras das imagens apresentadas poderiam ou não ser produtivas. Foram respostas em que o olhar interpretativo dirigido às imagens se restringiu à possibilidade ou não de obtenção econômica nas áreas retratadas. Observando a imagem concernente à duna de areia litorânea, os depoimentos a serem citados são:

Barbaridade. Zero. Não tem o que fazer. Isso aqui é areia com algumas árvores. Areia branca com as árvores. Isso daqui pra mim não tem o que por em cima. É, não tem o que fazer. Não tem como ajeitá. Não tem o que botá, o que nasça aqui. Na minha cabeça, se tu bota um anoni não dá, se tu bota um eucalipto não vem. Se tu procura tudo que é pra solucioná nessas área mais fracas não vem. Um anoni, um eucalipto, uma taquarera, isso aqui não nasce nada. É uma areia branca com alguns arbustos que não tem serventia nem pros bicho selvagem comê (9);

Este aqui eu acredito que seja deserto, e uma área pra mim, no meu conhecimento, por aqui, é praticamente 90% sem solução pelo tipo de solo que a gente tá vendo aqui. Por que os eucalipto mesmo aqui, numa terra dessas aqui, o crescimento dele é muito, muito vagaroso. Então, pra mim é praticamente sem solução. A não ser com análise de terra, porque essa nossa areia aqui, a única coisa tem ultimamente aqui, foi plantado 2 tipos de braquiária. A única que pode dá uma melhorada aqui é a braquiária rasteira. [...] Então pra terra de areia é a melhor, a melhor que eu conheço até agora é essa que até o nome eu não sei por que todas elas têm um nome, mas o nome real dela eu não sei. Eu conheço por braquiária rasteira, ela é, dá de baração. Então é a única que pode amenizar isto aqui (13);

É areia né. Tem uma parte de areia aqui e, tão tentando fazê uma cobertura nela pra escorá a areia, plantando, deve ser cipreste, pelo jeito aqui é cipreste na volta. Essas outras deve ser alguma, algum material próprio já pra fazer a cobertura da

areia. Só que nessas areia tu não pode colocá animal em cima, porque se tu colocá aí vai destruí esse, essa pastagem que tá aí (19);

Ah, olha dá, o quê que eu vou te dizer, é que eu tenho uma tendência meio ecológico, eu, me dá uma tristeza, por que isso aqui poderia estar tudo tapado né (25).

O depoente 25, depois retoma esta imagem e diz que se assemelha ao litoral, portanto, mesmo identificando, na fotografia, as dunas de areia litorânea, manteve a perspectiva econômica de que ali poderia haver produção. A convergência nestes discursos remete às espécies possíveis de serem utilizadas para modificar o que visualizam e, quiçá, tornar produtiva a área em análise.

Algumas vezes, a reflexão a partir da exposição das imagens inicia-se num discurso que remete novamente à própria propriedade. Inúmeras vezes, os entrevistados repetem o que já havia sido exposto e dissertam sobre o manejo inadequado no campo, como se evidencia nas falas a seguir:

Aqui tinha um agrônomo que fazia..., é, é, isto é tipo da, da área degradada mesmo, né. Então tinha esta parte de areia aqui. Existia muito, a Sra. sabe que aqui o município, muito campo, não por, por, pelo, pelo, produtor, pelos proprietário, providenciaram uma maneira para terminar com eles ali, mas pela lotação. O pessoal começou a botar gado, o pisoteio do gado, nessas parte aqui [mostra na figura 1], aí aumenta né. Mas em outras parte, que ele não é assim muito degradado né, ele, ele, compacta, aí vem uma pastagem. Ele se, ele, esse campo melhorou por conta própria eu digo, muito, muito, muito (8);

Este pasto aqui é, o gado não como isso aqui. A primeira coisa que penso é em animal pastando [...]. O meu é coberto, pasto nativo, só que nesta época agora que não tem pasto né, é bem, é tudo ralinho, se cavocá no meio é areia. Bah, *mas é tudo areia e isso aqui...*, não queria ter isso aqui no meu campo (risos) (21).

Ainda sobre a imagem das dunas de praia, há o entrevistado cuja reflexão transita pela estética, sem desprezar o aspecto econômico, conforme segue:

Sei lá, é uma imagem bonita né. Bonito tudo, mas se for cultivar, não tem o que cultivar né. A terra é muito fraca. Pra uma pecuária não se tem pasto né. Uma área só pra turismo mesmo (10).

Com relação à Foto 2, do deserto, a motivação econômica é tudo, mas a tristeza no reconhecimento de que nada poder ser feito quanto ao setor primário da economia, faz com que o respondente 10 parta para a possibilidade de uma exploração turística do local:

Produtiva acho que não tem como né. Não sei se os estudos, ãã, tem alguma coisa pra nos dizer que possa ser cultivada, mas a meu ver não tem cultivo, e uma coisa que não tem..., só pra turismo mesmo né! Do meu ponto de vista (10).

Seguem-se outras considerações para a Foto 2, como indicativo de que nada há a ser feito:

Eita, cada vez piora mais tchê. Não tem o que fazer. Formou até uns cerros, umas racha, por causa do vento que tá levando tudo embora. Pra mim é outra que não tem o que fazer (9);

Pra mim são umas dunas de areia, com uma margem de rio. Esta sim, eu acredito que não tenha solução. Olha simplesmente..., olha, não sou agrônomo, mas esta aqui sim, eu acredito que não tenha solução. É uma área sem solução. É só como talvez pra construção, pra algum tipo de coisa assim, pra própria cidade mesmo, pra onde colocam os paralele..., para..., paralelepípedos. Pra mim é isso aí (13).

Este último depoente já pensa na exploração através da construção civil. A convergência das respostas enquadra-se plenamente na categoria ao qual foram designados, pois é o olhar econômico-produtivo o único que veio à tona.

Quanto à imagem do areal, obtiveram-se nesta categoria os seguintes depoimentos:

Isso é pura areia. Aonde que é isto? Essas partezinha que aparece aí é areia levantada né? Não é pasto né? É isso aqui, é uma área que não é aproveitável. É bastante areia (8);

É, esta aqui parece que é uma terra arada, pelo menos me representa aquela terra com, com, não enxergo vegetação, mas parece uma terra que foi trabalhada ela, mas também acho que é areia (12).

O desespero de quem imagina nada poder cultivar, se assim estivesse o seu campo, aparece nestas falas:

Ai, também tchê, *também*. Parece que cada vez uma pior do que a outra né? É uma pior do que a outra. Toda ondulada por causa do vento. E não tem como tu botá nada em cima pra protege por que não vem nada. E se tu faz um investimento grande em cima dela pra vir com uma adubação com tudo, daqui a 3-4 ano vai ter que gramá de novo né? [...] *Não tem o que fazê, tchê!* [...] Isto aqui é uma área só pra pagar imposto mesmo, porque não tem o que fazê. Tu sabe, eu tinha uma área, tu sabe o quê que eu fiz dessa área, botei uns cocho de sal, pro gado ir em cima, pro gado uriná, estercá, tudo ali e, não pude, 10 anos sobre o buraco e não fiz nada daquilo ali. [E conseguiste recuperar alguma coisa?] Nada, nada, nada. Tinha urina, tinha esterco, não adiantava nada, nada. O esterco sentava em cima como matéria orgânica e não fez nada. Não tem o que fazer (9);

Bah, esta aqui é mais triste que aquela (risos). *Olha, é deprimente* (25).

O entrevistado 9, ao final da entrevista, retorna às imagens e comenta que fica triste de olhar as areias que nada dão, explicitando o olhar e interesse unicamente econômico-produtivo sobre o campo. Entretanto, cabe destacar que este colaborador é o mesmo que afirmou nada fazer para buscar minimizar a arenização, justificando tal atitude com o

argumento de que é muito caro e mais fácil e barato comprar campo, que é o que ele faz quando precisa de mais área para plantar suas melancias.

A sensação de tristeza e impotência também emerge no seguinte depoimento, prestado diante da imagem do areal:

É impressão minha ou tá começando umas vegetação aqui? *Bah, tudo é triste* (25).

Este sentimento de impotência diante de um campo improdutivo é de senso-comum na fala dos entrevistados, independente do momento da entrevista, e se mostra perfeitamente compreensível, pois se considera o fato de que a esmagadora maioria deles têm na terra, na propriedade, sua via de sustento, logo, não conseguirem produzir implica não terem como sobreviver.

4.4.3 Categoria técnico-confusa

A denominação desta categoria se explica pelo fato de que aqui se encontram respostas que buscam desenvolver uma análise técnica, com a utilização de expressões menos usuais do que as empregadas no senso comum, mas que, entretanto, em alguns momentos, apresentam uma miscelânea de informações desconexas.

Os entrevistados teceram considerações sobre o quê fazer para tornar aquela área utilizável, buscando explicações que pudessem se aproximar e reproduzir o discurso acadêmico, como se observa nas manifestações obtidas diante da foto:

Isso aqui dá impressão de uma areia branca não? Parece que essa vegetação aqui é de área úmida, de banhado, esse tipo de vegetação aqui, trigo não é, tens coisas assim ó, que esses tipo de vegetação é normal, que ela quando começa a cobertura, começa assim, neste sentido, vai formando as manchas de grama e coisa, vai ficando as manchas de areia, a grama vai se estendendo né, agora aqui ó, por exemplo, nesta foto se não tiver uns quebra-vento, esta parte aqui ó, nunca vai cobrir ela. O vento vai trabalhar e vai continuar o deserto, a cara desértica. Então teria que ver a direção do vento predominante e fazer cortinas para quebrar o vento. Mas aqui ó, aqui dá impressão que ela tá desenvolvendo a vegetação (17).

Nesta categoria, ainda com relação à análise da Foto 1, se enquadraram, igualmente, as percepções que esboçam uma miscelânea de considerações, seguidas de indagações cujo intuito era encontrar uma resposta, como nos seguintes casos:

Alagada..., ou é areia? *Eu, pra mim é uma várzea alagada*, ou areia? É uma das duas coisas, pra mim definir, aqui tá claro, mas, e lá trás, uma erosão, um areal, uma coisa. *Não é?* Aqui pertinho é uma várzea alagada, um encharcamento, e lá trás um, como é que diz aqueles, lá pro norte, aqueles..., deserto. Eu analiso assim (6);

Isso aqui é uma areia. Que plantio é esse aqui? É bastante areia (14).

A descrição do que não está na imagem também integra esta categoria e se fez presente para as três imagens:

Pra mim aqui ó, é uma, um avanço, do deserto que vem vindo de lá pra cá e tá bloqueando que o solo adiante. E lá em cima, assim ó, tá definido bastante deserto né, e aqui deve ser uma erosão ou, com o vento (11 sobre a imagem 1);

Ói aqui não, isso aqui já é demais. *Barbaridade*. Isso tem um tipo de voçoroca, aqui nesses canal, *será que é?* Parece sangas aqui, *cosa*. É, é isso aqui, é bem mais grave. *Barbaridade*. Mas é encerrando, é encerrando com alve que fecha isso aqui (16 sobre a imagem 2);

Aqui já pertence a lavoura, terra de cultivo..., é a imagem que eu tenho. E lá trás é o horizonte já, parece com outras coisas, mas aqui é terra de cultivo. *Eu assimilo assim*. Uma terra cultivada, feito plantio (6 sobre a imagem 3);

Essa terceira já tentaram acertá pra botá alguma coisa né. Tem umas planta ali que plantaram (19 sobre a imagem 3).

A formulação de respostas interrogativas perturbadoras, quando da interpretação das imagens apresentadas, ocorreu na seguinte situação:

Os moles de algum lugar né? [...] Tu queres que eu olhe? (longa pausa) O quê que eu enxergo nelas? *Sim, mas é céu e areia*, mais nada né! ... Isto divide o nada do nada né? (7).

A confusão presente nestas reflexões denota o receio diante do que responder, pois se trata do colaborador que, apesar de ter concordado em gravar a entrevista, foi o único que verdadeiramente mostrou-se incomodado com o gravador. As três fotos foram analisadas mediante as falas acima transcritas. Após o término da entrevista e já com o gravador desligado, ele falou mais livremente, retomando questões que outrora não se sentira à vontade para abordar, apesar de nada do que tenha dito possuir conteúdo comprometedor. Ao retomar a primeira imagem, identifica-a como paisagem litorânea; e, ao reexaminar a terceira foto, declara ser *nossa*, demonstrando reconhecer que se trata do areal.

4.4.4 Categoria assertiva

Aqui restaram as interpretações que identificaram as imagens como sendo, respectivamente, de uma duna de praia, de um deserto e de uma área arenizada. A identificação da Foto 1 se fez presente nos seguintes depoimentos:

Isso aqui é uma praia né, onde a areia do mar tá vindo e terminando com a vegetação (20);

Esta paisagem, isto aqui são areias de praia, *aparentemente são areias de praia* e tem uma paisagem bonita, tem um bom contraste aí entre o verde e a cor das areias. Tem uma vegetação primária aqui começando, a querer fixar as dunas. *Aparentemente* é uma zona que não teria uma limitação muito grande de água (1).

Observa-se, nesta última resposta, inclusive a tentativa de qualificar esteticamente a imagem, adjetivando-a como bela e ressaltando o interessante contraste entre as cores da vegetação litorânea e da areia.

A incerteza na identificação da imagem geralmente é seguida de indagação, na tentativa de confirmar a assertiva, como ocorre nas declarações que seguem, colhidas nas análises da primeira imagem:

Ãã..., muita areia, porção de areia, é uma areia branca e que provavelmente vinculado aí a região litorânea. Ausência de vegetação de grande porte. Deve ter um corpo d'água próximo ... Seria mais ou menos isto? (3);

O quê que eu percebo aqui? Aqui é, é umas dunas de areia de oceano. Será que não? É praia (23).

No processo do reconhecimento da paisagem, manifesta-se também a valoração acerca da mobilidade – presente nas imagens das dunas litorânea e do deserto –, como se verifica nas seguintes falas:

Isso aqui é uma duna né, deve tá em equilíbrio... Eu enxergo uma duna equilibrada, eu acho (5);

Interessante que isto me dá a impressão de que estou vendo o deserto lá do Peru, a Cordilheira dos Andes em cima, o deserto aqui e o mar aqui deste lado. Eu passei pelo deserto lá e conheço e então essa foto aqui parece, tem uma faixa que não chove né. Ele pega o deserto de Atacama, depois pega o deserto de cima, mais outro ali do Peru também, vai até o Chile aquela faixa de deserto, é só areia. [...] Mas isso aqui ó, isso aqui deve ser um depósito de areia feita pela erosão pelo vento, dá a impressão que seja, que encontrou resistência nas montanhas aqui ó, e foi se acumulando. Não sei se é isto, mas dá a impressão que seja e é um deserto mesmo (17).

Houve ainda julgamentos quanto ao caráter acolhedor ou não das imagens apresentadas. É possível ainda ser identificada resposta de cunho estético, pois em meio ao sem vida, monocromática, a qualifica como sendo uma bela imagem, conforme se observa no trecho a seguir sobre a segunda fotografia apresentada:

Aqui já é uma paisagem mais de uma situação mais, realmente de, *sob meu ponto de vista*, de deserto, uma situação *mais inóspita*, aonde tem um terreno que pode ser arenoso ou não, mas é uma situação muito mais de, de ausência total *de provavelmente*, de água, deve ter baixa, baixa quantidade, não existe vegetação, isso sim, uma situação bastante mais, ah..., não vou dizer que feia, mas, mais pobre, no sentido *visualmente pobre*, só tem um tipo de cor, só tem um tipo de, de, de, *topograficamente bonita*, mas pobre, sem vida (1).

Ainda sobre a Foto 2, que designa um deserto, outros depoentes assim se expressaram:

Ãã..., esta sim é uma área desértica, né, uma região de deserto, ãã..., areia associado a morros e provavelmente... ausência de vida (3);

Erosão, areia, deserto, e lá atrás, o céu com as nuvens, horizonte. Não tem outra coisa, aqui é completamente uma área descoberta (6);

Esta imagem aqui é um deserto completo, com o vento, a erosão eólica (11);

É também isso aqui é um deserto, areia, e é um deserto (12).

Certo de estar diante de áreas de arenização, a fala que se repete no intuito de comprovar o que identifica, se expressa a seguir:

Está uma zona de arenização, com certeza, *é uma zona de arenização*. Como dizia um finado amigo e mentor meu e também um pouco do meu pai, mas ele era colega do meu pai, *'janelas do triássico'* né. Isto aqui é uma zona de arenização. Isso aqui é *provavelmente*, é uma zona já de, isto pare..., parece ser uma zona de degradação, pelo uso assim, *mas uma zona de arenização*. Isso é *provavelmente* um problema de, de, de, de *fragilidade de um ecossistema*, aí que foi usado dentro de um ambiente, de uma localidade, onde digamos assim as condições ambientais e coisa, poderiam reverter isso aqui (1).

Percebe-se nesta resposta a tentativa de procurar o que poderia ser feito, afinal é uma situação que o entrevistado identifica com o que ocorre em sua propriedade e, portanto, trata-se de um problema que também é seu.

Ainda em relação à imagem dos areais, houve quem buscou localizá-la, como se pertencesse à sua propriedade ou à vizinha, conforme ocorre nestes relatos:

Deixe eu localizar. E é das areia, mas eu não sei de que lado é. É por que está o sinal das areia, afundou, ó (2);

Ah, o areal e a cerca, aqui também teve cercas que ficaram embaixo da areia dois, três metro. Essa tá parecida com Dr. José Carlos que era meu lindeiro e foi embora

por causa do areal, achava que não adiantava, que... *baaaaaah, é areia né? É terra! Que cosa séria! Mas que cosa séria!* (4).

O último dos depoentes acima citados, ao ser indagado se as areias são da região, respondeu de modo categórico: *claro!* E teve quem duvidou que a fotografia não pertencesse à sua propriedade:

Mas esta foto, tudo, não é aqui do nosso areião? Mas é né! Mas até é, sabe por quê? Aquela cerca ali ó, é que atravessa ali. Parece até com nosso areião. Mas agora tá melhor! (15).

De outro lado, também houve aqueles que identificaram corretamente a classe a que pertence a imagem e afirmaram não ser de uma área vizinha:

Ah, não me parece daqui esta imagem. Talvez seja toda ela assim, um deserto... Não creio que seja daqui. É um deserto (5);

Bom, esta aqui já tá mais pra um lugar aonde, tipo assim, eu não, não conheço aqui no Brasil nada muito parecido com isso, mas tipo tu achar um lugar no oeste americano né. Deserto (23).

Já ao reconhecer a paisagem arenizada, na Imagem 3, há aqueles que optam pela explicação de seu processo erosivo, assim descrito:

Aqui é a erosão eólica completa, chega a tá as ondinhas da terra com o vento e fica ali, bem assim mesmo (11);

É que areia aqui, é, é bem semelhante isto aqui, baá, tem lugares lá bem assim, que lá aonde passa a cerca o vento vai fazendo tocas, vai fazendo buraco, é bem assim, é este tipo de coisa (17).

Na pronta identificação do areal, risos anteciparam as respostas:

Ah, esta aqui é daqui de casa (risos). É, esta aqui sim, é a degradação, é, é, é a retirada da cobertura vegetal, mau uso do solo... A perda, tanto da cobertura vegetal como da potencialidade do solo. *Ocupado né. Zona de ocupação. Ocupado intensivamente com bastante marca de animais, de casco, aqui num ambiente continental* (3);

Ah esta aqui foi feita no... Essa é nossa aqui... Essa todo mundo tem uma parte dela aqui (risos) (5);

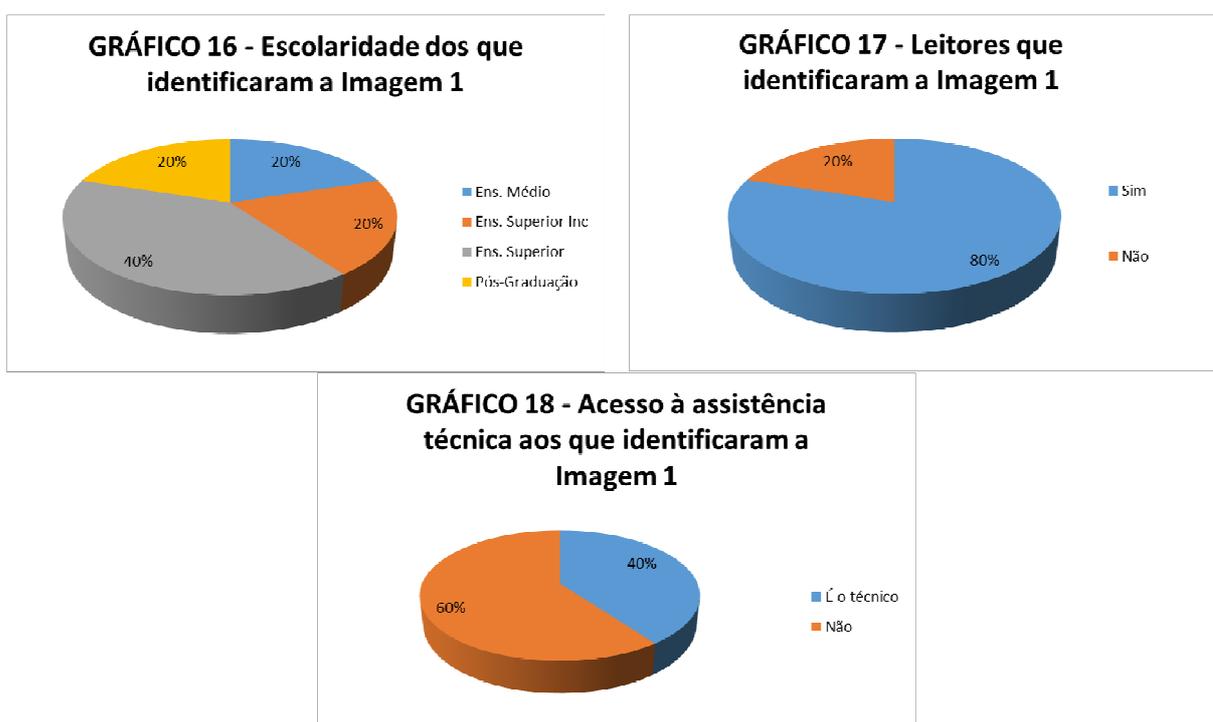
Este é um areal daqui né. Pelo menos, aparentemente pela foto é um areal bem característico daqui da região (23).

O reconhecimento da arenização também veio seguido do sentimento de desespero por não ser rentável e, por conta dos impostos, ser inclusive prejuízo:

Meu Deus do céu! Perto da nossa cerca lá é assim! *É areia pura*. Tem alguns capuchinhos. Ah, isso aqui pra mim é tudo área perdida, área que se perde. Acho que dá para recuperar, mas atualmente é perdida. É, traz, *é custo né*, o imposto tá em cima de tudo né. Tá deixando de aproveitar (21).

Esta foi a categoria na qual se concentrou o maior número de depoimentos, servindo como indicativo de que prevaleceu o reconhecimento das imagens. Entretanto não foi significativamente superior, considerando que apresenta apenas 4 depoimentos a mais do que a categoria análoga.

Os gráficos a seguir – do 16 ao 24 – foram elaborados com o intuito de identificar as relações existentes entre os entrevistados que identificaram corretamente as imagens que constavam nas fotografias, sendo considerados o nível de escolaridade, o acesso à leitura dos jornais e ao atendimento técnico. Assim, no que diz respeito à Imagem 1, o Gráfico 16 estabelece a relação com o nível de escolaridade, evidenciando que a identificação da paisagem que constava nesta foto só foi possível para aqueles que tinham mais anos de instrução e com predomínio dos que possuem Ensino Superior. No Gráfico 17, a relação é com a leitura de jornais, o que se positiva. Já o Gráfico 18 aponta para o acesso à assistência técnica, e a relação não é significativa.

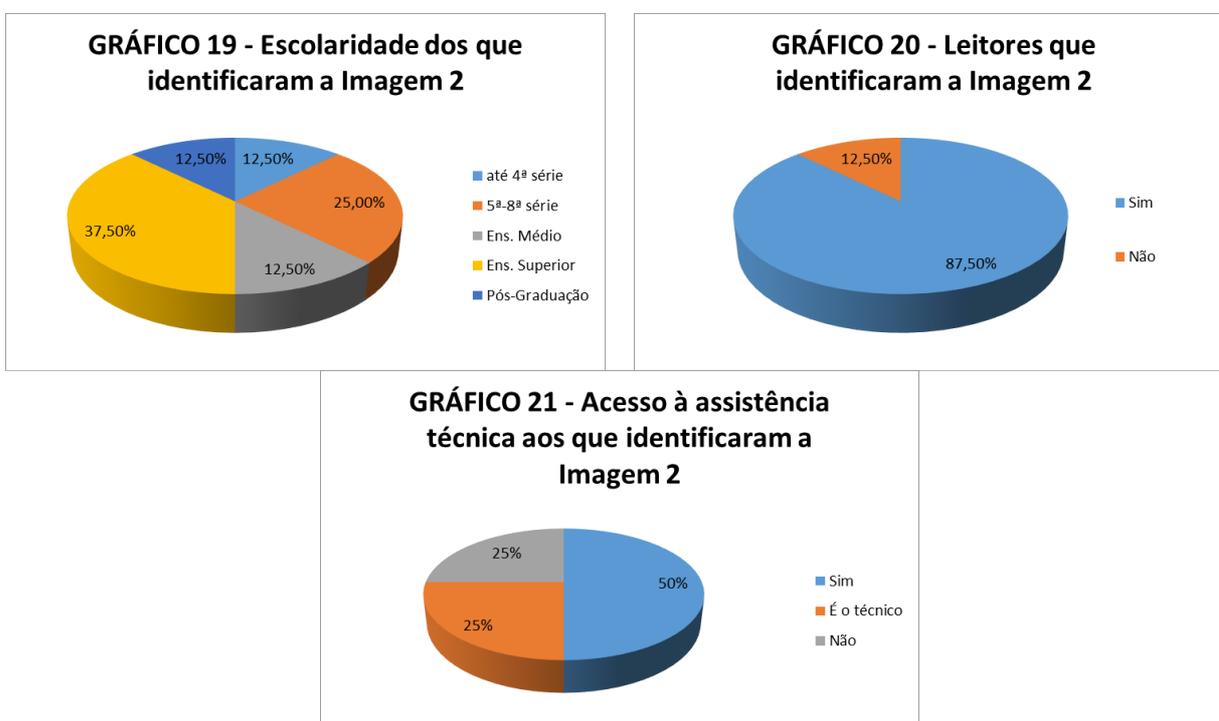


FONTE: Organizados pela autora (2013)

Com base nos resultados visualizados nos Gráficos 16 a 18, pode-se afirmar que os fatores predominantes na identificação da Imagem 1 foram o maior nível de instrução e o acesso à leitura de jornais. Já o fato de ter ou não acesso ao técnico agrícola não exerceu qualquer influência na identificação correta da paisagem, até por que, conforme indicado no

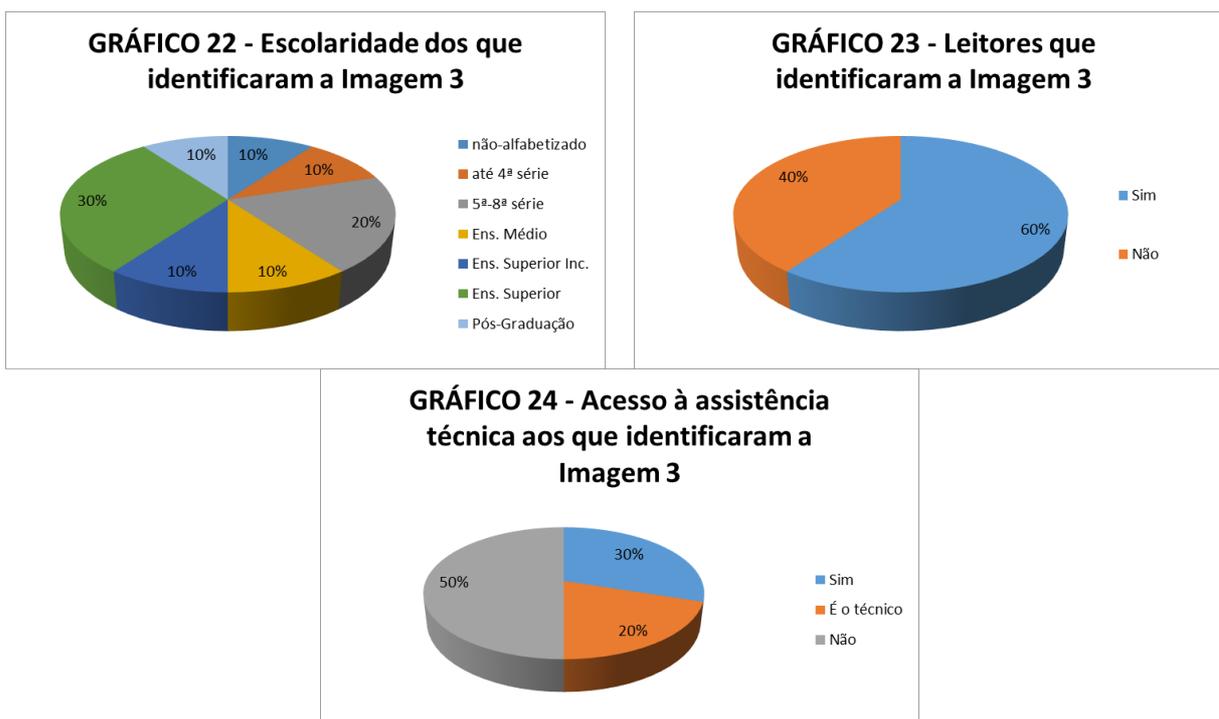
Gráfico 18, quem declarou possuir técnico, ponderou que se trata dele próprio, por ter curso específico.

Quanto à correta identificação de uma área desértica na Imagem 2, as relações estabelecidas nos Gráficos 19 a 21 se positivaram, isto é, quanto mais anos de ensino maior foi a quantidade de depoentes que associaram a imagem ao deserto e, de igual modo, a maior parte deles é composta por leitores. O acesso ao técnico agrícola, neste caso, foi também uma correlação positiva, compondo a maioria e estando incluídos os que são técnicos de formação.



FONTE: Organizados pela autora (2013)

Os Gráficos 22 a 24 dizem respeito à identificação dos areais como elemento paisagístico apresentado na Imagem 3, tendo sido possível perceber que, apesar de todos os níveis escolares estarem representados no gráfico, a maior parte dos entrevistados que ligou a imagem apresentada com área arenizada possui mais anos de instrução. No Gráfico 23, também se confirma a relação com o acesso à leitura de jornais. Já o Gráfico 24 não apresenta relação positiva, pois ficaram bem divididos os que não possuem assistência daqueles que a possuem e que são os próprios técnicos.



FONTE: Organizados pela autora (2013)

Portanto, considerando as três imagens apresentadas na técnica projetiva, no que toca aos que identificaram corretamente cada uma delas – afirmando retratarem, respectivamente, dunas litorâneas, deserto e áreas arenizadas –, verificou-se correlação positiva para o nível de escolaridade – quanto maior o nível, mais acertos – e para a leitura de jornais, em especial os analisados nesta tese. Já para a assistência técnica, a correlação positiva só se fez presente na identificação da imagem do deserto. Logo, não é possível afirmar que possuir técnico agrícola seja um indicador que contribua para identificar outras áreas como semelhantes ou díspares da realidade arenosa presente nas terras de sua propriedade.

4.5 O PROCESSO DE ARENIZAÇÃO EXPLICADO PELOS PROPRIETÁRIOS RURAIS

Considerando a gênese do processo de arenização, é possível categorizar as respostas obtidas em dois grandes grupos de causas: *natural* e *antrópico*. Estas categorias não são excludentes, pois houve entrevistados que entendem tratar-se de um processo natural, mas conseguiram identificar que, em determinados setores da propriedade ou

mesmo da região, foi o mau uso do solo que ocasionou o areal, o ravinamento ou mesmo o voçorocamento.

Dentro da categoria natural, foram dadas explicações recorrendo às lembranças de tempos remotos:

Sempre teve lá os areais. [...] Eu era pequeno e já existiam os areais (1);

Não, não, porque quando meu sogro comprou já tinha essas areias. Já era assim (2);

Ah, o campo era assim, natural dele (8).

Também houve respostas diretas, apontando sua gênese como resultante de causa natural:

Natureza. A natureza (9);

A natureza. A natureza, por que aqui se nós olhá desse meu lado aqui, tu anda, do Puitã aqui, até aqui em baixo, deve dar 5 Km, não encontra areia, pra baixo é um areal, uma loucura, umas mancha, e pra cima aqui no Sabrino também, ali na Maisolina também é areia. Desse outro lado aqui, que tem o paredão, pra cima do paredão é terra de primeira e do paredão pra baixo aqui, desce até o Puitã lá embaixo é só areia, como vou dizer, até 80% é arenoso e com voçoroca também (13).

O reconhecimento da gênese natural seguida de uma avaliação quanto à sua amplitude também foi objeto de análise, como se verifica na seguinte fala:

Olha desde que sou pequeno eu conheço aquilo ali né, só que cada vez foi aumentando um pouco a mais né. Por exemplo, se era uma mancha da metade disso aqui, ela ficou do tamanho, dessa quadra, foi crescendo (10).

Outros optaram por descrever o modo como entendem a dinâmica da gênese da arenização:

Ah, eu acho que essas manchas que tem aí do próprio, do próprio terreno né, por que ele é meio acidentado e tem morro nas cabeceiras e a água desce morro abaixo, como é areia ela forma, formou as voçorocas. Não é, não foi por culpa do homem, nem por planta. Até inclusive nesta parte que eu tenho ali, nunca foi plantado, e elas está ali. É, nunca foi plantado (12);

Olha já tinha quando isso aí foi comprado, é que é um terreno muito frouxo de areia, a própria caída do terreno, enxurrada muito forte, vai, vai abrindo né, vai fazendo erosão, tirando as areia, acho que é isso aí, no mais. Nesses terreno aqui até é natural, são terrenos muito macio né. A Sra. vê que ele pega muita força d'água que vem de cima (22).

Com a identificação da causa natural, apresentou-se a convicção de que deve ser realizado investimento sobre o solo para melhorar sua qualidade, como ocorre neste depoimento:

Bom, né, em princípio nós, a gente tem estudado isto aí e se chegou a conclusão já bastante precisa que é formação natural do solo. Elas não foram provocadas propriamente pelo uso, mas são naturais do solo, mas o que nós vimos é que nós temos que fazer algum trabalho pra melhorar a condição dela e temos feito isto através dos anos e temos tido resultado, que nós tínhamos área bem maior com arenito né (17).

O excerto a seguir, além de apontar a gênese como natural e apesar de ser uma fala entremeada de dúvida, considera o avanço e já aponta que a ação a partir do plantio de exóticas irá ajudar a controlar o avanço da arenização:

Puxa, eu acho que isso aí, a principal, eu não sei, mas eu acho que a principal é, é, eu vejo como manchas, sei lá, centenárias, eu acho e aflorece, sei lá. Acredito que seja natural. Acredito que sim, porque ali tem muito banhado, no que termina as dunas de areia, tem umas dunas de areia ali, é banhado, é banhado, verte água no meio da areia assim, então a terra é muito frouxa, deve ser muito, de fácil, então eu acredito que seja uma mancha natural, e que cada ano que passa vai aumentando ali. Agora não, plantaram muito eucalipto, essa firma que comprou mais pra cima lá e plantaram eucalipto por tudo. Então vai conter de alguma forma vai nos ajudá este vento norte a não trazê tanto e tal. Mas é uma coisa bem preocupante. É um pedaço de campo morto, que não se ocupa pra nada (21).

A convergência deste grupo de respostas remete às lembranças da infância, expressas em falas do tipo: sempre foi assim; as areias sempre estiveram no campo.

A ação eólica também foi apontada como responsável pelo processo de arenização, como se observa no trecho a seguir:

Mas isso foi o tempo, não vai, eu tenho uma propriedade vizinha, de um lindeiro, lá se formou grama, lá é uma mancha de uma quadra de campo mais ou menos que é só areia e por isso, de certo, com aquele movimento ali, começou a surgir em outro lugar, mudar, porque ela se muda né, areia vai se mudando com vento ela vai, vai levando ela, vai levando, ela vai mudando, e deve ser, começou a pouco tempo, começa a aparecer aquelas manchas de areia assim que cobre a grama né, cobre a grama (19).

Além da ação eólica, foram elencadas ações com vistas a minimizá-la, como observa no seguinte trecho:

Ah, o campo lá, quando eu comprei ele, a gente sempre dizia que era a questão dos ventos. Até tinha um agrônomo aqui que dizia, tinha um agrônomo da EMATER me ajudou na planta do eucalipto. Ele me orientou. Então ele dizia assim: ele era, ele tinha dificuldade para falar, Jorge Tadei, então ele dizia, 'Seu [8], se eu for embora daqui e eu não, se nós não consegui cobrir essas areia de verde, de pasto, eu vou pintar de verde essas areia'. Mas ele era muito fanático (8).

A análise do papel das condições atmosféricas na gênese da arenização se fez igualmente presente:

Acho que é do próprio vento né, do próprio clima né que vai aumentando né, por causa das enxurradas, no caso de chuvas e coisa e o vento vai espalhando mais a areia pra cima da grama, vai aumentando ela também né (10);

Eu acho assim ó, talvez assim ó, talvez assim ó, seja fraqueza do próprio solo por ele ser arenoso e como ele tem ladeiras, então a água, a chuvarada vai fazendo uns buraquinhos e vai transformando aquilo ali. Como ela é fraca e de difícil escorredeira ela vai formando as erosões (20).

Há quem atribuiu à água a responsabilidade por levar a areia, abrindo as voçorocas, já que a água *floresceu*, no sentido de a floraram, pois não existiam antes das voçorocas se abrirem, por serem de subsuperfície e, por esta razão, credita à floresta de eucaliptos a esperança de infiltrar mais esta água no solo, visto que, no seu entendimento, a camada de folhas e pequenos galhos que caem das árvores exerceria resistência para que a água não percole, mas se infiltre (6).

Houve depoimentos que creditam o aumento da área arenizada a partir da ação humana:

Ãã..., não sei, eu acho que... é um substrato arenoso, mas assim ó, especificamente *por que que surgiram ali e não em outro lugar* que também tem um substrato arenoso ah..., poderia ter sido porque antigamente teve um manejo mais intenso, e isto e aquilo e aquilo outro, naquele lugar ali. Eu não, não interpreto muito pelo lugar aonde fica, porque daqui a pouco por ser associado à beira de um cerro, com certeza a formação daquela arenização, as arenizações né, em muitas situações, tu, tu, tenta tirar mais de um ecossistema que *é um ecossistema frágil*, mas ali eu não sei porque assim ó, antigamente o pessoal daquela zona trabalhava com agricultura, chácara, isto e aquilo, mas tem outras áreas que também se trabalhava com agricultura que não evoluiu para arenização, ãã..., também num ecossistema arenoso, às vezes, até em outras situações até pior do que ali, *o impacto visual* daquela arenização ganhou proporção a partir do momento em que *a faixa roturou aquilo ali*, fez com que o cerro erodisse pra cima de uma área já de areia, mas tem a outra área de arenização que aí já existia ali um ambiente propício. Não sei se daqui a pouco por ser um lugar um pouco elevado, daqui a pouco por ser um lugar um pouco mais elevado já, uma areia, um substrato ali, talvez por ser a área quase que limite do derrame né, por que se tu, se tu olhá bem assim ó, acho que se tu andar mais um ou dois quilômetros tu já começa com o basalto né. Então, daqui a pouco, ãã..., nós temos uma área limite onde parou o derrame basáltico e entrou o arenito e, aí é geologia e coisa, então, não, não, não tem uma explicação plausível (1).

O mau uso da terra também gerou explicações para o aumento das voçorocas, pois, segundo um dos entrevistados,

O único lugar que sim, tem um aumento, até uma voçoroca e coisa, que isso tu percebe, que fraturou todo o terreno é num lugar aonde botaram o bueiro da faixa, onde tem o bueiro ali da passagem de água, concentrou ali, eles atiram água a

varrê para dentro do campo, então isso formou ali uma voçoroca horrível e aquilo não tinha (1).

A superlotação de gado sobre a terra é a explicação encontrada por alguns, cujo entendimento é de que o pisoteio desagrega o solo, que é levado pela ação do vento, e, portanto, deve-se manter uma cobertura vegetal constante:

Muito gado, o gado é mais erosivo que a lavoura. É a superutilização das áreas, o superpastoreio principalmente, queimadas, bom queimadas é um processo, é um fator do superpastoreio, queimar o pasto para renovar, tipo faz lá no Mato Grosso, porque lá é outra situação né? (5);

Aqui era campo né, não cuidavam [...] colocaram muito gado (15);

Ah, é pisoteio de gado. O pisoteio vai formando a areia. É uma coisa muito certa, porque olha aqui ó, é uma terra falsa né e o pisoteio. Então meu pai sempre foi apertado de campo, não tinha onde bota gado, era só ali, aí o pisoteio foi fazendo, cada vez mais. [sobre o pisoteio do gado] é um veneno (16);

Tchê, não existe, o manejo inadequado, o manejo errado, né! Eu sou ignorante né, mas eu acho que foi mal feito, foi mal conduzido o manejo do campo, da lavoura, quem sabe o pisoteio e a boca né (7).

O último destes depoentes acredita que as áreas arenizadas ocorrem por que não há interesse dos proprietários em reverter o processo ou até mesmo buscar alternativas para conter seu avanço; aludindo às pessoas gananciosas que não querem trabalhar, mas apenas ganhar dinheiro fácil, que não desejam compartilhar experiências; e afirmando que quem destrói a terra é o arrendatário, que não se preocupa com a erosão e a super explora, esgotando-a ainda – ideia que é compartilhada pelo depoente 12.

Em parte criticando as usuais práticas de arrendamento, mas comentando acerca do superpastoreio, tem-se o excerto a seguir:

Ah, acho que o mau uso da terra. Eu tenho aqui, vizinho a essa terra, tem a minha cerca e a do vizinho, uma área até que, que eu arrendei, eu arrendei por durante 3 anos uma área ali ó, que é uma área hoje em desertificação quase, por quê? Por que bota o gado indiscriminadamente, os donos ali arrendam por cabeça, tu sabe como que é né? Então é uma área também de uma quadra, 80 hectares, 80 hectares que quanto mais animais ela põe, a dona recebe por número de animais. Aquilo ali tá complemente. Eu plantei, eu usei, eu arrendei 3 anos, fazia cultura de verão e de inverno, adubado relativamente. Não era, era o tempo das adubações tudo mal feitas, mas eu conseguia fazer uma cultura de verão e uma cultura de inverno e eu manejava o gado com cargas mais ou menos. Quando eles não quiseram mais arrendar, me tomaram o campo, me pediram, eu entreguei, o primeiro ano tinha uma cobertura de solo muito boa. É que essa pessoa, essa dona é uma mulher bastante complicada, uma Sra. lá bastante complicada. Agora, esses dias ela me disse horrores... (24).

Contrário à percepção negativa do arrendatário, tem-se o depoimento do entrevistado 13, que elogia a ação realizada em sua propriedade, pois a voçoroca foi coberta, com a utilização de máquinas, para que se efetuasse o plantio de soja e, se hoje sua propriedade não tem áreas arenizadas visíveis, se todas estão vegetadas, é graças à ação promovida após o arrendamento da área para a lavoura. Inclusive afirma que as voçorocas iniciaram-se, nos anos 1940, com o rastro deixado pelo pisoteio do gado, tendo desde então triplicado.

Arrendatário ou não, há a necessidade de tomada de consciência, por parte de quem maneja o solo, no intuito de preservá-lo para obter mais tempo de utilização, e não de esgotá-lo, obtendo dele o máximo num curto prazo. Isto é mais importante do que atribuir a culpa do mau uso do solo ao arrendatário, o que é possível de ser depurado em outros discursos, pois houve proprietários que afirmaram levar suas terras à exaustão e depois comprar mais e mais, como o depoente 9. Outros não foram tão enfáticos quanto este entrevistado, mas justificaram possuir pouco campo e que precisam colocar o gado, dando início ao seguinte ciclo vicioso: pouca terra, muito gado, áreas frágeis, degradação do solo, pouca renda, e, então, na tentativa de obter maior renda, mais gado em pouca terra de solo frágil...

O superpastoreio é apontado como gênese, mas o reconhecimento de que a ação natural atua com mais intensidade sobre as marcas do gado, mesclado com um discurso de lamento, de tristeza ao ver os outros nada fazerem sobre seus campos, vem expresso na reflexão a seguir:

Olha, ela começou tinha que sê pelo transitamento do gado, aquelas seca horrível e era muita lotação. E sem mais nem menos o gado faz aquela estradinha. É campo de areia. É campo fraco e tinha muito aquele capim limão. O capim limão virava o norte, loqueava, virava daqui, nem se fala. E o transitamento do gado e foi criando aquelas estradinha. Cada ano que vinha essas enxurrada horrível como tá lá pra cima, abria um valo de metro e meio de altura, por meio, nem isso de largura. Era um crime aquilo. E por ali ia seguindo e seguindo, que não tinha e seguia do nada e tinha que, tinha que dar um jeito, senão ele ia, depois que eu to aqui foi mudando, foi mudando, mas era horrível. Ali o lindeiro, o campo dos meu vizinho, ali daonde eu comprei, ali tem erosão que tem tristeza e arrepio de olhá. Mas é um crime. Mas é que o pessoal não se interessa, acham que não, que não adianta. E é um campo macio, o maior pecado. O maior pecado (4).

Mas também houve respostas que identificaram ambos os processos, natural e antrópico, na explicação da gênese da arenização, ressaltando que o homem ajudou a acelerar a situação:

Aí tem umas arenizações pelo uso, tem arenizações que não são pelo uso, uns ecossistemas frágeis... (1);

Bom, aí é um processo que tem uma parcela, uma parte deste processo natural. Ocorre de qualquer maneira com ou sem o homem, existindo alguém usando ou não estas regiões, haveria manchas ãã, ãã, de areia. Mas nós acabamos ajudando acelerar este processo né, com estas intervenções principalmente com a agricultura e a pecuária extensiva, este solo frágil, né, só tende a piorar né. E com isto, toda aquela problemática de assoreamento dos rios, rebaixamento do lençol freático, o uso de culturas inadequadas, enfim, gera-se aí o problema com o mau uso do solo (3);

Mas eu acho que se formou através do mau uso e os vento mesmo vai trabalhando, o terreno foi ficando descoberto e aí começa pequeno e depois vai embora, não tem o que contenha senão tiver controle (6);

Olha eu acho que é alguma corrente de vento propícia ali perto dos perau e muito pisoteio de gado né, só que de repente em dias frio e coisa, o gado sempre procura abrigo né e é uma área até que não tinha mato perto mesmo, então, o próprio pisoteio do gado, o vento, que até a gente quando vinha aqueles vento forte, a gente enxergava aquelas nuvens de areia (25).

A prática da queimada também foi apontada como a responsável pelo desencadeamento da arenização, apesar de ser associada a elementos naturais como vento e chuva (11).

Quanto à dinâmica da arenização, é possível dividir os entrevistados em três grupos: os que acreditam que está diminuindo e que se estabilizaram; os que entendem que está aumentando, e aqueles que percebem recuo, mas avanço em outras áreas ou mesmo caso nada seja feito. Em todos os segmentos, é possível perceber contradição nas falas.

Na perspectiva de que a arenização está diminuindo, têm-se:

Há 5 anos atrás [2006], quando tu tiraste esta foto, era totalmente impensado plantar eucalipto nas dunas, na parte maior, porque, ou fazer qualquer tipo de ação, porque as areias estavam se movendo. [...] Isso, num universo de uns 5, 6 anos..., 7 anos, isto já não está acontecendo com a mesma intensidade. Por exemplo, assim ó, vinha vento e ia parar as dunas e as areias em cima da estrada. Não acontece mais. Não tem acontecido mais. A gente não nota todos esses efeitos numa maneira tão evidente. Aquela cerca ali [faz menção à Foto 3] eu refiz ela já faz um bom tempo e ela tá no mesmo lugar. [...] Então o processo de reacomodação das dunas parece que meio que, meio que cessou e, agora o..., veja bem isso é uma..., e parece que agora a coisa está estabilizando no sentido de, de, de lentamente, de revegetar (1).

A Foto 3 que foi apresentada aos entrevistados é da propriedade do depoente 1, que não a identificou como sendo em sua área, apesar de ter reconhecido tratar-se de um areal, justamente por que ele mencionou esta estabilização no movimento das areias.

A maioria dos entrevistados, 53,8%, acredita que os eucaliptos ajudam a frear o avanço dos areais, entretanto onde havia algum tipo de pastagem morreu tudo, afirmam alguns, como, por exemplo:

O eucalipto não dá, mas, olha, de 10 parte não, *não desenvolveu um da parte boa* que desenvolveu. Até inclusive tem umas parte que até está morrendo o eucalipto (13).

Na avaliação deste entrevistado, o processo de arenização não piorou com o uso do solo e, depois que o sogro plantou lavoura, para aumentar a quantidade de gado, e pensacola e as variedades de *brachiarias*, os areais começaram a fechar, diminuindo bastante as áreas arenizadas.

Os que entendem que estão aumentando as áreas arenizadas explicam tal situação do seguinte modo:

Vou te dar uma percepção, assim ó, [...] *e é o que eu acho, a minha leitura da situação*, ãã, o, em determinado momento os areais passaram por um processo de *visualmente* parece que eles aumentavam, porque, porque, com o advento da BR, a BR cortou o cerro, cortou uma coxilha, cortou o cerro ali. Isto fez com que toda a parte ali que desce para o areal, ele começasse a erodir pra cima do campo, então isto promoveu assim, *visualmente*, eu era pequeno, *tinha umas dunas enormes*, aí eu tinha que subir a cerca ali, *era um horror* porque de seis em seis meses a gente tinha que ir ali retocar a cerca porque a cerca baixava, porque aquilo tudo ficava muito, muito instável, existia um movimento daquelas areias (1).

A fala deste depoente pode conduzir a uma contradição – pois em outro trecho ele afirma que as áreas arenizadas estão diminuindo –, mas o que aqui se leva em consideração é a leitura temporal que ele realiza do fenômeno da arenização.

Ainda nesta percepção de aumento, há uma reflexão sobre o processo em si:

Algumas já haviam, outras surgiram depois. [...] Dificilmente se vê uma mancha de areia regredir. Muito difícil espontaneamente quase não aconte..., nunca vi, então só tende avançar, tanto o processo em área, quanto o linear, o voçorocamento ou arenização (3);

Onde o gado pisa, fura o solo ali e ali com a areia solta, o vento espalha (16).

Para o aumento da arenização, houve quem identificou mais de um fator como responsável, creditando-o às queimadas, ao pisoteio do gado e aos proprietários que não deixavam cobertura para formar camada orgânica sobre solo para o plantio – o que, combinado à ação do vento e da chuva forte, deslocava o areal (11).

Dos entrevistados, dois não têm histórico com a região, são assentados que, apesar de já estarem há mais de uma década na propriedade, apresentaram dificuldade em

encontrar uma explicação para a formação das áreas arenosas. Isto não impediu o depoente 14 de apontar que, após o assentamento, aumentaram as áreas arenizadas e abriram voçorocas, embora se verifique também certa contradição na sua fala, pois, em outro momento, ele expressou que, após o plantio de *brachiarias*, praticamente fechou-se o areal.

Quanto à fala que ora expressa um avanço, ora um recuo da arenização, tem-se o depoimento do respondente 1, que, depois de ter afirmado que está aumentando, disse:

E, ãã..., eu percebo, eu percebo claramente que elas [os areais] eram muito mais soltas do que hoje elas são. Então assim ó, acho que o processo de erosão do, do, do, do cerro ali, estabilizou e ela vem estabilizando. Mas a mancha em termos de arenização se mantém.

Esta dinâmica não se restringe a um único município, pois o respondente 1 é de Quaraí, mas o 12, que é de Maçambará, também evoca suas lembranças da infância, quando já existiam areais e voçorocas na propriedade, e afirma ter observado que alguns diminuíram, mas outros aumentaram, que as voçorocas surgiram por conta da lavoura e do arrendamento, pois, conforme seu entendimento, o arrendatário cultivaria de qualquer jeito.

O entrevistado 17 destaca que as áreas arenizadas não estão aumentando, ao contrário, percebe que há uma diminuição das manchas de areia. Entretanto, entende que, se nada for feito, a tendência é aumentar, e que, se está diminuindo, é porque há investimento com vistas à recuperação. Afirma ainda que, se tiver gado sobre essas áreas frágeis, haverá piora do estado da terra.

Há o reconhecimento da condição de solo arenoso na seguinte exposição:

Olha, não aumentou muito por que, por causa desse eucalipto né, mas hoje, ele não é um deserto de pura areia, ele é um campo com, que tem areia no meio da grama sabe, é um campo muito ralo e se for considerar isso daí, hoje daria umas 30 hectares talvez, desse campo ralo assim que se cavocar com a mão tem areia embaixo, do lado. Se percebe (21).

Percebe-se a necessidade do entrevistado de justificar que o areal em si já conseguiu cobrir-se de vegetação e o seu esforço para demonstrar que é um *campo bom*, já que está vegetado – ainda que ele ressalte, mais de uma vez, que é areia pura com grama por cima e que, se escarafunchar, encontrará areia – e que não se trata mais de areal, pois está coberto de pasto.

4.5.1 A “recuperação” aos olhos dos entrevistados

É essencial destacar que a ideia de recuperar liga-se à possibilidade de as áreas arenizadas serem utilizadas economicamente. Assim como houve entrevistados que afirmaram não medir esforços para recuperar suas áreas arenizadas (4; 6; 11; 17; 18; 24), também se ouviu como desculpa, para nada fazer, que a recuperação sai mais caro do que comprar novas terra (7; 9).

Categorizaram-se as respostas obtidas em *naturais* e *intervenientes*. A categoria natural relaciona-se à representação de que foi por acaso e inesperadamente que algo nasceu em meio às areias, como se observa na seguinte fala:

Hoje, *surpreendentemente*, até tu tirasses as fotos, tem lugares ali no interior do areal que já está nascendo umas touceirinha de planta. Isso há 5, 8, 10 anos atrás, 15 anos atrás, isso não existia. [...] já tem um arbustinho aqui, um arbustinho lá... Então parece que existe um processo de, estabilizou e está começando, natureza, começando a querer uma acomodada. [...] Eu acho que tem perfeitamente, por exemplo, voltando um pouco naquele caso, ali tu tem uma área que, tu tem praticamente um arenito direto da rocha que não sofreu nenhum tipo de deposição de matéria orgânica, então tu tem areia em seu estado bruto sendo depositada, a partir do momento em que daqui a pouco isto estabiliza, tu consegue estabilizar com alguma vegetação primária e tudo mais, aí começa um processo de, vai entrando alguma coisa de matéria orgânica, vai estabilizando, vai retendo a umidade, vai aparecendo uma plantinha e coisa, é um processo lento; é um processo de acomodação e de *dinâmica de um ecossistema, de um ambiente pobre* (1).

Percebe-se ainda que, embora mais de um entrevistado identifique o processo de arenização como sendo natural, no que tange aos mecanismos de recuperar os areais e as voçorocas pelo viés econômico-produtivo, somente um depoente contemplou a possibilidade da ação da natureza. Todos os demais entendem ser necessário intervir no meio para modificar a condição de arenização da propriedade.

Já a categoria interveniente, como o próprio nome indica, considera as ações antrópicas sobre as áreas arenizadas e, portanto, houve o relato dos acertos e erros cometidos:

O que se estava conseguindo se recuperar, com o plantio de melancia, tudo se perdeu (3).

Entretanto, outro entrevistado (8) elogiou, indiretamente, o cultivo de melancia, ao citar o caso dos arrendatários que plantam esta fruta e cujo acordo prevê que entreguem o

campo, no inverno, com *brachiaria* plantada, a qual seria, assim como a melancia, muito exigente em termos de adubo, o que vem corrigindo seus campos.

O plantio de eucaliptos como alternativa para a contenção do areal foi uma das primeiras ações destacadas, sendo referida por 61,5% dos entrevistados. Entretanto, não há consenso quanto à eficácia desta alternativa, o que variou conforme o objetivo principal, isto é, eliminar o areal e ou conter o avanço da voçoroca, ou explorá-lo economicamente.

Há reconhecimento de que os eucaliptos apresentam desenvolvimento deficitário quando estão sobre áreas arenosas, conforme se observa no excerto a seguir:

E um bosque com mais de 10 anos tu esperaria já plantas com outro diâmetro. Então, para se tornar economicamente viável, teria, o grau de investimento em cima, então se tu for transferir o negócio, é melhor tu colocar o negócio numa área não tão complicada, não tão frágil, não tão limitante, mas o objetivo é um objetivo ambiental, de contenção de duna, então aí tem outro tipo de leitura, outro tipo de, de, diferente, e o nível de propriedade, a nível de produtor e coisa, tu tratar disso é, ...é um pouco mais complicado do que... (1).

Importante ainda ressaltar que, ao ser indagado sobre a retirada do eucalipto e se será possível verificar uma mudança no areal, o entrevistado nega a possibilidade de sua extinção, dizendo que o areal continua lá, apenas ficará mais a mostra, e afirma, inclusive, que o eucalipto em nada mudou a arenização, alterando apenas a perspectiva visual, pois onde antes só se enxergava areia, agora se vê árvore, mas que, se estas forem cortadas, a areia será novamente visível (Figura 26 e 27).

FIGURA 26 – Eucaliptais no “deserto” de Puitã



FOTOS: Rozalia Torres, Maçambará (2011)

FIGURA 27 – Eucaliptais em areal de propriedade da Stora Enso



FOTOS: Rozalia Torres, São Francisco de Assis (2011)

O que é possível se observar nestas duas fotografias, que trazem imagens de cidades diferentes da do respondente – até para demonstrar que não se trata de um fato isolado e corroborar sua perspectiva –, é que visualmente há uma alteração na paisagem:

onde antes só se enxergava areia, agora há uma floresta. Entretanto, mesmo sem retirá-la, em ambas as imagens é perceptível que o substrato arenoso ainda permanece ali, que não foi suficiente o plantio de eucalipto para produzir uma cobertura vegetal que permitisse cobrir e fechar com matéria orgânica o areal, portanto, a retirada da floresta não alterará a condição da arenização, a mudança se dá no âmbito da paisagem, somente.

Contudo, este depoente acredita que se houver um corte seletivo do eucalipto,

E começar a deixar entrar um pouco mais de luz no interior do bosque, comece a revegetar alguma coisa. Talvez, mas o substrato está lá (1).

Outros entrevistados (4; 7; 13) ressaltam que o eucalipto não se presta ao areal, não cresce e tampouco recupera a areia, e que, com o corte da floresta de eucaliptos,

aí sim vai virá deserto (13).

Como contraponto, houve quem creditou ao eucalipto a capacidade de recuperar as áreas arenosas (5; 6; 8; 10; 11; 16; 17; 20; 21; 25), bem como afirma ter de cercar os areas para o gado não pisotear e ter de controlar a ação das formigas. Outros manifestam que ouviram dizer que a exótica desempenha-se bem nas áreas arenizadas (2; 10) ou, então, que é bom para uma coisa, como quebra-vento, mas não se presta ao areal ou como contenção da voçoroca (4; 13).

Junto com o eucalipto, há a proposta de consorciar com a pecuária, ação que, conforme o depoente 5, é uma experiência paranaense. Outro tipo mencionado de consórcio com o eucalipto foi o plantio de 2 pés de eucalipto para 1 de acácia, que seria retirada primeiramente para, depois, ser realizado o desbaste dos eucaliptos interiores.

O entrevistado 8 plantou eucalipto nas áreas mais arenizadas e afirma que tal ação conteve o areal. Ele pretendia plantar pastagem entre o bosque, mas o eucalipto não permitiu, pois a queda de folhas e galhos impediu o crescimento de outras espécies, além do mais, reconhece que a areia ainda está lá, apesar de afirmar que já recuperou em torno de 50 a 70% e que, atualmente, as manchas de areia estão esparsas. Este pensamento final converge com o que o entrevistado 1 dizia a respeito do eucalipto, ou seja, altera a paisagem, mas o areal permanece.

Além do eucalipto, verifica-se forte aposta na pastagem e no desenvolvimento de uma cortina vegetal como forma de barra-vento, assim explicado por mais de um depoente (3; 4; 6; 7; 9; 11; 16; 17; 18; 21; 25). Este quebra-vento foi mencionado como podendo ser

com eucaliptos, capim-elefante, taquara e bambu. A variedade de grama, adubada com esterco bovino – coletado na propriedade e aplicado junto às manchas de areia que foram cercadas para que o gado não pisoteasse e começasse a comer o que brotava – foi a ação desenvolvida em São Francisco de Assis, pelo entrevistado 4.

Na Figura 28, observa-se um campo completamente fechado com pastagem, e a tomada da fotografia não permite que se perceba que outrora havia um areal. Já a Figura 29, que pertence à mesma propriedade e foi fotografada no mesmo dia, em outro ponto, retrata um areal praticamente coberto com vegetação. Todavia, nesta imagem são perceptíveis as manchas de areia que ainda não conseguiram ter a pastagem ali fixada, apesar de haver sinais de que a vegetação está se alastrando e, em breve, já terá promovido o fechamento do areal com a cobertura vegetal. Comparando estas fotografias com a da Figura 20, nota-se como este proprietário realiza a semeadura sobre os areais, que vem sendo realizado há cerca de uma década, com plantio de semente em covas, devidamente adubadas organicamente.

FIGURA 28 – Pastagem sobre areal



FIGURA 29 – Plantio de pastagem sobre areal



FOTOS: Rozalia Torres, São Francisco de Assis (2011)

Conforme este entrevistado, os areais cuja pastagem já fechou permanecem cercados, e o gado pode frequentá-lo por meio turno, sendo retirado posteriormente. Ao ser indagado se está obtendo sucesso, ele respondeu:

Tudo, tudo, as grama que eu largo lá, de várias qualidade, de várias pastagem, tudo tá dando certo, que naquelas 12 hectare aonde não cabia mais 1 rês, o que dirá, hoje eu tenho 8, 9 animal. [...] *Achei vantagem*. Não faz quem não quer. É terra boa, é terra macia. [...] *um campo bom é tudo, um campo ruim é nada* (4).

Explicou que para o ano seguinte terá o dobro de lotação no campo, pois já teria recuperado muito, segundo diz. O trabalho desenvolvido por ele pode ser enquadrado na modalidade do

trabalho manual e minucioso, pois ocupa-se sozinho de sua propriedade. Eventualmente, para alguma atividade mais pesada, em que necessita de maquinário, é que terceiriza. Diz colher as sementes das gramíneas e semeá-las nos areais, fazendo pequenas covas em que coloca o adubo natural ou químico, e que junta cada esterco bovino que encontra pela propriedade para usar como adubo orgânico. Destacou, ainda, que as manchas arenosas se fecharam com gramíneas e que somente quando há intensas chuvas é que se abrem um pouco, mas, em seguida, ele pega muda de algum lugar e planta neste que fragilizou. Depois que ficou tomado por vegetação, o vento não teve mais ação para espalhar a areia, e a sua escolha tem sido por pastagens que rapidamente se dispersam pelo areal, por ramificação, conforme explicado pelo entrevistado 8.

A necessidade de manter uma cobertura vegetal é apontada por alguns depoentes como essencial na recuperação das áreas arenizadas (15; 17; 18; 26):

A primeira coisa é estabelecer uma cobertura, fechar a área, estabelecer uma cobertura, porque a gente nota que a falta da cobertura que vai aumentando, a erosão eólica é muito forte. Mesmo que não tenha a pecuária, a erosão é muito forte e a primeira coisa é conseguir estabelecer uma cobertura (18).

O entrevistado 6 lamentou não poder utilizar fertilizantes em virtude do custo, mas afirma fazer pousio para ajudar a manter a fertilidade natural do solo, evitando o pisoteio do gado. Altera de tempos em tempos o potreiro, que neste momento está à montante da voçoroca, uma vez que, conforme sua interpretação, a ação das águas pluviais ajuda a levar a adubação natural terreno abaixo.

Destacando possuir uma postura diferenciada da de seu pai, já falecido, um entrevistado ressaltou que, após assumir a administração das fazendas, decidiu investir na qualidade do campo, mas não deixou de se queixar da falta de retorno dos pesquisadores que visitam suas propriedades:

[...] tô fazendo umas pastagens, as braquiárias, arrumei as casas, arrumei tudo que tinha pra ser arrumado, agora esse inverno eu pretendo dar jeito naquelas erosões. E fazer não sei o quê que eu vô fazer. Ali vinha bastante gente de Porto Alegre lá olhá, mas quem vinha, vem mais ali é o pessoal da Universidade de Santa Maria. [...] Não sei quantos anos vem lá e nunca disseram uma solução pra gente. *Se não era pra terem vindo aqui um dia...* Faz muito mais de 10 anos que estudam ali. Se não eram pra ter vindo aqui, falar que, o quê que podia cultivar ali e coisa. *Nunca na vida se prestaram pra isso.* Só vem aí, andam de ônibus, pra aí e tudo e coisa. E o meu propósito é agora no inverno, calma mais o serviço, não sei se eu vou fechar aquilo lá. Que me dizem que eu tenho que fechar e no contorno dele plantar eucalipto primeiro pra ver se segura um pouco e depois no meio não se sabe o que. Não sei se planto tudo de eucalipto. [...] Mas eu este inverno estou disposto a começar a fazer alguma coisa. [...] Só não sei o quê que vou fazer. Sei lá. Não sei

se... Tem umas firma aqui que plantam eucalipto, tem horrores de plantaço de..., se de repente eu arrendava para eles, não sei, vou procurar alguma firma assim né. Se de repente se propusessem a plantar naquelas áreas, a fechar, plantar tudo para terminar aquelas erosões né. Sei lá (10).

As *brachiarias* estão entre as pastagens mais citadas dentre as que alcançaram melhores resultados no fechamento dos areais. Alguns inclusive mencionaram ter plantado no alto da voçoroca para que se ramificasse de cima para baixo (11; 12) e afirmam que tal ação está surtindo efeito.

Outro entrevistado salienta que as cercas devem ser feitas e refeitas conforme a necessidade, por areal e por voçoroca, e explica:

Se todos fizessem assim eu acho que calçava este areal; terminava (4).

Entretanto, as cercas não são unanimidade na fala dos entrevistados, seja pela falta de recurso para fazê-las (15), seja por que não veem tal ação como necessária. Outros deixam o gado livremente no campo, e fecham as áreas arenizadas somente no período da semeadura (5; 12). Há quem afirme não poder cercar as áreas das voçorocas por limitar muito o espaço de campo, apesar de já ter perdido gado por cair nas voçorocas (12).

As ações para controle das voçorocas são bem mais variadas e melhor sucedidas do que as tentativas para com os areais:

Houve sucesso em alguns locais, mais na voçoroca (3).

Alguns entrevistados teceram considerações sobre como conseguiram controlar a voçoroca:

Tratei voçoroca né! Tapei com trator e esteira, fiz uns tipo murundum, gramei os murundum. [...] Fazer grama, reforçar pra ter segurança né. Gramei ele, botei outro tipo de pasto que não era o tipo de pasto que tinha ali, talvez um erro, mas tem que ter um pasto que produz, aquele nativo não produz... Pensacola. [...] Olha que eu to tirando aquela pastagem natural ali, não sei como é que vai se comportar meu pasto daqui uns anos. Ali naquele pasto natural tinha capim limão, grama branca, tinha esse guavirova, tinha pêssego, campo vai, tantos tipos de diversidade, né. Própria da região. Eu substituí só por uma gramínea (5);

Foi feito através de, de, do trator. Eles passavam o pé de pato, o subsolador e aí afrouxava no costado e com a lâmina eles foram tapando. Escavam e aí de longe eles vinham com trator e colocavam um trilho atrás do subsolador e começam de ré a empurrar. [E o que colocaram em cima?] Nada. Foram botando a planta direto. Foram botando a planta. E aí claro, ficou ondulado só, mas a voçoroca tapou. E hoje está completamente coberta. Tudo com plantaço em cima (13);

Bom hoje nós tamos fazendo um trabalho, primeiro trabalho que se faz é fazer um aplainamento, tapar todas erosões que tem, fazer um nivelamento, um aplainamento e depois se inicia uma semeadura com, faz uma correção com

calcário, com adubo e se inicia então uma semeadura de gramíneas que sejam mais de fácil adaptação a esses solos fracos né, com aveia, aveia preta e algumas grama como estrela africana ou essas bermudas (17).

O respondente 17 ressalta ainda que as áreas em processo de correção devem ser isoladas do gado. Menciona possuir áreas arenizadas que já estão com cobertura vegetal, mas, como ainda as percebem frágeis, estão isoladas do gado há quase duas décadas, por exemplo. As que já estão sendo exploradas com plantio direto, por sua vez, têm muita palha e adubação e se encontram isoladas do gado a fim de que possa se manter uma forragem de palha para a próxima semeadura.

Um entrevistado (5) mencionou a quebra do talude da voçoroca para nivelar o terreno como uma forma de acabar com a erosão e, conseqüentemente, sua expansão. O plantio em terraços nas voçorocas também foi mencionado (12) como opção que diminui o processo erosivo. Outra prática comum a alguns entrevistados é introduzir na voçoroca areia, rejeito da lavoura, galhos de árvores, etc. Houve quem simplesmente aterrou a voçoroca, retirando de outro ponto da propriedade o material com que a cobriu. Também foram citadas ações em que as voçorocas foram tapadas com terra da propriedade, nivelando-as, e depois foram feitas correções com calcário para melhorar o solo.

Quanto às tentativas para ver a voçoroca recuperada, a ideia de preenchê-la perpassa a mente de muitos. Alguns o conseguiram porque, dispondo de máquinas em suas lavouras, realizaram aplainamento e semeadura (17; 18); e outros porque contrataram o serviço (5); houve quem levou galhos e rejeito do campo para dentro da voçoroca (4); assim como quem arrendou as terras para que o outro recuperasse (13); ou quem realizou o plantio de pastagem de cima para baixo e dentro, com árvores (6; 15); o plantio de taquaras (9; 19); fez cerca e plantou taquaras e árvores frutíferas (20); e, ainda, quem jogou para dentro madeira e pedra (21). Há, também, aqueles que desejariam tomar alguma atitude, mas a falta de recursos financeiros os impede (11; 12).

Alguns já iniciaram uma forma de conter a ação erosiva, outros ainda estão no plano ideativo, como se observa no depoimento a seguir:

Não sei. Não, não, vejo assim ó, pensei em fazer o que, em colocar ali no interior da voçoroca essas, essa, sarandi, algum tipo de planta que pudesse... O problema é que a força d'água ali é tão grande e a dinâmica do terreno tá sendo tão ali, coisa, eu tenho certeza que na primeira chuva forte a planta vai embora (1).

Todavia, assim como afirma estar pensando em fazer algo, também manifesta já possuir a convicção de insucesso no empreendimento.

A carência de recursos financeiros faz com que alguns pensem no que poderiam estar fazendo para diminuir as áreas arenizadas, como, por exemplo, plantar algum tipo de pastagem ou árvore que a elas se adaptassem.

Contrário ao uso do eucalipto, há quem afirme que seu plantio não se presta à recuperação das áreas arenizadas:

Não serve de contenção da voçoroca o eucalipto, porque no meio, aqui mesmo, tá certo que esse eucalipto aí, eu acredito, que ele não tenha a mesma raiz do eucalipto comum, por que este é um eucalipto híbrido, que em 7 anos eles cortam, é da Stora Enso. E aí ó, aonde tinha voçoroca vai indo, vai engolindo eles igual, só que a raiz dele, pra mim é muito mais frágil do que de outro eucalipto, porque até o pessoal comentava que isso aí ia ser um problema de..., pra puxar as águas, pra secar, só que já faz 3 anos que tá aí, as vertente que tinha no costado [da voçoroca], tem ainda, correndo água conforme era, tá correndo igual. Então, nesses 3 anos que tem o mato aí, não deu pra perceber nada de movimento que, que viesse a consumir mais água (13).

E, finalmente, alguns respondentes (4; 5; 6; 11; 12) afirmaram que a voçoroca que possuem em seus campos já está praticamente fechada e que inclusive já plantaram dentro da voçoroca, o que ajudou a conter a erosão.

4.5.2 A arenização como “problema”?

No tocante à arenização ser ou não considerada um problema para o entrevistado, foram atribuídas respostas positivas e negativas. Geralmente, os depoentes negam ser um problema quando consideram a arenização de gênese natural, bem como quando não parecem demonstrar preocupação com a área, como se observa no trecho a seguir:

Mas assim ó, *é uma preocupação?* Não, não é. Não é por tudo isto que te digo. Não noto ela avançando (1).

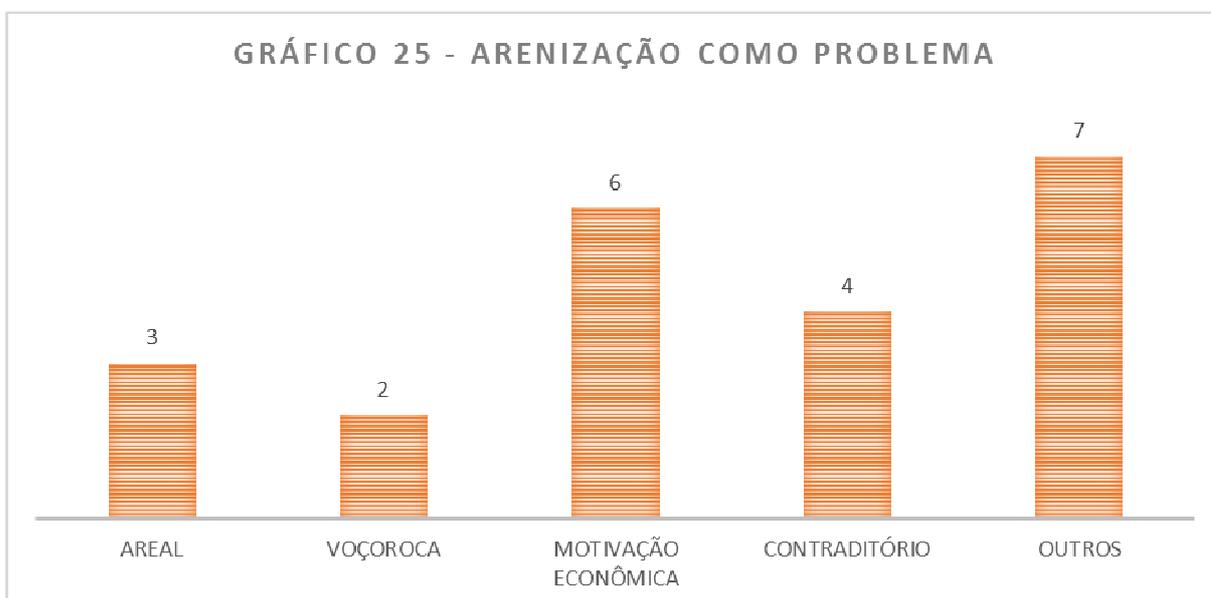
As repostas negativas também estão associadas ao discurso daqueles que estão conseguindo alterar o perfil de arenização, conforme segue:

Não, por que elas vão tapando pareia. É a coisa mais engraçada. Então teve gente da EMATER mesmo que me disse que tinha que mandá fazê análise, porque a terra, porque tem terra de erosão, tem terras fraca, manchada, que tinha que mandá fazê análise pra ver que tipo de grama eu ia plantá. Mas porque análise se o que eu

largo aí vem, ó?! *Não tem espécie de grama que não venha*. Só o que não desenvolveu muito foi a acácia [...] Aqui na casa tão linda, mas lá, porque a terra é mais fraca. Mas eu plantei eucalipto, plantei essas outra alvezinha aí, tem um mundo de alve, taquarera, o que a gente vai largando, como eu digo, é só plantá. Por que se vai esperá caí do céu por descuido, não cai. *Que não cai, não cai*. Era uma muda que eu levava pra lá, era uma bolsa de semente, porque eu limpava o terrero, porque eu sempre limpei, levava pra lá. Tá lá pra vê onde eu larguei nos monte. Então não tem como fazê anális, pois é só fechá e plantá, se interessá. O único que de vez em quando me dá uma ajuda é as formiga, mas eu mato né. As formiga gosta né. *Formiga é bichinho safado* (4);

Não, agora até que não, mas de primeiro sim, tocava um vento de lá, não dava pra aguenta aquela ventania de areia. Agora não. Agora se vem uma tormenta, uma coisa, pode ver não sobe (15).

No Gráfico 25 constam categorias estabelecidas a partir do que foi apontado como origem da situação-problema, ou seja, alguns foram explícitos em adjetivar o problema, outros foram enquadrados em uma das sete categorias em virtude da explicação por eles fornecida. Merece que se explicita, neste momento, as categorias *contraditório* e *outros*. Na *contraditório*, enquadram-se aqueles que iniciam dizendo que não é um problema, mas citam algo que lhes desagrada, como a improdutividade, por exemplo. Na categoria *outros*, agrupam-se as respostas que não se ajustavam às demais.



FONTE: Organizado pela autora (2013)

Dentre as negativas em considerar a arenização um problema, há alguns discursos contraditórios:

Problema não, problema não é, só eu queria que elas fossem produzidas. A gente é capitalista né... Não dá pra ser demagogo! (5);

Não, até agora não tem assim que insista, o único problema é que vai, vai terminando o pasto né, o pasto que ela vai cobrindo com as areias (19).

Nestes depoimentos, a contradição que se estabelece é o não entendimento como um problema agregado a uma justificativa econômica que o impede de produzir mais. Mas houve ainda depoimentos que combinaram a motivação econômica com a questão estética, como no seguinte caso:

Problema não né, só que diminui a capacidade do campo né. Quantas reses poderia ter a mais ali né, e uma que eu acho feio aquilo ali né. Tem que corrigir para ficar bonito né. Eu gosto das coisas bem arrumadinha. [...] Quantas cabeça de gado poderia ter em cima daquilo ali né? No caso, se eu planto eucalipto, eu não vou ter as cabeças de gado, mas esse eucalipto vai me dar um lucro, claro que mais a longo tempo, mas vai me dar né, com a madeira, ou se for o caso de eu conseguir com uma firma plantasse lá, sei lá, de uma forma ou de outra vão ter de me recompensar né (10).

Há, também, a contradição de que o areal não é problema, já as voçorocas sim, em virtude do reconhecimento de uma capacidade erosiva, ao menos visual:

Não. Sim, as voçorocas sim, né, pois vai destruir todo o campo né, daí vai criar aonde? (20).

Outra contradição que se estabeleceu foi no sentido da não qualificação como problema e, paralelamente, a manifestação de que ocorre um impeditivo produtivo, expresso no desejo de transformar estas áreas arenizadas ou mesmo quando o entrevistado detecta, neste processo natural, uma viabilidade de exploração econômica, como o aproveitamento turístico destas paisagens:

Não, pelo contrário, é uma oportunidade (23).

Já com relação às ravinas e voçorocas, o quadro se altera um pouco, pois o impacto visual e o poder erosivo de perda de solo das voçorocas é muito superior ao dos areais, como se observa no excerto a seguir:

É sim uma preocupação a área da voçoroca. A área da voçoroca é uma preocupação e um problema que..., não sei se está avançando, *ela me incomoda*. [...] A voçoroca em si, *o impacto visual*, o problema em cercar e principalmente o fato de que junto com a água da voçoroca todo o lixo que atiram na estrada vai pra dentro do campo (1).

As respostas positivas quanto a considerarem estas áreas arenizadas como problema foram atribuídas quando aparecem justificadas, especialmente a partir de uma motivação econômico-produtiva. A motivação econômica pode ser dividida em produtividade, como nos seguintes depoimentos:

Sim. Sim. Pagava bastante por ano e não sustenta animal nenhum. Por que é só areia. Não dá pra plantar, diz que pro eucalipto é bom, né? [...] Imposto muito alto e pra gente não servia, não dava pra plantar, não dava pra tê animal (2);

Representa principalmente por que a gente perde este campo né. Esse é um campo perdido, pra nós hoje é perdido, não nasce nada ali, podia ser, podia ter um animal a mais pastando no campo ou coisa deste tipo (21);

É como eu te disse né, baixa produtividade por que se tu vai a mesma produtividade lá da fazenda tu não pode excluir esta área né. Tu tem que fazer por hectare e ela está incluída né. E é uma zona de pouca produção (25);

ou, então, pelo viés do pagamento de imposto sobre áreas improdutivas:

Sem dúvida. Representam sim, por que tudo volta à economia, da região, da pecuária e agricultura, se nesses locais não pode fazer nem pecuária, nem agricultura, há uma perda né, não tem, é um problema, e outra coisa né, essas manchas de areia elas tendem a, muitas vezes são, elas migram, se movimentam, em função do vento, do próprio escoamento superficial e vão avançando. [...] É perda de solo agricultável, é assoreamento dos corpos d'água. É realmente para o produtor rural um problema (3);

Representa. O problema é que eu to com a terra ali e sofre, não faz nada dela, só ocupa o meu dinheiro, eu pago imposto, eu pago tudo e não, e me dá tristeza, vou no campo e fico olhando, o que que eu vou fazer com isto aí? (9);

porque há uma tendência de expansão pelo mau uso do solo:

Mas, gravíssimo. Eu entendo o maior, que se não conter ela vai cada vez ficando maior e o problema vai cada vez ficando maior, e o problema, do jeito que tá agora com essas ocupação aí muito, muito desenfreada, de criação, porque eu faço manejo. Eu não rapo uma área para depois colocar na outra. Eu procuro manter tudo... [...] Eu acho que o não fazer nada é o pior de tudo (6);

pela combinação de pouco espaço e perda de gado nas voçorocas:

Sim e muito. Problema no caso de, de, de, de, por que a gente tem pouco, pouco, pouca terra né. Então essas manchas não dá pra pôr o gado, que no caso que a gente cria né. E nas partes da voçoroca, como te falei já, ainda perde gado né. Então, são dois problema que eu enfrento. Por que ela, ... não dá pra plantá nada, porque é areia, deserto né. É muito fraca e na outra, nas voçoroca eu perco o gado, porque cai ali nos valo e morre né (12);

pelo custo de investimento para buscar contornar a arenização:

Mas problema, de fato, baita problema e ali, aquilo ali era uma coisa perdida para nós no caso. Só a única coisa era recuperar assim [com os eucaliptos], aí era uma baita de uma despesa, muito grande. E quando surgiu aí esta firma comprando, aí eu investiguei o negócio e arrumei jeito deles comprarem né. E até pagaram mais ou menos, por que se fosse vender, pra, não tinha, ninguém comprava aquilo lá. Eles pagaram bem mais ou menos, por que aquela nossa área lá ninguém comprava, era areia mesmo, umas dunas de areia, ninguém queria, e até houve um problema entre eles, por que este técnico deles, engenheiro que comprou, fez o negócio era lá do norte, ele só conhecia deserto eu acho, pra lá, e veio por ali, quando tinha macega aqui, ali, pra ele era terra boa. Aí depois excluíram o cara,

botaram pra rua e não queriam mais, e não queriam mais esse negócio¹⁸⁷ ali, mas aí tinha contrato e tudo (16);

Bom, é praticamente se não trabalhar, é uma área perdida né. Agora, o custo de recuperação dela é mais caro que o custo da terra na região. Então por isso os proprietários não, não tem assim, investido em cima na recuperação. É mais econômico eles comprar uma área do que recuperar aquela área que tá, o qual não tem incentivo nenhum, como não tem incentivo nenhum, então o proprietário simplesmente ignora aquela área e compra outra área se for o caso, ele ignora aquela área e deixa (17);

ou, ainda, quando não aponta a arenização propriamente dita, mas a falta de recurso para investir na propriedade, conforme segue:

O problema é mais assim ó, dificuldade de maquinário, que a gente não tem como tinha vontade de conseguir, assim, calcário que não tem como esparramá (11);

Ah, representam, é investimento contínuo para recuperar. E tu gasta mais e tira menos. Terras que tu gasta mais, até o teu retorno sempre ali vai ser mais baixo, porque o teu custo, continua alto, então tu tem que ter, como a terra é minha e tu tem uma escala de negócio, então aquela área tu tem que usar, então naquela área sempre eu to gastando mais. Muitas vezes eu nem sei se to trocando 6 por meia dúzia, como se diz aí, né! (24).

Entretanto, a positividade vincula-se também ao estado emocional do sujeito, pois, conforme as palavras de um depoente, caracteriza-se por ser um problema:

Psicológico, grande já. A tua impotência né! É como se tu tivesse perdendo um paciente e tu não pode fazer nada. Não adiante reanimar, não adianta dar adrenalina, não adianta entubar, não adianta dar oxigênio, ele morre fatalmente (7).

Todavia, ele finda sua consideração acerca da arenização dizendo que não compensa economicamente buscar recuperar o prejuízo causado pela impossibilidade de colocar o gado em cima.

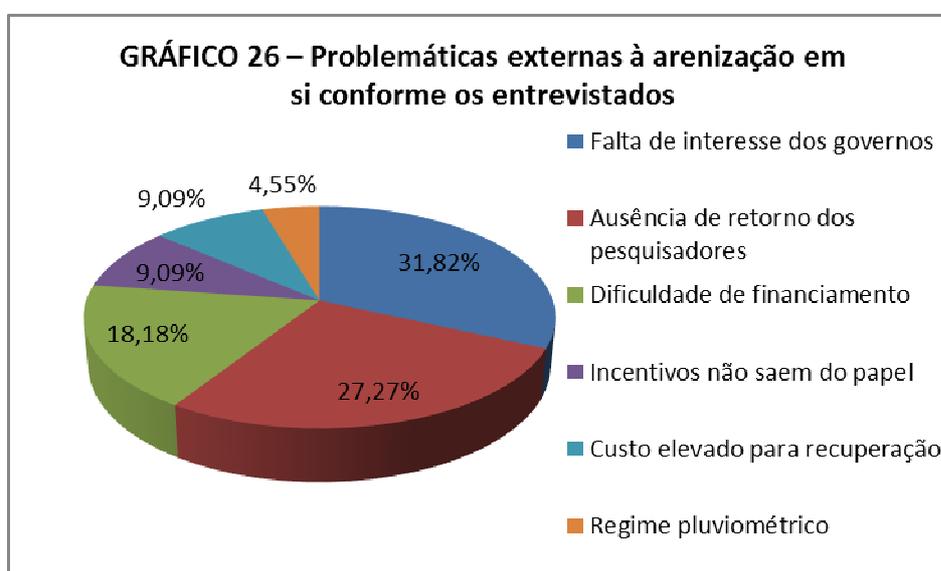
A condição em si da própria areia e os impeditivos também são apontados positivamente como problemas:

As manchas de, de areia? Não tem pasto né, não tem pasto, e, e, a gente no campo, onde tem essas manchas, tem até que desviar com o próprio cavalo, porque o animal falseia, força muito, porque é frouxo (8);

O único problema que, que causava, é quando fazia, vinha um tipo de tormenta, ou vento norte e levantava bastante areia. Como que vou te dizer, vinha a poeira, levantava areia pra gente respirar (13).

¹⁸⁷ Diz ter vendido em 2007. Neste período a empresa já começa a ter os resultados de suas ações na justiça desfavoráveis à aquisição das terras por estarem todas na faixa de fronteira.

Houve quem tenha apontado como problema não o processo de arenização propriamente dito, apesar de passar por ele, mas a falta de retorno dos pesquisadores no sentido de fornecer informações sobre como “recuperar” um areal ou uma voçoroca, qual pastagem melhor se adapta, que tipo vegetal deve ser utilizado; bem como críticas aos projetos até então desenvolvidos com vista à melhoria das condições da fronteira oeste, que jamais saem do papel; a falta de iniciativa governamental, tendo alguns se declarado revoltados com a postura dos políticos, que nada fazem pela região; a carência de recursos públicos, mais especificamente de financiamentos bancários para correção de solo, ou ainda que estes incentivos terminam por não sair, pois são muito burocráticos, e o regime de chuvas. Estas problemáticas compõem o Gráfico 26.



FONTE: Organizado pela autora (2013)

A partir do Gráfico 26, visualiza-se que as principais queixas giram em torno da ausência de incentivo governamental e o pouco ou nenhum retorno aos proprietários por parte dos pesquisadores que há anos estudam aquela região. Entende-se que a falta de interesse dos governos, a dificuldade de financiamento e os incentivos que não saem do papel remetem todos ao contexto político e somados representam, praticamente, 60% das queixas dos entrevistados.

5 ARENIZAÇÃO, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MÍDIA JORNALÍSTICA: CONSONÂNCIAS OU DESINTELIGÊNCIAS?

As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante

(MARX, 2002, p. 65)

Aqui se encontram desenvolvidas as relações dialógicas entre as representações sociais dos areas e suas possíveis conexões com o que foi exposto pela mídia jornalística. Estudar as representações sociais *linkadas* ao cotidiano, se presta para compreender como os sujeitos constroem seu conhecimento, além de servir, também, como instrumento intervencionista capaz de formular proposições às políticas públicas, bem como às ações comunitárias.

Para tanto, este capítulo tem sua estrutura seccionada em quatro partes: as palavras-chaves e as convergências entre o que é apresentado nos jornais e o enunciado pelos entrevistados; desertificação ou arenização e as incongruências presentes no uso destes vocábulos; o florestamento com eucaliptos e a chegada da multinacional Stora Enso, que movimenta a opinião pública por cerca de 4 anos quanto à possibilidade de alavancar economicamente a Metade Sul do estado; e, finalmente, a confluência acerca da gênese do processo de arenização e recuperação, culminando com o lamento dos entrevistados.

Entende-se que as relações possíveis estão imbricadas e, ainda que se busque um ordenamento dos assuntos, como eles são inter-relacionados, alguns tópicos irão ser abordados em mais de um momento neste texto, justamente por possuírem muitas relações. Este é o caso, por exemplo, do eucalipto, que será discutido tanto sob o ponto de vista da recuperação de áreas arenizadas, quanto do agronegócio ou, ainda, em razão da discórdia observada no discurso dos entrevistados quanto à sua eficácia produtiva junto a áreas arenizadas.

Neste sentido, procuram-se abordar consonâncias e discordâncias entre as representações sociais dos entrevistados sobre o processo de arenização e a ideologia expressa nos jornais ZH e CP, bem como as aproximações e desinteligências entre as representações sociais, no tocante à arenização ser um problema para os entrevistados e

como eles percebem as possibilidades de recuperação destas áreas, e o que foi apresentado pela mídia jornalística.

É neste capítulo que se encontram respondidas as hipóteses levantadas outrora, assim como se apontam algumas ações possíveis, especialmente quando se passa a abordar os descontentamentos de muitos entrevistados, já que, das inúmeras queixas, muitas seriam solucionadas com ações que estão ao alcance de proprietários, técnicos e cientistas.

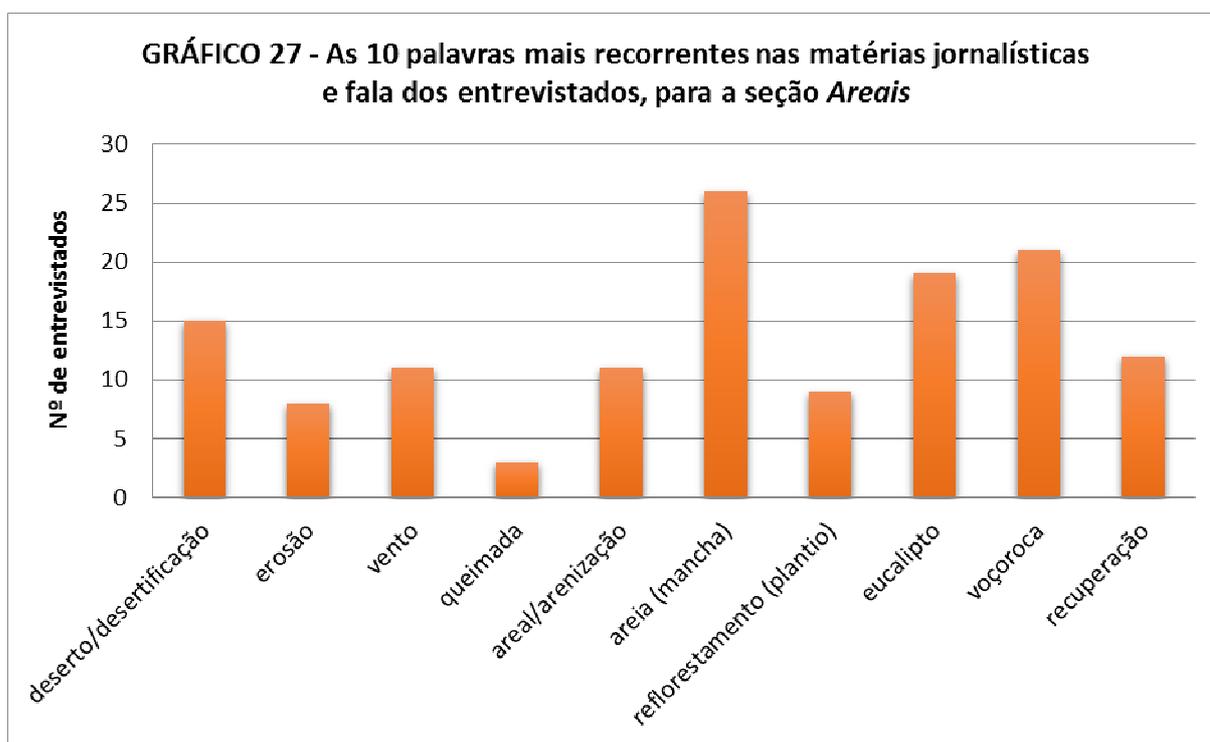
5.1 AS PALAVRAS-CHAVE E SUAS CONVERGÊNCIAS

A difusão do saber, através dos mais diversos veículos formais e informais de aprendizado, permitiu aos sujeitos terem, minimamente, algum conhecimento sobre determinados fatos, como se observa na fala de alguns entrevistados, no tocante ao processo de formação dos areais, ou ainda no uso de uma terminologia mais adequada para se referirem ao fenômeno estudado. Atentar para a gênese do senso comum, contagiante em ideias, consequência da socialização das descobertas científicas como ensinou Moscovici (1978, p. 22), pois “cada um aprende à sua maneira a manipular os conhecimentos científicos fora de seu âmbito próprio, [quando] impregna-se do conteúdo e do estilo do pensamento que eles representam”.

De acordo com Moscovici (1978, p. 25), “toda representação é composta de figuras e de expressões socializadas. [...] uma representação social é a organização de imagens e linguagem, porque ela realça e simboliza atos e situações [...] tornados comuns”. Assim como Moscovici identificou, em sua pesquisa sobre as representações sociais da Psicanálise, que determinadas palavras, certos aspectos existenciais particulares ou ainda fruto da atividade psíquica ganharam a imaginação, afetando intensamente o modo de ver dos homens e, portanto, com base nisto, muitas pessoas passaram a se interpretar, formar opinião sobre a própria conduta ou de seus pares, também nesta tese foi identificado um conjunto de palavras que, relacionadas ao processo de arenização, ganharam sentido na fala e no fazer dos entrevistados, sendo apresentadas nas Tabelas 5, 8, 11, 16, 18 e 20. Nestas tabelas encontram-se listadas as palavras e expressões mais veiculadas entre os dois jornais, bem como as mais enunciadas pelos entrevistados.

No intuito de avaliar se a ideologia expressa através das reportagens dos jornais analisados desempenha papel de relevância na formação das representações sociais dos entrevistados sobre o processo de arenização, passam-se a tecer comentários a partir do entrecruzamento dos dados presentes nas tabelas supracitadas.

Quanto à arenização, percebe-se que as palavras ou expressões mais recorrentes, tanto nos jornais quanto na fala dos depoentes, foram as menções a deserto e suas variantes; erosão e seus respectivos agentes – como assoreamento, queimada, desmatamento e vento; areal e arenização –; areia; plantio e (re)florestamento. As mais citadas em pelo menos um dos jornais e no discurso dos entrevistados foram ainda eucalipto, voçoroca – e suas derivações linguísticas – e recuperação, como é possível observar no Gráfico 27.



FONTE: Organizado pela autora (2013)

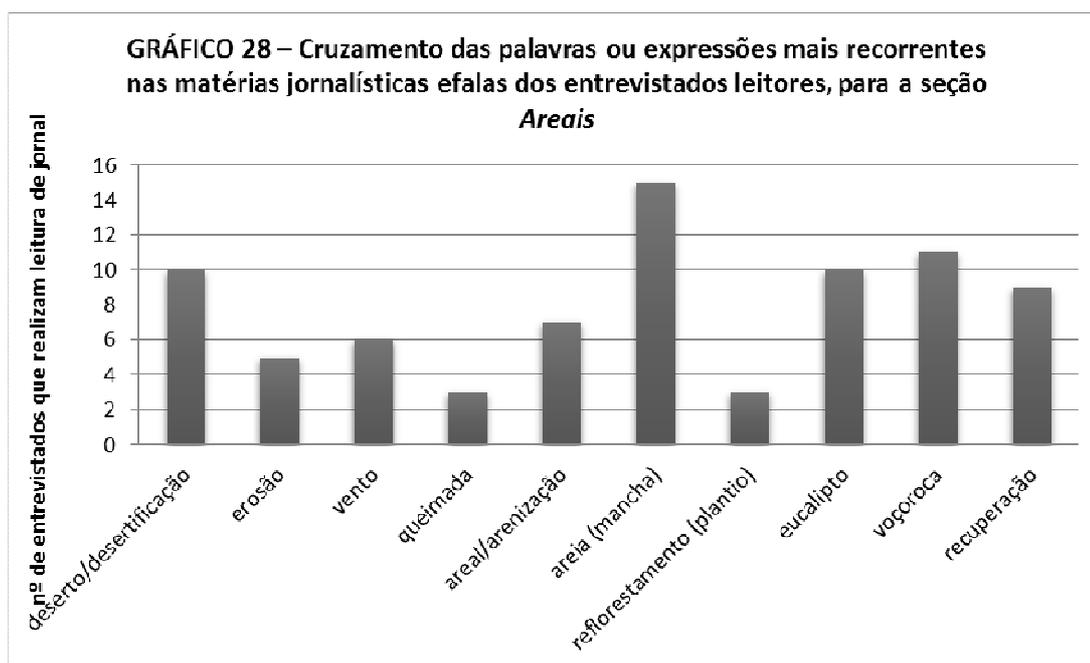
Este cruzamento possibilita verificar que as palavras deserto, areal e seus respectivos derivativos são utilizados entre os entrevistados como sinônimos, e isto nos diz algo sobre as representações sociais. Eles não se referem à aridez, que consta inúmeras vezes entre as reportagens, seja na ZH, quanto no CP. Para os entrevistados, a palavra deserto é empregada muito mais pela semelhança paisagística do que pelo conceito de aridez e sem vida que está por trás da ideia de deserto. Isto explica por que a palavra areia

aparece fortemente na fala dos entrevistados e está entre as mais citadas em ambos os jornais.

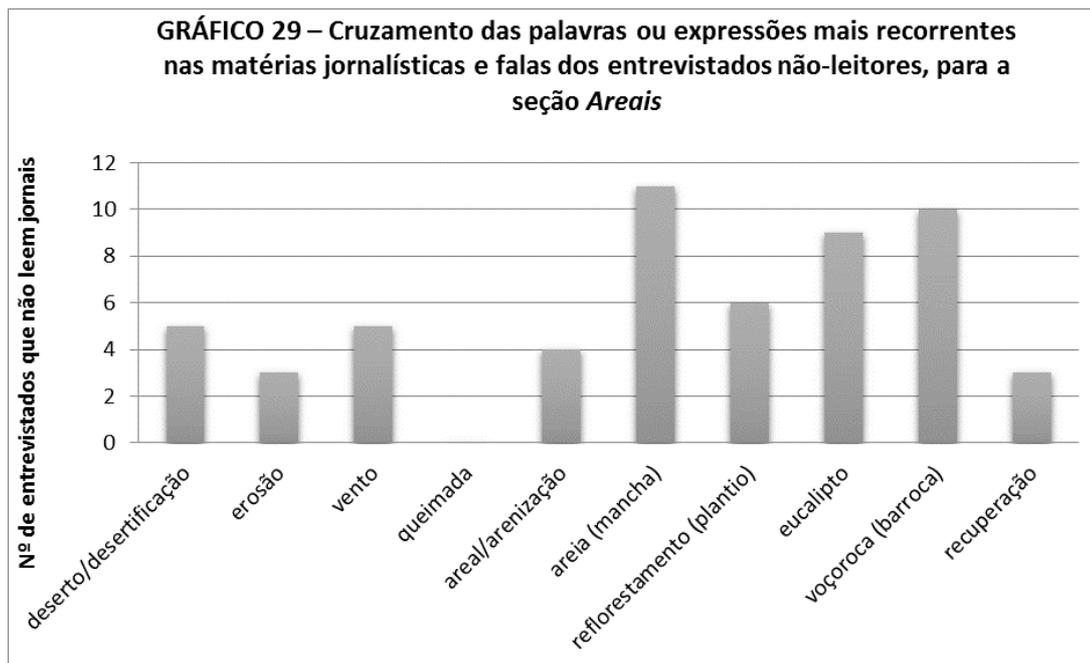
O sentido atribuído ao termo erosão é semelhante àquele apresentado na mídia, ou seja, designa o processo de degradação do solo. Igualmente, associam-se à erosão as palavras assoreamento, queimada, desmatamento e a ação eólica. A voçoroca é usualmente considerada uma erosão e por isto apareceu inúmeras vezes como sinônimo desta na fala dos depoentes, sendo, como já foi mencionado no Capítulo 4, por vezes também denominada barroca, valo, valetão e buraco.

Reflorestamento e plantio também figuram neste cruzamento entre os discursos dos jornais e dos respondentes, pois se ligam diretamente às seções eucalipto e Stora Enso. Por vezes, ao se referirem ao eucalipto, era mencionado apenas o *plantio* ou *florestar*, mas nas entrelinhas o que indicavam ser plantado era a exótica.

Portanto, para melhor elucidar o entrecruzamento das principais palavras e expressões veiculadas pelos jornais e presentes na fala dos entrevistados, foram consideradas as dez mais usuais, segregando agora os respondentes em leitores e não leitores. Assim, construiu-se o Gráfico 28 a fim de tabular aqueles que declararam realizar leituras de pelo menos um dos jornais aqui em análise e verificar a convergência de emprego entre estas palavras e as expressas na mídia. Já o Gráfico 29 apresenta os depoentes que não realizam nenhuma forma de leitura.



FONTE: Organizado pela autora (2013)



FONTE: Organizado pela autora (2013)

O que é passível de observar, a partir destes gráficos, como elementos dissonantes entre leitores e não leitores é diz respeito às queimadas, seja como processo erosivo, seja como forma de manejo do campo, que se fez presente apenas nas falas dos leitores. Ademais, como se trata do cruzamento entre as palavras e expressões mais utilizadas nos jornais e pelos entrevistados, uma relação possível de ser considerada é a ação coercitiva da mídia sobre o imaginário dos respondentes, pois a queimada aparece no discurso midiático, inclusive como uma das causadoras dos areais, o que será em breve melhor explorado, ao se abordar a compreensão dos entrevistados sobre a gênese do processo de arenização, cruzando os resultados obtidos com os dados apresentados pela mídia jornalística. É importante tecer, ainda, uma reflexão acerca daqueles que nada leem, pois preservam e/ou defendem suas práticas que são já de longo uso, sem considerá-las um problema, como é o caso da queimada – aqui em foco –, que faz parte da cultura de povos tradicionais e que é vista como uma aliada no campo, pois, conforme afirma o entrevistado 8, o fogo ajuda a rebrotar.

Já as referências ao plantio ou reflorestamento se fazem proporcionalmente mais presentes entre os não leitores. Isto não significa que os leitores não pensem no eucalipto, pois, ao se observar as alusões a esta exótica, percebe-se que elas aparecem com a mesma incidência do vocábulo deserto, enquanto os não leitores a mencionam, proporcionalmente, ainda mais. O fato é que o plantio de eucalipto é uma ideia disseminada entre os

proprietários e técnicos da região de estudo. Aqui não é possível afirmar que há uma influência decisiva da mídia. Ela está no discurso daqueles que defendem e daqueles que reconhecem que não traz nenhum benefício, apesar de que a expressiva maioria dos entrevistados possui eucaliptos em suas propriedades, seja como bosque para o gado se proteger da chuva e do vento, seja para o consumo de lenha, ou, ainda, como quebra-vento – com o intuito de, modificando a direção predominante dos ventos, quiçá minimizar sua ação sobre os areais, estabilizando-os – ou então como forma de contenção das voçorocas.

É comum nas propriedades, independente do tamanho delas, o bosque, inclusive de eucaliptos, cuja finalidade é o consumo de lenha, o abrigo do calor, vento ou chuva para o gado, a madeira, etc. A questão ambiental não reside nos pequenos bosques, mas justamente nas grandes áreas monocultoras desta exótica que está proliferando no sudoeste do estado. Fundamental destacar novamente que se está falando de extensas monoculturas de eucalipto no Bioma Pampa, cuja característica paisagística predominante é vegetação de campo.

Ainda destoa da fala entre leitores e não leitores a enunciação da palavra recuperação, majoritariamente utilizada entre os primeiros, visto que uma ideia fortemente propagada pela mídia é a de “recuperar os desertos”. Este tópico encontra-se melhor explorado mais adiante, quando se cruzam as ações prescritas nos jornais com as enunciadas pelos entrevistados.

Finalmente, como ponto divergente entre leitores e não leitores tem-se ainda que os primeiros apresentam mais inclinação a falar em deserto e processo de desertificação do que os respondentes que nada leem.

No que toca às hipóteses formuladas nesta tese sobre os efeitos do acesso ou não dos proprietários à assistência técnica, observou-se que aqueles que a recebem utilizaram de forma aleatória sejam as palavras que remetem a areal, quanto as que conduzem ao ideário de deserto, ao passo que os entrevistados que não a possuem empregam mais o vocábulo deserto do que areal, apesar de utilizarem de modo expressivo a palavra arenoso.

Os lapsos, atos falhos e palavras ditas pela metade denotam um ideário mais forte do que um conceito científico, que muito interessa às representações sociais, caracterizando-se pelo dito sem querer dizer. Nota-se, assim, que expressam o conteúdo, quando, por exemplo, querendo referir-se a areal, quase deixam escapar o termo deserto:

Outro dia chegou um cara pra mim e disse: ‘escuta, tu não quer vender aquelas areias, vender o deser..., a arenização?’ (1).

No decorrer de sua fala, este depoente, inúmeras vezes, incorreu em atos falhos, ficando clara sua intenção de falar os termos adequados ao fenômeno da arenização – até por que os conhece –, contudo, o costume de mencioná-lo como deserto é mais forte, fazendo com que enunciasse pela metade algumas palavras. Já na técnica da associação livre, a primeira palavra que veio à tona foi deserto, e a seguir ele apresentou toda uma justificativa da necessidade de que deveria ter invertido a ordem em que ele mencionou as palavras que lhe remetiam às manchas de areia, mas mencionou *a força do hábito* na denominação das areias como deserto. No excerto acima, não havia a necessidade alguma de tentar corrigir-se e empregar o termo científico correto, pois o respondente estava reproduzindo a fala de outro que se ofereceu para comprar a areia.

A tabela que dispõem a frequência com que palavras ou expressões apareceram no discurso dos depoentes (Apêndice F) explicita as repetições que se fizeram presentes na fala dos colaboradores, no momento das entrevistas. Tais repetições já foram abordadas por Moscovici, uma vez que

uma representação social condensa uma reflexão coletiva bastante direta, diversificada e difusa, sendo cada um dos participantes, até certo ponto, um autodidata que, como todo autodidata, tem por ideal o dicionário e a enciclopédia. Daí o estilo declamatório, descritivo, arborescente, cheio de repetições, de avanços e recuos, dos ‘textos’ produzidos ao correr ‘dos pensamentos que servem à comunicação imediata’ (1978, p. 79).

São repetições se fizeram presentes ora com maior, ora com menor frequência, no discurso expresso pelos respondentes, como, por exemplo, a expressão *calçar com bolsas*, utilizada 23 vezes numa entrevista de 85 minutos, no intuito de defender que as voçorocas podem ser contidas, desde que o proprietário impeça o avanço da degradação valendo-se de restos orgânicos encontrados na propriedade ou mesmo utilizando sacos com palha de arroz (4) a serem colocados no interior das voçorocas.

Para as representações sociais, a emprego da palavra em si – se é deserto ou se é areal – só tem sentido quando se depreende o conteúdo que está por trás de cada uma destas palavras, porque, no mais, são apenas topônimos. Dá-se o mesmo com as expressões que muitos utilizaram para denominar as voçorocas. Corretas ou não, adequadas ou não cientificamente, o que importa é entender o que uma expressão como valo, valetão, barroca significa para o enunciador. De posse deste vocabulário é possível se estabelecer um

planejamento voltado à intervenção social. Assim se percebe a importância das representações sociais, ou seja, a capacidade de compreender como o outro constrói seu pensamento e, com base nisso, estabelecer uma relação dialógica em igualdade de condições, para o seu entendimento.

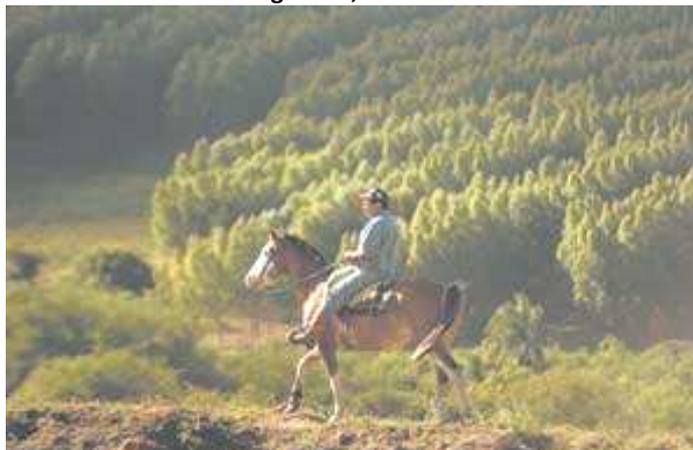
Compreende-se que a função da ciência é promover melhorias sociais, logo é necessário que se conheçam as formas de pensamento e de expressão dos grupos junto aos quais se pretende atuar, para então traçar um plano de ação capaz de ser compreendido pela maioria, pois assim os sujeitos envolvidos sentir-se-ão presentes, corpos atuantes junto às ações.

5.2 DESERTIFICAÇÃO OU ARENIZAÇÃO: DESINTELIGÊNCIAS

A hipótese desta pesquisa de que, na mídia, os termos massivamente utilizados para designar os areais e o processo de arenização eram deserto e desertificação se confirmou, bem como o fato de que as palavras adequadas ao fenômeno estariam sendo empregadas somente quando reproduzisse a fala ou pesquisa de cientistas. Ainda se confirmou a utilização de ambos os termos em uma mesma matéria, podendo levar o leitor a acreditar que se trata do mesmo processo.

Paradigmática do modo como se constitui a força ideológica para compor as representações sociais é uma reportagem do jornal ZH: há uma foto na contracapa¹⁸⁸ do jornal (Figura 30) identificada como “deserto”, com legenda que fala em processo de desertificação, ainda que no corpo da matéria estejam citadas 15 vezes a palavra arenização contra somente 4 para desertificação; 16 vezes aparece a palavra areal(is) contra 9 para deserto(s).

¹⁸⁸ Reportagem de nº 200.

FIGURA 30 – O gaúcho, seu cavalo e o invasor

FONTE: Jornal Zero Hora, 26 nov. 2008

Eis um exemplo claro de mensagem subliminar: a fotografia apresenta uma ampla mancha arenosa com vegetação esparsa, dando destaque visual à grande presença de areia, que pode, mnemonicamente, associar-se aos desertos, até porque é o que indica a legenda, além do fato de que, quem não lê a reportagem por inteiro, mas somente os destaques, deserto e desertificação são as ideias que se sobressaem. Esta matéria finda apontando para o trabalho apresentado no Atlas da Arenização e, no entanto, informa tratar-se de um fenômeno da desertificação no estado sulista.

É algo frequente na mídia gaúcha, representada pelo jornal ZH, de maior circulação no sul do país, apresentar uma foto com um gaúcho montado em seu cavalo, cavalgando pelo Pampa – área originalmente de vegetação de campo – e tendo ao fundo uma plantação de eucalipto, conforme Figura 30. Esta reportagem tinha como chamamento o “ouro verde”, sinalizando que a implantação do eucalipto neste bioma era a saída econômica para a região, bem como a solução para regressão e/ou estabilização das manchas de areia.

Qual a intenção que está por trás desta foto? Bom, no mínimo, que uma área florestada, no Bioma Pampa, não altera a rotina nem do cavaleiro, tampouco do cavalo, buscando demonstrar uma ideia de harmonia entre os elementos ali representados – a vegetação exótica figurativizada no eucalipto, o campo, o cavalo e o gaúcho.

Não foi apenas em legendas de fotografias que se encontraram dissonâncias. Também em inúmeros títulos de reportagens, de ambos os jornais, a ideologia repassada é alarmista, o que nem sempre correspondia ao do conteúdo expresso, pois, como bem ressaltou Moscovici (2012, p. 270), “os títulos dos artigos não coincidem sempre com o conteúdo”.

Assim, considerando a mensagem propagada a partir das fotografias escolhidas e das respectivas legendas que lhes são apostas, tem-se um conteúdo fortemente apelativo, sensacionalista e, sobretudo, falacioso. O Quadro 6 foi elaborado com o intuito de demonstrar o sensacionalismo presente nos títulos, legendas das imagens e frases alarmistas.

QUADRO 6 – Ideário dos títulos, legendas e frases alarmistas

Mensagem	Jornal	
	ZH	CP
A ameaça dos areais/desertos	2	0
Abandono do deserto	0	3
Apagão florestal	1	0
Área desértica	0	1
Areia exposta é carregada pelo vento	1	1
Ausência de água	0	1
Desastre: solo arenítico, castigado pelo uso contínuo de máquinas e insumos	1	0
Deserto de Puitã, exemplo da indevida utilização da terra	0	1
Deserto verde e os impactos da monocultura do eucalipto	0	1
Desertos gaúchos	1	0
Desmatamento avança deserto	2	0
É luto pela terra que morre; estado terminal	2	0
Ecologistas tentam salvar o que resta da Fronteira Oeste/ Salve o Pampa	2	0
Erosão que forma cânions	1	0
Escassez de florestas ameaça o estado	1	0
Eucaliptos barram a desertificação	1	0
Eucalipto vira fonte de energia e renda	1	0
Faltam recursos para vencer as areias	1	0
Floresta no Pampa/ Nova paisagem do Pampa	4	0
Impasse florestal: lei de fronteira congela investimento de US\$ 100 milhões	1	0
Implantar ¹⁸⁹ os desertos	1	0
Liberações ambientais ameaçam investimentos	1	0
Luta contra os desertos	1	0
Mar de eucalipto	1	0
O Pampa virou deserto/sertão	4	0
O Rio Grande devastado	1	0
Os desertos não param de avançar	4	1
As florestas da Metade Sul	2	0
Paisagem lunar	1	0
Parece terremoto, é erosão	1	0
Sem impacto ao ambiente	1	0
Solo arenoso e pobre de nascente entra em agonia	1	0
Vencendo o deserto	1	0
Vocação do Pampa é questionada	2	1

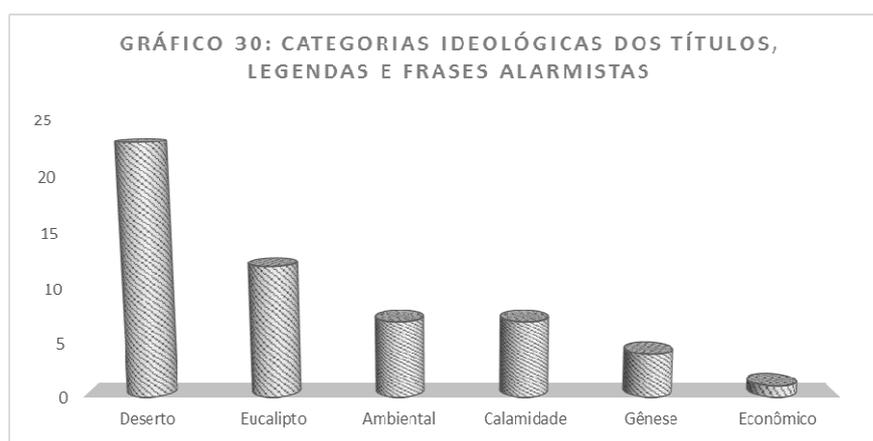
FONTE: Organizado pela autora (2012)

¹⁸⁹ Destaque para o termo “implantar”, pois, ao utilizar-se desta expressão na reportagem de nº 23, o jornalista Carlos Wagner passa a ideia de que “os desertos” foram inseridos, introduzidos naquele local, logo foi proposital.

O que se observa, a partir deste quadro, no primeiro momento é que a ZH desponta na mensagem sensacionalista, o que pode ser um reflexo da maior quantidade de matérias jornalísticas, que somaram quase 66% das reportagens encontradas sobre o tema em questão. Portanto, como o quadro não indica o título exato da matéria, mas aponta para a ideia a ser transmitida, é passível de inferir que, sim, a ZH apresenta o maior número de mensagens alarmistas.

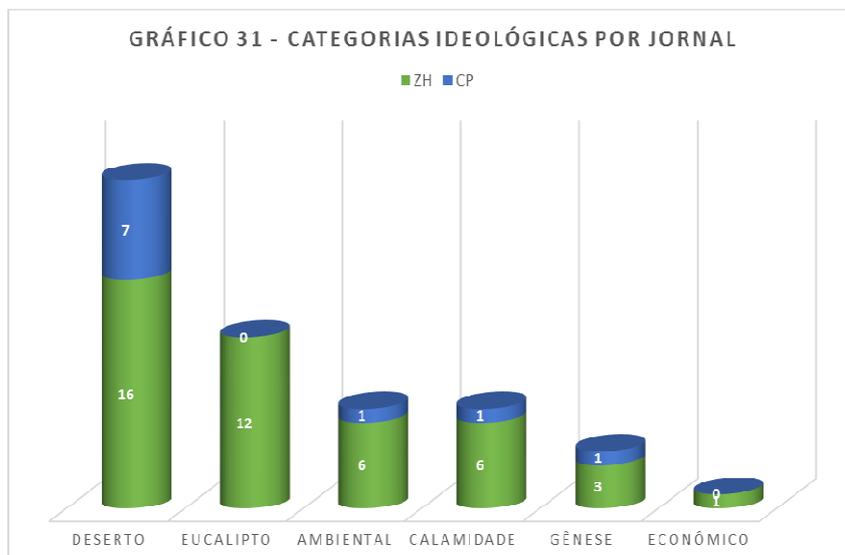
Dentre as reportagens alarmistas, nas de curto espaço de tempo, encontrou-se as que propagavam o “avanço das áreas desérticas”, apontando duplicação da área comprometida, seguida de reportagens que noticiavam que, graças ao florestamento, as terras áridas foram salvas. Ademais, foi alvo de notícia que o desmatamento no Bioma Pampa era o responsável pelo avanço do deserto. Como indicado na Figura 18, este Bioma originalmente não é de floresta para sofrer com o desmatamento. Por conseguinte, nítida a mensagem que propõe manter uma floresta inexistente, que, como não existe, há de se plantar, e volta-se ao cultivo do eucalipto.

No tocante ao conteúdo destes alardes, foi possível estabelecer seis categorias ideológicas (Gráfico 30): *deserto*; *eucalipto*; *ambiental*; *calamidade*; *gênese* e, *econômico*. Este gráfico leva em consideração o conjunto presente em ambos os jornais. Destaca-se a categoria que se refere a deserto, seguida das menções ao eucalipto.



FONTE: Organizado pela autora (2013)

Entretanto, se seccionamos estas informações por jornais (Gráfico 31), confirma-se que majoritariamente a mensagem alarmista se faz presente no jornal ZH, ao ponto de as categorias eucalipto e econômico não terem representação no CP. Quanto às demais – deserto, ambiental, calamidade e gênese –, a ZH mantém supremacia diante do outro jornal.



FONTE: Organizado pela autora (2013)

Cruzando estes dados alarmistas com o discurso dos entrevistados e considerando que 60% dos que decretaram, na técnica projetiva, a falta de solução para tornar aquelas paisagens produtivas são leitores, verifica-se a influência das mensagens alarmistas expressas nos jornais. Relevante destacar que, em nenhum momento da entrevista, os colaboradores foram indagados, no tocante às imagens, sobre a possibilidade de torná-las ou não produtivas, o que demonstra ser esta influência midiática ainda mais forte, pois a avaliação do entrevistado surge de forma espontânea, no momento em que era instado a, apenas, descrever o que via nas imagens.

Em uma entrevista¹⁹⁰, que compõe uma das inúmeras reportagens sensacionalistas concedida pelo engenheiro agrônomo Ricardo Pinto Porto, ele decretou a morte dos solos gaúchos, na região da fronteira oeste, em 17 ou 18 anos, isto é, a vida agrícola se manteria até os anos 2006 ou 2007, considerando a data deste prognóstico. Apesar de realmente as áreas arenizadas não possibilitarem utilização econômica, durante as visitas para coleta das entrevistas pode-se verificar que este presságio não se confirmou. Foi noticiado, ainda, o *avançado estado de desertificação* do estado, o que transpareceu na fala de alguns.

Entretanto, observa-se novamente forte intenção dos veículos de comunicação em transmitir uma informação falaciosa, pois, conforme demonstrado por Suertegaray (2012) – ao citar o mapa elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, que identificou as áreas com risco de desertificação, no território nacional – tais áreas encontram-se no denominado Polígono das Secas, localizado na região nordeste

¹⁹⁰ Reportagem de nº 6.

no país. Tal levantamento dividiu as áreas com risco de desertificação em muito grave, grave, moderada e núcleos de desertificação. Uma quinta categoria de ocorrência foi denominada áreas de especial atenção, em que se inclui o sudoeste do Rio Grande do Sul, sem, todavia, ter sido identificado como área em eminência de tornar-se um deserto.

Muitas das imagens apresentadas nas matérias jornalísticas apresentam uma área imensa tomada de areia, com aspecto improdutivo, pois há escassa cobertura vegetal e, em determinados setores das areias, tal cobertura é muito rala. O próprio título frequentemente remete ao deserto, indicando inúmeras vezes ser consequência do uso indevido do solo e, portanto, fruto da ação antrópica.

Muitos dos consultores entrevistados para as matérias, nos primórdios das reportagens aqui analisadas, eram agrônomos e, ao considerar que estes se ocupam da análise do solo para fins produtivos e estavam se deparando com os areais – que pouco ou nada de cobertura vegetal conseguem sustentar por conta de um substrato arenoso, muito poroso, que não retém umidade, tampouco matéria orgânica –, pode-se compreender o uso da expressão deserto por parte de alguns técnicos, uma vez que este significa ausência.

Tal emprego da acepção deserto, na concepção geográfica, está parcialmente correto, especialmente quando considerada a menção à inexistência vegetal; já na acepção ecológica, deserto também está parcialmente contemplado veridicamente, quando se observa o aspecto relacionado à baixa diversidade biológica, contudo também se aceita a concepção de ausência de alguma coisa.

Deserto, como adjetivo¹⁹¹, possui sinonímia com ermo, desabitado, vazio. A própria acepção geográfica¹⁹² relaciona deserto com uma condição climática que considera a eficiência hídrica e térmica e que se caracteriza por ambientes áridos em que existe um déficit permanente de umidade, o que, desde a origem dos areais, jamais se verificou na região por eles ocupada, cuja pluviosidade nunca foi inferior a 1.200 mm anuais. Um ambiente árido, numa concepção climática, possui precipitação anual em torno de 250 mm. A própria acepção ecológica complementa a noção da baixa diversidade relacionada à pequena pluviosidade.

¹⁹¹ Conforme o Dicionário Eletrônico Houaiss, 2009.

¹⁹² CHRISTOPHERSON, R. W. (2012)

Conforme Conti (2008), a acepção *seca* possui entre os climatólogos divergências conceituais; entretanto, é possível aceitar que ela se caracteriza por prolongados períodos de estiagem que podem perdurar por 2 ou 3 anos. Seca não é sinônimo de deserto, que se caracteriza por um tipo climático árido, ou seja, cuja evaporação excede a precipitação média anual e, em consequência, provoca uma carência de água e pequeno desenvolvimento da biosfera.

No Quadro 7, desenvolve-se um paralelo entre os principais fatores climáticos das regiões desérticas de latitudes médias, conforme Christopherson (2012), e as condições climáticas da região sudoeste do Rio Grande do Sul, segundo Rossato (2011).

QUADRO 7 – Paralelo entre condições climáticas desérticas gerais e as condições climáticas da região sudoeste do Rio Grande do Sul

Condições climáticas das regiões áridas de médias latitudes (Christopherson)	Condições climáticas da região SW do RS (Rossato)
<p>Supremacia de ar subsidente e seco nos sistemas de alta pressão subtropical.</p> <p>Em latitudes médias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ocorrem nas vertentes de sotavento das montanhas (lado oposto à vertente que recebe precipitação); - há baixas temperaturas e diminutos valores de demanda hídrica; - as temperaturas médias anuais giram em torno dos 14º C, e a pluviosidade em torno dos 150 a 200 mm anuais. <p>No interior dos continentes, que estão longe das massas de ar úmidas [o que demanda grandes extensões territoriais de atuação da continentalidade, como se verifica na região central do continente asiático, ou no sul da América do Sul].</p>	<p>Identificados, para a região, 2 subtipos climáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Subtropical pouco úmido, com inverno frio e verão quente, com influência dos sistemas polares e participação dos sistemas tropicais, associados à continentalidade (relevo Cuesta do Haedo, com altimetria entre 350 e 400 metros), responsáveis pelos sistemas pluviométricos frontais, que variam entre 1.400 e 1.700 mm anuais, apesar de concentrados entre 70 a 90 dias de chuva e temperatura média anual entre 20º e 23º C, sendo que no inverno oscila entre 11º e 14º C. b) Subtropical medianamente úmido, com variação longitudinal das temperaturas médias, com maior influência dos sistemas polares e tropicais continentais, apesar da crescente interferência dos sistemas tropicais marítimos. Os sistemas pluviométricos frontais são predominantes. A pluviosidade oscila entre 1.500 e 1.700 mm anuais, com duração de 90 a 110 dias no ano. A temperatura média anual varia entre 17º e 20º C e, no mês mais frio, entre 11º e 14º C.

FONTE: Christopherson (2012); Rossato (2011), (adaptado pela autora, 2012)

Apesar de tamanha evidência no equívoco conceitual que associa areal a deserto na mídia jornalística, é senso comum que o entendimento de deserto, no imaginário popular – de acordo com os dados coletados junto aos entrevistados – se vincula à concepção paisagística, isto é, deserto como coletivo de areia, o que reforça a ideia de que há uma forte intenção, por parte da mídia jornalística, ao caracterizar o areal como um deserto: ser alarmista e fatalista, sobretudo. Comumente, são oferecidas comparações, nas reportagens, com desertos conhecidos como o Saara e, não raro, com legendas assim indicativas nas

fotografias da região. Tal exposição pode conduzir o leigo a concordar com a prática de ações intervencionistas no meio ambiente, que num primeiro momento não seriam as mais adequadas, ou então não merecedoras de análise e discussão acerca dos possíveis impactos que viriam a ser provocados no ambiente.

Pensando na ideologia que, expressada pelos jornais, pode influenciar as representações dos entrevistados no tocante à identificação das manchas de areias como desertos, na ZH houve, entre os anos de 1990 e 1991, reportagens sobre a região que traziam o desenho de um cacto. As cactáceas são vegetais típicos de regiões quentes, áridas e semiáridas, o que não corresponde à fronteira oeste do estado, que possui clima subtropical úmido. Portanto, associar sempre e constantemente a imagem de um cacto, neste período, às matérias sobre os areais evidencia a nítida intenção de ligá-los à imagem ao deserto, chamando a atenção para um processo falacioso e alarmando para uma situação irreal, a de desertificação.

Não foram apenas figuras de vegetação típica de deserto que se fizeram presentes nas matérias, mas a insistência no emprego de vocábulos que remetem à aridez, correspondendo, em ambos os jornais, a mais de 80% das menções, quando comparadas a areal e seus derivativos, na seção areal. Inevitável considerar que a mensagem associa veementemente a região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul com as áreas em processo de desertificação. O que se passa no imaginário do leitor, diante de um discurso alarmista como este? Que a região do Pampa, historicamente produtora de gêneros advindos da agropecuária, fatalmente perderá esta condição de prover alimentos. Outra possível associação a este ideário é que, diante da desigualdade econômica regional, as diferenças se agravarão, logo, se faz necessário pensar em alternativas econômicas viáveis para esta região, quiçá conseguindo mitigar este processo. O que fazer então? Aí, vem o tópico seguinte da análise das matérias jornalísticas, ou seja, o plantio de eucaliptos.

5.3 O FLORESTAMENTO COM EUCALIPTOS E A STORA ENSO

O primeiro aspecto a ser examinado é o fato de que, embora os entrevistados não tenham declarado a silvicultura como produção, muitos deles afirmaram, em outro

momento – que não o da indagação sobre a produção da propriedade –, plantar eucalipto, valendo-se de inúmeras justificativas, do que se pode extrair algumas perspectivas a serem analisadas:

- a) a não declaração do plantio da exótica por conta de ainda não estar em ponto de corte, e, portanto, de não terem, até o momento, obtido uma rentabilidade a partir da arbórea;
- b) o plantio de eucalipto não foi para fins comerciais, mas como quebra-vento aos areais ou como contenção ao avanço das voçorocas, sendo em tal prática orientados por técnicos ou vizinhos;
- c) por vezes os entrevistados ao mencionarem o quão polêmico é o cultivo desta exótica, optam conscientemente em não declarar como produção, justificando apenas existir como fonte de refúgio meteorológico para o gado.

Houve unanimidade na não declaração da silvicultura, e inegavelmente esta omissão associa-se à economia, ou seja, mesmo para aqueles que se tornaram parceiros da Stora Enso, este cultivo não representa a principal fonte econômica da propriedade. Assim, ao serem indagados sobre o que produziam, a resposta era diretamente o que lhes sustentavam, e isto ficou claro já nas primeiras entrevistas, pois, por vezes, somente referiam a pecuária, mas, quando se perguntava se nada era plantado para subsistência, respondiam que sim e, então, falavam do cultivo do pasto para o gado, por exemplo.

A fala do entrevistado 5 é um exemplo do reflexo da imposição do ideário de um crescimento vertical presente na mídia que discorreu a respeito do plantio de eucaliptos, apresentando uma foto de um areal com alguns eucaliptos, cuja legenda indicava que os desertos poderão estar sendo controlados, tendo como mensagem subliminar que através destas exóticas é possível reverter a arenização, ampla e falaciosamente retratada na reportagem¹⁹³ como desertificação. Tal reportagem aponta ainda que, através da substituição das grandes lavouras pela pecuária e pelo florestamento, numa ação entre o governo do estado e a iniciativa privada, seria possível reverter o processo de “desertificação”. É a primeira reportagem que fala abertamente em plantio de árvores exóticas para utilização econômica e que a consequência desta atividade seria a

¹⁹³ Reportagem de nº 17.

industrialização da região por conta do polo de celulose, a ser amplamente discutido a partir de 2005 com a vinda da Stora Enso.

O alarde feito à necessidade de plantar florestas conduziu reportagens a denunciar uma provável quebra no setor moveleiro, por conta de não ter matéria-prima, já que o país importa madeira por não produzir o que a demanda exige. É afirmado, em determinado momento¹⁹⁴, que deverá faltar madeira, pois o crescimento de florestas não acompanha o crescimento econômico brasileiro. Na mesma matéria, vem reproduzida a fala do presidente da ABIMCI, Odelir Battistella, o qual afirma que “para conter a carência de matéria-prima, os próprios empresários precisam ampliar ou criar suas bases florestais. [...] é importante que o governo incentive os proprietários de terra a enxergarem o reflorestamento como negócio rentável e ofereça condições e financiamentos para o plantio”. Assim, a sociedade gaúcha se depara com a iminência de ver diferentes setores em crise por conta da carência de madeira. Mas este plantio deve ocupar terras cuja vocação natural é pastagem?

Em outra passagem desta mesma matéria, foi citada a fala de um consultor executivo do comitê da FIERGS, José Lauro Quadros, no que tange ao potencial madeireiro, tendo ele afirmado que “o estado tem muitas áreas propícias ao plantio de florestas, principalmente na Metade Sul [...] queremos mostrar aos produtores que há como conciliar a agricultura e a pecuária com o reflorestamento. Além disso, há terra que não se presta à agricultura e é ideal ao plantio de pinus, por exemplo”. Ou seja, observou-se ao longo de diferentes matérias jornalísticas um grande empenho para o convencimento do público leitor de que o plantio de florestas, em especial de exóticas, contribuiria para retirar a Metade Sul do estado da estagnação econômica.

Analisando as ideias presentes nesta reportagem, carece refletir sobre a escolha da Metade Sul para os projetos de florestamento, pois eleger justamente a área do Bioma Pampa, caracterizado por vegetação de campo, como uma das *áreas propícias ao plantio de florestas* pressupõe debochar da capacidade intelectual do leitor. Por que, afinal, não foi cogitado o planalto norte-rio-grandense como área propícia ao florestamento, já que neste compartimento encontramos o Bioma Mata Atlântica, cujas características paisagísticas compreendem dois tipos de florestas, a Floresta Ombrófila Mista, localizada na região serrana do estado, e a Floresta Estacional Decidual, presente nas porções que se estendem

¹⁹⁴ Reportagem de nº 58.

do norte até a encosta da Serra Geral, conforme já demonstrado na Figura 18, presente no Capítulo 2?

Será que é por conta da estrutura fundiária, visto que na Metade Sul há a predominância do latifúndio, ao passo que no norte do estado predominam as pequenas e médias propriedades, que poderia dificultar a aquisição de terras contíguas? O que se tem na Metade Sul para que seja esta região tão incentivada ao florestamento? O que há são grandes extensões de terras, condição *sine qua non* à monocultura, neste caso do eucalipto, objeto de desejo do agronegócio.

A Aracruz adquiriu a Riocell em Barra do Ribeiro; a VCP tem projetos em diversos municípios, numa extensão que se estende do município de Barra do Ribeiro até Bagé. E, a partir do ano 2005, chegou ao estado outra empresa, a Stora Enso, interessada em florestamento de eucalipto, com projetos também no Uruguai, que apresenta uma extensão do Bioma Pampa. Esta empresa multinacional interessou-se por terras no sudoeste do estado, na faixa de fronteira, zona cujas terras a legislação federal proíbe que sejam adquiridas por empresas estrangeiras, salvo concessão especial, o que ocorreu em relação a este empreendimento.

É no art. 2º, inciso V, da Lei de Fronteira que consta a proibição de que estrangeiros adquiram propriedade nesta faixa, e o inciso seguinte estende tal proibição à pessoa jurídica, sendo prevista, em seu § 1º, a possibilidade de permissão, a ser concedida, caso a caso, pelo Conselho de Segurança Nacional. No art. 8º, fica estabelecido que a alienação e concessão de terras públicas a pessoas jurídicas não pode exceder 3 mil hectares. Somente o(a) Presidente da República, após pronunciamento do referido Conselho e com autorização do Senado, tem o poder de permitir a alienação e concessão de área superior ao limite fixado, desde que seja de interesse da economia regional.

Neste sentido, cabe lembrar que o empreendimento da Stora Enso – conforme divulgado pela mídia e comentado por alguns dos entrevistados – adquiriu mais de 50 mil hectares de terras em oito municípios da região sudoeste do estado, que, por sua vez, encontram-se localizados na faixa de fronteira.

O plantio de eucalipto e pinus, qualquer que seja a sua finalidade, é um empreendimento que exige a disponibilidade de grandes extensões de áreas. Por exemplo, para que a Stora Enso pudesse manter em funcionamento uma fábrica de celulose, seu projeto previa a aquisição de 150 mil hectares de terras, destinando 100 mil ao plantio.

Inegavelmente, é na Metade Sul do estado que se encontram as propriedades com maiores dimensões, um facilitador nas tratativas de aquisição de terras e parcerias com proprietários.

A multinacional Stora Enso manteve contato para comprar as terras de boa parte dos entrevistados. O total de hectares adquiridos foi informado de modo muito divergente pelos depoentes. A empresa, segundo um dos colaboradores (6), entregou mudas de eucalipto para que fossem plantados em suas terras, sem que isto significasse qualquer acordo com o empreendimento da multinacional.

No Gráfico 32, é apresentada a relação entre proprietários entrevistados, por municípios, que foram procurados pela empresa florestadora para aquisição de terras, indicando os que venderam e os que não venderam. É importante destacar que alguns entrevistados possuíam mais de uma propriedade. Nenhum dos colaboradores que negociou com a Stora Enso se desfez de toda a propriedade. Quando houve negociação, parte foi vendida ou permutada. A não concretização da compra, por sua vez, não significa que o proprietário não tivesse interesse em vender, conforme manifestado no depoimento de alguns deles. Houve quem foi procurado pela empresa, mas não conseguiu vender por que foi na época em que a empresa começou a encontrar dificuldades legais na aquisição de terras na zona de fronteira, ou por que havia vegetação nativa.

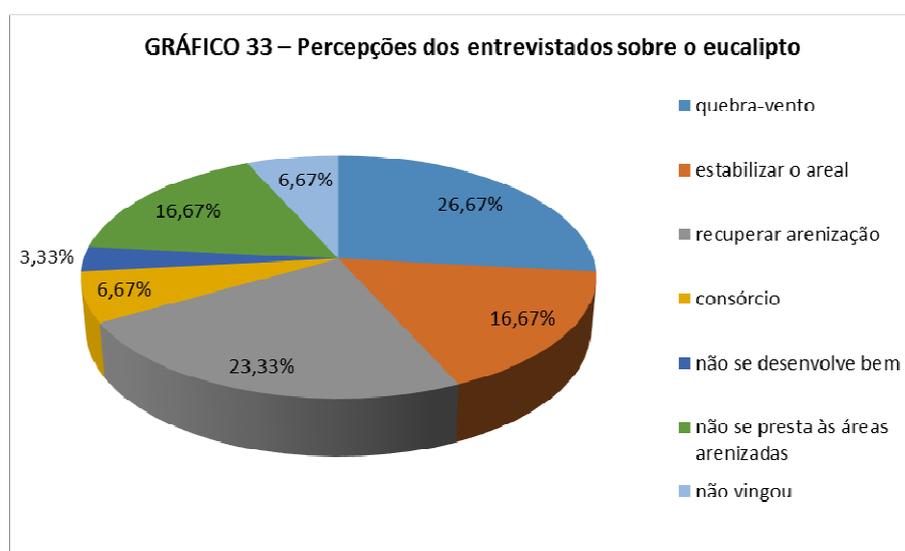


FONTE: Organizado pela autora (2013)

Refletindo sobre o fato de que um dos argumentos divulgados pela mídia, em defesa do florestamento, é a terra não se prestar à agricultura, pode-se questionar: seria

justamente uma exótica que exige grande quantidade de água que se prestaria a este solo empobrecido, friável, altamente poroso, considerando, inclusive, que a vegetação arbórea tende a demandar mais do solo e da umidade por conta de seu porte? Assim como se encontrou entrevistados que apontam o eucalipto como excelente recurso para produzir nas zonas arenizadas, outros são taxativos em dizer que o eucalipto não se presta a este fim.

Em vista disso, são apresentados, no Gráfico 33, os dados relativos às percepções dos entrevistados sobre os benefícios ou não do plantio de eucaliptos em áreas arenizadas.



FONTE: Organizado pela autora (2013)

A partir do Gráfico 33, é possível apurar que 73,35% dos respondentes veem aspectos positivos no plantio de eucalipto, ao passo que somente 26,65% consideram que esta exótica não se presta à região. Quanto aos benefícios, o mais destacado foi a sua função de barrar a ação dos ventos sobre os areais, seguido de perto pelo ideário de que os eucaliptos possuem a capacidade de recuperar as áreas arenizadas. A capacidade de estabilizar o avanço do areal foi o terceiro fator mais elencado pelos depoentes quanto às vantagens deste tipo vegetal, seguido da ideia de consorciar seu plantio com o da acácia ou com pastagem para o gado.

Já os aspectos negativos giram em torno da ideia de que a exótica não é adequada à região, sendo mencionado pelos entrevistados que ela não apresenta o mesmo desenvolvimento de quando plantada em terras férteis, que não se presta à recuperação da arenização ou, ainda, que suas mudas não vingaram, seja por que morreram por falta de água, seja por terem sido queimados pelo sol que incide nas areias.

A justificativa apresentada pela mídia para o fato de as florestadoras terem escolhido o Rio Grande do Sul é de que, aqui, a árvore leva cerca de 7 anos para atingir o ponto de corte com vistas à produção de pasta de celulose, ao passo que, na Finlândia, são necessários de 60 a 80 anos. As empresas alegaram que todas as exigências ambientais seriam contempladas no Brasil. Ao mesmo tempo, afirmavam que seu foco era os países emergentes – além do Brasil, a Rússia e a China. O empecilho chinês diz respeito às condições climáticas, pois seu território é, vez ou outra, atingido por tornados. Já a Rússia tem posição latitudinal muito semelhante à da Finlândia, logo, para que uma árvore cresça até o ponto de corte, provavelmente levaria tempo equivalente ou bastante próximo do que é necessário na Finlândia.

Por conseguinte, cabe a pergunta: será realmente apenas o curto período de maturação que o solo gaúcho propicia o que está interessando aos estrangeiros? Por que, então, afirmam em determinado momento¹⁹⁵ que seu foco são os países emergentes? Até que ponto o interesse não reside exatamente na possibilidade de ver a política ambiental ser burlada pela pressão que os defensores do agronegócio fazem, a partir do desenvolvimento de uma publicidade terrorista?

O fato é que ambos os jornais alardearam elevados volumes de investimento, apresentando-os como a possibilidade de retirar da estagnação econômico-social uma região, para, a seguir, iniciarem a pressão psico-ideológica de que, caso o governo do estado não agisse rapidamente – viabilizando econômica, política e ambientalmente o ingresso destes projetos no estado –, a sociedade gaúcha seria a grande perdedora e, em especial a Metade Sul, que detém níveis de desenvolvimento socioeconômico muito inferiores aos das regiões metropolitana e do norte-nordeste do estado.

Em diferentes reportagens, as empresas florestadoras sempre tornaram claro que a preocupação com a preservação ambiental está presente em suas ações. A própria Stora Enso divulgou, inclusive, a lista dos países em que atua e alegou que, embora estes possuam legislações ambientais rígidas, ainda assim a empresa consegue cumpri-las, mas, quando é cogitada a possibilidade de que os licenciamentos ambientais passem a considerar o zoneamento ambiental realizado pela FEPAM, declaram se tratar de um estudo muito

¹⁹⁵ Reportagem de nº 128.

restritivo e que inviabilizará seus projetos de florestamento no estado¹⁹⁶. Em outra ocasião, é afirmado que, no caso de não ser possível estabelecer o bom funcionamento com respeito ao ambiente, cabe à FEPAM estabelecer compensações¹⁹⁷. Todavia, no momento em que já se admite a possibilidade de compensação ambiental, fica claro que esta compensação é mais lucrativa do que cumprir com o que a legislação ambiental determina e com o que está previsto no zoneamento ambiental para a silvicultura.

Este é o poder de convencimento que os órgãos formadores de opinião encontram para rapidamente buscar o apoio da sociedade. Neste sustentáculo social, encontram a força necessária para mobilizar governos, ao ponto de ter sido colocado em pauta a discussão sobre a mudança de uma lei de Segurança Nacional, que é a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, cujo conteúdo versa sobre a zona de fronteira.

Na mesma linha de raciocínio, é possível observar as reportagens que, por conta do atraso na conclusão do estudo sobre o zoneamento ambiental, apresentaram a possibilidade de abandono dos investimentos pretendidos pelas três grandes empresas de celulose no estado, apesar de muitos destes investimentos já terem sido realizados em parceria ou em consórcio com proprietários privados¹⁹⁸.

Estão implícitos, em tudo isso, a pressão dirigida aos órgãos fiscalizadores e o objetivo de colocar a opinião pública contra eles, pois, além do eventual prejuízo dos inúmeros proprietários que já haviam se consorciado a empresas florestadoras, estas poderiam estar desistindo do seu investimento no estado. Todavia, será realmente que 6 meses, se assim fossem, seriam decisivos para o abandono do projeto, já que o eucalipto em território brasileiro possui um crescimento muito mais rápido que nos países nórdicos? Conforme noticiado pela própria mídia jornalística, são necessários de 7 a 12 anos para o corte no solo gaúcho contra os 60 a 80 anos, no hemisfério norte. No Brasil, o crescimento destas exóticas é 1.143% mais rápido do que no hemisfério norte. Estar-se-ia mais uma vez diante de uma pressão imposta pelos interesses financeiros em detrimento das questões ambientais.

¹⁹⁶ Reportagem de nº 162.

¹⁹⁷ Reportagem de nº 165.

¹⁹⁸ Reportagem de nº 129.

A ideologia com vista à formação de opinião costuma valer-se de dados numéricos, incansavelmente manipulados, como é possível observar na análise da matéria¹⁹⁹ que apresenta uma pesquisa sobre o setor de papel e celulose, considerando-o com maior potencial de crescimento, em médio prazo, no estado. O PIB do setor para o decênio saltaria dos R\$ 3,6 bilhões atuais [2007] para R\$ 7 bilhões, podendo ultrapassar os R\$ 10 bilhões em 2014. A análise numérica indica que o prognóstico é de que deva chegar, em 10 anos – portanto, em 2017 –, aos R\$ 7 bilhões e que, em 2014, ultrapassaria os R\$ 10 bilhões. É de se questionar se haverá uma retração depois de 7 anos, já que é o período do abate, ou se estamos diante de uma aposta na ilusão que os números oferecem, conduzindo o leitor desavisado a enxergar um setor promissor de curto prazo.

Entretanto, conforme dados divulgados, para o período de 2002 a 2008, sobre o valor adicional bruto no setor primário – que compreende a silvicultura²⁰⁰ –, o crescimento ficou aquém do esperado, totalizando somente 11%; ao passo que a geração de emprego para a região da fronteira oeste, segundo dados do governo estadual²⁰¹ que constam no relatório final do Corede Fronteira Oeste, no período de 2001 a 2007, foi pouco superior aos 12%, cabendo a maior parte ao município de Uruguaiana, que não apresenta empreendimentos da Stora Enso.

Seguindo na análise desta matéria, vemos exposta, ainda, a promessa de que os empregos duplicariam, alcançando 500 mil, bem como de que a área florestada aumentaria dos então 500 mil para 900 mil hectares. Estamos diante de outro imbróglio numérico, pois há planejamento de, ao menos, 300 mil hectares plantados pelas 3 grandes empresas, que somados aos 500 mil hectares contabilizam 800, e não os 900 mil hectares aludidos na reportagem. Muitas vezes, os dados apresentados são dispostos distantes uns dos outros na reportagem, o que pode facilitar que o leitor mais distraído absorva, sem reflexão, a falaciosa soma que é informada sobre o número de empregos gerados, de área plantada, de volume de investimentos, etc.

Outra desinteligência em relação aos números diz respeito à quantidade de empregos que as empresas florestadoras estariam movimentando na Metade Sul, pois em

¹⁹⁹ Reportagem de nº 137.

²⁰⁰ Dados obtidos em <<http://www.ciflorestas.com.br/dado.php?id=52>>, acessado em 16 fev. 2013.

²⁰¹ Dados obtidos em <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/>>, acessado em 16 fev. 2013.

uma matéria²⁰² foi ressaltado que os investimentos das florestadoras haviam gerado 2 mil empregos e que, no município de Piratini, a empresa Tanac teria sido responsável por gerar 2 mil empregos. Portanto, é passível de conclusão que foram criados mais do que 2 mil empregos ou que, efetivamente, a empresa Tanac, de Piratini, não possui tantos funcionários como divulgado na matéria, ou, quiçá, a partir destes *equivocos*, se poderia perguntar se seria mesmo o total de 2 mil os empregos a serem gerados com as atividades florestadoras.

Em outro texto²⁰³, tem-se retratado que a propriedade de uma das florestadoras ocupada pela Via Campesina seria uma área de preservação permanente. Isto implica em não poder comportar nenhuma forma de cultivo. Mais adiante na matéria, há a informação de que esta área de 109 hectares é uma propriedade privada que cultiva 70 hectares para a Aracruz. Isto representa 64,22% da propriedade. Mas, não se tratava de uma área de preservação ambiental permanente? Se o texto critica a invasão por ser área de preservação permanente, o que justificaria que mais de 50% dela estivesse sendo destinada ao cultivo de exóticas, como que a cultura arbórea em si, justificasse a não ocupação da propriedade por conta de haver uma produção? Evidencia-se, assim, que o viés ideológico que perpassa as matérias é de cunho pró-agronegócio, portanto qualquer ação contrária ao capital é veementemente criticada, ao passo que, quando se trata da defesa do capital, tudo passa a ser justificável.

Em outro momento desta reportagem, tem-se a ameaça de que tais ocupações dificultarão investimentos estrangeiros, já que as empresas – como a Stora Enso, que teve duas de suas propriedades invadidas – não permaneceriam interessadas em investir no estado. Esta informação também é digna de reflexão, cabendo indagar: seria economicamente plausível a empresa deixar o que já havia investido para trás, todo o investimento já realizado na aquisição de terras e plantio, só porque houve manifestação contrária ao plantio de exóticas? Em que momento da história se ouviu falar de alguma grande empresa, como a Stora Enso, que se preocupasse com o que manifestantes pensam? Ademais, foram estas as propriedades em que a Via Campesina permaneceu por menos tempo.

²⁰² Reportagem de nº 200.

²⁰³ Reportagem de nº 138.

Diante da manchete *Ávidos por crescimento econômico, governos federal e estadual desagradam ecologistas ao pressionar órgãos por rapidez na liberação de projetos* e de outras que vieram na sequência²⁰⁴, percebe-se a pressão realizada pelos empresários para a liberação das licenças ambientais – que haviam sido atrasadas –, sob ameaça de abandonarem seus investimentos, ganhando, assim, o apoio dos governos estadual e federal. As empresas Aracruz e Stora Enso anunciaram a possibilidade de virem a desistir de instalarem suas fábricas de celulose em solo gaúcho, o que fez com que o executivo nacional cobrasse do IBAMA maior agilidade na liberação das licenças ambientais e com que a governadora do estado, à época, fizesse o mesmo em relação à FEPAM.

Após, a Aracruz ameaçou abortar a construção de uma indústria de celulose, caso a FEPAM demorasse ainda mais em conceder o licenciamento; a multinacional Stora Enso admitiu o mesmo, sendo seu investimento previsto na ordem de US\$ 1,2 bilhão para uma base florestal com cerca de 100 mil hectares, mais a construção de uma indústria de celulose até 2013, que geraria 3 mil empregos diretos.

Por que será afinal que, na eminência de um possível recuo nos investimentos das empresas diante de questões legais, são apresentados o montante dos investimentos e a possibilidade de empregos que poderão ser gerados, entre outros dados que impressionam? Justamente para sensibilizar a opinião pública! De modo geral, não são informados quais os possíveis danos socioambientais. A mensagem repassada é a de que a preocupação ambiental coloca a perder todos os investimentos que podem aliviar o déficit do estado.

Esta ideia de que a Stora Enso veio para contribuir com o crescimento do estado já se encontra disseminada no discurso dos entrevistados, perceptível tanto em São Francisco de Assis (5; 6 e 10) e Manoel Viana (23), quanto em Alegrete (24 e 25). Já no município de Maçambará, um dos entrevistados (13) tem outro olhar no que tange à empregabilidade, pois tem ciência de que, no momento do corte, não serão contratados milhares de trabalhadores, mas um ou outro que disponham de uma máquina para esta finalidade, máquina esta que este depoente, inclusive, pretende adquirir, caso feche sua negociação com a empresa, na expectativa de realizar o corte nos diferentes municípios em que houve investimento.

²⁰⁴ Reportagens de nº 142; 143.

Por conta, primeiramente, do atraso da divulgação do zoneamento ambiental para a silvicultura e, após sua divulgação, devido ao fato de que o resultado não agradou ao empresariado, se estabeleceu uma crise político-ambiental que culminou com a demissão do presidente da FEPAM, Irineu Schneider, promovendo um afrouxamento, na obtenção de licenças ambientais, por parte da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que passou a desrespeitar o zoneamento, com a desculpa de que o mesmo ainda não fora aprovado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA). Quem assumiu a FEPAM no lugar de Irineu Schneider, disse que o zoneamento ambiental era 100% ecológico e deveria ser transformado em ecológico, econômico e social, ou seja, manteve o caráter ecológico, pois esta é função primaz do órgão; empregou o social com o argumento de que será um benefício para a sociedade, mas o que, efetivamente, esta manobra buscou contemplar foram os interesses econômicos em pauta.

O imbróglio resolvido, uma das empresas declara a renovação do seu compromisso de permanecer no estado, ampliando sua plataforma industrial, ou seja, a pressão exercida é nitidamente realizada a fim de que a base governamental ceda, acolhendo as reivindicações dos grupos empresariais. Afinal, uma coisa é estar diante de um grupo que nada investiu e que, portanto, não tem nada a perder caso desista de seu projeto por conta das dificuldades encontradas, outra coisa é estar lidando com grupos que já investiram e que a espera de semanas ou meses representa menor perda do que a eventual retirada de seus projetos do estado, especialmente quando se fala de empresas florestadoras, pois abater a floresta com tempo inferior ao mínimo não serviria para nenhuma finalidade, não representaria alguma forma de lucro.

A mídia aqui estudada apresenta dados de uma das florestadoras prestes a completar a marca de 1 bilhão de árvores plantadas em seus polos, no país, sendo um deles em parceria com a Stora Enso. Foi ressaltado que, com apenas 20% desta marca, haviam sido absorvidos 110 milhões de toneladas de gases do efeito estufa, a serem descontados os 3,5 milhões de toneladas de emissão de CO₂ realizada pela empresa, por conta da ação de suas fábricas e do transporte. Por conseguinte, a nítida mensagem a ser passada é de que o plantio de árvores, mesmo que seja de exóticas, compensa ambientalmente, pois a emissão de CO₂ na atmosfera, resultante das ações fabris e de transporte, seria mais do que suficientemente compensada pela contribuição, decorrente de seu plantio, na retirada de

CO₂ do planeta, um dos gases estufa²⁰⁵, o que credenciaria o país a receber os créditos de carbono previstos nas regras do Protocolo de Kyoto.

Todavia, não se sustenta este argumento dos créditos de carbono, uma vez que esta floresta cultivada apresenta data para corte e, mesmo havendo mais plantio para substituir aos abates, enquanto em fase de crescimento, a arbórea consome mais oxigênio do que retira de CO₂ do ambiente, por conta da fotossíntese necessária ao seu desenvolvimento.

Os movimentos sociais e ambientalistas obteriam mais sucesso se, ao invés de criticarem severamente os empreendimentos, se utilizassem das representações sociais para apresentarem propostas sustentáveis aos projetos a serem desenvolvidos. Deste modo, ganhariam a simpatia da opinião pública, cumpririam com seu papel de interventores sociais e de massa crítica social e, quiçá, veriam atendida parte de suas reivindicações, uma vez que, inevitavelmente, a sociedade civil está do lado do desenvolvimento econômico: o que é posto pela mídia e que, invariavelmente, é essencial à economia, pois uma sociedade se desenvolve com emprego e, se constantemente todo e qualquer projeto for barrado, não haverá desenvolvimento social. São os investimentos econômicos a mola propulsora do sistema capitalista no qual estamos inserido, e, portanto, o que carece em muitos grupos ambientalistas é justamente traquejo nas discussões, que lhes possibilitaria fazer valer a reflexão acerca da sustentabilidade econômico-ambiental dos projetos.

As discussões propostas pela mídia jornalística acerca da Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, merece destaque, pois começa a ser discutida no momento em que é exigido, por parte dos órgãos competentes, a entrega de toda a documentação da multinacional Stora Enso, a fim de que a empresa possa, realmente, estabelecer seu projeto de florestamento em municípios que estão na chamada zona de fronteira.

Há reportagens que indicam que 197 municípios gaúchos fazem parte desta faixa fronteira, e que, por conta desta lei, encontram limites para investimentos externos. Assim, é apresentado que, por se localizarem numa zona de segurança nacional, estes municípios recebem menos investimentos externos, já que estrangeiros não podem adquirir terras nesta faixa, e denunciam que as empresas sequer procuram os municípios fronteiriços, bem como que os prefeitos não correm atrás de tais investimentos²⁰⁶.

²⁰⁵ Reportagens de nº 71, 94, 169, 229, 263, 271 e 272.

²⁰⁶ Reportagem de nº 173.

É interessante notar o momento em que esta questão passa a ser abordada, pois o que as reportagens noticiavam, até então, eram os investimentos estrangeiros, que, apesar de estarem esbarrando na dificuldade em regularizar a compra de terras, seguiam contratando e plantando nas propriedades adquiridas. Foi divulgado, também, prefeitos mobilizados em atrair estes investimentos. Isto só passou a ser pensado após a entrada da multinacional Stora Enso e de seu empenho em regularizar suas aquisições.

Foi este o momento em que parlamentares gaúchos apresentaram projetos ao Congresso Nacional – defendendo a redução da zona de fronteira para que alguns municípios pudessem receber investimentos estrangeiros como os das florestadoras de papel e celulose –, com intuito de rever, para menos, o limite da zona fronteira. Algumas propostas eram, inclusive, absurdas, pretendendo, por exemplo, que o tamanho da área de fronteira oscilasse entre os 50 Km e os atuais 150 Km, conforme a quantidade de população residente – como se a sociedade civil fosse responsável pela segurança nacional. Este projeto de emenda constitucional é a constatação de que só foi apresentado naquele momento [2008], por que foi fruto da pressão exercida pelos porta-vozes da empresa ao legislativo gaúcho. Ademais, se efetivamente isto fosse um empecilho ao desenvolvimento da região, por que não fora proposta anteriormente? Por que tal discussão não permanece na pauta jornalística atualmente?

Mereceu destaque na mídia, quase que diariamente, o volume dos investimentos, para que cada leitor tivesse presente o que poderia representar economicamente a perda de um destes investimentos no estado, tendo isto ocorrido no período que se estendeu de 2005 a 2008, ou seja, após a entrada da multinacional florestadora.

Para o economista da FEE, José Antônio Alonso, a modificação legal pode até ajudar no desenvolvimento de algumas localidades, mas está longe de resolver a situação da Metade Sul, uma vez que a base do empobrecimento daquela região está centrada na estrutura fundiária e numa matriz produtiva pouco diversificada²⁰⁷.

Acreditar que as florestadoras serão responsáveis por promover o desenvolvimento de uma região e gerarão milhares de empregos, entre outros benefícios, é uma grande – senão a maior – falácia do agronegócio, pois os empregos que se verificaram de modo direto foram muito poucos, limitando-se apenas ao de pessoas qualificadas, que se ocuparam da

²⁰⁷ Reportagem de nº 173.

administração dos negócios da empresa para dar andamento na compra e no encaminhamento legal da escrituração destas propriedades. As pessoas contratadas para o preparo da terra, o plantio das mudas e os primeiros cuidados, ao longo do primeiro ano de crescimento da exótica, o foram através de uma empresa terceirizada, o que significa que, quando já não houver necessidade desta mão de obra, serão desligadas do projeto, e ficará o mínimo de pessoal responsável por cuidar da propriedade, da mesma forma que existem os capatazes nas grandes propriedades. Além disso, atividades monocultoras em extensas propriedades são, via de regra, mecanizadas, portanto, se valem de poucos funcionários e, logo, não haverá estes milhares de empregos aludidos pelas diferentes matérias jornalísticas.

Quanto à Stora Enso, muitas matérias anunciaram o montante a ser investido, apesar de já demonstradas as inconsistências e contradições dos dados, o que vale, também, para as alusões às possibilidades de geração de empregos. Retirando o período de preparo da terra e cultivo, que foi desenvolvido por empresa terceirizada, até o momento do corte, praticamente não existem mais trabalhadores, funcionários, salvo os administradores das inúmeras fazendas adquiridas. Mesmo para o corte, e isto foi apresentado em uma reportagem do jornal ZH, não serão contratados centenas de trabalhadores como apontado em algumas matérias, mas poucos homens de posse de uma máquina específica para esta função. Portanto, é uma falácia impor à sociedade civil que este empreendimento gerará riqueza e empregos para a Metade Sul.

Ou alguém imagina que, quando chegar o momento do corte, serão contratados milhares de lenhadores que, de posse de seus machados e motosserras, colocarão as florestas abaixo? Já fora apresentado ao governo estadual, à época das negociações, como era o sistema na Finlândia, em que todo o corte se dá com máquinas e ocupam uma única pessoa, que faz o corte, descasca e providencia o transporte até a indústria²⁰⁸. É este o investimento que mudará o cenário econômico da Metade Sul?

Se não houvesse interesse das empresas por estes municípios que estão em zona proibitiva aos investimentos estrangeiros, como explicar os milhares de hectares comprados e cultivados com eucaliptos pela Stora Enso? Ademais, não parece plausível que uma empresa do porte desta multinacional invista milhões de reais na aquisição de terras e no

²⁰⁸ Reportagem de nº 132.

seu cultivo, desconhecendo a legislação do país que elegeu para atuar. Esta não é a postura que se espera das empresas em um universo capitalista. A seguir, são oferecidas imagens das propriedades da Stora Enso, em alguns dos municípios estudados, com e sem plantio de eucaliptos (Figuras 31 a 36).

FIGURA 31 – Propriedade privada em São Francisco de Assis



FIGURA 32 – Propriedade particular em São Francisco de Assis



FIGURA 33 – Plantio de eucaliptos em Alegrete



FIGURA 34 – Plantio de eucaliptos em Maçambará

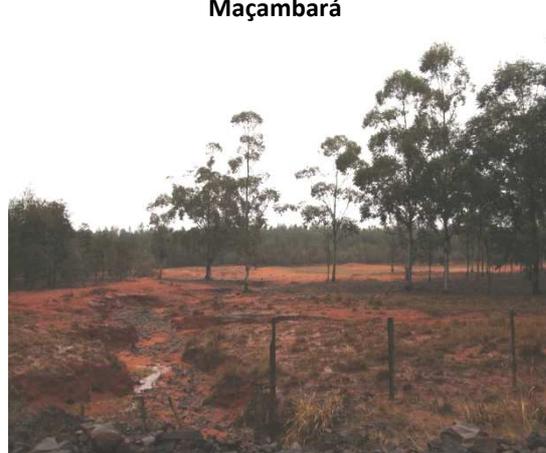


FIGURA 35 – Última propriedade adquirida em Maçambará



FIGURA 36 – Eucaliptais em São Francisco de Assis



FOTOS: Rozalia Torres (2011)

Nestas fotografias, vemos seis diferentes propriedades da Stora Enso. Nas Figuras 31 e 32, veem-se as placas alusivas ao fato de serem propriedades privadas, pois ambas se localizam no município de São Francisco de Assis, onde há vasta área cultivada com esta arbórea exótica. A Figura 33 retrata uma grande área de florestamento de eucaliptos no município de Alegrete. Este eucaliptal pode ser visto, por alguns quilômetros, ao longo da rodovia RS 377, entre este município e o de Manoel Viana.

Na Figura 34, tem-se uma propriedade situada no município de Maçambará, cuja aquisição é mais recente, o que faz com que a floresta não esteja tão compacta quanto as que podem ser visualizadas nas imagens das propriedades nos municípios de Alegrete e São Francisco de Assis. O que chama atenção é que não se caracterizam por ser pequenos empreendimentos, como a tomada das Figuras 35 e 36 deixa transparecer. Na Figura 35, de propriedade no município de Maçambará, percebe-se que não havia, no momento da visita, nenhum manejo com vistas ao cultivo. Os municípios de São Francisco de Assis, Manoel Viana e Alegrete, foram os que receberam, daqueles aqui em análise, os primeiros investimentos, razão pela qual é onde se encontram as florestas mais desenvolvidas.

A partir dos investimentos das empresas florestadoras na Metade Sul, teria ocorrido uma valorização entre 50% e 70% no preço do hectare²⁰⁹, o que foi confirmado na fala dos entrevistados que se pronunciaram a respeito do valor do hectare na região. Quanto à provável desvalorização das terras na região por conta do processo de arenização, há certa unanimidade na resposta, negando-a:

Pelo contrário, a terra continua sendo valorizada em decorrência da falta de terras em outros locais (3).

Apenas o depoente 5 acredita que a arenização contribuiu para uma diminuição do valor do hectare na região.

Sobre os estratagemas empregados para dar credibilidade ao que divulga, a mídia jornalística recorre à autoridade de especialistas, bem como aceita que o jornalista se apresente como um intermediário entre as opiniões das autoridades e as do público em geral, transformando-se ele mesmo em público, ao parecer que se limita a coletar informações sobre determinado problema. Desta forma, prevalece a impressão que as notícias veiculadas

²⁰⁹ Reportagem de nº 193.

pelos jornais não têm influência alguma sobre a moral ou a ação política; sua tendência é distrair a atenção e assim, diminuir a tensão ao invés de aumentar. A função comum das notícias é manter os indivíduos e as sociedades dentro de certa orientação e em contato com o mundo e a realidade, às expensas de ajustes menores (MOSCOVICI, 2012, p. 295).

Os sistemas de comunicação possuem três elementos que o determinam, isto é, o conteúdo da propaganda, que está condicionado a uma ideologia que defende o plantio de exóticas – em especial o eucalipto –, em área de solo frágil, como sendo a alternativa viável ambiental e economicamente aos proprietários daquela região; a forma e as circunstâncias de sua publicação, ambas condicionadas à lógica econômico-financeira imposta pelo capital internacional e que é difundida pela mídia, pois, conforme Moscovici,

modelos cognitivos e linguísticos, crenças muito gerais, marcam em cada caso a comunicação e orientam o comportamento daqueles que comunicam visando os efeitos desejados. [...] Os estudos sobre comunicação há muito tempo mostram o quanto a intervenção de uma pessoa conhecida num domínio, qualquer que seja ele, serve para influenciar a opinião em geral (2012, p. 265; 280).

A estereotipia liga-se ao desenvolvimento de subordinação de procedimentos segmentários e localizados, pois os estereótipos podem gerar um encontro dos fatores de generalização, reforçando as associações comportamentais expressas na mensagem. Portanto, não é de se estranhar que esta pesquisa tenha evidenciado a insistência com que as mensagens emitidas por ambos os jornais – especialmente, a partir do momento em que a multinacional Stora Enso demonstrou interesse em adquirir terras no estado gaúcho – passaram a defender que o plantio de eucaliptos na fronteira oeste do estado estaria recuperando as áreas “desérticas” e poderia contribuir para retirar da estagnação econômica a metade sul do estado.

O conceito de territorialidade, para Saquet (2008), vai além das relações de poder político, dos simbolismos dos variados agrupamentos sociais; envolve a dinâmica econômica, cujo cerne está nos agentes sociais, e, no caso estudado, a insistência da mídia em propagar os benefícios do plantio de exóticas, como o eucalipto, vincula-se à defesa dos interesses do capital internacional. É nesta seara que Santos (1998; 2005) insiste na necessidade de refinamento do conceito de território, delimitando o que pertença à sociedade (território normado) e aquilo que é de interesse das grandes empresas e corporações, o território como recurso.

O território se caracteriza por formas; o território usado, por objetos – cada vez mais técnicos – e ações, é sinônimo de espaço geográfico. É neste íterim que Santos

entende a necessidade de retornar à noção de espaço banal, contrapondo-o à noção de redes – algumas de suas partes ou pontos do território –, ou seja, “o território daquelas formas e normas a serviço de alguns”. E é justamente em virtude deste estar a serviço de alguns que se discute quem comanda o território, quem o disciplina, o normaliza e o normatiza, quem lhe aplica uma racionalidade, senão o mercado gerenciado pelos organismos internacionais de poder, representados pelo FMI, Banco Mundial, OCDE, GATT, entre outros, “que hoje se fazem, na prática e na ideologia, ao Estado Territorial” (SANTOS, 1998, p. 18), que estão a serviço do que Santos (1998; 2000; 2005) denomina de globalização perversa.

O que se observou na pesquisa a campo foi que inúmeras matérias jornalísticas buscaram convencer a sociedade gaúcha de que a vinda da gigante multinacional Stora Enso e a sua instalação em zona de fronteira, contrariando o que a legislação nacional prevê e perpetrando o enfraquecimento do Estado nacional, seria o mote para o desenvolvimento da Metade Sul, mais especificamente, a possibilidade de impulsionar a economia dos municípios da fronteira oeste do estado sulista.

Assim, a multidimensionalidade do poder é concebida a partir da produção do espaço por diferentes atores, a forma como estruturam o território mediante a prática de poderes, de políticas e de programas estratégicos de gestão territorial, impondo novos usos ao/para [o] território; pressupõe uma “prática espacial estratégica de todos os atores sociais e em todos os níveis” (RUCKERT, 2005, p. 84). Logo, verificam-se no território processos em totalidade escalar, local e regional, atuando diferentes sujeitos que dispõem de poderes locais específicos.

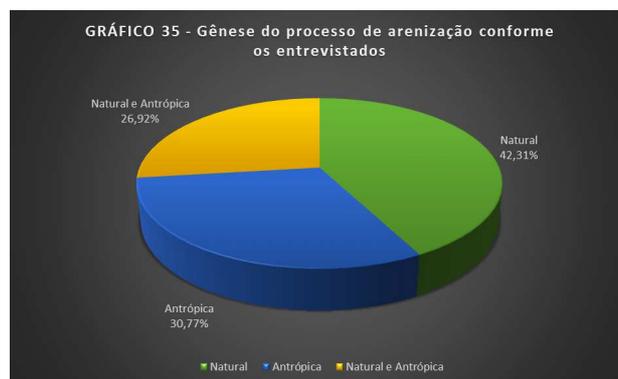
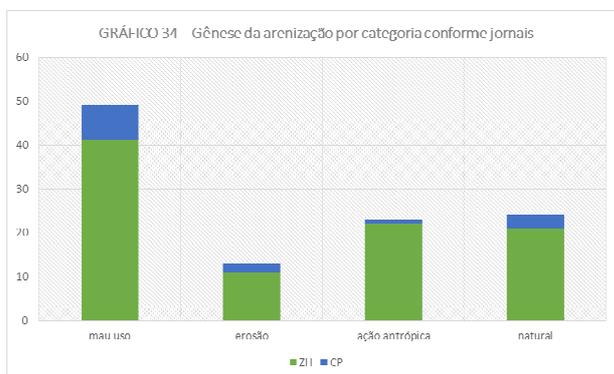
Tendo em vista que na área desta pesquisa tal separação é mais tênue, cabe exemplificar: para os proprietários rurais, os areais fazem parte de sua propriedade; para os pesquisadores, são seu objeto de pesquisa; contudo, para o capital fundiário, os areais representam um obstáculo aos investimentos e à ampliação da renda fundiária, mas podem ser vistos pelas empresas de papel e celulose como mais um espaço de expansão para as plantações de exóticas.

Esta análise relacional é que faz com que o estudo do território se dê considerando o processo histórico, focado na separação temporal dos elementos e momentos significativos, assim como na análise dos agentes produtores do território e das mudanças neste operadas. No processo de apropriação e produção do espaço geográfico, os tempos

coexistem, lentidão e rapidez ao mesmo tempo, havendo articulação entre escalas de análise, do micro ao macro, e produzindo adaptações, o que conduz à compreensão das inúmeras formas e conteúdos do tempo, espaço e território.

5.4 ARENIZAÇÃO: GÊNESE, RECUPERAÇÃO E LAMENTAÇÕES

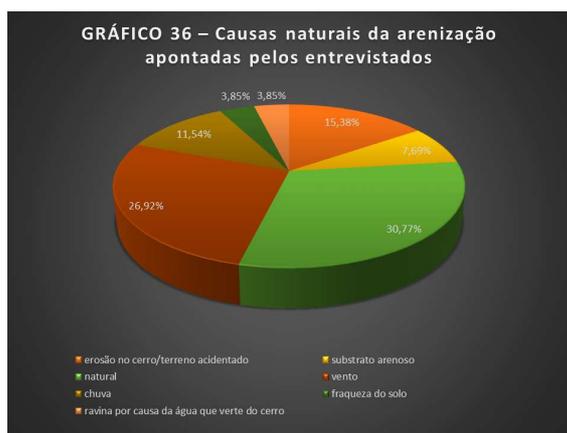
A gênese do processo de arenização apontada pela mídia, segundo levantamento que consta na Tabela 9²¹⁰, pode ser dividida em 4 categorias: *mau uso*, *erosão*, *ação antrópica* e *causas naturais*, podendo ser analisadas no Gráfico 34, que separa estas categorias conforme foram classificadas nos jornais ZH e CP. Inegavelmente, a categoria mau uso dispara como causa dos processos de arenização, em ambos os jornais. Já o Gráfico 35 apresenta, de um modo geral, as causas indicadas pelos entrevistados.



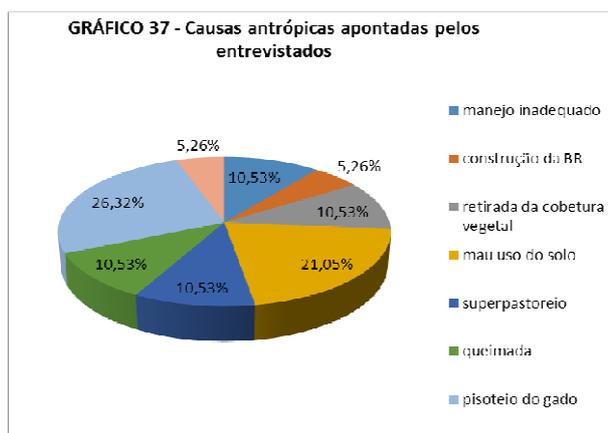
FONTE: Organizados pela autora (2013)

Como se percebe a partir do Gráfico 35, a predominância, na visão dos entrevistados, é que o processo de arenização resulte de causa natural, apesar de a atribuição às causas antrópicas e naturais e antrópicas estarem muito próximas. Ao decompor o que apontam como justificativa natural, têm-se os dados apresentados no Gráfico 36, ao passo que o Gráfico 37 indica as causas antrópicas. O que se constata é que alguns entrevistados mencionam simplesmente causas naturais, outros especificam o que entendem por natural, justificando a ação eólica e a inclinação do terreno que erode primeiramente o cerro, abrindo ravinas, que também foram citadas separadamente.

²¹⁰ Presente no Capítulo 3, na seção 3.1.1.



FONTE: Organizados pela autora (2013)



Quanto às causas antrópicas aludidas pelos entrevistados, encontram-se apresentadas no Gráfico 37, em que, embora se entenda que o manejo inadequado engloba, mau uso do solo, retirada da cobertura vegetal, queimadas, superpastoreio, pisoteio do gado e lavoura – o que totaliza expressivos 94,74% –, optou-se por indicar os dados obtidos conforme o enunciado no decorrer das entrevistas.

Cruzando os dados referentes à gênese apontada pelos entrevistados e as apresentadas em ambos os jornais, no que toca às causas naturais, a ação da água – seja subterrânea, seja pluvial – e os ventos são os fatores que mais convergem. Quanto à ação antrópica, é possível afirmar, entre as inúmeras causas atribuídas pelos jornais, estarem enquadradas como manejo inadequado, da mesma forma como fora visto entre os entrevistados.

A abundância de água na formação de ravinas vai aparecer, como uma das explicações para a gênese dos areais, em uma reportagem que tem como título *O Pampa vai virar sertão?*²¹¹ O que vem à mente quando se lê ou se ouve a palavra *sertão*? Por certo a associação com as imagens do interior do nordeste brasileiro, o solo rachado pela seca, uma parca vegetal que resiste à forte estiagem, o gado magro pela ausência de água, uma população carente. Qual então a mensagem a ser transmitida a partir destas informações? Está-se diante de dois fatos relevantes. Primeiro o título, que é o que inicialmente chama a atenção do leitor na seleção do que ler no jornal. Título este que remete justamente à região brasileira em que, sim, é correto falar em desertificação. No segundo momento, há a explicação para o ravinamento, decorrente da abundância de água que sulca a terra, abrindo – com a perda de solo – ravinas e voçorocas, que, posteriormente e à jusante, formam

²¹¹ Reportagem de nº 56.

alguns areais, pois nem todos se originam por este processo de ravinamento. Este pode ser um indicativo da razão pela qual muitos entrevistados, diante da técnica projetiva, mesmo quando olhavam para a Fotografia 3, que representa um areal (Figura 25), a associavam a deserto ou muitas vezes entendiam ser uma condição muito pior do que a retratada na Fotografia 2, que é de um deserto (Figura 24).

Quanto ao arrendamento, tanto fora apontado como uma das formas de arenização, quanto mencionado pelos entrevistados, exceção feita a um depoente (13), que disse ter arrendado suas terras para que o arrendatário recuperasse a voçoroca presente em sua propriedade.

O Gráfico 38 indica as principais causas do processo de arenização, conforme o entendimento dos colaboradores leitores. Importante destacar que na categoria *manejo* foram englobadas as menções ao mau uso do solo, à lavoura, à retirada da cobertura vegetal e à intervenção humana com a construção da BR; já em *gado*, foram aglutinadas as alusões ao superpastoreio e ao pisoteio do gado; *erosão* conjuga o terreno acidentado e a ação da água, tanto a subterrânea quanto a pluvial; e, finalmente, a categoria *natureza* compreende as referências à ação eólica, ao clima e ao substrato arenoso.



FONTE: Organizados pela autora (2013)

Como era previsto, se confirma a influência exercida pela mídia, pois os leitores indicaram as causas naturais e o manejo inadequado como os principais agentes no processo de arenização, indo ao encontro do que consta no Gráfico 34, que apresenta o modo como os jornais retrataram a gênese de tal processo. O Gráfico 39 demonstra quais as causas apontadas pelos não leitores para o processo de arenização, e o que se observa é que, majoritariamente, as naturais são as que se destacam, vindo a seguir a ação do gado. Note-se, ainda, que o manejo inadequado foi o menos aludido como gênese, contrariamente ao

apresentado pelos jornais e ao indicado pelos entrevistados leitores, o que corrobora a interpretação de que há realmente uma ascendência exercida pela ideologia midiática.

Uma das causas do processo de “desertificação” levantada pelos jornais foi o desinteresse dos proprietários em investir em suas terras, ou mesmo o manejo inadequado. Entretanto, conforme dados obtidos em campo, junto aos entrevistados, esta acusação não procede, pois somente 2,7% dos entrevistados nada fizeram para controlar o avanço da arenização. Há, na fala dos depoentes, uma preocupação com o futuro das propriedades, pois reconhecem tratar-se de seu sustento, do capital que possuem. Denota-se interesse, na grande maioria, por encontrar condições para diminuir o processo de arenização, inclusive para poderem voltar a produzir naquelas terras.

No que tange à gênese do processo de arenização, a mídia aponta majoritariamente para o mau uso do solo, enquanto que, para os entrevistados, ele resulta de causas naturais e, em segundo lugar, do uso inadequado. Portanto, neste aspecto não foi possível confirmar uma ascendência da mídia sobre o conjunto dos entrevistados.

Observou-se, a partir da análise do conjunto de informações propagadas pelos jornais, que foi necessário o transcurso de 10 anos para que a mídia passasse a considerar que a arenização resulta de causa natural e a vincular o agravamento deste processo à ação antrópica, ou seja, mesmo já tendo ocorrido, neste período, diversas pesquisas que comprovaram tal constatação – e que, inclusive, foram noticiadas pela mídia –, foram necessários 10 anos para que os jornais pesquisados passassem a divulgar outra perspectiva, que congrega à gênese a ação humana.

Há, ainda, a inconsistência jornalística ao listar os municípios que possuem arenização (Tabela 10), pois a ZH cita os municípios de Santiago, Santana do Livramento e Uruguaiana, que, de fato, não apresentam processos de arenização, enquanto o CP faz isto apenas em relação ao município de Santiago. Apesar de estas menções terem aparecido somente uma vez em cada um destes jornais, ainda assim se caracterizam por ser informação equivocada, já que as pesquisas acerca da arenização são anteriores ao período de análise junto a estes jornais, de modo que nada justifica a divulgação de tais dados.

Quanto à recuperação das áreas arenizadas, ambos os jornais insistiram, por determinado período, no lixo orgânico como cobertura para os areais. Entretanto, em momento algum das matérias, foi apontado o que entendem por lixo orgânico, ou seja, é o que se decompõe? Se positivo, papel e papelão são reciclados, se decompõe em curto

espaço de tempo e são oriundos de vegetal, característica do orgânico, como pertencente aos reinos animal e vegetal. De onde viria este lixo orgânico? Da cidade? Então, quem arcaria com o transporte desta coleta até a propriedade? A Prefeitura ou o proprietário, ou quiçá uma parceria público-privado?

Este ideário acerca do lixo orgânico partiu da exposição de uma experiência advinda da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Alegrete. Enquanto se trata de noticiar uma ação municipal, perfeito, é papel da mídia apresentar ao leitor o que ocorre na sociedade. Todavia, no momento em que passa a defender determinada proposta como alternativa econômica aos areais, entende-se que deve fomentar as possibilidades de viabilizá-la, até para propor, junto à sociedade civil, ampla discussão sobre o assunto. E isto não ocorreu. Destarte, fez-se presente no discurso dos entrevistados o descontentamento para com os representantes políticos, que se mostram descompromissados com a problemática local da arenização.

Sobre a possibilidade de recuperação do processo de arenização, este é um ideário presente não apenas no discurso midiático, também compõe a fala dos entrevistados.

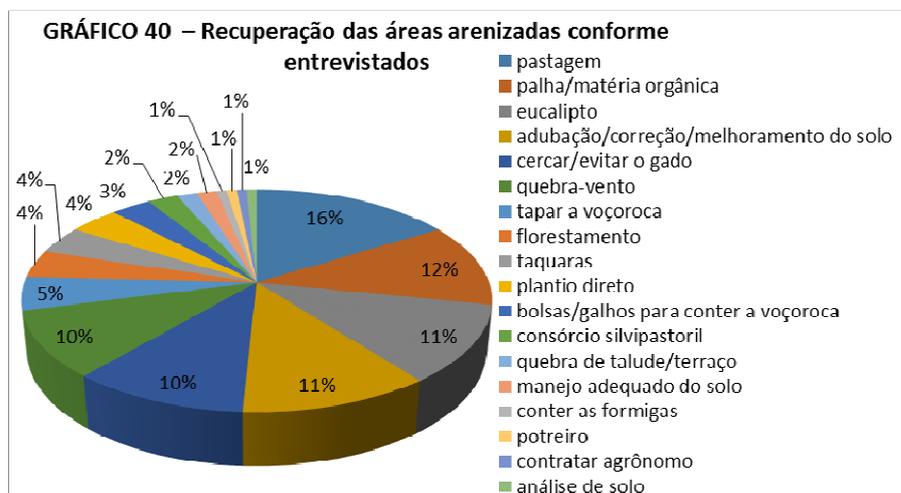
Na exposição do assistente técnico de conservação do solo e reflorestamento da EMATER, Elcyr Gausmann, do escritório de Santa Maria, vê-se refletida a fala de alguns proprietários, que foi obtida na pesquisa de campo, pois Gausmann alega que os investimentos para recuperação das terras em processo de arenização são elevados e, portanto, “o preço da terra diminuiu muito. É mais negócio comprar campos novos do que recuperar os devastados”²¹². Compactuam desta posição alguns entrevistados (7, 9, 16, 17 e 24) e o agrônomo Souto²¹³, ao afirmar serem necessários investimentos equivalentes ao custo de 3 hectares para recuperar apenas 1 hectare, o que reforça a noção de que é mais barato comprar terras do que recuperá-las. Entretanto, com a valorização das terras, especialmente após a chegada da Stora Enso, houve quem tenha avaliado (26) que, atualmente, o custo da recuperação já se aproxima do valor do hectare.

Cruzando os dados das Tabelas 11 e 12 – que tratam da recuperação das áreas arenizadas, sob a ótica dos entrevistados –, percebe-se, em suas falas, a presença de palavras ou expressões que são empregadas pelos jornais quando estes remetem à

²¹² Reportagem de nº 33.

²¹³ Reportagem de nº 47.

recuperação. O Gráfico 40 apresenta como os entrevistados interpretam a possibilidade de recuperar as áreas arenizadas. Atenção para o fato de que o declarado não é, necessariamente, o que o respondente realiza em sua propriedade.



FONTE: Organizado pela autora (2013)

Os colaboradores destacaram como ações principais: manter uma cobertura vegetal (pastagem); não permitir que o gado consuma toda a pastagem, deixando constituir uma palha sobre o solo, a fim de formar matéria orgânica; utilizar o eucalipto, lembrado como um dos cultivos para o quebra-vento, ou mesmo no intuito de frear o avanço tanto do areal quanto da voçoroca; realizar a adubação e a correção ou melhoramento do solo; cercar as áreas arenizadas para evitar o pisoteio do gado; e valer-se de quebra-vento, que pode ser feito tanto com o eucalipto quanto com taquaras, capim-limão, bambu, entre outros que foram mencionados.

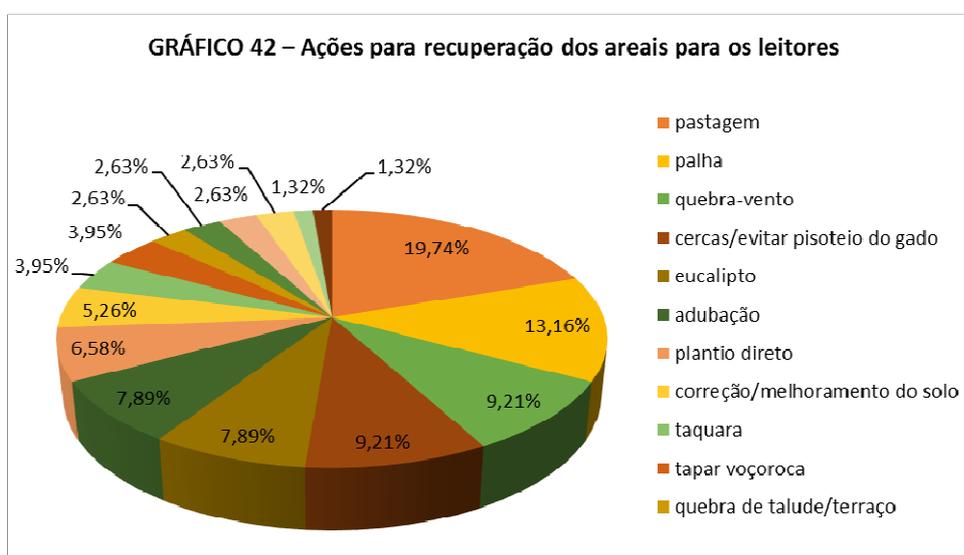
Já o Gráfico 41 resulta do cruzamento das ações citadas nos discursos dos depoentes com as mencionadas em ambos os jornais. O que se observa é que as ações de deixar formar palha sobre o solo e os quebra-ventos são as que encontram maior convergência entre o discurso dos colaboradores e o da mídia. A seguir, destaque para o plantio de eucalipto, demonstrando o quanto este ideário se fez forte entre os jornais.

O Gráfico 42 apresenta as ações para recuperação das áreas arenizadas, sob a ótica dos entrevistados leitores. As duas principais ações - pastagem e palha - dizem respeito ao cultivo de pastagens para fazer uma cobertura a fim de formar palha que ajuda a constituir a matéria orgânica, ao manter por mais tempo a umidade junto ao solo. Já no Gráfico 43, há o cruzamento dos dados obtidos nas propostas dos entrevistados leitores e o que foi apresentado na mídia, o que não difere muito do apresentado no Gráfico 40, que congrega

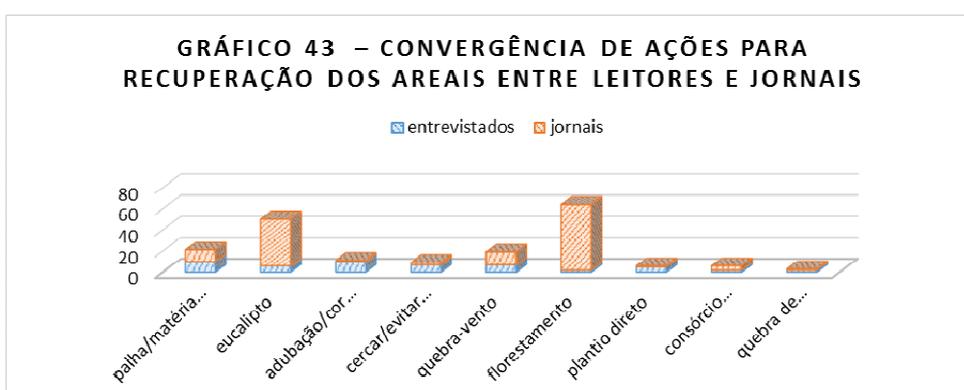
leitores e não leitores, ou seja, as tentativas de recuperação das áreas arenizadas possuem ações que estão disseminadas no imaginário dos proprietários, e não há uma influência nítida exercida pela mídia quanto a este aspecto.



FONTE: Organizado pela autora (2013)



FONTE: Organizado pela autora (2013)



FONTE: Organizado pela autora (2013)

Ver no eucalipto uma possibilidade para alterar a condição arenosa se mostrou presente para o geral dos entrevistados, independente do nível de escolaridade, de possuírem ou não assistência técnica e de lerem ou não algum jornal ou revista. Há, de fato,

uma pequena diminuição na fala ou interesse pelo eucalipto por parte daqueles que nada leem, entretanto não é possível associá-la a uma não influência da mídia. Acredita-se que está generalizada a ideia, e mesmo intenção no plantio desta exótica, em virtude de que, em todos os municípios visitados, houve fortes investimentos da empresa Stora Enso.

Neste sentido, não se pode ser tendencioso e creditar a culpa desta escolha à multinacional da celulose e papel – que chegou a partir de 2005 –, visto que os primeiros bosques de eucalipto foram introduzidos após a experiência do agrônomo João Souto, em seus experimentos no São João, em Alegrete, ainda nos anos 1970, no intuito de frear o avanço do processo de arenização. Entretanto, na forma como tal ideia se disseminou junto aos municípios da região da fronteira oeste, bom, aí há, sim, relação com a ideologia difundida na mídia, quando se leva em consideração o tempo de floresta declarada pelos entrevistados.

Mas, como se construiu esta representação social tão favorável ao eucalipto? Entre os dois jornais em estudo, o CP foi quem se destacou na utilização dos vocábulos deserto e desertificação, superando, proporcionalmente, a ZH, como se observou nos Gráficos 4 e 5²¹⁴. Entretanto, ambos ajudam a propagar a ideia equivocada de uma situação geográfica que, a médio prazo, não se verificará no Rio Grande do Sul. Associar a arenização à desertificação gera representações enganadoras, isto é, depara-se com a formação de representações sociais que, neste caso, são ideológicas, e cujo intuito é levar, especialmente os proprietários, a acreditarem que tais áreas não possuem “solução”, como visto no depoimento de alguns entrevistados, ao longo do capítulo 4.

Quando o proprietário conclui que *não tem solução, não tem o que fazer* em uma área arenizada, ao deparar-se com a possibilidade de vender as terras para uma empresa interessada “nos desertos”, encara-a como a grande saída, é quase que um “dar-se bem nas costas dos gringos!”, ou então, aceita passivamente substituir a prática agropecuária pelo plantio de eucaliptos.

Mas por que a insistência no eucalipto, e não em outro produto, como a cebola, por exemplo? Cebolas não são exigentes. O município de São José do Norte, no litoral sul do estado, é um dos destaques no plantio de cebolas, em areia. Logo, areia por areia, não se poderia pensar em cultivar cebola nas áreas arenizadas? E cebola combina com churrasco,

²¹⁴ Presentes no Capítulo 3, na seção 3.1.1.

pois muitos assadores a colocam em espetos junto com as carnes. Mas elegeram o eucalipto. Elegeram uma exótica que altera a paisagem do Bioma Pampa; uma espécie agressiva que está associada a um consumo excessivo de água para manter seu rápido crescimento.

Há uma convergência entre o ideário dos entrevistados e o retratado pela mídia no tocante à recuperação, o que se compreende no âmbito do proprietário, pois a terra é seu capital, sua fonte de subsistência. Conforme destacado pelos respondentes, eles pagam seus impostos sobre o conjunto da propriedade, independente dela produzir ou não. E é neste sentido que as pesquisas devem contribuir com esta parcela da população, alternativas devem ser buscadas, dentro de uma concepção de sustentabilidade.

Em ambos os jornais, as causas naturais do processo de arenização tiveram menos menção. Isto pode ser um reflexo da insistência ideológica em *recuperar os desertos*. Como visto, não se concebe a ideia de recuperar algo que é da natureza, ou alguém já assistiu a algum documentário da *National Geographic* apresentando *as recentes descobertas da ciência para recuperar o Deserto do Saara* ou ainda *as barreiras de contenção aos tsunamis no Pacífico* ou, quem sabe, *os amortecedores desenvolvidos pelos japoneses que serão colocados sob as placas tectônicas para minimizar o impacto dos terremotos?*

Logo, apelar para a justificativa do uso abusivo e inadequado do solo corrobora a ideia de repensar este uso, introduzindo mensagens favoráveis à utilização de eucaliptos. Mas observa-se que a monocultura também fora apontada, em ambos os jornais, como causadora da arenização. Entretanto, salvo pouquíssimas matérias, o eucalipto é apresentado como o único cultivo, caracterizando, portanto, a monocultura. Como pode uma monocultura fazer mal ao solo e outra não? Lembra-se que a monocultura da soja também havia sido indicada, nos jornais, como *causadora dos desertos*. Exótica por exótica, soja, trigo, eucalipto, pinus, acácia, arroz, assim o são. Estaria então sendo a monocultura a vilã da arenização?

Não se compreende que a monocultura por si só seja maléfica, mas, sim, o explorar o recurso além da capacidade natural do solo, e, tautologia feita, retorna-se à necessidade do manejo adequado à capacidade natural do solo.

Divulgar dados contraditórios e mesmo irreais sobre a dimensão das áreas arenizadas conduz à reflexão de que a intenção seja chamar a atenção para a ideia que os veículos de comunicação de massa tentam impor, ou seja, que há incremento do processo

de desertificação do estado, por conseguinte, perda de solo agricultável, logo, é necessário agir rápido. A impulsividade na ação geralmente conduz os seres a nenhuma ou pouca reflexão. Isto favorece a adoção de atitudes impostas pelo grande capital, que, no caso específico, é a imposição do ideário do florestamento com eucaliptos, cuja rentabilidade é prometida para médio prazo e os efeitos maléficos sentidos em igual proporção. Houve quem fosse categórico em sua fala ao aludir que o eucalipto não se presta à região, ou por que tem muito vento – que o quebra quando jovem, pois seu tronco é esguio –, ou por causa da areia, que se aquece no verão, queimando suas raízes e levando-o a perecer, ou, ainda, por que não apresenta o mesmo crescimento que teria se estivessem em solo de qualidade superior.

Entretanto, muitos dos que chegaram a tais conclusões já haviam plantado vários hectares de eucalipto. E fazer o quê? Cortá-los antes do tempo, por que se deram conta de que o desenvolvimento não condiz com o propagado, e retornar à pecuária ou à agricultura? E quem cobre o prejuízo de investir no florestamento? Não queimarão dinheiro investido. Alguns entrevistados comentaram que deverão esperar mais tempo do que o previsto para poder ver render aquelas florestas. E, então, enquanto plataforma de negócio, esta alternativa está se mostrando tão rentável quanto o aludido pela mídia? Ou seja, muitos por ouvirem dizer que era um bom negócio, que recuperava *desertos*, no desespero diante de nada verem brotar naquelas areias, investiram como última alternativa no cultivo da exótica e, poucos anos depois, dão-se conta de que o retorno não dar-se-á no tempo previsto, porque o eucalipto não está desenvolvendo como fora prenunciado.

Quando ideologicamente se pretende implantar uma ideia, esta vai tautologicamente sendo construída, matéria por matéria. Isto se fez presente no decorrer da análise destes 21 anos de reportagens coletadas em ambos os jornais, tanto no que diz respeito à construção do ideário de que a arenização se constituiu por conta do uso inadequado do solo quanto em relação à necessidade de plantar eucaliptos para recuperar a região arenizada. Presente também em manchetes que alardeiam a boa nova, como visto nas reportagens 9 e 10 por exemplo. Além disso, passa a ser comum noticiar valores econômicos relacionados ao aproveitamento do eucalipto, seja na indústria de papel e celulose, seja como lenha, seja, ainda, na indústria moveleira, chamando atenção para a necessária mudança na matriz econômica da Metade Sul, substituindo a agropecuária pela silvicultura.

Importante destacar novamente que, entre os jornais, as reportagens favoráveis ao eucalipto excederam 70% na ZH e chegaram a quase 90% no CP, o que incontestavelmente os credencia à defesa e representação do agronegócio.

No tocante à assistência técnica, é possível associá-la às práticas do plantio direto, pois assim mencionado, especialmente, pelos que possuem assistência regular, bem como a necessidade de adubação, de correção do solo e de manejo adequado, mas este em menor correlação.

Na mídia se fez presente, conforme apresentado na Tabela 13²¹⁵, a quem caberiam arcar com os custos da recuperação das áreas arenizadas. Tais custos é senso comum no discurso dos entrevistados, como já abordado no Capítulo 4: 75% dos entrevistados leitores queixam-se de que o governo não possui interesse em recuperar as áreas, de que não há incentivo ou é muito burocrático. Há, portanto, forte correlação entre a ideia apresentada na mídia, que impõe ao governo o financiamento dos custos destes investimentos, e o que pensam os proprietários que realizam leituras dos jornais em análise.

Sobre estes custos para recuperar uma área arenizada, é senso comum nas matérias jornalísticas apontá-los como elevados. Isto esteve presente na fala dos entrevistados de modo generalizado. Quanto às ações para as voçorocas, houve um momento em que uma matéria da ZH propôs, como forma de contenção, a utilização de pedras e galhos no intuito de barrar seu avanço. Tal iniciativa se verificou junto a alguns depoentes.

Aliás, a questão econômica pontuou muito a fala dos entrevistados, bem como as reportagens dos jornais. Ainda que o fenômeno da arenização seja natural – apesar de que em algumas regiões há o reconhecimento de que o manejo inadequado das terras degradou a área, contribuindo para o avanço da arenização –, é da terra que majoritariamente vive os depoentes, portanto, é natural que busquem uma forma de transformar aquelas terras em algo produtivo, rentável, que lhes assegure um retorno econômico. Portanto, quando ressaltam os investimentos necessários para recuperar o solo arenizado, é igualmente destacado seu elevado custo, conforme se observa na fala a seguir:

Assim, como também assim ó, vou te falar uma coisa, às vezes existe também uma noção assim muito de fora, das pessoas assim, os ecoloucos da vida, que vem assim ó, 'ãã... porque tem que recuperar, tem que botar, tem que botar plantas nativas,

²¹⁵ Presente no Capítulo 3, seção 3.1.2.

não sei o que mais, que tem que plantar, isto aquilo e aquilo outro, porque é um absurdo, por que isso e blá, blá, blá', e às vezes eu digo, o problema é o seguinte, porque para recuperar aquilo ali não é uma coisa entre aspas barata, não é uma coisa, e, e, e, e, o, o próprio, vamos supor assim ó, vamos usar o eucalipto que é uma espécie economicamente viável, uma alternativa econômica para explorar; mesmo o eucalipto naquele tipo de substrato ali, aquele, aquele bosque de eucalipto, é um bosque que hoje ainda não é, não daria para dizer que é um bosque economicamente viável e é um bosque com mais de 10 anos (1).

No tocante aos recursos públicos ou mesmo ao interesse dos governos em encontrar uma forma de transformar as áreas arenizadas em zonas produtivas, não foram poucas as manifestações, sendo ilustrativo o seguinte depoimento:

Incentivos governamentais ficam só na conversa, nunca saem do papel, como falamos antes né, pessoas aí que tem 300 hectares, 100 de areia, os outros 200 não dá para aproveitar integralmente até por que hoje tem mais um probleminha que mais adiante vamos falar né, com certeza são aquelas áreas, de reserva legal; bem, então isto vai reduzindo a menos da metade a propriedade, e sobre isto ele tem que manter a propriedade, tem que cercar, tem que combater formiga, tem que qualquer coisa que ele vai fazer, ele só vai investir e não tem retorno nenhum. Então, um incentivo fiscal desonerando o produtor sobre essas áreas desde que ele faça alguma coisa em benefício né, seria ótimo, mas isto não acontece. [...] O critério de tributação né, também penaliza muito essas pessoas porque, é, não distingue entre aqueles que tem campo de ótima qualidade que podem faturar bem em cima daqueles que tem péssima qualidade, embora possa declarar lá que tem áreas arenizadas, não sei o quê que tem, mas o valor do hectare ainda é muito maior do que aquele que realmente, ãã, deveria ser (3).

Já o depoente 5 lamentou a falta de incentivo para inovações, chegando a dizer que poderia ser dado, por exemplo, R\$ 2 mil para cada proprietário. Mas criticou o assistencialismo, denotando forte contradição em sua fala: pois quer subsídio para plantar e criar gado, investir nos areais, que se caracterizam por estarem em propriedade privada, todavia falou mal do assistencialismo, em “que é tudo dado, sem nada em troca”.

Outra queixa relaciona-se aos financiamentos e veio de um proprietário (8) já de idade avançada, cuja maior parte da vida transcorreu em momento anterior ao da legislação ambiental. Sua ideia era conseguir levantar um financiamento no banco para poder cortar uma faixa de uns 100 metros de butiá, deixando outros 50 metros como contenção natural do vento. O recurso pretendido seria para plantar *brachiaria*. Relatou que outrora era possível a queimada, que em sua opinião ajudava no solo e na alimentação do gado, que comia o capim-limão queimado; mas que não mais pode cortar os butiás, que para ele hoje equivalem a uma praga e que o impediu de vender para a Stora Enso. Portanto, não conseguiu recurso no banco porque tem vegetação nativa que não pode ser cortada, lamentando ser uma “judiaria o campo lá fora” com a quantidade de butiás que tem,

impedindo-o de tocar economicamente a propriedade. Fez uma crítica à necessidade de ter de preservar, questionando como fica a renda, pois, segundo este entrevistado, não lhe fora apresentada nenhuma alternativa econômica, nem pelos pesquisadores, nem pelo governo, tampouco pelo banco que lhe negou financiamento. E pergunta: “viver de quê?”

Outro entrevistado (7) disse ter interesse em recuperar as áreas arenizadas, mas que não consegue investir milhares de reais sem o apoio do governo e ressalta que o poder público pouco se interessa por estas questões. Acredita que será difícil reverter o processo, o que levaria muitos anos. Na fala de muitos que se lamentam pela omissão dos governos, não é a ideia de assistencialismo que prevalece, mas a de subsídio para o setor primário, conforme muitos países possuem, o que tornaria inclusive a agropecuária brasileira mais competitiva, conforme alguns depoentes.

O descontentamento com os políticos que dão as costas para a região esteve presente na fala de um entrevistado (23), ora pela ausência de recursos, ora em virtude de políticas pensadas por técnicos sem experiência na região e sem ouvir os proprietários ou, ainda, por que simplesmente nada fazem pela região.

As queixas são as mais diversas, desde a falta de incentivo e de interesse dos governos em recuperar o solo, passando pelos financiamentos bancários que geralmente não enquadram os que assim buscam adquirir o recurso, entre outros, como por declararem a terra como improdutivo.

Para um dos entrevistados do assentamento em Manoel Viana, a principal queixa diz respeito à falta de orientação sobre como manusear com as áreas arenizadas, já outro, do mesmo assentamento, elogiou muito o trabalho técnico desempenhado pela EMATER, que estaria colaborando muito com eles, na análise de solo, orientação no que plantar e como corrigir.

Há também críticas entre os pares, pois, na fala do entrevistado 6, muitos não investem na recuperação do campo porque querem lucros imediatos. Menciona que caso não tivesse investido na propriedade já poderia ter uns mil hectares de terra, sendo que sua propriedade tem 260 hectares. Este entrevistado afirma que gostaria de ter um espaço para poder trocar experiência com seus vizinhos – explicar o que já fez que deu certo e seus erros, para não serem repetidos –, pois, nos 20 anos que diz estar investindo na propriedade, somente há cerca de 12 é que começou a acertar.

Uma queixa generalizada entre os entrevistados diz respeito à abertura de suas propriedades para receber os mais diversos pesquisadores, professores e seus alunos, não havendo nenhuma forma de retorno sobre as pesquisas realizadas e respectivos resultados. Sabem identificar as instituições que os visitam, os locais onde se encontram os experimentos, entretanto, há uma unanimidade na resposta negativa quanto ao retorno do que fazer para tornar produtiva a área arenizada, qual a espécie que melhor se adapta à região, etc. Inclusive, um depoente (17) entende que os pesquisadores deveriam, pelo menos, convidar o proprietário para trabalhar junto no experimento, até como forma de incentivá-lo a cuidar de sua terra. Já outro entrevistado que trabalha como técnico de um dos proprietários entrevistados, referindo-se ao papel da pesquisa, afirma que

A função do conhecimento é gerar bem-estar. Esta é a produção científica útil (26).

Concorda-se com este posicionamento, na medida em que se entende que de nada serve a pesquisa, a ciência, se for meramente acadêmica. E isto explica a escolha pelas representações sociais, pois é no contato social que se percebe de que modo o não-familiar transforma-se em familiar, o que possibilita ao pesquisador se apropriar de um elemento importantíssimo para ações com vistas à intervenção social: a capacidade de compreender como o grupo social eleito para atuação concebe um conhecimento. Acredita-se que, a partir desta teoria e mesmo desta técnica, se consiga uma maior aproximação com os grupos sociais, gerando maior empatia e, conseqüentemente, maior aceitação às ações intervencionistas. Trata-se da utilização das representações sociais para atuar socialmente, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e desenvolvida sustentavelmente.

6 CONCLUSÃO, PROPOSIÇÕES E PERSPECTIVAS

A natureza é o corpo inorgânico do homem, através dela o homem deve estar em constante contato para não perecer...
(Adaptado de Karl Marx)

Chega o momento de se realizar um balanço do que até então foi desenvolvido. Foram cinco longos anos de estudos, muito campo, reflexões e análises que permitiram tecer uma série de considerações acerca do papel desempenhado pela mídia jornalística na geração de representações sociais, algumas inclusive ideológicas. Encontraram-se convergências entre o propalado pelos jornais ZH e CP e os discursos dos entrevistados, mas também se verificou que, em determinados aspectos, tal correlação não foi possível de ser afirmada.

Um longo capítulo teórico faz as amarrações necessárias à compreensão desta tese, remontando à aproximação entre a Psicologia e a Geografia, ainda nos primórdios da ciência geográfica. Discorreu-se, ainda que de modo breve, sobre os conceitos transversais que nortearam os discursos em análise. Localizou-se o fenômeno geográfico, cenário deste estudo, apontando a origem da arenização e alguns avanços teóricos. A seguir, discorreu-se sobre o fenômeno social, isto é, o estudo da teoria das representações sociais, os conceitos que a envolvem, os métodos de investigação, a passagem do não-familiar ao familiar, isto é, como os sujeitos sociais saem do senso comum e chegam ao conhecimento científico. Abordaram-se os processos que constituem as representações, explicando como se dá a ancoragem e chega-se à objetivação, isto é, como se vai do concreto à abstração de um conhecimento.

No tocante à metodologia, explorou-se, ainda que de modo breve, a análise de discurso para o estudo e identificação da ideologia que perpassa o discurso midiático, com vista à formação de representações, e como a associação livre pode contribuir para a pesquisa aqui desenvolvida.

No capítulo que abordou a análise e reflexão das 305 matérias veiculadas na mídia local, que totalizam as reportagens dos jornais ZH e CP, fez-se necessário recorrer à divisão dos temas em três grandes partes: a seção que abordou a arenização, a que explorou o

empenho jornalístico em convencer os gaúchos de que o eucalipto é uma excelente escolha para a fronteira oeste do estado e, finalmente, o estudo de caso de uma gigante do setor do papel e celulose, a multinacional Stora Enso. Apesar de ainda ser um capítulo de teor muito mais descritivo do que analítico, já se iniciou, ali, a tecer a teia de relações ideológicas que se desvelam no quinto capítulo.

Por sua vez, o capítulo que se seguiu discorreu sobre os inúmeros aspectos e métodos de captura das representações sociais junto aos respondentes, tendo sido apresentados dados quantitativos que permitiram chegar ao núcleo das representações, bem como reflexões decorrentes das análises do material obtido com a técnica da associação livre, que viabilizou estabelecer seis categorias enunciativas, e com a técnica projetiva, culminando em outras quatro categorias analíticas das representações sociais. Estes elementos possibilitaram compreender qual a representação social que os proprietários possuem sobre as áreas arenizadas, a perspectiva de recuperação, via de regra, econômica destas áreas e a percepção de um problema, momento em que muitos externalizam que o problema não são os areais, mas a falta de apoio governamental e científico, o que foi uma surpresa, pois estes aspectos não haviam sido questionados, tendo emergido na fala, espontaneamente, em várias entrevistas.

Foi no Capítulo 5 que se orquestraram convergências e divergências entre o discurso midiático e as representações sociais dos proprietários sobre as áreas arenizadas. É o momento em que se concretizou o já preconizado, isto é, o interesse em compreender o sujeito, agente atuante do e no seu meio, construtor do espaço geográfico, culminando na aproximação com a Psicologia Social e com o conceito de Representação Social, justamente por possibilitar melhor compreensão do imaginário social do sujeito acerca de elementos analisados. Não se pode esquecer que se é fruto do coletivo, visto que a essência humana é social. Logo, boa parte das concepções, das visões de mundo apresentadas, desde cedo, pela família, se amplia, no convívio social, nas demais instituições das quais se faz parte no decorrer da vida. Assim, com este olhar interdisciplinar, buscou-se compreender a dinâmica da construção conceitual do sujeito através de sua subjetividade, bem como refletir sobre o modo como a materialidade espacial se constitui em conteúdos da consciência e percepções de mundo.

A Geografia e a Psicologia dialogam desde a origem da ciência geográfica, no século XIX, especialmente na relação entre o homem e seu meio, nas relações sociais estabelecidas

em uma organização regional e, o papel desempenhado pelo lugar no imaginário do sujeito, seja talvez a mais imbricada relação existente entre estas ciências.

Na Alemanha, o diálogo entre estas duas disciplinas ganhou vez na relação quase antagônica entre natureza e sociedade, em um período de franca expansão do capitalismo selvagem, em que a natureza foi encarada como objeto a serviço dos homens. No determinismo geográfico, a relação de domínio se inverteu, estando o homem subjugado à natureza. Há influência das condições naturais que se impõem à personalidade do sujeito, determinando seu *modus vivendi*.

No período do expansionismo geográfico, o fator de convergências entre os dois campos de estudo foram as relações de poder, estabelecidas por sociedades que subjugaram outras – consideradas menores, inferiores – e que buscavam ter territórios amplos, o que passou a ser sinônimo de superioridade, de desenvolvimento, sobretudo político. Já no século XX, a vinculação entre Geografia e Psicologia foi pautada pelas relações organizacionais que o homem impôs sobre o meio, e, portanto, a própria concepção de espaço geográfico encontra-se imbuída de análises psicológicas. A perspectiva das paisagens culturais retomou a discussão acerca da imposição do homem sobre a natureza, com base na forma como o homem se apropria e transforma a paisagem natural em humanizada.

O ponto de vista da Geografia Cultural talvez seja o que mais se aproxima de uma reflexão psicológica, porque implica considerar a cultura como elo estruturante da ação humana, buscando compreender como se estabelece, por conseguinte, a intervenção social sobre este espaço construído. Assim, recorrer às representações sociais qualifica esta reflexão analítica.

A representação geográfica é uma das primeiras que se apreende na vida. O instrumental teórico de uma ciência em suas representações dá-se pelo arcabouço lógico-metodológico por ela empregado. Na geografia são seus princípios, sendo estes o embasamento do constructo da representação de mundo na geografia. O ponto de partida metodológico é a paisagem, vista como plano de percepção sensível dos objetos e respectivos arranjos, lidos e descritos com o auxílio dos princípios. Com a identificação dos recortes de domínios mapeados, localizados e distribuídos, o território se sujeita à paisagem. O resultado final é o espaço, clarificando-se, no seu conjunto, como estrutura qualificada de relações em cuja base encontra-se o caráter histórico da relação do homem com o meio, isto é, a sociedade organizada geograficamente. Assim, pensar a multiterritorialidade quiçá seja

a única possibilidade para que se construa uma nova sociedade, que seja igualmente mais universal, igualitária e multiculturalmente reconhecadora das diversidades humanas.

Para melhor compreender o território e os processos de desterritorialização, faz-se necessário distinguir os sujeitos que exercem o poder, e que efetivamente controlam o território, e os processos sociais constituintes. Por conseguinte, compreender as relações sociais enquanto relações de poder significa compreender que o poder se caracteriza por ser uma noção ampla que abarca desde o “anti-poder” da violência até os modos mais sutis do poder simbólico (HAESBAERT, 2005), reflexão que, aqui, se iniciou com a análise dos jornais e culminou com as correlações dialéticas estabelecidas entre os discursos ideológicos e as representações sociais dos entrevistados.

De posse de tal entendimento, foi abordado, com base numa análise materialista histórico-geográfica, de que modo as representações sociais dos areas se constituem nos sujeitos analisados, o quanto do discurso ideológico expresso pela mídia jornalística encontrou-se imbuído na fala dos colaboradores, bem como a sua concepção de problema, especialmente a partir de como percebem a gênese da arenização e acreditam ser possível solucionar o que denominam problema.

Para tanto, foi necessário apreender suas formas de pensar o fenômeno para, finalmente, chegar à representação social dos areas. Com a compreensão do modo como os entrevistados percebem a arenização, foi possível tecer reflexões acerca da importância da viabilização econômica das áreas arenizadas, visto que é a fonte de renda e de subsistência da maioria dos entrevistados. Mostrou-se imprescindível contribuir na construção de estratégias que possibilitem viver melhor e em harmonia com o território que possuem. Nesta discussão materialista histórico-geográfica, o espaço se apresenta inter-relacional, no qual se ligam a dimensão natural, social, cultural e psíquica dos sujeitos, assegurando uma capacidade ímpar de refletir o espaço geográfico, desvelando-o.

As representações sociais foram tratadas como um modo de cognição, que em sua origem, adequação entre o significado de um vocábulo e o seu contexto, bem como suas funções são análogas às que encontramos nos processos que interferem na vida e na comunicação, à dos dispositivos que ajudam na revelação da identidade e na particularidade dos sujeitos ou grupos sociais, bem como na energia despendida nas relações entre estes grupos e/ou sujeitos. Por conseguinte, Jodelet (2005) ensina que, para colocar em ação esta perspectiva que reúne tanto abordagens psicológicas quanto sociais, é necessário que haja

interesse pelos contextos sociais reais e se adote uma postura pluridisciplinar, tal qual aqui se buscou delinear.

A teoria das representações sociais oferece uma nova abordagem dos fenômenos culturais e sociais; portanto, investiga como e até que ponto as representações adentram na empiria, moldam os comportamentos e suas respectivas relações nevrálgicas, explicando os comportamentos e as relações sociais.

Para estudar as representações sociais, em um primeiro momento, é essencial conhecer o contexto em que os sujeitos envolvidos estão inseridos, e isto se dá mediante a realização de atenta análise conjuntural. As representações são historicamente construídas, estão estreitamente atreladas aos diversos grupos sociais, econômicos, culturais e étnicos – que as expressam através de mensagens –, se refletem em diversos atos e nas inúmeras práticas sociais. Há, assim, que se considerar que as representações sociais, inúmeras vezes idealizadas a partir da disseminação de mensagens e de percepções advindas do senso comum, sempre exprimem as condições contextuais dos sujeitos que as elaboram, isto é, suas condições socioeconômicas e culturais. Daí a relevância de conhecer os emissores não apenas no que tange às suas condições de subsistência ou às suas situações educacional ou ocupacional. É mister, por conseguinte, aumentar esse conhecimento para a compreensão de um ser histórico, enraizado em dada realidade sócio-familiar, com expectativas diferenciadas, dificuldades vivenciadas e diversos níveis de apreensão crítica da realidade.

As representações sociais são carregadas de cargas afetivas, as quais não devem ser analisadas como simples epifenômenos. É admissível assegurar que os dados por ora apresentados do significado das representações e a afetividade não se apresentam dissociados no interior da representação. Tais relações, entre o núcleo central e a dimensão afetiva, ainda necessitam ser estudadas; no entanto, estes dados parecem corroborar a hipótese de que o sistema central e os elementos afetivamente carregados constituem uma estrutura social, cognitiva e afetiva coerente, como foi possível constatar nas respostas dos proprietários rurais. Como exemplo, foi mencionado que, regionalmente, dois dos maiores áreas são denominados “deserto” de São João e de Puitã.

As representações sociais são fluidas e mutáveis conforme a evolução do pensamento social, são mentais – isto é, psíquicas e imateriais, e, neste sentido, intangíveis –, mas também são sociais, porque são das comunidades, dos grupos sociais, construídas socialmente, perpetradas pela dialogicidade, pelo signo. As representações sociais assim o

são, sociais, porque é graças ao sujeito social que existem, pois nele se ancoram; são produto das próprias representações, cuja mediação social produz e reproduz as representações. Ater-se à dialogicidade e, em especial, ao entendimento das *themata* conduz à compreensão de pequenas contradições presentes no pensamento, que podem ser compreendidas como pré-noções do conhecimento científico.

As representações sociais residem no espaço banal, pressupondo a alteridade, o que por si só já interessa à Geografia, quando atenta para o confronto entre pontos de vista que pensam e planejam o espaço, que o modifica a partir das motivações de grupos que detém o poder. Mas o interesse e proveito que a Geografia pode obter com a teoria das representações sociais se dá no entendimento do movimento dialético decorrente de sua dialogicidade, quando se procura compreender como se forma o conhecimento, como e o que se pensa, como o pensamento se constitui e, por conseguinte, como atua o sujeito. Isto, por si só, corrobora o entendimento da dinâmica presente no espaço banal.

Compreender como se formam as representações pressupõe apreender como o sujeito se apropria do conhecimento científico, isto é, como é realizada a passagem do não-familiar ao familiar, do desconhecido [cientificamente] ao conhecido, do abstrato ao concreto. E percebe-se que nem todo objeto é transformado em uma representação, bem como nem toda representação social é ideológica, ou seja, ideologia enquanto forma simbólica construída para ludibriar, manipular o entendimento de um fato, cujo intuito é privilegiar determinados interesses, geralmente de grupos dominantes, sobrepujando as minorias.

O não-familiar se projeta na esfera social a partir de imagens, ideias, linguagens partilhadas pelos pares, como mecanismos de interpretação de signos. Compreender este não-familiar possibilita à ciência torná-lo familiar. Intervir junto aos pesquisados valendo-se da linguagem por eles conhecida facilita a ação de explicar o conhecimento desenvolvido pela ciência, trazendo-os para perto do conhecimento científico, reconstruindo representações, adentrando em seus universos consensuais, promovendo a acomodação do não-familiar em algo conhecido, o que conduz os sujeitos a suportar sem receios o representado. Esta ancoragem permite categorizações que se integram aos conceitos já existentes.

Lacan considerou que a psicanálise se caracteriza por ser uma prática que, através do método da livre associação, chega à essência do ser. Na fala do paciente, Lacan, inverte a

disposição dada por Saussure, para apontar a primazia que confere ao significante, capaz de revelar o verdadeiro conteúdo presente na linguagem. Obedecendo à lógica estabelecida por este psicanalista ao adotar dois tipos de ordenamento dos signos, a concatenação (metáfora) e a substituição de um signo por outro (metonímia), tem-se o processo metafórico como criador de sentido enquanto que, na metonímia, um significante substitui outro, por contiguidade. O processo metonímico se fez mais perceptível ao longo desta pesquisa, tendo sido mais recorrentes as relações de contiguidade, uma vez que não se estava em busca de outro significado, mas das palavras que os entrevistados associavam, por relação de contiguidade, àquilo que era investigado, apesar de que, pela imprecisão conceitual, fosse possível, sim, a atribuição de outro sentido que não o original, embora esta não fosse a intenção do entrevistador, tampouco do entrevistado. Assim, chegou-se à palavra areia como o principal vocábulo que é lembrado pelos depoentes quando se trata de remeter à arenização, mas também à conclusão de que eles utilizam – indiscriminadamente, quase que como sinônimos – as palavras deserto e areal.

Por conseguinte, junto aos entrevistados identificaram-se 6 categorias para as palavras-chave: *físico-ambiental*, *sentimental*, *econômico*, *fatalista*, *temporal* e *prática*; 4 categorias para o resultado da técnica projetiva: *análogas*, *econômico-produtivas*, *técnico-confusas* e *assertiva*. Já para a gênese do processo de arenização, 2 categorias: *natural* e *antrópico*.

Na categoria físico-ambiental, aglutinaram-se as respostas que explicam a arenização a partir dos elementos presentes no ambiente; na sentimental, elementos de nostalgia e mesmo de estética implícitos na fala. A categoria econômico, que pautou boa parte das falas dos entrevistados nas mais diferentes questões e expressões, ligou-se à questão produtiva, à eminência de tornar as áreas arenizadas rentáveis. A fatalista congregou as respostas vinculadas ao discurso alarmista presente na mídia jornalística, o reconhecimento de que nada tem a ser feito diante do quadro desolador. A temporalidade reuniu questões que remetem a uma expectativa de melhora no porvir, apesar de que algumas destas respostas também culminavam no econômico. E, finalmente, na categoria prática, têm-se as respostas que já indicam o que fazer para reverter a condição de arenização.

Em relação à técnica projetiva, se estabeleceram 4 classificações a partir das repostas obtidas para as 3 imagens apresentadas. A categoria análoga culminou com as que

apontavam para uma vizinhança, algo próximo do que possuíam. A categoria econômico-produtiva concentrou a maior parte das respostas, cuja análise conduzia a uma reflexão em torno da possibilidade ou não de tornar produtivas as imagens analisadas. Na categoria técnico-confusa, as respostas oferecidas na análise das imagens percorreram dois caminhos: o de uma explicação técnico-científica para o que observavam nas imagens, e o de uma profusão de pensamentos desconexos, no intuito de conseguir descrever algo. Por fim, as respostas classificadas na categoria assertiva consistem em análises realizadas a partir da devida identificação do que realmente figurava em cada uma das imagens.

Já no que se refere à explicação dada pelos entrevistados sobre o processo de arenização, duas foram as categorias possíveis: a das respostas que compreendem o fenômeno como natural e a das que o consideram interveniente, ou seja, decorrente da influência antrópica.

A categorização nas representações sociais é necessária, pois se define o não-familiar mediante coisas análogas ou diferentes, convergentes ou divergentes do tipo ideal. Com a objetivação representacional, torna-se concreto o que outrora fora abstrato, torna-se familiar o não-familiar, abstrai-se o conceito, materializa-se uma abstração, possibilitando a realização de comparações entre dois ou mais objetos – tal como ocorreu no uso da técnica projetiva, quando alguns depoentes comparavam a imagem analisada com algo próximo, conhecido por eles.

As representações sociais nem sempre são ideológicas, nem sempre possuem o objetivo de enganar, por vezes se caracterizam como um conjunto de saberes que são construídos e partilhados socialmente, contribuindo na comunicação social. Entretanto, nesta concepção de representações sociais de cunho ideológico, foi perceptível a insistência dos jornais em apregoar que o sudoeste do estado está em processo de desertificação, utilizando-se de expressões que remetem à morte da terra. Ainda ideológico foi seu empenho em creditar, ao eucalipto e, mais especificamente, aos interesses do agronegócio, a condição necessária à mudança do perfil econômico da Metade Sul, aludindo aos empreendimentos de uma multinacional que, na contramão da legislação brasileira sobre a compra de terras na fronteira do país, seria capaz de gerar milhares de empregos e de injetar milhões de dólares na região.

As representações sociais se caracterizam por ser uma forma de conhecimento prático que agrega ideias ao se erigirem conceitos, que se tornam, por sua vez,

representações. O processo de arenização adquire, no imaginário social dos pesquisados, um estatuto de preocupação, especialmente no tocante à questão econômica. Os areais são vistos como deserto – e estes dois termos, empregados como sinônimos –, entretanto o conceito de deserto associa-se ao coletivo de areia, e não à condição de aridez.

A arenização normalmente é vista como problema quando os entrevistados interpretam que é de causa antrópica ou quando reconhecem ser de gênese natural, mas agravada pelo mau uso. Também é vista como problema quando o fator econômico é o primeiro que vem à mente. Então, como solução, são inúmeras as tentativas para tornar a região arenizada passível de ser produtiva. Há o reconhecimento de que o areal é mais difícil de ser reconduzido à condição produtiva do que a voçoroca.

A perspectiva sobre a arenização retratada pela mídia jornalística influencia parcialmente os entrevistados leitores, pois prevalece na mídia a utilização das expressões deserto e desertificação, que apesar de também se fazerem presentes na fala dos entrevistados, não têm um uso generalizado. A convergência maior é a aceitação do eucalipto e das ações com vistas à recuperação da arenização.

De um modo geral, o processo de arenização é apresentado pela mídia mais de modo alarmista do que realista, pois inúmeras as referências à desertificação, aridez, terra que morre, improdutiva, etc. Não se percebeu uma divergência ideológica entre os jornais analisados, visto que ambos apresentam discurso ameaçador no que se refere à arenização. Foram muitas as propostas formuladas com a finalidade de tornar estas áreas produtivas, mas, inegavelmente, o florestamento com exóticas, em especial o eucalipto, foi o campeão nas indicações. Observou-se que, quando eram citados os discursos de especialistas no assunto, principalmente pós-anos 2000, os jornalistas empregavam os termos adequados ao processo, entretanto, nos demais trechos das mesmas reportagens, retornavam ao uso habitual das terminologias deserto e desertificação, o que pode conduzir os leitores a associações equivocadas, bem como pode ter sido a causa da similaridade que os entrevistados atribuem aos termos areal e deserto, apesar de, como já mencionado, reconhecerem que a região não está passando por um processo de aumento de aridez.

Entende-se que o papel ideológico demonstrado pelos jornais em análise a favor do agronegócio foi essencial para construir, junto aos entrevistados, uma perspectiva altamente positiva acerca do plantio de eucaliptos e, a partir de 2005, sobre a importância econômica que uma multinacional do ramo da celulose e papel desempenharia na Metade Sul do

estado, ao ponto de muitos creditarem às florestas de eucaliptos a possibilidade de os municípios da região sudoeste do Rio Grande do Sul saírem da estagnação econômica em que se encontram. O que tornou possível a construção deste ideário foi o volume de reportagens, em ambos os jornais, apresentando as perspectivas positivas desta exótica e a importância econômica que tal empresa desempenharia na região.

Não se identificou relação entre nível de escolaridade e entendimento divergente à ideologia perpassada pela mídia jornalística. Entretanto, os entrevistados que declararam possuir assistência técnica apresentam uma fala mais próxima a de seus pares, no que tange às formas de conduzir produtivamente as áreas arenizadas, embora sem divergir significativamente das propostas oferecidas pelos jornais. Já o nível de escolaridade foi decisivo na técnica projetiva, pois, via de regra, o maior nível de instrução permitiu descrições mais acertadas das imagens analisadas.

Quanto às notícias veiculadas nos dois jornais, incontestemente a prevalência de matérias vinculadas ao agronegócio, com número levemente maior no CP do que na ZH, apesar de, em ambos, ser superior aos 60% do conjunto das reportagens analisadas. Considerando as temáticas voltadas ao agronegócio, isto é, eucalipto e Stora Enso, do total de 305 matérias analisadas, cerca de 2/3 delas assim foram catalogadas nos jornais investigados.

A perspectiva de recuperação quiçá seja mais adequada dentro da ótica do manejo adequado, afinal a arenização é um processo cuja gênese é natural, logo, inconcebível recuperar o natural. Todavia, é cabível pensar numa perspectiva de manejo ideal do solo, porque há, sim, zonas em que a arenização ampliou-se em virtude da ação antrópica, relacionada diretamente ao mau uso do solo. Por conseguinte, não se trata de recuperar, mas de manejar adequadamente um terreno de solo frágil, friável e pobre organicamente.

Confirma-se a hipótese apresentada de que os termos mais apropriados ao fenômeno geográfico em estudo – arenização, areal – figuravam nos jornais, especialmente, quando era reproduzida a fala de algum técnico ou pesquisador, caso contrário, comumente estes termos apareciam entre aspas e os vocábulos deserto e desertificação dispunham-se normalmente no texto, como se fosse a expressão mais correta a aplicar para o entendimento do fato. Correlação esta que também se faz mais forte entre os leitores, apesar de os não leitores também se apropriarem de ambos os vocábulos.

Verificou-se que o nível de escolaridade e o acesso aos técnicos agrícolas não minimizam o impacto de uma representação ideológica construída e amplamente propagada

pela mídia. Há convergência entre maior nível instrucional e leitura periódica de jornais. No decorrer das entrevistas, à medida que o colaborador ia se posicionando a partir das questões previamente elaboradas, outros assuntos eram introduzidos, de modo espontâneo pelo depoente, como, por exemplo, o que o entristecia neste cenário de arenização. Além da questão econômica que permeou a fala dos entrevistados, queixas passam a ser enunciadas. A que mais surpreende é a de que profissionais vinculados à academia estudam há anos as áreas arenizadas, e pouco ou nenhum retorno destas pesquisas acaba sendo repassado aos proprietários.

Entende-se que uma das funções primeiras da pesquisa científica é o bem estar da sociedade. A pesquisa deve estar voltada para a sociedade e, portanto, anos de estudos que não atingem os interessados mais diretos servem de quê? Para quem? Quiçá se, nestes diversos anos de pesquisa, muitos tivessem retornado ao campo para expor seus estudos, não se fizesse tão presente a ascendência da ideologia midiática sobre o imaginário social e, mais especificamente, no tocante à imposição do eucalipto, alterando a paisagem e a rotina dos gaúchos da fronteira. Como visto no decorrer da análise dos dados obtidos no levantamento de campo, os proprietários obtêm informações acerca do processo de arenização pela própria práxis, mas também há alguns que são influenciados pela mídia e, destes, muitos possuem atendimento técnico.

O desconforto apresentado pelos depoentes, de um modo geral, quanto à ineficácia do retorno das pesquisas científicas desenvolvidas nas universidades que para a região deslocam estudiosos, leva a se pensar na finalidade primeira de cada um destes estudos, afinal, faz mais de 25 anos que tiveram início os trabalhos com vistas ao entendimento da dinâmica dos areais, ou seja, com o objetivo de conhecer o processo de arenização. Talvez, o que careça sejam justamente trabalhos voltados à aplicação de técnicas e à busca por soluções para mitigar a arenização, transformando estas áreas em regiões produtivas, o que realmente é a principal preocupação dos proprietários, pois suas propriedades são suas fontes de renda.

Foi, portanto, a partir destas questões, externalizadas nas falas dos depoentes, que se pensou nas proposições a serem aqui expostas. São muitas as ações que se podem propor, tendo como base os achados deste trabalho. Entre elas, a possibilidade de elaborar um recurso ilustrativo e com linguagem simples que viabilize, aos interessados, socializar as

experiências de controle da arenização, catalogando-as por município e buscando aproximar experiências bem-sucedidas, em vista das características físico-naturais da região visitada.

Em muitos dos municípios pesquisados, há ação pró-ativa de órgãos técnicos, como a EMATER, que podem, mediante prévio contato, auxiliar nesta empreitada, seja ajudando na promoção de reuniões para apresentar os resultados, seja contribuindo na divulgação e explanação dos resultados obtidos.

Outra possibilidade de ação foi a ideia sugerida por um dos entrevistados que cobra dos pesquisadores uma postura de convite, a ser formulado ao próprio proprietário, para atuar junto ao experimento, pois, como este mesmo depoente coloca, é uma forma de fazê-lo se interessar pelas áreas arenizadas de sua propriedade, bem como de fazê-lo sentir-se responsável pelo processo de intervenção positiva a ser nela realizado.

E, por fim – para ser menos prolixa –, quanto às perspectivas, convidar os interventores sociais a se apropriarem do estudo das representações sociais, para que – de posse deste conhecimento, que resulta do estudo junto às comunidades – possam compreender como estes grupos pensam, como constroem seus conhecimentos, a fim de, a partir de uma linguagem comum, discutir possibilidades de ações com vistas à melhoria coletiva.

À guisa das últimas reflexões, observou-se neste exaustivo trabalho que a ZH priorizou as matérias na coluna *Economia/Informe Econômico*, um indicativo da escolha editorial pró-agronegócio, tendo em vista que as reportagens se intensificam pós-2005, ano em que se iniciou o projeto de florestamento da Stora Enso. Já o CP teve na coluna *Rural* a prevalência das matérias, quiçá em virtude de o proprietário, à época, ter sido um dos maiores latifundiários do estado, com terras inclusive no exterior. Estas informações ajudam a compreender as representações sociais dos colaboradores, pois há certa unanimidade favorável ao eucalipto, bem como o desejo de verem ações mitigadoras junto às áreas arenizadas, com vistas à produção agropecuária destas terras.

Com relação às hipóteses de trabalho e seus desdobramentos, algumas se confirmaram plenamente, outras parcialmente e houve algumas que não se confirmaram. Assim, confirmaram-se plenamente as hipóteses sobre:

a) a influência exercida pela assistência técnica, refletida em um discurso mais homogêneo, quando comparado ao dos proprietários que declararam não possuir nenhuma forma de

- assistência, ou, ainda, no entendimento acerca do plantio direto, sugestão primeira dos técnicos da região;
- b) majoritariamente, os veículos de comunicação de massa apresentam mensagens mais alarmistas, tendo elegido as expressões deserto e desertificação para mencionarem as áreas em processo de arenização;
 - c) somente quando os jornais citavam a fala de algum profissional da área é que utilizavam os termos adequados ao fenômeno;
 - d) frequentemente, encontrava-se, na mesma matéria, o emprego de ambos os termos – deserto e areal -, o que pode confundir o leitor;
 - e) majoritariamente, quando da aplicação da técnica projetiva, em que não eram indagados sobre alternativas de intervenção nas manchas arenosas, os entrevistados leitores afirmavam não acreditar que haja uma solução para o fenômeno, nos mesmos moldes do apresentados na mídia;
 - f) no entendimento que os entrevistados leitores realizam quanto à gênese da arenização, há convergência com o discurso oferecido pelos jornais, isto é, causas naturais e manejo inadequado, ao passo que, entre os não leitores, o uso inadequado do solo foi o menos citado;
 - g) há inconsistência jornalística interna e entre os jornais, servindo como exemplo o fato de que, ao informarem os municípios que possuíam areais, a ZH cita Santiago, Santana do Livramento e Uruguaiana e o CP menciona o município de Santiago – todos municípios que não possuem arenização – ou ainda, quando os dois jornais explicam a gênese dos areais, dando menos expressão às causas naturais e corroborando, por consequência, a ideia de recuperação destas áreas;
 - h) a mídia jornalística explora muito a questão da recuperação das áreas arenizadas – o que se confirmou no discurso dos entrevistados –, bem como a quem caberiam tais custos, ideário fortemente convergente nos discursos dos jornais e dos colaboradores;
 - i) na técnica projetiva, verificou-se que o grau de escolaridade dos entrevistados foi fator que influenciou na melhor identificação das imagens observadas e descritas.

Quanto às hipóteses parcialmente confirmadas, observou-se que as propostas apresentadas nas matérias jornalísticas, quanto aos processos de recuperação, se fizeram presentes nas falas dos entrevistados leitores em alguns aspectos, pois os proprietários

propõem mais intervenções do que aquelas destacadas pela mídia, a qual, basicamente, centrou-se em duas ações que, em sua essência, conduzem ao plantio de eucalipto.

No que toca às hipóteses que não se confirmaram, obteve-se:

- a) a defesa do eucalipto como espécie capaz de recuperar as áreas arenizadas, apesar de mínima diminuição expressa nas falas dos entrevistados não leitores, havendo uma disseminação deste ideário, independente do nível de escolaridade e de possuírem ou não assistência técnica;
- b) a disseminação do agronegócio expresso em inúmeras matérias jornalísticas, em especial a defesa ao plantio do eucalipto, apresentou amplo reflexo no imaginário dos entrevistados, independente do nível de escolaridade ou de estarem assistidos por técnicos agrícolas;
- c) o nível de escolaridade não se verificou importante para que os entrevistados leitores apresentassem condições de identificar uma mensagem ideológica, pois a maior escolaridade encontrou-se associada à leitura frequente, culminando em um discurso amplamente convergente entre depoente e mídia.

Por conseguinte, nem toda representação social se caracteriza por ser ideológica. Entretanto, sempre que se vale de um ideário com o objetivo de ludibriar o leitor, apresentando argumentos falaciosos, depara-se com representações sociais ideológicas sendo construídas e repassadas coletivamente. Inegavelmente, a mídia jornalística exerce com maestria sua posição de quarto poder, ao impor ao imaginário social um conjunto ideológico, no caso estudado, induzindo a ações com vistas ao agronegócio, conduzindo, quase que majoritariamente, a amostra investigada a creditar ao empreendimento monocultor a solução para os obstáculos vinculados à arenização, levando-os a se desfazerem de parte de suas propriedades, alterando a matriz econômica, para introduzir extensas plantações de eucalipto, que alteram significativamente a paisagem do sudoeste do estado.

Para finalizar, resta dizer que se buscou apresentar as diferentes vinculações entre a Geografia e a Psicologia, a partir do século XIX, sendo a primeira delas constituída pela relação entre o homem e seu meio, no papel que o lugar ocupa no imaginário do sujeito, bem como na própria concepção de espaço geográfico, em que se encontram implicadas as análises psicológicas.

Valer-se das representações sociais, novamente, aproxima estas ciências, pois esta tese demonstrou que, através deste conceito e seus respectivos métodos, pode-se conceber como os grupos sociais elaboram os saberes práticos que os conduzem nas intervenções que realizam no meio. Não somente isto, mais objetivamente, abstraíram-se topônimos convergentes e divergentes daqueles utilizados massivamente pela mídia, concluindo-se que empregam deserto como sinônimo de areal, especialmente entre os entrevistados leitores, pois areal é uma terminologia mais usual e anterior ao decretado pela mídia, que os considerou desertos. Entretanto, entre os leitores – quando comparado os resultados obtidos com os não-leitores –, o ideário de deserto e de processo de desertificação ficou bastante marcado, ainda que identifiquem não se tratar de um processo de aumento de aridez. Portanto, confirmou-se a expectativa que se possuía de que os veículos de comunicação de massa exercem forte influência sobre a construção das representações sociais de seus leitores.

Ao longo deste exaustivo trabalho, buscou-se demonstrar que a inserção do conceito de representação social no campo da Geografia possui importância como dispositivo heurístico a ser aplicado nos estudos desenvolvidos nesta área do conhecimento e que a relevância do conceito de representação social embasa a formulação de um constructo com vistas ao planejamento e à intervenção no espaço social, enriquecendo as técnicas de trabalho do pesquisador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALÉSSIO, R. L dos S.; SANTOS, M. de F. de S. Desenvolvimento humano e violência na zona rural. In: SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Leda Maria de (Orgs.). *Diálogos com a teoria da representação social*. Recife, Ed. Universidade da UFPE, 2005, pp. 77-97.

ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. A pesquisa em representação social: proposições teórico-metodológicas. In: SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Leda Maria de (Orgs.). *Diálogos com a teoria da representação social*. Recife, Ed. Universidade da UFPE, 2005, pp. 117-160.

ALMEIDA, Leda Maria de. Representação social e prática pedagógica no processo de construção identitária. In: SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Leda Maria de (Orgs.). *Diálogos com a teoria da representação social*. Recife, Ed. Universidade da UFPE, 2005, pp. 161-200.

ALVARADO, S.V.; BOTERO, P.; GUTIÉRREZ, M.I. Representaciones sociales. Uma mirada a la teoría moscoviana. In: GÓMEZ, Patricia Botero (compl.). *Representaciones sociales y ciencias sociales: una perspectiva epistemológica y metodológica*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2008, p. 27-61.

ALVES, Teresa. *Paisagem – em busca do lugar perdido*. Revista Eletrônica Finisterra, XXXVI, 72, 2001, pp. 67-74.

AMARAL, Ilídio do. *Acerca de “paisagem”: apontamentos para um debate*. Revista Eletrônica Finisterra, XXXVI, 72, 2001, pp. 75-81.

ANDRADES FILHO, C.O.; SUERTEGARAY, D.M.A.; GUASSELLI, L.A. Arenização no sudoeste do Rio Grande do Sul: investigação sobre a relação entre areais, drenagem e orientação do relevo. In: *VI Simpósio Nacional de Geomorfologia*, Goiânia, 2006.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BAPTISTA, Maria Manuel. *Estereotipia e representação social – uma abordagem psicossociológica*, disponível em <<http://sweet.ua.pt/~mbaptista/Estereotipia%20enquanto%20forma%20de%20representacao%20social.pdf>>, acessado em 16 dez. 2008.

BAUER, Martin. A popularização da ciência como "imunização cultural": a função de resistência das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 229-257.

BERQUE, A. Paisagem marca, paisagem matriz: elementos para uma problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R.L. e ROSENDAHL, Z. (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, pp.84-91.

BESSE, Jean-Marc. Entre modernité et postmodernité: la représentation paysagère de la nature. In: ROBIC, Marie-Claire (dir.) et.al. *Du milieu à l'environnement*. Pratiques et représentations du rapport home/nature depuis la Renaissance. Ed. Economica, s/d.

BLEICHMAR, N.; BLEICHMAR, C. *A psicanálise depois de Freud*. Teoria e clínica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992, p. 138-169.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 13ª ed., São Paulo, Saraiva, 2001.

CAMPOS, Pedro Humberto Faria; ROUQUETTE, Michel-Louis. Abordagem estrutural e componente afetivo das Representações Sociais. *Psicologia: reflexão e crítica*, 2003, 16(3), pp. 435-445.

CHEMAMA, R. (Org.) *Dicionário de Psicanálise Larousse*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. *Revista GEOgraphia*. Ano 1, n. 2, 1999, pp. 7-26. Tradução e revisão de: Inah Vieira Lontra, Márcio de Oliveira e Rogério Haesbaert.

CLAVAL, Paul. "A volta do cultural" na geografia. In: *Mercator – Revista de Geografia da UFC*. Ano 1, nº 1, 2002.

CECO, *Centro de estudos de geologia costeira e oceânica*, Disponível em: <www.ceco.ufrgs.br>, acessado em 08 fev. 2007.

CPRM, *Geologia da borda sudeste da Bacia do Paraná*. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/Aparados/ap_geol_pag01.htm>, acessado em 06 fev. 2007.

CONTI, José Bueno. O conceito de desertificação. In: *Climatologia e estudos da paisagem*. Rio Claro, vol. 3, nº 2, jul./dez. 2008, p. 39-52.

COOLEY, Charles H. *Human nature and social order*. New York: Schocken, 1964 [1902]. p. 36-7.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, COREDE FRONTEIRA OESTE. *Relatório final: planejamento estratégico (2010-2020)*. Disponível em <<http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=vfr0AWuoGM4%3D&tabid=5363&mid=7972>>, acessado em 21 fev. 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R.L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, pp. 92-123.

COSGROVE, Denis. Em direção a uma Geografia Cultural radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pp. 103-134.

COSGROVE, Denis. Mundos de significados: geografia cultural e imaginação. In: CORRÊA, R.L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Geografia Cultural: um século (2)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000, pp. 33-60.

CHRISTOPHERSON, Robert W. *Geossistemas. Uma introdução à geografia física*. 7ª Ed., Porto Alegre: Bookman, 2012.

DOMINGUES, Álvaro. *A paisagem revisitada*. Revista Eletrônica Finisterra, XXXVI, 72, 2001, pp. 55-66.

DORON, R; PAROT, F. (Orgs.). *Dicionário de Psicologia*. São Paulo: Ática, 1998.

DURKHEIM, Émile. *Sociologia e filosofia*. Trad.: Paulo J. B. San Martin. São Paulo: Ícone, 1994, cap. I.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2002 (Coleção obra-prima de cada autor, 63).

DUVEEN, Gerard. Introdução. O poder das ideias. In: MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais*. Investigações em psicologia social. 5ª ed., Petrópolis: Vozes, 2007.

FARR, Robert M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1995, p. 31-59.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 3ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1985. (Ensino superior).

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 121, pp. 169-186, jan./abr. 2004.

FRIEDMAN, Howard S.; SHUSTACK, Miriam W. *Teorias da personalidade: da teoria crítica à pesquisa moderna*. São Paulo: Prentice Hall, 2004, p. 116-122.

GERTZ, René E. Algumas discussões contemporâneas sugeridas pela obra de Max Weber. *Veritas*, Porto Alegre, v. 34, nº 134, p. 219-35, jun. 1889.

GOMES, Paulo César da Costa. Sobre territórios, escalas e responsabilidade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz [et.al.]. *A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, pp. 37-46.

GUARESCHI, Pedrinho A., “Sem dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal entre neopentecostais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1995, p. 191-225.

GUARESCHI, Pedrinho A., *Sociologia crítica: alternativas de mudança*. 46ª ed., Porto Alegre: Mundo Jovem/EDIPUCRS, 1999 (Cadernos Emejeta, v. 2).

GUARESCHI, Pedrinho A. Psicologia social e representações sociais: avanços e novas articulações. In: VERONESE, Marília Veríssimo, GUARESCHI, Pedrinho A. (Orgs.). *Psicologia do Cotidiano*. Representações Sociais em Ação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007 (Coleção Psicologia Social), p. 17-40.

GUARESCHI, Pedrinho A. *A comunicação: uma realidade misteriosa e intocável.doc* [texto provisório].

HABERMAS. Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003 (Biblioteca Tempo Universitário, 84: Estudos alemães).

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: USP, 2005, pp. 6774-6792.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade, no livro organizado por HEIDRICH, Álvaro Luiz [et.al.]. *A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, pp. 19-36.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. *Revista GEOgraphia*. Ano. 1, n. 1, 1999, pp. 15-39.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 5ª ed., São Paulo: Loyola, 1992.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. *Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial*. Texto preparado para discussão na Mesa “Caminhos e perspectivas das abordagens territoriais”, IV Seminário Estadual de Estudos Territoriais; II Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, Francisco Beltrão: UNIOESTE, maio 2009.

HENAO, Myriam Salazar. Prólogo. In: GÓMEZ, Patricia Botero (compl.). *Representaciones sociales y ciencias sociales: una perspectiva epistemológica y metodológica*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2008, p. 11-14.

IBGE. *IBGE lança o Mapa de Biomas do Brasil e o Mapa de Vegetação do Brasil, em comemoração ao Dia Mundial da Biodiversidade*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=169>, acessado em 02 jan. 2013.

JODELET, Denise. *Représentations sociales: un domaine en expansion*. In: JODELET, Denise. *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989, p. 31-61.

JODELET, Denise. *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis, Vozes, 2005.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais*. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1995, p. 63-85.

LACOSTE, Yves. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 14ª ed., Campinas: Papirus, 2008.

LAPLANCHE, J; PONTALIS. *Vocabulário da psicanálise*. 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 38-40.

LENCIONI, Sandra. *Região e geografia. A noção de região no pensamento geográfico*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2002 (Caminhos da geografia), pp.187-204.

MARKOVÁ, Ivana. *Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente*. Petrópolis: Vozes, 2006.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MATEI, Ana Paula; FILIPPI, Eduardo Ernesto. *O bioma pampa e o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul*. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/6/mesa8/O Bioma Pampa e o Desenvolvimento Regional no RS.pdf](http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/6/mesa8/O_Bioma_Pampa_e_o_Developmento_Regional_no_RS.pdf)>, acessado em 02 jan. 2013.

MENEGAT, Rualdo (Org.). *Atlas Ambiental de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O conceito de representação social dentro da sociologia clássica*. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 89-111.

MONTEIRO, C.A.F. *Geossistemas: a história de uma procura*. São Paulo: Contexto, 2000.

MONTESQUIEU, C. *O Espírito das Leis*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

MOREIRA, Ruy. Nossos Clássicos. Max Sorre. In: *GEOgraphia*. Ano V, nº 10, 2003, pp. 135-136, disponível em <www.uff.br/geographia/ojs/index.php/.../article/.../129>, acessado em 26 ago. 2012.

MOREIRA, Ruy. *O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação*. São Paulo: Contexto, 2009.

MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2007.

MORRIS, Charles G.; MAISTO, Albert A. *Introdução à psicologia*. 2ª ed., São Paulo, Prentice Hall, 2004.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, Serge. Des représentations collectives aux représentations sociales: éléments pour une histoire. In: JODELET, Denise. *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989, p.62-86.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais*. Investigações em psicologia social. 5ª ed., Petrópolis: Vozes, 2007.

MOSCOVICI, Serge. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes, 2012 (Coleção Psicologia Social).

MULLER Fº, Ivo Lauro. *Notas para o estudo da geomorfologia do Rio Grande do Sul, Brasil*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1970 (publicação especial nº 1).

PELUSO, M. O potencial das representações sociais para a compreensão interdisciplinar da realidade: Geografia e Psicologia Ambiental. *Revista eletrônica Estudos de Psicologia* 2003, 8(2), 321-327, disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n2/19048.pdf>>, acessado em 08 fev. 2008.

POSSAMAI, Hélio; GUARESCHI, P. A. Minha culpa, meu destino. Representações sociais do acidente de trabalho. In: VERONESE, Marília Veríssimo, GUARESCHI, Pedrinho A. (Orgs.). *Psicologia do Cotidiano*. Representações Sociais em Ação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007 (Coleção Psicologia Social), p. 225-246.

RAFFESTIN, Claude. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, Gabriel et al. *Reseaux territoriaux*. Caen: Paradigme, 1988.

RANGEL, Mary. Ensaio sobre aplicações didáticas da Teoria de Representação Social. *Olhar de Professor*, Ponta Grossa, 10(2): 11-22, 2007.

RATZEL, Friedrich. *Geografia dell'uomo: antropogeografia*. Milano: Fratelli Bocca, 1914.

REIGOTA, Marcos. *Meio Ambiente e Representação Social*. 8ª Ed., São Paulo: Cortez, 2010 (Coleção questões da nossa época; v. 12).

RIBEIRO, Orlando. *Paisagens, Região e Organização do Espaço*. Revista Eletrônica Finisterra, XXXVI, 72, 2001, pp. 27-35.

RIQUE, Lenyra. *Do senso comum à geografia científica*. São Paulo: Contexto, 2004 (Acadêmica).

RITTER, Carl. *A organização do espaço na superfície do globo e sua função na evolução histórica*. Disponível em: <<http://ivairr.sites.uol.com.br/ritter.htm>>, acessado em 26 Ago. 2012.

ROCHA, Yuri Tavares. Teoria Geográfica da paisagem na análise de fragmentos de paisagens urbanas de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. In: *Revista Formação*, Presidente Prudente: ED. UNESP, n. 15, vol. 1, 2008, pp. 19-35.

ROSSATO, Maira. *Os climas do Rio Grande do Sul: variabilidade, tendências e tipologia*. Porto Alegre: UFRGS/PPGEA, 2011.

RUCKERT, Aldomar A. Reforma do estado, reestruturações territoriais, Desenvolvimento e novas territorialidades. In: *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 17, 2005, pp. 79 – 94.

SÁ, Celso Pereira de. *Núcleo central das representações sociais*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. A teoria das representações sociais. In: SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Leda Maria de (Orgs.). *Diálogos com a teoria da representação social*. Recife, Ed. Universidade da UFPE, 2005, pp. 13-38.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª Ed., São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 4ª Ed., São Paulo: Nobel, 1997 (Coleção espaços).

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: *Debates [Territorio y movimientos sociales]*. OSAL, año VI, nº 16, enero-abril 2005, pp. 250-261.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: HUCITEC, EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço tempo*. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). *Território*. Globalização e Fragmentação. 4ª Ed., São Paulo: Hucitec, 1998.

SAQUET, Marcos Aurélio. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz [et.al.]. *A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, pp.47-60.

SAUER, Carl. Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pp. 19-26.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 27ª Ed., São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHULTZ, Duane; SCHULTZ, Sydney Ellen. *Teorias da Personalidade*. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2004.

SCURO NETO, Pedro. *Cultura e socialização*, In: SCURO NETO, Pedro. *Sociologia ativa e didática: um convite ao estudo da ciência do mundo moderno*. São Paulo: Saraiva, 2004, pp. 165-189.

SEPLAG. *Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul*, Edição eletrônica, disponível em <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/exibelmng.asp?img=624>>, acessado em 21 fev. 2013.

SERPA, Ângelo. Parâmetros para a construção de uma crítica dialético-fenomenológica da paisagem contemporânea. In: *Revista Formação*, Presidente Prudente, ED. UNESP, n. 14, vol. 2, 2007, pp. 14-22.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 117-45.

SPOSITO, Eliseu Savério. A noção de território: uma leitura pela noção de desenvolvimento. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz [et.al.]. *A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, pp.63-75.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *Deserto grande do sul: controvérsia*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes et al. Projeto arenização no Rio Grande do Sul: gênese, dinâmica e espacialização. In: *Biblio 3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona: Universidad de Barcelona, n. 287, mar/2001.

SUERTEGARAY, Dirce Maria, et. al. (Orgs.). *Terra: feições ilustradas*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003.

SUERTEGARAY, D. M. A.; FUJIMOTO, N.S.V.M. Morfogênese do relevo do estado do Rio Grande do Sul. In: VERDUM, R. et. al. (Orgs.). *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004a, pp. 11-26.

SUERTEGARAY, D.M.A.; GUASSELLI, L.A. *Paisagens (imagens e representações) do Rio Grande do Sul*. In: VERDUM, R. et. al. (Orgs.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004b, pp. 27-38.

SUERTEGARAY, D.M.A. *Notas sobre epistemologia da geografia*. In: *Cadernos Geográficos*. Florianópolis: UFSC/CFCH/Departamento de Geociências, n. 12, mai/2005.

SUERTEGARAY, D. M. A. Arenização: análise morfogenética. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; SILVA, L. A. P. da.; GUASSELLI, L. A. (Orgs.). *Arenização: natureza socializada*. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura: Imprensa Livre, 2012, pp. 127-172.

TATIM, Denise Carvalho. Responsabilidade social empresarial. Representações sociais e ideologia. In: VERONESE, Marília Veríssimo, GUARESCHI, Pedrinho A. (Orgs.). *Psicologia do Cotidiano*. Representações Sociais em Ação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007 (Coleção Psicologia Social), pp. 147-171.

TENDLER, Sílvio. *Encontro com Milton Santos ou o Mundo Global Visto do Lado de Cá*. Documentário. Brasil, 2006, 89 min.

TORRES, R. B. A Geografia e a Psicologia: aproximações através do uso da associação livre para o estudo das representações sociais, In *Boletim Gaúcho de Geografia*. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Porto Alegre, vol. 34, 2009, pp. 57-76.

VERONESE, M.V.; GUARESCHI, P. Introdução. Articulando representações sociais e cotidiano. In: VERONESE, Marília Veríssimo, GUARESCHI, Pedrinho A. (Orgs.). *Psicologia do Cotidiano*.

Representações Sociais em Ação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007 (Coleção Psicologia Social), p. 9-16.

WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 149-186.

APÊNDICE A - Entrevista com os proprietários rurais

1) **Nome:**

2) **Idade:**

3) **Nível de escolaridade:**

- () não-alfabetizado () até 4ª série
() da 5ª a 8ª série () E.M. incompleto
() E.M. completo () E.S. incompleto: _____
() E.S. completo: _____ () Pós-Graduação: _____

4) **Município:**

- () Alegrete () São Francisco de Assis
() Manoel Viana () Maçambará (...) Quaraí

5) **Possui assistência técnica regularmente?**

- () Sim () Não
() EMATER () EMBRAPA () OUTRA: _____

6) **Costuma ler algum jornal?**

- () Sim () Não
() Zero Hora () Correio do Povo () Outro: _____
() Diariamente () Às vezes () Dominical

7) **Quanto à produção, dedica-se principalmente:**

Produção	Produtos
Agricultura	
Silvicultura	
Pecuária	

8) **Com relação às manchas de areia presentes em sua propriedade, indique três palavras que agora lhe vem à mente.**

a) _____

b) _____

c) _____

(Aqui se apresenta o instrumento 2 aplicado aos proprietários, isto é, as imagens contendo dunas, deserto e areais)

Após a aplicação do instrumento nº 2, retoma-se este instrumento, questionando:

9) **Com o que você associa a palavra** (a – repete-se a palavra pelo entrevistado dita pelo entrevistado) _____?

10) **Com o que você associa a palavra** (b – repete-se a palavra pelo entrevistado dita pelo entrevistado) _____?

11) **Com o que você associa a palavra** (c – repete-se a palavra pelo entrevistado dita pelo entrevistado) _____?

12) **A que você atribui o surgimento destas manchas arenosas em sua propriedade?**

13) **Você já recebeu técnicos que lhe procuraram para estudar estas manchas arenosas? O que lhe foi dito sobre as manchas?**

14) **Você já tentou algo para reverter este quadro? O quê? Obteve algum sucesso? Foi indicação de alguém? Quem?**

15) **As manchas arenosas são um problema para o senhor, chega a lhe atrapalhar? Por quê?**

APÊNDICE B - Quadro da análise das reportagens nos jornais Zero Hora e Correio do Povo, no período de 01 de janeiro de 1987 a 31 de dezembro de 2008

ZERO HORA

Nº	Data	Título	Seção	Tema	Classificação	Assinado
1.	10/04/1987	Erosão, um fantasma que dá prejuízo	Campo e Lavoura	Areal	Notícia	Eduardo Fehn Teixeira
2.	15/06/1987	Desertos	Editorial	Areal	Opinião	
3.	12/07/1987	IBDF repassa Cz\$ 30 milhões para o Estado	Geral	Areal	Notícia	
4.	05/02/1989	Desertificação preocupa Prefeitura de Alegrete	Estado	Areal	Notícia	
5.	22/03/1989	Estado combate desertificação de seus campos	Economia	Areal	Notícia	
6.	15/04/1989	Técnicos ficam em silêncio	Geral	Areal	Notícia	Juarez Tosi
		É luto pela terra que morre	Geral	Areal	Notícia	
7.	02/06/1989	Ministro libera verba para combater desertos	Geral	Areal	Notícia	
8.	04/06/1989	Em defesa da natureza agredida	Opinião	Areal	Opinião	
9.	03/12/1989	Ecologistas tentam salvar o que resta da Fronteira Oeste	Geral	Areal	Notícia	Juarez Tosi
10.		Os desertos não param de avançar	Geral	Areal	Notícia	
11.	05/12/1989	Desertificação	Opinião	Areal	Opinião	
12.	19/03/1990	Programa acaba com desertos gaúchos	Geral	Areal	Notícia	
13.	24/03/1990	Governo vai reflorestar áreas desertificadas	Geral	Areal	Notícia	
14.	31/03/1990	Árvores para combater os desertos	Geral	Areal	Notícia	
15.	03/04/1990	Árvores no deserto	Opinião	Areal	Opinião	
16.	18/04/1990	Conservação	Opinião	Areal	Opinião	
17.	21/04/1990	Desertos do Estado podem acabar	Geral	Areal	Notícia	
18.	12/05/1990	Iniciativa privada entra na guerra contra desertos	Geral	Areal	Notícia	
19.	09/07/1990	Estudantes chamam a atenção para o deserto de Alegrete	Geral	Areal	Notícia	
20.	14/08/1990	Programa quer acabar com áreas desertas	Geral	Areal	Notícia	
21.	16/08/1990	Pinheiro: Frente vai recuperar as áreas desérticas	Política	Areal	Notícia	
22.	08/11/1990	Governo e empresas, uma união para deter a areia	Caderno Ecologia	Areal	Notícia	Clarinha Glock
23.		Desertos continuam avançando		Areal	Notícia	Carlos Wagner
24.		Omissão uma das causas		Areal	Opinião	Márcio Pinheiro
25.	28/04/1991	As pequenas manchas de areia viraram deserto	Geral	Areal	Notícia	
26.	29/04/1991	Depois do desmatamento, a desertificação	Opinião	Areal	Opinião	Paulo Brossard

27.		Parece terremoto. É a erosão	Caderno Ecologia	Areal	Notícia	Clarinha Glock
28.	30/04/1991	O pampa que virou deserto	Editorial	Areal	Opinião	
29.	03/05/1991	O Rio Grande Devastado	Caderno Ecologia	Areal	Notícia Entrevista	
30.	15/08/1991	Projeto vai recuperar os desertos da Fronteira	Estado	Areal	Notícia	
31.	23/06/1993	Cidade usa lixo para recuperar solo	Cidades	Areal	Notícia	
32.	17/06/1995	Luta contra os desertos	Editorial	Areal	Opinião	
33.	08/06/1996	Faltam recursos para vencer as areias	Memória	Areal	Notícia	Rejane Martins
34.		O verde desafia o deserto de Alegrete	Geral	Areal	Notícia	Sílvio Ferreira
35.	30/03/1997	Eucaliptos barram a desertificação	Geral	Areal	Notícia	
36.		Lixo orgânico produz árvores	Geral	Areal	Notícia	
37.	01/04/1997	Vencendo o deserto	Opinião	Areal	Opinião	
38.	19/12/1997	Lixo é centro de ação social	Caderno Especial Viver RS, Município de Alegrete	Areal	Notícia	
39.	07/01/1998	Revisão de Geografia e Física /UFRGS	Caderno Vestibular	Areal	Notícia	Vera Brandt
40.	24/08/1998	A ponderação ecológica	Opinião	Areal	Opinião	Marga Inge Barth Tessler
41.	03/02/1999	A questão ambiental no Brasil Teste seus conhecimentos	Caderno Vestibular	Areal	Notícia	Prof. João Alberto Steffen Munsberg
42.	05/02/1999	Notas * Pelo Rio Grande	Pelo Rio Grande	Areal	Notícia	
43.	23/06/1999	A questão ambiental no Brasil Teste seus conhecimentos	Caderno Vestibular	Areal	Notícia	Prof. João Alberto Steffen Munsberg
44.	15/01/2000	A pré-história vem à tona em Alegrete	Capa Geral	Areal	Notícia	Caio Cigana
45.	15/04/2000	Salve o pampa	Opinião	Areal	Opinião	
46.	05/01/2001	Queimadas no sul	Ambiente	Areal	Notícia	
47.	03/12/2001	A ameaça dos areais Prejuízos e soluções	Caderno Eureka!	Areal	Notícia	Carlos Etchichury
48.		Atlas	Informes do Ensino	Areal	Notícia	
49.	22/01/2002	Desertos	Coluna de Ruy Carlos Ostermann	Areal	Notícia	Ruy Carlos Ostermann
50.	22/02/2002	Arenização	Campo e Lavoura	Areal	Notícia	
51.	03/03/2002	Os caçadores dos areais	Ciência	Areal	Notícia	Silvana Silva
52.	25/09/2002	Teste seus conhecimentos	Caderno Vestibular	Areal	Notícia	
53.	26/09/2002	Consulta	Palavra do leitor	Areal	Opinião	Leitor

54.	23/10/2002	Caderno vestibular	Caderno Vestibular	Areal	Notícia	
55.	09/01/2004	Eucalipto vira fonte de energia e renda	Campo e Lavoura	Eucalipto	Notícia	Marcos Giesteira
56.	29/07/2004	O pampa vai virar sertão?	Caderno Ambiente	Areal	Notícia	
57.	08/08/2004	Palavra do leitor	Palavra do leitor	Areal	Opinião	Leitora
58.	22/08/2004	Rio Grande sob ameaça do apagão florestal	Economia Contra-capa	Eucalipto	Notícia	Caroline Torma
59.	05/11/2004	Desenvolvimento insustentável	Editorial	Areal	Opinião	
60.		Areia avança sobre o pampa	Geral	Areal	Notícia	Letícia Duarte
61.	24/09/2005	Gigante da celulose fará investimento na Metade Sul do Estado Gigante do papel anunciará investimento na Metade Sul	Capa Economia	Stora Enso	Notícia	Isabel Marchesan, Maria Isabel Hammes, Tatiana Cruz
62.	26/09/2005	Stora Enso revela projeto para Metade Sul	Economia	Stora Enso	Notícia	
63.	27/09/2005	Metade sul descobre uma nova vocação	Reportagem especial	Stora Enso	Notícia	Tatiana Cruz e Thiago Copetti
64.	07/10/2005	Floresta no pampa	Campo e Lavoura	Eucalipto	Notícia	Thiago Copetti e Eduardo Cecconi
65.		Porteira aberta para o eucalipto na zona sul	Campo e Lavoura	Eucalipto	Notícia	
66.		Lápis de cor e sala de aula antes de plantar	Campo e Lavoura	Eucalipto	Notícia	
67.		Sem impacto ao ambiente	Campo e Lavoura	Eucalipto	Notícia	
68.	10/10/2005	As cidades que vão receber a Stora Enso Stora Enso anuncia cidades	Economia	Stora Enso	Notícia	
69.	11/10/2005	Diversificação com mais verde	Economia	Stora Enso	Notícia	
70.		Metade sul vai ganhar fábrica de celulose de até US\$ 1 bilhão	Economia	Stora Enso	Notícia	Tatiana Cruz
71.	16/10/2005	Cone sul redescobre perfil florestal	Economia	Eucalipto	Notícia	Lúcia Ritzel e Tatiana Cruz
72.	20/10/2005	Vagas no caule	Informe Econômico	Stora Enso	Notícia	Lurdete Ertel
73.	28/10/2005	Indício? Página dupla Coincidência	Informe Econômico	Stora Enso	Notícia	Lurdete Ertel
74.	04/11/2005	Estado terá fábrica de celulose de US\$ 1,3 bilhão VCP prepara fábrica de US\$ 1,3 bi	Capa Política	Stora Enso	Notícia	
75.	05/11/2005	Uma boa nova	Editoriais	Stora Enso	Notícia	
76.		Stora Enso começa a contratar no Estado	Economia	Stora Enso	Notícia	
77.	06/11/2005	A nova vocação do Rio Grande Desenvolvimento na metade sul	Capa Reportagem Especial	Stora Enso	Notícia	Isabel Marchezan e Lúcia Ritzel
78.		Impulso da floresta	Reportagem Especial	Stora Enso	Notícia	
79.		Na espera de outra fábrica	Reportagem Especial	Stora Enso	Notícia	

80.		Município já sente mudanças	Reportagem Especial	Stora Enso	Notícia	Eduardo Cecconi
81.		Meta deve ser a diversificação das atividades	Reportagem Especial	Stora Enso	Notícia	
82.	07/11/2005	Primeiras estacas	Informe econômico	Stora Enso	Notícia	Lurdete Ertel
83.	08/11/2005	Reflorestamento	Editoriais/Artigos	Eucalipto	Opinião	Lauro José Jantsch
84.	18/11/2005	Florestamento enfrenta resistências	Economia	Eucalipto	Notícia	
85.	22/11/2005	Sementes	Informe econômico	Stora Enso	Notícia	Lurdete Ertel
86.	24/11/2005	O verde mudará a metade sul É possível reflorestar sem prejuízo à natureza?	Capa Caderno Ambiente	Eucalipto	Notícia	
87.		Impactos ambientais	Caderno Ambiente	Eucalipto	Notícia	
88.		Experiência de mais de 3º anos	Caderno Ambiente	Eucalipto	Notícia	
89.	26/12/2005	Medida cautelar	Informe econômico	Stora Enso	Notícia	Lurdete Ertel
90.	27/12/2005	Energia gera metade dos investimentos	Economia	Stora Enso	Notícia	
91.	31/12/2005	As florestas da metade sul	Retrospectiva	Stora Enso	Notícia	
92.	10/01/2006	Espalhando raízes	Economia, Informe econômico	Stora Enso	Notícia	Lurdete Ertel
93.	12/01/2006	Stora Enso amplia área no Estado	Economia	Stora Enso	Notícia	
94.	15/01/2006	“Ninguém vai tirar o gaúcho do pampa”	Economia	Stora Enso	Entrevista	Lúcia Ritzel
95.	23/01/2006	Travessia	Economia, Informe econômico	Stora Enso	Notícia	Lurdete Ertel
96.	06/02/2006	Bala na agulha Só falta ancorar	Economia, Informe econômico	Stora Enso	Notícia	Lurdete Ertel
97.	10/02/2006	Brasil no caminho da polêmica	Mundo	Stora Enso	Notícia	
98.	23/02/2006	Constelação	Economia, Informe econômico	Stora Enso	Notícia	Lurdete Ertel
99.	10/03/2006	Risco social nos negócios	Reportagem especial	Stora Enso	Notícia	
100.		Luta pela terra acaba em desgaste político	Reportagem especial	Stora Enso	Notícia	Alexandre Elmi
101.		Incidente preocupa gigantes da celulose	Reportagem especial	Stora Enso	Notícia	Tatiana Cruz
102.	11/03/2006	Ainda quente	Informe econômico	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
103.	17/03/2006	Na rota dos investimentos	Artigos	Stora Enso	Opinião	Luiz Fernando Cirne Lima
104.	21/03/2006	Vapt-Vupt	Informe econômico	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
105.	22/03/2006	Seminário debate como o Estado pode atrair mais recursos	Economia	Stora Enso	Notícia	
106.	23/03/2006	7 razões para investir no Rio Grande	Economia	Stora Enso	Notícia	Alexandre de Santi e Lúcia Ritzel
107.	14/04/2006	Casca de arroz é energia	Campo e Lavoura	Stora Enso	Notícia	Francisco Amorim
108.	19/05/2006	Rumor acirra disputa no Cone Sul	Mundo	Stora Enso	Notícia	

109.	02/06/2006	Floresta	Informe econômico	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
110.	03/06/2006	Alias	Página 10	Stora Enso	Notícia	
111.		Deputados visitam fábrica na Finlândia	Política	Stora Enso	Notícia	
112.	09/06/2006	Trocas no mapa	Informe econômico	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
113.	13/06/2006	Via campesina lança ofensiva contra indústria de celulose	Geral	Stora Enso	Notícia	Dionara Melo
114.		Preocupação ambiental?	Geral	Stora Enso	Opinião	
115.	15/06/2006	Liberações ambientais ameaçam investimentos	Economia	Stora Enso	Notícia	
116.	29/06/2006	Saiba mais	Economia	Stora Enso	Notícia	
117.	30/06/2006	Trinca verde	Reportagem especial	Stora Enso	Notícia	
118.	05/07/2006	Borda vetada	Informe econômico	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
119.	08/07/2006	Galhos	Economia, Informe econômico	Stora Enso	Notícia	Lurdete Ertel
120.	16/07/2006	O novo retrato do Pampa A nação do gaúcho Na fronteira do machismo O peão domou o computador	Capa Geral	Eucalipto	Notícia	Carlos Etchichury e Nilson Mariano
121.	19/07/2006	As mudas da nova era industrial	Geral	Stora Enso	Notícia	Carlos Etchichury e Nilson Mariano
122.	30/07/2006	Polêmica verde	Economia	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
123.	23/08/2006	Stora Enso amplia negócios no Brasil	Economia	Stora Enso	Notícia	
124.	27/08/2006	Paisagem nova no mapa gaúcho	Reportagem especial	Stora Enso	Notícia	
125.	21/09/2006	Papelada	Informe econômico	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
126.	22/09/2006	O leitor entrevista Roberto Robaina	Política	Areal	Entrevista	
127.	11/11/2006	Quadro comparativo entre as 3 grandes empresas de celulose	Economia	Stora Enso	Notícia	
128.	21/11/2006	Estado é prioridade para fabricante de celulose	Economia	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
129.	22/11/2006	Demora na licença pode interromper florestamento	Economia	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
130.	24/11/2006	Meio ambiente	Editorial	Stora Enso	Opinião	
131.		Aracruz fornecerá madeira para dinamarquesa Scanco	Economia	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
132.	10/12/2006	Da celulose ao papel: Finlândia inspira projetos no estado Sistema garante árvores para netos Conhecimento de lenhador é decisivo no processo Maior projeto provado provoca controvérsias	Economia	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
133.	20/12/2006	Zoneamento ambiental será conhecido hoje	Economia	Eucalipto	Notícia	
134.	21/12/2006	Plantações estão em zonas aptas para florestas	Campo e lavoura	Stora Enso	Notícia	
135.	14/02/2007	Decisão sobre zoneamento será conjunta	Economia	Stora Enso	Notícia	Eduardo Cecconi

136.	02/03/2007	À vontade	Página 10	Stora Enso	Notícia	
137.	05/03/2007	Celulose na cabeça	Informe Econômico	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
138.	07/03/2007	Eucaliptos sob ataque	Capa Reportagem Especial	Stora Enso	Notícia	
139.	14/04/2007	Corrida contra o tempo	Economia	Stora Enso	Notícia	
140.	18/04/2007	Florestamento: novas vitórias em 17 áreas	Campo e lavoura	Stora Enso	Notícia	
141.	26/04/2007	Entenda o caso	Economia	Stora Enso	Notícia	
142.	27/04/2007	Licenciamento vira centro de polêmica	Geral	Stora Enso	Notícia	
143.	30/04/2007	Impasse com empresas de celulose	Geral	Stora Enso	Notícia	
144.	04/05/2007	Acordo abre caminho para liberar plantio	Reportagem Especial	Stora Enso	Notícia	
145.	14/05/2007	Impasse florestal: novo obstáculo atrasa indústria de celulose Stora Enso suspende a compra de terras	Capa Economia	Stora Enso	Notícia	Carolina Bahia
146.	29/05/2007	Esforço para devastar licenciamentos	Economia	Stora Enso	Notícia	
147.	01/06/2007	Fepam libera novas áreas para plantio	Economia	Stora Enso	Notícia	
148.	12/06/2007	Pressão por menos rigidez da Fepam	Economia	Stora Enso	Notícia	Rodrigo Santos
149.	12/07/2007	Depois da crise, Aracruz renova compromisso	Economia	Stora Enso	Notícia	
150.	21/07/2007	Gosto de vodca	Informe Econômico	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
151.	28/07/2007	Fepam vai liberar 15 mil hectares	Economia	Stora Enso	Notícia	
152.	16/08/2007	Estágio	Geral	Stora Enso	Notícia	
153.	10/09/2007	Zarpagem	Economia	Stora Enso	Notícia	
154.	11/09/2007	E nós?	Informe Econômico	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
155.	14/09/2007	Desertos Gaúchos	Há 30 anos em ZH	Areal	Notícia	
156.	21/09/2007	Copa bilionária	Informe Econômico	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
157.	24/09/2007	Fepam autoriza 40 mil hectares para florestamento	Geral	Stora Enso	Notícia	
158.	30/09/2007	Fronteira: pampa de areia Área tem segredo de até 5 mil a.C.	Geral	Areal	Notícia	Leandro Belles
159.	04/10/2007	Para suportar novas fábricas, infra-estrutura exige R\$ 13,7 bi	Economia	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
160.	08/10/2007	Preparo de terreno	Informe Econômico	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
161.	13/11/2007	Fepam impedida de dar licenças para silvicultura	Economia	Stora Enso	Notícia	
162.	14/11/2007	Liminar reaviva polêmica Yeda diz que medida é absurda e crítica “intervenção” federal	Economia	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel e Patrícia Meira
163.	25/11/2007	Abelhas e abelhudos	Artigos, parte 4	Areal	Opinião	Flávio Tavares, jornalista e escritor
164.	27/11/2007	Liminar pode atrasar projeto	Economia	Stora Enso	Notícia	
165.	29/11/2007	Justiça devolve licenciamento para a Fepam	Economia	Stora Enso	Notícia	

		Impasse gera insegurança a investimentos				
166.	02/12/2007	R\$ 12 bi em investimentos	Reportagem Especial "O Rio Grande acima da crise"	Stora Enso	Notícia	
167.	03/12/2007	Quase 8 mil hectares de eucalipto plantados	Economia	Stora Enso	Notícia	Júlia Pitthan
168.	04/12/2007	Mar de eucalipto	Economia, Informe econômico	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
169.	12/12/2007	Florestadoras pedem limites na interferência	Economia	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
170.	15/12/2007	A caminho	Economia, Informe econômico	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
171.	24/12/2007	Debulhado	Economia, Informe econômico	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
172.	02/01/2008	Vestibular	Caderno vestibular	Areal	Notícia	Vera Brandt
173.	30/01/2008	Novo ânimo para reduzir a faixa de fronteira	Economia	Stora Enso	Notícia	Sebastião Ribeiro
174.	31/01/2008	Área de fronteira	Brasília	Stora Enso	Notícia	Ana Amélia Lemos
175.	10/02/2008	Onde o RS pode apostar suas fichas	Política	Stora Enso	Notícia	Adriano Barcelos
176.	05/03/2008	Tumulto marca invasão de área de eucaliptos	Capa Geral	Stora Enso	Notícia	Ronan Dannenberg
177.	09/04/2008	Zoneamento menos restritivo	Economia	Stora Enso	Notícia	Sebastião Ribeiro
178.	11/04/2008	Ambientalistas prometem agir contra zoneamento	Geral	Eucalipto	Notícia	Marcelo Gonzatto
179.	16/04/2008	Uma GM e meia	Página 10	Stora Enso	Notícia	
180.	26/04/2008	Menos um empecilho para as florestadoras	Economia	Stora Enso	Notícia	
181.	03/05/2008	Florestamento	Economia	Stora Enso	Notícia	
182.	07/05/2008	Mais galhos	Informe Econômico	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
183.	30/05/2008	Cá e lá	Informe Econômico	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
184.	05/06/2008	INCRA veta venda de terras da Stora Enso	Economia, Campo e Lavoura	Stora Enso	Notícia	
185.	07/06/2008	Prefeitos saem em defesa da Stora Enso Prefeitos tentam reverter projeto de Stora Enso	Capa Economia	Stora Enso	Notícia	Ronan Dannenberg
186.	09/06/2008	Ontem e hoje	Economia	Stora Enso	Notícia	
187.	10/06/2008	Prefeitos defenderão Stora Enso em Brasília	Economia	Stora Enso	Notícia	
188.	13/06/2008	As ações ontem/Santana do Livramento	Geral	Stora Enso	Notícia	
189.	17/06/2008	Os 150 Km de discórdia Multinacional vai recorrer de decisão do Incra	Reportagem especial	Stora Enso	Notícia	Alexandre de Santi e João Guedes
190.	22/07/2008	Governo age para reverter posição militar Lei atrasa projeto estrangeiro	Economia	Stora Enso	Notícia	Fábio Schaffner e João Guedes

191.	23/07/2008	Primeiro, lei para compra de terras “Desenvolvimento na Metade Sul não tem a ver com a Fronteira” Fronteiras da discórdia	Economia	Stora Enso	Notícia Entrevista Opinião	Fábio Schaffner Klécio Santos
192.	24/08/2008	O avanço do eucalipto: Verde que muda vidas A batalha do plantar	Capa Caderno dinheiro	Stora Enso	Notícia	Sebastião Ribeiro
193.	25/08/2008	O avanço do eucalipto: economia adubada	Economia	Stora Enso	Notícia	Sebastião Ribeiro
194.	26/08/2008	O avanço do eucalipto: polêmicas semeadas	Economia	Eucalipto	Notícia	Sebastião Ribeiro
195.	27/08/2008	O avanço do eucalipto: cultivo de oportunidades	Economia	Eucalipto	Notícia	Sebastião Ribeiro
196.	11/09/2008	Poda	Informe Econômico	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
197.	18/10/2008	Crise repassa investimentos de R\$ 9,8 bi em celulose no RS Freio no florestamento Medo de demissões e preocupações sobre o futuro	Capa Economia	Stora Enso	Notícia	João Guedes, Patrícia Meira e Sebastião Ribeiro
198.	20/10/2008	Correção	Economia	Stora Enso	Notícia	
199.	21/10/2008	Papel passado	Informe Econômico	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel
200.	26/11/2008	O futuro à sombra das florestas Sem indústria, lucro está no campo “A madeira virá do hemisfério Sul”	Capa Caderno Especial Rumos do Sul	Eucalipto	Notícia Entrevista	Álvaro Guimarães João Guedes
201.	11/12/2008	Luz na floresta	Informe Econômico	Stora Enso	Notícia	Lúcia Ritzel

CORREIO DO POVO

Nº	Data	Título	Seção	Tema	Classificação	Assinado
202.	11/01/1987	Deserto de Puitã, exemplo da indevida utilização da terra	Interior	Areal	Notícia	José Newton Falcão
203.	30/04/1989	O abandono do deserto São João	Interior	Areal	Notícia	Alair Almeida
204.	08/04/1990	Alegrete Recuperação dos desertos	Interior	Areal	Notícia	
205.	11/05/1990	Projeto de combate a desertos	Interior	Areal	Notícia	
206.	10/07/1990	Desertos podem ser produtivos	Geral	Areal	Notícia	
207.	22/07/1990	Alegrete: desertos, falta interesse	Interior	Areal	Notícia	
208.	08/06/1993	Área da restinga carece de fiscalização	Interior	Areal	Notícia	
209.	21/06/1993	Lixo urbano pode combater desertos	Interior	Areal	Notícia	Alair Almeida
210.	24/02/1999	Alegrete debate controle da erosão e reflorestamento	Rural	Areal	Notícia	
211.	09/04/2000	Quaraí desenvolve programa florestal	Rural	Areal	Notícia	
212.	12/01/2001	Núcleos vão congregam as comunidades rurais	Cidades	Areal	Notícia	

213.	27/01/2002	Atlas mostra o processo de arenização no RS	Cidades	Areal	Notícia	
214.	10/03/2002	Vocação do pampa é questionada	Rural	Areal	Notícia	Marcela Duarte
215.	28/03/2002	Estado inaugura trecho da 377 (plantio de eucaliptos ao longo da rodovia)	Cidades	Eucalipto	Notícia	
216.	20/01/2004	Encontro debate sobre a desertificação	Cidades	Areal	Notícia	
217.	29/03/2005	Manoel Viana aposta no florestamento de campos	Rural	Eucalipto	Notícia	
218.	25/09/2005	Fronteira Oeste debate potencial para florestas	Rural	Eucalipto	Notícia	
219.	02/10/2005	Alegrete sedia seminário regional sobre florestas	Rural	Eucalipto	Notícia	
220.	11/10/2005	Stora Enso confirma investimento	Economia	Stora Enso	Notícia	
221.		Stora Enso anuncia fábrica e depois recua	Economia, Panorama econômico	Stora Enso	Notícia	Denise Nunes
222.	31/10/2005	Matas de eucalipto preocupam	Geral	Eucalipto	Notícia	
223.	18/11/2005	Seminário debate o bioma pampa	Cidades	Eucalipto	Notícia	
224.	12/12/2005	Stora Enso	Economia, Panorama Econômico	Stora Enso	Notícia	Denise Nunes
225.	14/12/2005	Rosário se prepara para a Stora Enso	Economia, Panorama Econômico	Stora Enso	Notícia	Denise Nunes
226.	25/12/2005	Os 10 principais projetos no RS	Economia, Panorama Econômico	Stora Enso	Notícia	Denise Nunes
227.	26/12/2005	Cronograma	Economia, Panorama Econômico	Stora Enso	Notícia	Denise Nunes
228.	12/01/2006	Stora Enso amplia ações no RS	Economia	Stora Enso	Notícia	
229.	13/03/2006	Florestamento chama atenção	Rural	Eucalipto	Notícia	
230.	14/03/2006	Florestas são opção de renda para produtor	Rural	Eucalipto	Notícia	Simone Ramos
231.	17/03/2006	O eucalipto	Opinião	Eucalipto	Opinião	
232.	05/04/2006	Ponto final	Economia, Panorama Econômico	Eucalipto	Notícia	Denise Nunes
233.	06/04/2006	Movimento discute reflexo do cultivo de eucaliptos	Rural	Eucalipto	Notícia	
234.	17/04/2006	Stora-Enso	Opinião	Stora Enso	Opinião	João Luiz Vargas (conselheiro do tribunal de contas do estado)
235.	27/04/2006	Planta uruguaia da Stora Enso está adiantada	Economia	Stora Enso	Notícia	
236.		Celulose: setor cresce uma fábrica por ano	Economia, Panorama Econômico	Stora Enso	Notícia	Denise Nunes
237.	19/05/2006	Celulose	Do leitor	Stora Enso	Opinião	leitor
238.		Stora Enso pode instalar uma unidade na Argentina	Economia	Stora Enso	Notícia	

239.	20/05/2006	Stora Enso descarta fábrica na Argentina	Economia, Panorama Econômico	Stora Enso	Notícia	Denise Nunes
240.	30/05/2006	Plantação de mudas está paralisada	Economia, Panorama Econômico	Eucalipto	Notícia	Denise Nunes
241.	26/06/2006	Fábrica da Stora Enso pode atrasar Na frente Especulação	Economia, Panorama Econômico	Stora Enso	Notícia	Denise Nunes
242.	13/07/2006	Stora Enso espera solução em 90 dias	Economia, Panorama Econômico	Stora Enso	Notícia	Denise Nunes
243.		Plantio de florestas é alvo de fórum dia 21	Rural	Stora Enso	Notícia	
244.	20/07/2006	Fepagro pesquisa áreas arenizadas em Alegrete	Rural	Areal	Notícia	
245.	07/08/2006	Capital debate o impacto do cultivo do eucalipto	Rural	Eucalipto	Notícia	
246.	14/08/2006	O homem fica no Pampa	Opinião	Eucalipto	Opinião	João Borges (engenheiro florestal, diretor florestal da Stora Enso)
247.		Plantio de florestas pode ser alternativa de renda	Rural	Eucalipto	Notícia	
248.	23/08/2006	Stora Enso expande operações no país	Economia, Panorama Econômico	Stora Enso	Notícia	Denise Nunes
249.	26/10/2006	Plantio Contratos	Economia, Panorama Econômico	Stora Enso	Notícia	Denise Nunes
250.	03/11/2006	Stora Enso inicia plantio no estado	Rural	Stora Enso	Notícia	
251.	10/11/2006	'Correio Rural' discute o florestamento no Estado	Rural	Eucalipto	Notícia	
252.	12/11/2006	Stora inicia obras em 5 anos	Rural	Stora Enso	Notícia	
253.	21/11/2006	Produtores fazem frente ao MST Tradição de investir na floresta	Rural	Stora Enso	Notícia	
254.	08/12/2006	Fepam apresenta o zoneamento dia 20	Rural	Stora Enso	Notícia	
255.	10/12/2006	Zoneamento terá apresentação prévia	Economia, Panorama Econômico	Eucalipto	Notícia	Denise Nunes
256.	22/12/2006	Stora Enso pede estudo de peso	Rural	Stora Enso	Notícia	
257.	18/01/2007	Stora Enso oficializa negócios no Uruguai	Rural	Stora Enso	Notícia	
258.	25/01/2007	Termo garante plantio de eucalipto	Economia	Stora Enso	Notícia	
259.	22/02/2007	Base florestal à espera de dois trabalhos	Economia, Panorama Econômico	Eucalipto	Notícia	Denise Nunes
260.	02/03/2007	Stora Enso apresenta projeto a Yeda	Economia	Stora Enso	Notícia	
261.	09/03/2007	Empresas florestais recebem licenças	Rural	Stora Enso	Notícia	
262.	13/04/2007	Fepam licencia áreas de silvicultura	Rural	Stora Enso	Notícia	

263.	26/04/2007	Ponto Final	Economia, Panorama Econômico	Stora Enso	Notícia	Denise Nunes
264.	14/05/2007	Stora Enso pode adquirir nova área de plantio	Rural	Stora Enso	Notícia	
265.	17/05/2007	Stora Enso solicita licenças para plantio	Rural	Stora Enso	Notícia	
266.	24/06/2007	Plantio de eucalipto deve começar em agosto	Rural	Stora Enso	Notícia	N
267.		Produtor pede ajuste no zoneamento	Rural	Stora Enso	Notícia	Cristine Pires
268.	12/07/2007	Aracruz investe para produzir 1,8 milhão de t	Rural	Stora Enso	Notícia	
269.		EIA/Rima para a silvicultura	Rural	Stora Enso	Notícia	
270.	01/08/2007	Novo zoneamento aguarda por laudo da FEE	Rural	Stora Enso	Notícia	
271.	08/08/2007	Setor de celulose deve faturar R\$8 bi anuais	Economia	Stora Enso	Notícia	
272.		Brasil tem padrão mundial em celulose	Economia, Panorama Econômico	Stora Enso	Notícia	Denise Nunes
273.	10/08/2007	Talento florestal	Economia, Panorama Econômico	Stora Enso	Notícia	Denise Nunes
274.	26/08/2007	Stora Enso: que setembro chegue logo Riscos jurídicos	Economia, Panorama Econômico	Stora Enso	Notícia	Denise Nunes
275.	31/08/2007	O fenômeno da desertificação	Opinião	Areal	Opinião	
276.	18/10/2007	Justiça proíbe concessão de licenças	Rural	Stora Enso	Notícia	
277.	20/10/2007	Empresas estão em dia com EIA/Rima	Rural	Stora Enso	Notícia	
278.	13/11/2007	IBAMA deve assumir licenciamento	Rural	Stora Enso	Notícia	
279.	14/11/2007	Cautela	Economia, Panorama Econômico	Stora Enso	Notícia	Denise Nunes
280.	23/11/2007	Stora Enso realiza fórum para apresentar EIA-Rima	Rural	Stora Enso	Notícia	
281.	30/11/2007	Stora Enso anuncia atraso em projeto	Rural	Stora Enso	Notícia	
282.	17/12/2007	Ausência sentida Expectativa	Economia, Panorama Econômico	Stora Enso	Notícia	Denise Nunes
283.	18/12/2007	Prefeito sugere área para instalar fábrica de celulose	Cidades	Stora Enso	Notícia	
284.	17/02/2008	Zoneamento deve sair até março	Rural	Stora Enso	Notícia	Tháise Teixeira
285.		Plantio chega a 25 mil hectares	Rural	Stora Enso	Notícia	
286.	05/03/2008	Brigada investe contra as invasoras Ataque foi para marcar luta contra agronegócio	Geral	Stora Enso	Notícia	Jango Medeiros
287.	06/03/2008	MST bloqueia 8 trechos de rodovias Stora Enso calcula perda de R\$ 30mil Militante presa tem o alvará de soltura	Geral	Stora Enso	Notícia	
288.	08/03/2008	Mulheres promovem ato contra invasão	Cidades	Stora Enso	Notícia	
289.	04/04/2008	Lula minimiza efeito do lobby florestal	Economia, Panorama	Stora Enso	Notícia	Denise Nunes

			Econômico			
290.	11/04/2008	Zoneamento apressa plantio de florestas	Rural	Stora Enso	Notícia	
291.	15/04/2008	Celulose pode alavancar exportação	Economia	Stora Enso	Notícia	
292.	06/05/2008	Carta de Alegrete quer rever fronteira	Rural	Stora Enso	Notícia	
293.	14/05/2008	Governo incentiva irrigação de floresta	Rural	Stora Enso	Notícia	
294.	05/06/2008	Fronteira avalia veto à Stora Enso	Rural	Stora Enso	Notícia	
295.	06/06/2008	Prefeitos programam mobilização	Rural	Stora Enso	Notícia	
296.	10/06/2008	Caso da Stora Enso em debate no DF	Rural	Stora Enso	Notícia	
297.	13/06/2008	Evento busca opção para a fronteira	Rural	Stora Enso	Notícia	
298.	14/06/2008	Ponto final	Economia	Stora Enso	Notícia	
299.		PFE acusa empresa de burlar a lei	Rural	Stora Enso	Notícia	Marcela Duarte
300.	20/06/2008	Audiência sobre arenização	Cidades	Areal	Notícia	
301.	29/07/2008	Fronteira	Opinião	Stora Enso	Opinião	Leitor
302.	12/08/2008	Fronteira	Opinião	Stora Enso	Opinião	Leitor
303.	10/10/2008	VCP anuncia adiamento de projetos no estado	Rural	Stora Enso	Notícia	
304.	15/12/2008	Celulose segue na pauta ambiental	Economia	Stora Enso	Notícia	Denise Nunes
305.	29/12/2008	Brasil deve ser 4º maior produtor de celulose	Rural	Stora Enso	Notícia	

APÊNDICE C - Quadro geral das palavras analisadas por seção, por jornal

PALAVRAS	SEÇÕES/JORNAIS		TOTAL	EUCALIPTO		TOTAL	STORA ENSO		TOTAL	TOTAL GERAL
	ZH	CP		ZH	CP		ZH	CP		
1. Alegrete	94	29	123	5	6	11	39	11	50	184
2. Ameaça	01	00	1	0	0	0	0	0	0	1
3. Areal/areais	59	2	61	0	0	0	0	0	0	61
4. Areia	49	6	55	0	0	0	0	0	0	55
5. Arenização (proc.)	38	16	54	0	0	0	0	0	0	54
6. Árida	5	0	5	0	0	0	0	0	0	5
7. Assoreamento	5	0	5	0	0	0	0	0	0	5
8. Ausência/conservação/preservação solo	45	7	52	6	0	6	6	6	12	70
9. Buracos/sulco/valos/cratera	7	1	8	0	0	0	0	0	0	8
10. Cacequi	6	1	7	1	0	1	13	3	16	24
11. Composto orgânico	0	5	5	0	0	0	0	0	0	5
12. Correção solo	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1
13. Descaso/desinteresse (prop.)	3	1	4	0	0	0	0	0	0	4
14. Desértica	11	3	14	0	0	0	0	0	0	14
15. Desertificação	97	13	110	4	0	4	0	1	1	115
16. Deserto	155	30	185	0	2	2	10	1	11	198
17. Desmatamento	19	0	19	0	0	0	0	0	0	19
18. Destruição/degradação solo/área degradada	20	2	22	0	1	1	1	0	1	24
19. Diques	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1
20. Dirce Suertegaray	15	2	17	0	0	0	0	0	0	17
21. Dunas	4	0	4	0	0	0	0	0	0	4
22. Empobrecimento/esgotamento solo	13	0	13	0	0	0	1	0	1	14
23. Erosão	68	4	72	1	0	1	2	0	2	75
24. Estiagem/seca	4	0	4	0	0	0	0	0	0	4
25. Eucalipto	38	4	42	92	25	117	174	41	215	374
26. Exótica	2	0	2	9	0	9	0	0	0	11
27. Frágil fragilidade solo	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1
28. Fronteira (oeste)	13	3	16	6	4	10	134	38	172	198
29. Insumos/agrotóxicos	8	0	8	1	0	1	0	0	0	9

30. Inutilizado	3	0	3	0	0	0	0	0	0	3
31. Irrecuperável	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1
32. Itaqui	14	0	14	1	0	1	10	2	12	27
33. Lixo (reciclagem/orgânico)	19	6	25	0	0	0	0	0	0	25
34. Maçambará	4	0	4	1	0	1	9	3	12	17
35. Mancha (terra) desnuda	14	0	14	0	0	0	0	0	0	14
36. Manoel Viana	3	2	5	1	4	5	13	6	19	29
37. Paisagem	15	0	15	8	0	8	3	1	4	27
38. Poluição	7	0	7	0	0	0	0	0	0	7
39. Prática predatória	9	0	9	0	0	0	1	0	1	10
40. Prejuízo	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1
41. Problema	31	0	31	1	0	1	0	0	0	32
42. Quarai	22	1	23	0	1	1	0	0	0	24
43. Queimada	10	0	10	0	0	0	0	0	0	10
44. Ravina(mento)	20	0	20	0	0	0	0	0	0	20
45. Reciclagem/compostagem	5	3	8	0	0	0	0	0	0	8
46. Recuperação	37	9	46	0	0	0	1	0	1	47
47. (re)florestamento/(re)florestar	46	10	56	81	15	96	182	44	226	378
48. Rosário do Sul	9	0	9	4	0	4	30	24	54	67
49. Santana do Livramento	6	3	9	0	0	0	4	3	7	16
50. Santiago	4	0	4	0	0	0	8	2	10	14
51. São Borja	8	0	7	1	0	1	7	0	7	16
52. São Francisco de Assis	20	1	21	2	1	3	18	9	27	51
53. Solo (terra) arenítico	8	0	8	0	0	0	0	0	0	8
54. Stora Enso	0	0	0	14	2	16	256	135	391	407
55. Tanac	4	4	8	2	0	2	1	0	1	11
56. Unistalda	2	0	2	3	0	3	15	6	21	26
57. Uruguaiana	5	1	6	0	0	0	7	0	7	13
58. Uso abusivo/indevido (extermínio) solo	19	3	22	0	0	0	0	0	0	22
59. Vento	18	4	22	0	0	0	0	0	0	22
60. Voçorocas	31	1	32	0	0	0	0	0	0	32

APÊNDICE D - Quadro geral das palavras analisadas por seção, por jornal, aglutinadas

PALAVRAS	SEÇÕES/JORNAIS		TOTAL	EUCALIPTO		TOTAL	STORA ENSO		TOTAL	TOTAL GERAL
	ZH	CP		ZH	CP		ZH	CP		
1. Alegrete	94	29	123	5	6	11	39	11	50	184
2. Areal(is)/Arenização (proc.)/Solo (terra) arenítico	105	18	123	0	0	0	0	0	0	123
3. Areia/Dunas/Mancha (terra) desnuda	67	6	73	0	0	0	0	0	0	73
4. Árida/Desértica/Desertificação/Deserto/Estiagem/seca	272	46	318	4	2	6	10	2	12	336
5. Assoreamento/Desmatamento/Erosão/Queimada/Vento	120	8	128	1	0	1	2	0	2	131
6. Ausência/conservação/preservação solo	45	7	52	6	0	6	6	6	12	70
7. Buracos/sulco/valos/crateras	7	1	8	0	0	0	0	0	0	8
8. Cacequi	6	1	7	1	0	1	13	3	16	24
9. Composto orgânico/Lixo/Reciclagem/compostagem/Correção solo	24	15	39	0	0	0	0	0	0	39
10. Descaso/desinteresse (prop.)	3	1	4	0	0	0	0	0	0	4
11. Destruição/degradação solo/área degradada/Empobrecimento/esgotamento solo/Fragilidade solo/Inutilizado/Irrecuperável/Prática predatória/Usos abusivos/indevidos (extermínio) solo/uso de insumos e agrotóxicos	74	5	79	1	1	2	3	0	3	84
12. Dirce Suertegaray	15	2	17	0	0	0	0	0	0	17
13. Eucalipto/Exótica	40	4	44	101	25	126	174	41	215	385
14. Fronteira (oeste)	13	3	16	6	4	10	134	38	172	198
15. Itaqui	14	0	14	1	0	1	10	2	12	27
16. Maçambará	4	0	4	1	0	1	9	3	12	17
17. Manoel Viana	3	2	5	1	4	5	13	6	19	29
18. Paisagem	15	0	15	8	0	8	3	1	4	27
19. Problema	31	0	31	1	0	1	0	0	0	32
20. Quarai	22	1	23	0	1	1	0	0	0	24
21. Ravina(mento)/Voçorocas	51	1	52	0	0	0	0	0	0	52
22. Recuperação	37	9	46	0	0	0	1	0	1	47
23. (re)florestamento/(re)florestar/plantio(ar)	46	10	56	81	15	96	182	44	226	378
24. Rosário do Sul	9	0	9	4	0	4	30	24	54	67
25. Santana do Livramento	6	3	9	0	0	0	4	3	7	16
26. Santiago	4	0	4	0	0	0	8	2	10	14

27. São Borja	8	0	8	1	0	1	7	0	7	16
28. São Francisco de Assis	20	1	21	2	1	3	18	9	27	51
29. Stora Enso	0	0	0	14	2	16	256	135	391	407
30. Tanac	4	4	8	2	0	2	1	0	1	11
31. Unistalda	2	0	2	3	0	3	15	6	21	26

APÊNDICE E - Dados gerais dos entrevistados

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
1.	38	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	52	Quaraí	1.400	25 a 30 com areal; 180 potreiro com areal	Não	sim, CP, diariamente	bovino de corte	deserto; areal; areias	55'
2.	72	5ª a 8ª série	cerca de 60 anos, vendida há 1,5 ano	Quaraí	470; ficou com 100	não soube indicar	Não	não	arroz, milho, feijão, horta..., subsistência; boi e ovelha	gostoso; não faz diferença	9'
3.	55	E. Superior completo	40	São Francisco de Assis	350	70 com areal	Não	sim, ZH e CP, às vezes; local: Expresso	bovino de corte	degradação ambiental; perda de solo; economia	27'
4.	59	Não-alfabetizado	12	São Francisco de Assis	45	10 com areal e voçorocas	Não	não	subsistência; ovelha lã; bovino	esperança de vencer; calçar (com bolsa de areia); plantar grama	85'
5.	51	E. Médio completo	20	São Francisco de Assis	360	20 de areal mais ravinas	é o técnico	sim, ZH, diariamente; assiste programa rural	soja, milho, sorgo, pastagens; bovino de corte	superutilização da área; fator econômico; natureza	37'
6.	62	até a 4ª série	21	São Francisco de Assis	260	15% (39)	EMATER	Não	bovino	contenção; esforço de fazer o serviço; mau uso	58'

7.	49	Doutorado	Da família da esposa	São Francisco de Assis	853 e 300	cerca de 80	Não	sim, ZH, diariamente; Folha de SP	bovino	fim da terra; ausência de vida; descaso	14'
8.	82	até a 4ª série	cerca de 40	São Francisco de Assis	462	cerca de 50 de areal	não, apenas foi orientado a plantar eucaliptos	sim, CP, diariamente; Expresso, de Santiago; A Razão, de Santa Maria	pastagem de inverno; milho, arroz; bovino de corte	cômodo de areia; sanga de areia; areia movediça	67
9.	50	E. médio completo	15	São Francisco de Assis	610	cerca de 10% (61)	Não	sim, CP, diariamente	melancia, aveia; bovino de corte	relaxamento; custo para arrumar; tempo	32
10.	43	E. médio completo	cerca de 50	São Francisco de Assis	339 e 538	38 de areal	Não	sim, CP, às vezes; Expresso	milho, mandioca (subsistência); aveia, capim milheto (<i>brachiaria</i>); bovino de corte		21
11.	62	E. Superior completo	cerca de 2	Maçambará	338	10 de areal e um pouco com voçoroca	EMATER e Sec. Municipal da Agricultura	sim, revista; assiste jornal TV	produção de carneiro (matrizes); melhoramento de solo	destruição; descuido dos primeiros donos; descaso	83
12.	66	5ª a 8ª série	há anos na família	Maçambará	76	15 entre areal e voçoroca	EMATER	sim, ZH, às vezes	milho, mandioca, geralmente consumo; gado de corte	procurar solução; degradação	15

13.	52	5ª a 8ª série	30	Maçambará	360	1% (36) voçoroca com arrendamento	EMATER	Não	corde	sem solução; prejuízo	27
14.	60	até a 4ª série	11 (assentamento)	Manoel Viana	40	pouco, não soube precisar	EMATER	Não	agricultura para consumo; gado de corde; pastagem		18
15.	35	até a 4ª série	6 (assentamento)	Manoel Viana	40	1, de areal	EMATER	não, assiste Jornal Nacional, Record	agricultura de subsistência, vende para a quitanda; leite		59
16.	59	E. médio incompleto	Herança de família	Manoel Viana	70, hoje; 60, sendo 30 de areais; 250 da mãe, sendo 140 com areal		EMATER	não, assiste TV	gado de corde e carne; ovelha para lã	despesa para recuperação	37
17.	67	5ª a 8ª série	37	Alegrete (Cerro do Tigre); Manoel Viana	10.000	menos de 100 com areais e cerca de 20 com voçorocas	EMATER	sim, revistas técnica; Granja; ABCG	arroz, soja, milho, trigo, aveia, azevém; gado de corde		45
18.	30	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	37	Alegrete (Cerro do Tigre); Manoel Viana	10.000	menos de 100 com areais e cerca de 20 com voçorocas	EMATER		arroz, soja, milho, trigo, aveia, azevém; gado de corde		6
19.	66	5ª a 8ª série	De família	São Francisco de Assis (3º distrito: Forqueta)	380	5 de areia e voçoroca	Não	sim, CP, diariamente	aveia, arroz principalmente, milho; gado de corde	cercar com capim anoni	10
20.	47	E. Superior incompleto	É de família, uns 45 anos	São Francisco de Assis (3º distrito)	44	menos de 1 com voçoroca	Não	não	consumo; corde	deserto; terra improdutiva	9

21.	37	E. Superior completo	22	Manoel Viana	138 (vendeu para a Stora Enso, mas não foi entregue; efetivamente possui cerca de 30 hectares)	cerca de 5 com areal e voçoroca	Não	não, televisão	pomar de pêssegos; chinchila; búfalos e piscicultura	futuro, piorará; campo fraco; manejo inadequado	23
22.	42	5ª a 8ª série	24	Alegrete (São João)	106	1 (erosão)	Não	não (televisão)	gado de corte		6
23.	51	E. Superior completo	26, como técnico	Alegrete, Manoel Viana	funcionário		É o técnico	Zero Hora, às vezes	arroz, soja, gado de corte	areia, biodiversidade, oportunidade	81
24.	63	E. Superior completo	16	Alegrete	700	150 (todo recuperado há 2 anos)	profissional particular	ZH, diariamente	gado de corte	correção solo, manejo, chuva	60
25.	47	E. Superior incompleto	mais de 100	Alegrete	900	20 de areal, voçoroca	EMATER e cooperativa	Não	arroz (até 2 anos atrás); arrenda para soja e no inverno aveia ou azevém; gado de corte	área perdida; medo de aumentar; futuro (o que será???)	20
26.	33	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	De família	Uruguaiana, técnico em Alegrete	474 e 870	não possui	é o técnico	sim, ZH, diariamente	arroz; gado de corte		58

A – Identificação do Entrevistado

C – Nível de escolaridade

E – Município (Município em que possui terras, daqueles investigados)

G – Tamanho dos areais e voçorocas (ha)

I – Leitura de jornal

K – 3 palavras que vem à mente.

B – Idade

D – Tempo em que possui a propriedade (anos)

F – Tamanho da propriedade (ha)

H – Assistência técnica

J – Produção

L – Δt entrevista

26. Eucalipto	14	1		8	1	14	2	8	3	5	11	2	21	2		20	9	3	2	3	10		2	13	5	1	160	
27. Fragilidade solo/ecossistema (frágil/fraco)	8		1	10														1									20	
28. Fronteira (oeste)																1								1			2	4
29. Identidade (estética/[impacto]visual)	5																										5	
30. Incentivo [subsídio] governamental [fiscal]			4		1																						5	
31. Itaqui													1											5			6	
32. Lugar	8																										8	
33. Maçambará									2		4		1			1								7	1		16	
34. Mancha (arenização/areia)	6		3	10		1	1	8	1	1	5	2	3		2		1	2	4		2		12	3			67	
35. Manoel Viana						1			1				1			2							7	2			14	
36. Movimento (instabilidade/dinâmica das areias)	3		1																								4	
37. Natureza	1				1				3		6	1	2				1									3	18	
38. Paisagem	3																							4			7	
39. Problema	7		4		2	2			1	1	3	3	2		1	3	2			1			3	1		13	49	
40. Quarai	2			1					1							1								1		1	7	
41. Queimar/da				4				10			9																23	
42. Recuperar(ção)/reversão	1		2		3	2		1	2		9	1	10			10	4	4			2		12	12		4	79	
43. (re)florestamento /(re)florestar/plantio(ar)	2	4		41	2				1	4			5			7	1	2	2	1			5	6	4		87	
44. Rosário do Sul													1											2			3	
45. Santana do Livramento	4															1										1	6	
46. Santiago								3		1																	4	
47. São Borja													1			1											2	
48. São Francisco de Assis	2						1	1	2				2			4	1	1	1	1							16	
49. Solo pobre (quimicamente)	3																								2		5	
50. Stora Enso					1	5			3				4			1						1		7	2	1	25	
51. Talude (quebra de)					5																						5	
52. Uso abusivo/indevido (extermínio) [mau uso] solo/ super utilização			2		4	3					4										2				1		16	
53. Valo(s)	7			4		3				1	8	1		3	5		1			1					1		35	
54. Vento	1		1	3		4		4	2	2	12		2		5	15	7	5	1		3		3	1	6	2	79	
55. Voçoroca(s)/voçorocamento	12		3		8				3	2	9	14	7			5	9	5	2	1	3		3	2	2	4	94	

* A numeração indica a ordem com a qual foram concedidas as entrevistas.

FONTE: Organizado pela autora (2012)

ANEXO A - Reportagem do jornal Zero Hora de 31 de março de 1990 que dimensiona grosseiramente as áreas “desérticas” para os municípios de Alegrete, Santana do Livramento e Uruguaiana

ZERO HORA

GERAL

Sábado, 31 de março de 1990/25

Árvores para combater os desertos

Plano será executado em seguida, prevendo associação com duas empresas reflorestadoras. Secretário Nacional do Ambiente apóia a idéia

O deserto de 5 mil hectares, que machou os campos da Fronteira Oeste do Estado, pode ser recuperado nos próximos anos. O secretário da Agricultura, Marcos Palombini, apresentou um plano, ontem, no Palácio Piratini, que prevê a recuperação e contenção dos desertos, com a ajuda das reflorestadoras Rioceil e Tanac. O projeto obteve o apoio do secretário nacional do Meio Ambiente, José Lutzenberger, e deve ser executado imediatamente.

O Estado possui 1 milhão e 400 mil hectares de solos areníticos, do tipo “Botucatu”, em 15 municípios do Sudoeste, na faixa entre Santa

Maria e Uruguaiana. Correspondendo a 5,2% do território gaúcho, esse solo vem sendo manejado inadequadamente, nos últimos 30 anos, e 5 mil hectares viraram desertos. O secretário Palombini disse que o pastoreio intensivo de gado, as lavrações e a erosão provocada pelo vento revolveram a areia para a superfície, formando as manchas de deserto.

Desde 1975, a Secretaria da Agricultura vem investindo altas somas em pesquisas. Não foi possível conter o avanço dos desertos, mas Palombini ressaltou que o Departamento de Recursos Naturais Renováveis da Secretaria da Agricultura fez uma pesquisa completa. Em 1985, o agrônomo João José Souto publicou o livro “Deserto, uma ameaça”. Agora, Palombini pretende recuperar os desertos. Como o Estado não dispõe de dinheiro suficiente, foi pedido o auxílio de empresas reflorestadoras. Só a plantação de árvores pode imobilizar a areia e barrar a ação do vento.

Desertos: Lutzenberger e Simon discutem o projeto gaúcho

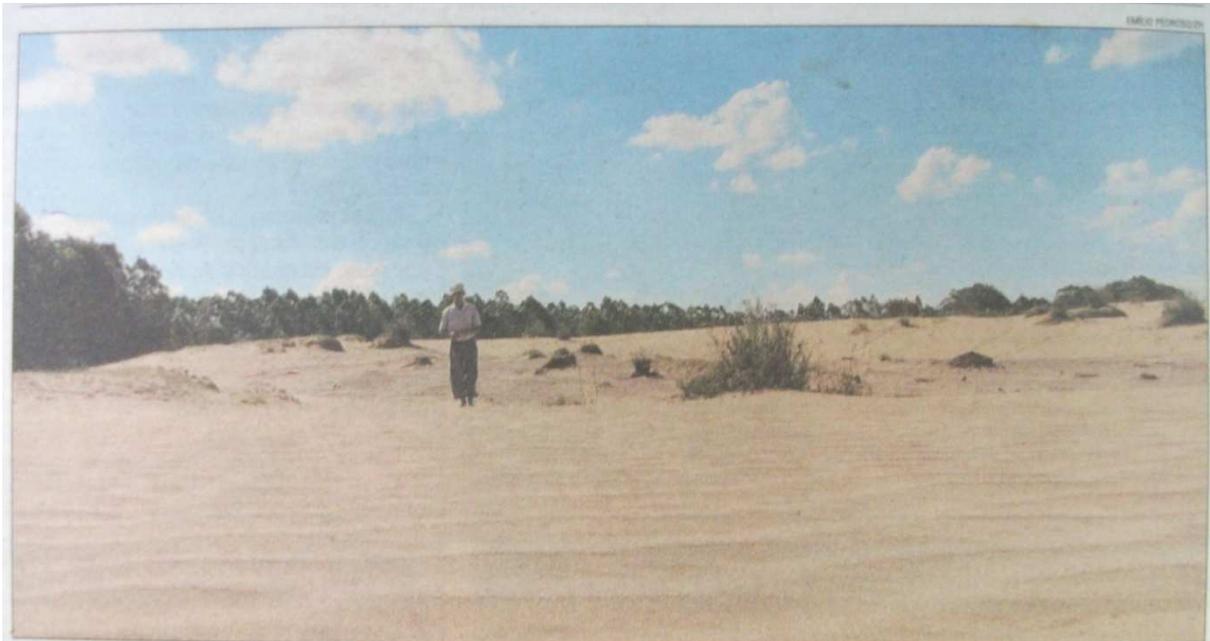
ECOLÓGICO — Palombini acredita que a plantação de florestas vai preservar a natureza e gerar mais uma alternativa econômica na região. Havendo abundância de árvores, poderão ser criadas indústrias de celulose, madeira e móveis. A Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE)

está interessada na fabricação de postes de luz. O secretário pediu apoio aos municípios dessa região, porque as reflorestadoras precisam da autorização dos proprietários das áreas afetadas. Alegrete é o município mais atingido, com 782.800 hectares desertificados. Santana do Li-

vramento vem em segundo, com 692 mil hectares. Uruguaiana tem um deserto de 656 mil hectares.

Rioceil, Alcides Gasparotto, disse que a empresa vai colaborar, começando com um projeto piloto, no Deserto de São João, em Alegrete. Os técnicos da Rioceil formarão uma “cortina” florestal, para deter os ventos. A Rioceil não tem interesses comerciais na região, porque fica muito longe da sua sede, em Guaiiba.

O grupo Tanac, pela sua empresa de reflorestamento Tanagro, deverá propor aos proprietários das áreas um consórcio de plantação de acácia negra com criação de gado. O diretor-superintendente da Tanagro, João Carlos Manteuffel, anunciou que a empresa pode investir na região, se as experiências iniciais derem certo. A Tanagro tem pólos florestais em Montenegro, Encruzilhada do Sul, Cristal e Piratini. Não foi estabelecido prazo para a recuperação dos desertos.



O deserto ameaça o pampa gaúcho

Dez municípios na fronteira com Uruguai e Argentina, como Alegrete (foto), têm mais de 5 mil hectares de solo devastados por erosões e manchas de areia. A área é equivalente a 7,7 mil campos de futebol. O fenômeno da desertificação no sudoeste gaúcho é mapeado pelo Atlas da Arenização, organizado pelo Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Caderno Eureka